



SOBRE A REVISTA

Lua Nova tem por objetivo fazer a alta reflexão de temas políticos e culturais, contribuindo assim para elevar o nível intelectual do debate público. Em suas páginas, o leitor encontrará elaboradas incursões nos campos da teoria política (clássica e contemporânea), da teoria social, da análise institucional e da crítica cultural, além de discussões dos assuntos candentes de nosso tempo. Entre seus colaboradores típicos estão intelectuais, docentes e pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, não necessariamente vinculados a instituições acadêmicas.

Os artigos publicados em *Lua Nova* estão indexados no Brasil no Data Índice; na América Latina no Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, no International Political Science Abstracts e na Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. A versão eletrônica da revista está disponível na SciELO e no portal da Capes.



LUA NOVA

revista de cultura e política

2023 | Nº 120

ISSN 0102-6445

DIREITOS EM DISPUTA

cedec

LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA

2023

Razão Social: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC
Rua Pedro Américo 32, 19 andar - República - CEP: 01045-010 São Paulo, SP
E-mail: luanova@cedec.org.br
CNPJ 48.608.251/0001-80- ISSN 0102-6445

Diretoria

Bernardo Ricupero
Diretor Presidente

Maria Rita Loureiro
Diretora Vice-Presidente

Natália Nóbrega de Mello
Diretor de Publicações

Pedro Vasques
Diretor Secretário

Carla Regina Mora Alonso Diéguez
Diretora Tesoureira

Comitê de redação

Bruno Konder Comparato (Unifesp)
Brasílio Sallum Jr. (USP)
Maria Rita Loureiro (FGV-SP)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University)

Editora-chefe

Natália Nóbrega de Mello (PUC-SP)

Editores Assistentes

Andre Bittencourt (UFRJ)
Christian Jecov Schallenmüller (UFRGS)
Pedro Henrique Ramos Prado Vasques (Unicamp)
Roberta Kelly Soromenho Nicolete (UERJ)

Conselho editorial

Adrian Gurza Lavalle (USP), Álvaro de Vita (USP), Brasílio Sallum Jr. (USP), Celi Regina Pinto (UFRGS),
Celina Souza (UFBA), Cicero Araujo (USP), Elide Rugai Bastos (Unicamp), Elisa Reis (UFRJ),
Gonzalo Delamaza (Universidad de Los Lagos), Horácio Gonzalez (Universidad de B. Aires),
John Dunn (University of Cambridge), José Augusto Lindgren Alves (Comitê Assessor do Conselho de
Direitos Humanos das Nações Unidas), Leôncio Martins Rodrigues Netto (Unicamp) (*in Memoriam*),
Marco Aurélio Garcia (Unicamp) (*in Memoriam*), Marcos Costa Lima (UFPE), Michel Dobry (Université
Paris I-Sorbonne), Miguel Chaia (PUC-SP), Nadia Urbinati (Columbia University), Newton Bignotto
(UFMG), Paulo Eduardo Elias (USP) (*in Memoriam*), Philip Oxhorn (McGill University), Philippe Schmitter
(European University, Florence), Renato Lessa (IUPERJ), Rossana Rocha Reis (Editora) (USP) Sebastião
Velasco e Cruz (Unicamp), Sergio Costa (Freie Universität Berlin), Tullio Vigevani (UNESP), Victor Manuel
Durand Ponte (UNAM, México), William C. Smith (University of Miami)

Preparação e revisão de texto

Tikinet

Editoração eletrônica

Tikinet

Impressão

Tikinet

O Cedec é um centro de pesquisa e reflexão na área de ciências humanas. É uma associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, que reúne intelectuais de diferentes posições teóricas e político-partidárias.



O **Cedec** agradece a

André Singer

Brasílio Sallum

Carla Regina Diéguez

Escritório da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América

Eunice Ostrensky

Flávia Schilling

Jefferson Oliveira Goulart

Karina Lília Pasquariello Mariano

Lígia Barros de Freitas

Miguel Wady Chaia

Raquel Kritsch

Reginaldo Mattar Nasser

Samuel Alves Soares

Susanne Bach

Vera Alves Cepêda

pelo apoio e contribuição recebidos na Campanha da Lua Nova.







DIREITOS EM DISPUTA

O número 120 da revista *Lua Nova* conta com nove artigos enviados espontaneamente por seus autores e que foram avaliados positivamente por nossos pareceristas, aos quais muito agradecemos. O artigo “O Problema da Tolerância Religiosa no Pensamento Político de Lutero”, de Júlio Barroso, abre o volume examinando qual o sentido da noção de tolerância religiosa defendida por Lutero e as razões para que o reformador rejeitasse a interferência do poder secular na esfera das crenças. Em seguida, Ricardo Silva discorre criticamente sobre o modelo normativo de soberania globalizada de Phillip Petit, cujo intuito é expandir a teoria neorepublicana de liberdade como não dominação à esfera internacional, lidando teoricamente com o problema da justiça e legitimidade na ordem global.

Os trabalhos seguintes exploram processos, conjunturas e dilemas da realidade social contemporânea, nos quais há disputas entre atores em torno de concepções de sociedade, política e direitos. O artigo “Contra os Sacerdotes Vermelhos: a confederação anticomunista latino-americana (CAL) e a formação de uma direita religiosa (1972-1984)”, de André Kaysel, analisa o discurso ideológico da CAL e a sua influência na articulação de redes transnacionais da extrema direita latino-americana. Dois pontos centrais despontam nesse estudo. Kaysel demonstra que o antagonismo de membros da CAL ao clero progressista se manifestava na disputa discursiva em defesa da fé religiosa, do cristianismo verdadeiro, da soberania nacional e do direito à propriedade, além do ataque contra a “infiltração do comunismo” e a denúncia de supostas “distorções da fé autêntica”. Nesse sentido, há convergências entre o discurso da extrema direita católica e dos setores repressivos e, além disso, de fato, a CAL desempenhou um papel na articulação de aparatos repressivos sul-americanos e na organização da chamada Operação Condor.



Ao mesmo tempo que antagonizam com os setores progressistas, os diferentes atores da extrema direita também constroem campos de convergência entre si. Outro pesquisador do tema, por exemplo, qualifica a Nova Direita pela defesa de “alguma combinação de capitalismo de livre mercado e desregulamentação”; “nacionalismo e anticomunismo”; e uma renovação reacionária da moralidade e dos valores tradicionais” (Cowan, 2018, p. 2). Na interpretação documental de Kaysel, foi o anticomunismo que operou como um ponto de articulação entre interpelações discursivas heterogêneas (a fé religiosa, a soberania nacional, o direito de propriedade) que convergiram em um mesmo campo discursivo. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental do anticomunismo na coesão e coalizão de atores diversos em uma rede transnacional de direita.

O texto “A classe média rural brasileira e o agronegócio: cooptação e hegemonia”, de Marconi Severo, aborda as concepções que o agronegócio e os movimentos sociais possuem acerca da sociedade, como um todo, e do meio rural, em específico e se eles disputam (ou não) a adesão da classe média às imagísticas respectivas. A partir do exame de entrevistas e fontes primárias, o autor conclui que o agronegócio almeja suprimir fronteiras com a classe média e produzir imagísticas universalizantes, ao mesmo tempo que os movimentos sociais preferem demarcar divisas entre o pequeno e o médio produtor.

Na sequência, o artigo intitulado: “A intensificação dos conflitos distributivos no Brasil e o deslocamento político empresarial no governo Dilma (2011-16)”, de autoria de Hugo Fanton da Silva e Gabriel Nunes de Oliveira, lança luz sobre o acirramento da disputa pela distribuição de ganhos e remunerações entre empresários e trabalhadores e a mudança de posição política dos setores empresariais da Construção Civil em Habitação e de Autopeças, que antecedeu o impeachment da presidente Dilma Rousseff.





Quanto ao texto “Vigiando o protesto: reconfigurações das táticas policiais de controle às manifestações sociais durante a Copa do Mundo de 2014”, de Eduardo Fernandes, esse artigo examina a instrumentalização de novas tecnologias de informação e comunicação, em Porto Alegre, em 2014, para vigilância e controle de protestos sociais e da ação coletiva, avaliando os impactos dessas táticas na democracia e na violação de direitos individuais e sociais. Por sua vez, o trabalho “Escola Sem Partido e o processo de desdemocratização no Brasil”, de autoria de Rayani Mariano Santos e Flávia Biroli, analisa a tentativa de controlar autoritariamente as condutas e de privatizar o público e o coletivo, que está por trás do Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, conhecido como Projeto Escola Sem Partido. Examinando os discursos enunciados em audiências e reuniões públicas sobre a proposta de lei, as autoras discutem como o Escola Sem Partido pretende normalizar desigualdades, injustiças, censurar determinadas pautas e expandir o privado, reforçando o mercado e a responsabilidade das famílias e dos indivíduos em detrimento do público. Ambos os artigos discutem fenômenos, portanto, que envolvem não apenas disputas econômicas, ou mesmo entre concepções de sociedade, política e de direitos, mas que também implicam um reforço daquilo que Dardot e Laval (2016) entendem, partindo de Foucault, como formas de controlar as condutas (discursos, práticas e dispositivos) e produzir determinadas maneiras de viver e subjetividades.

Em “Direito inacessível: pessoas com deficiência e eleições no Brasil”, Gustavo Martins Piccolo e Enicéia Gonçalves Mendes examinam a participação de pessoas com deficiência no processo eleitoral brasileiro e discutem razões teórico-normativas para impulsionar essa representação.

Por fim, o número 120 se encerra com o artigo “Análise de Conjuntura: contribuições teórico-metodológicas”, de João Henrique Araujo Virgens e Carmen Fontes Teixeira,





que sistematiza e problematiza os estudos recentes teórico-metodológicos que examinaram questões fundamentais para a elaboração de análises de conjunturas, discutindo, definindo e demonstrando as opções envolvidas na delimitação do tempo, do recorte espacial, da articulação entre conjuntura e estrutura, na apreensão das incertezas e na análise de correlação de forças.

Bibliografia

- COWAN Benjamin Arthur. 2018. A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, pp.1-25. Disponível em: <https://bit.ly/47JgzqL>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A Nova Razão do Mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

Natália Nóbrega de Mello

é professora do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: nmello@pucsp.br


Orcid: 0000-0002-4220-8729

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-007010/120>





SUMÁRIO

- 13 O PROBLEMA DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE LUTERO**
Júlio Barroso
- 57 INTERNACIONALISMO REPUBLICANO E SOBERANIA GLOBALIZADA**
Ricardo Silva
- 91 CONTRA OS SACERDOTES VERMELHOS: A CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA (CAL) E A FORMAÇÃO DE UMA DIREITA RELIGIOSA (1972-1984)**
André Kaysel
- 123 A CLASSE MÉDIA RURAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO: COOPTAÇÃO E HEGEMONIA**
Marconi Severo
- 167 A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS DISTRIBUTIVOS NO BRASIL E O DESLOCAMENTO POLÍTICO EMPRESARIAL NO GOVERNO DILMA (2011-16)**
Hugo Fanton Ribeiro da Silva e Gabriel Nunes de Oliveira
- 209 VIGIANDO O PROTESTO: RECONFIGURAÇÕES DAS TÁTICAS POLICIAIS DE CONTROLE AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014**
Eduardo Georjão Fernandes
- 247 ESCOLA SEM PARTIDO E O PROCESSO DE *DESDEMOCRATIZAÇÃO* NO BRASIL**
Rayani Mariano dos Santos e Flávia Biroli
- 



287 DIREITO INACESSÍVEL: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ELEIÇÕES NO BRASIL

Gustavo Martins Piccolo e Enicéia Gonçalves Mendes

325 ANÁLISE DE CONJUNTURA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

João Henrique Araujo Virgens e Carmen Fontes Teixeira

358 RESUMOS/*ABSTRACTS*





O PROBLEMA DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE LUTERO¹

Júlio Barroso

Professor de Teoria Política da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos, SP, Brasil

E-mail: jccbsilva@unifesp.br

Orcid: 0000-0002-8813-4681

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-013056/120>

Introdução

No primeiro semestre de 2015, a ex-deputada holandesa de origem somali, Ayaan Hirsi Ali, entrou no vértice da controvérsia pública na Europa e alhures com a publicação do livro *Heretic*. Para Hirsi Ali (2015) – e aqui reside nosso interesse no livro –, o islão necessitaria de uma reforma (este é o subtítulo do livro). Vale destacar que Hirsi Ali não está sozinha, uma vez que afirmações semelhantes a essa se multiplicaram pela imprensa ocidental nos últimos tempos.¹

Tais declarações podem ser entendidas de forma genérica, caso no qual a consigna “O islão precisa de uma reforma” significa simplesmente que essa tradição metafísica precisa de mudanças devido, digamos, à influência de vertentes doutrinárias perturbadoras no seu interior. Muitas vezes, contudo, a consigna assume sentido diferente, segundo o qual o islão precisaria de atravessar um processo que *espelhasse* aquele atravessado pelo cristianismo no século XVI, isto é, a Reforma (com maiúscula) Religiosa. O jornal

¹ Ver por exemplo o artigo de opinião de Mehdi Hasan no jornal britânico *The Guardian*: <https://bit.ly/4a1KRX0>

Financial Times chegou a apontar um candidato a Martinho Lutero muçulmano: o ditador egípcio Abdel Fattah el-Sisi.² Nesse caso, supõe-se que o regime de liberdade de consciência e tolerância religiosa alcançado em boa parte do Ocidente seja o resultado direto e consciente do movimento iniciado por Lutero em 1517. Contudo, tal pressuposto precisa ser examinado com cuidado.

Uma visão da Reforma e dos principais reformadores bastante diferente dessa também tem ampla circulação. Na introdução a *O Liberalismo Político*, Rawls afirma que Lutero e Calvino “eram tão dogmáticos e intolerantes quanto o catolicismo romano havia sido” (Rawls, 2005, p. XXVI). O historiador *whig* Henry Kamen, por exemplo, em sua já clássica história da tolerância, afirma que “a perseguição é o pecado original mortal das Igrejas Reformadas” e que a Reforma trouxe maior liberdade religiosa “apesar dos reformadores”³ (Kamen, 1967, pp. 54-55). Se ele está correto, pode-se dizer que a tolerância foi, para nos valer de um vocabulário próprio dos economistas, uma espécie de *subproduto* da Reforma, isto é, uma consequência não visada do processo, ou ao menos não visada pelos principais atores do processo.⁴

² Ver em: <https://on.ft.com/46IjwX8>

³ Todas as traduções de citações em língua estrangeira foram feitas pelo autor.

⁴ Não desconhecemos nem negamos a presença de atores e doutrinas pró-tolerância desde muito cedo, no processo da Reforma. Henry Kalven menciona vários exemplos em seu já aludido livro *The Rise of Toleration* (com as respectivas páginas entre parentes): podemos falar de Hubmaier, o anabatista que escreveu contra a queima de hereges em 1524. Ou os fundadores da fé menonita, Menno Simons e David Joris, que diziam que um sinal da “verdadeira igreja” é ser perseguida, não perseguir. Ou ainda Sebastião Castellio, que polemizou e rompeu com Calvino e Beza quando Genebra queimou Miguel de Servet por heresia. Ou o italiano Faustus Socinus (Sozzini), que emprestou aos Unitários radicais o nome de socinianos (85). Podemos mencionar ainda o calvinismo liberal e heterodoxo que nasce na Holanda ainda no século XVI: num primeiro momento, havia apenas a voz solitária do pastor Hubert Duijhuys (1531-81), “cuja oposição à perseguição em matéria religiosa era absoluta”, como diz Kalven. No século XVII, a heterodoxia toma corpo e se torna uma corrente influente no interior do calvinismo, encontrando em Simon Episcopius (1583-1643) um defensor da liberdade religiosa. G. R.

Fosse qual fosse a intenção dos reformadores, o fato é que a Reforma comprometeu aquilo que o medievalista Christopher Dawson identificou como um dos elementos centrais da filosofia política medieval: o ideal unitário (Dawson, [1950] 1997). Um sentido mais óbvio dessa unidade é o da Cristandade como comunidade de fé. Um segundo sentido, de certa forma dependente e derivado do primeiro, é o da unidade de propósitos entre autoridades eclesiásticas e seculares: “O homem medieval, ao fazer a distinção entre Igreja e Estado, não pensava em duas sociedades perfeitas e independentes, mas em duas diferentes autoridades e hierarquias que administravam os assuntos espirituais e temporais de uma mesma comunidade cristã” (Dawson, [1954] 1997, p. 244).

Assim, a diferenciação entre autoridades temporais e religiosas era uma mera diferenciação funcional de um organismo complexo no qual cada um tinha “uma função vital [...] a serviço de todo o corpo” (Dawson, [1954] 1997, p. 328) e antes reforçava do que comprometia a unidade. “A maioria dos pensadores medievais”, afirma Sheldon Wolin, “acreditava que *regnum* e *sacerdotium* formavam jurisdições complementares na *respublica christiana*” (Wolin, [1960] 2004, p. 127), razão pela qual, adverte-nos o mesmo autor, as tentativas de transpor antíteses modernas (como Estado e Igreja) para o pensamento medieval devem ser recebidas com desconfiança. Poder-se-á objetar que a tensão entre autoridades seculares e religiosas nunca foi bem resolvida nem no pensamento nem na vida política medieval.⁵ Contudo, tais conflitos, tipicamente envolvendo

Elton menciona ainda a Shwenckfeld, cujo “individualismo” em matéria religiosa o levava a rejeitar igrejas institucionalizadas, e o levou a romper inclusive com os anabatistas. Por essa razão, diz Elton, a posteridade o transformou num defensor *avant la lettre* da tolerância religiosa (Elton, [1963] 1999, p. 57). De qualquer forma, o mesmo autor afirma que na segunda metade já circulava “propaganda séria” em favor da tolerância (Elton, 1999, p. 15).

⁵ Um clássico (e dramático) exemplo dos tantos casos de conflito medieval

a tributação do clero e a investidura de bispos, ocorriam contra o pano de fundo conforme os valores fundamentais (Wolin, [1960] 2004). Esse acordo é rasgado pela Reforma (Wolin, [1960] 2004, p. 128). Em outras palavras: o rompimento da comunidade de fé compromete a justificativa da unidade de propósito entre a espada e o cajado.

Nosso objetivo neste texto é apresentar os elementos de uma teoria *política* da tolerância *insinuada* no jovem Lutero. Apesar de seus fundamentos serem essencialmente teológicos, podemos qualificá-la de política por ter como tema fundamental critérios para o uso legítimo do poder secular. É apenas insinuada, já que foi deixada de lado pelo próprio autor antes de a questão amadurecer filosoficamente, o que aconteceria apenas no século seguinte, com Locke, Pierre Bayle e outros autores.

E ainda haverá o que dizer sobre Lutero? Haverá justificativas para dedicarmos energias intelectuais a este tema e a este autor? Pedimos ao leitor que nos permita oferecer umas breves palavras à guisa de autojustificativa. Em primeiro lugar, creio que a grande contribuição do artigo é derivar, a partir de evidências históricas e textuais, uma visão mais complexa e matizada do tema da tolerância em Lutero. Em nosso entender, não se trata de uma visão nem autoevidente nem suficientemente consolidada, considerando que as visões muito diferentes das defendidas neste artigo (e opostas entre si) possuem ampla circulação. Em segundo lugar, creio ser importante, no Brasil, reivindicar o espaço de Lutero no campo da Teoria Política, tratando-o como um autor de primeira grandeza. Se internacionalmente Lutero é tratado como um autor canônico,⁶

de jurisdições foi o choque entre o Papa Bonifácio VIII e o rei Felipe, o Belo, de França (Felipe IV). Ver a informativa introdução de J. A. Watt (1971) ao tratado *On Royal and Papal Power [De potestate regia et papali]*, escrito por João de Paris no início do século XIV (provavelmente em 1302) em defesa do rei francês.

⁶ A despeito, claro, de Lutero, como notamos logo abaixo, jamais ter pretendido

seja por todos os grandes compiladores e divulgadores do cânone (Sabine; Strauss; Cropsey e Wolin, por exemplo⁷), seja em trabalhos mais densos (como os de Skinner e Forst⁸), no Brasil, o iniciador da Reforma ainda é um autor confinado ao campo da teologia, permanecendo subexplorado no âmbito da teoria política histórica.

Nosso artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Num primeiro momento, esmiuçamos os argumentos de Lutero, o contexto de sua formulação, bem como as prováveis motivações de seu autor. Num segundo momento, tentamos mostrar como a contingência política e a marcha histórica da Reforma tornaram o problema da contenção do poder secular pouco atraente para Lutero. Finalmente, na última parte, revisitamos a velha e espinhosa questão da relação entre a Reforma e a Modernidade.

Lutero e o problema da tolerância religiosa

Antes de prosseguirmos, cremos ser importante esclarecer que, o que estamos a chamar de tolerância religiosa, aqui, é apenas e tão somente a recusa do uso da coerção por parte do magistrado com o intuito de produzir uniformidade religiosa. Essa recusa é algo bem menos exigente, do ponto de vista normativo, do que a noção, comumente consagrada no constitucionalismo moderno, de liberdade religiosa, segundo a qual os indivíduos têm o direito a aderir à religião que lhes apraza. Feito esse esclarecimento, podemos retomar nossa exposição.

O ceticismo quanto à inclinação dos principais reformadores em relação à tolerância religiosa parece razoavelmente justificado. No entanto, creio haver espaço para alguns matizes, especialmente no caso de Lutero,

ser um filósofo político.

⁷ As respectivas obras estão nas referências deste artigo: Sabine (1994) e Wolin ([1960] 2004).

⁸ Skinner (1978); Forst (2003).

que parece ter inicialmente flertado com um espírito de tolerância. Convidamos o leitor a analisar mais de perto suas posições e argumentos sobre esta questão.

Aquele que se atreva a embrenhar-se na obra de Lutero em busca da posição do teólogo sobre a tolerância religiosa corre muitos riscos, além de enfrentar grandes dificuldades para tal. A primeira delas é a imensa prolificidade do autor.⁹ Há também o desafio da assistemática de seus escritos, quase sempre textos de intervenção, respondendo à contingência e elaborados “na medida das necessidades de ocasião” (Collinson, 2006, p. 49; Allen, [1928] 2012, p. 15). A atenção de Lutero frequentemente “estava voltada para pessoas, ocasiões e problemas específicos” (Höpfl, 1991, p. 10). Além do mais, há a dificuldade de que Lutero (pode-se dizer o mesmo de Calvino) não foi ou pretendeu ser filósofo político (Allen, [1928] 2012, p. 15): a reflexão de natureza propriamente política ocupa na melhor das hipóteses uma posição lateral tanto no pensamento de um quanto no de outro. Embora toque em temas como o lugar do governo secular no plano divino, os deveres recíprocos de magistrados e governados ou a relação entre lei divina, lei natural e direito positivo, suas posições são dependentes, auxiliares e derivadas de sua reflexão teológica (Forrester, 1993, p. 305). De qualquer forma, no curso da Reforma, considerações políticas ganharam peso crescente no debate religioso (Edwards, 2003).

A bem da verdade, mesmo no campo da teologia, Lutero não oferece um pensamento estruturado. “Mais vale compreender que o agostiniano de Erfurt ou de Wittenberg não tem nada de um ajuntador preciso de conceitos

⁹ G.R Elton calcula que, ao longo de trinta anos, e levando em conta livros, panfletos e pequenos textos, Lutero tenha escrito uma obra a cada quinze dias, em média (Elton, 1999, p. 3). O mesmo número é mencionado por Patrick Collinson (Collinson, 2006, p. 49). A edição-padrão das obras de Lutero preenche quase cem grossos volumes.

devidamente polidos”, diz Lucien Febvre ([1928] 2012, p. 83), mas costumava se expressar obedecendo a uma lógica adversarial, mais como polemista do que como expositor sistemático (Hillerbrand, 2003, p. 230).¹⁰ “Todos os seus livros são *livres de circonstance* e parte de uma controvérsia enraivecida” (Allen, [1928] 2012, p. 15). Num registro mais biográfico e psicologizante,¹¹ talvez Febvre estivesse afirmando algo semelhante quando escreveu que “Lutero era um instinto seguindo seu impulso” ([1928] 2012, p. 140). O impulso é o do polemista furioso contra “qualquer um incapaz de ver a verdade como ele a enxergava” (Rowland, 2017).

Finalmente, há a dificuldade trazida pelo fato de que, ao longo de sua vida, Lutero mudou de posição sobre os limites que a consciência do fiel poderia legitimamente colocar ao poder secular, passando de uma “hesitação inicial” para uma “intolerância inflexível” (Kamen, 1967, p. 41). Kamen fornece alguns exemplos concretos desse câmbio:

Em 1522, ele se opôs à supressão à força da missa;
 Em 1525 ele considerava tal medida um dever, uma vez que a missa era blasfêmia pública contra Deus. No começo ele defendera os direitos subjetivos de consciência; Em 1526, ele se recusava a sustentar o argumento apenas em nome da consciência, e em vez disso estabelecia as Escrituras como um critério objetivo, já que ‘uma boa consciência não deseja

¹⁰ O que não quer dizer, naturalmente, que ele não tivesse uma teologia coerente (ao menos em seus aspectos fundamentais). Lucien Febvre, por exemplo, afirma que, no que toca à fé, isto é, na estrutura teológica, não há “verdadeira ruptura” entre o Lutero de 1520 e o do pós-1525 (2012, p. 16), há uma coerência que perdura ao longo da vida do Reformador, a despeito de outras marcações temporais na sua vida e na sua obra.

¹¹ Se é de registro psicologizante que estamos a falar: na sua biografia de Bach, John Eliot Gardiner refere-se ao luteranismo como o resultado “de uma crise psicológica de um monge profundamente neurótico que encontrou a paz ao entregar seu problema para Cristo”. Nesse sentido, o contraste com a natureza “sistemática e intelectual” do calvinismo (afinal, o fundador era um advogado, brinca Gardiner) não podia ser maior (2015, pp. 34-35).

mais do que ouvir os ensinamentos das Escrituras'. Em 1528, ele se opunha à pena de morte para anabatistas. Em 1530 ele a aprovava. Em 1523 ele mostrara preocupação com os judeus; em 1536 aprovou sua expulsão da Saxônia, da mesma forma como em 1532 ele aconselhou o governante prussiano a expulsar os zuinglianos de seu território por eles discordarem dos luteranos quanto à teologia da Eucaristia. (Kamen, 1967, p. 41)

Assim, o pensamento político de Lutero, especialmente a questão dos limites do uso legítimo do poder secular, é um território movediço¹², um dos temas em que o reformador se infligiu “mil desmentidos [...] de página em página e de ano em ano” (Febvre, [1928] 2012, p. 83). Ao que tudo indica, a Guerra dos Camponeses¹³ – que Lutero viu com horror – foi um dos eventos decisivos nessa inflexão (embora não o único: voltaremos a este ponto mais adiante). Nosso interesse aqui recai especialmente sobre o Lutero amadurecido do período 1517-1525, em contraposição tanto ao “Lutero hipotético” dos anos de formação quanto ao Lutero “cansado e exaurido” dos anos 1525-1546.¹⁴

¹² Num artigo de 2020, o teólogo luterano brasileiro Wilhelm Wachholz apresenta a intolerância de Lutero para com os anabatistas (crescente ao longo da sua vida) como caso exemplar do percurso do reformador com relação à tolerância tomada de forma mais ampla (ver referências bibliográficas). Agradeço a um dos pareceristas anônimos por me chamar a atenção para a obra de Wachholz, razão pela qual cheguei ao artigo mencionado.

¹³ A Guerra dos Camponeses começou na Floresta Negra em 1524, espalhou-se primeiro pelo sul, depois pelo centro e chegou ao norte da Alemanha em 1525. O movimento chacoalhou cerca de um terço do território europeu onde se falava alemão (Rieth, 1996, p. 274). O nome convencional induz à erro, porque não se tratou de um movimento estritamente camponês. A liderança do movimento era constituída principalmente por artesãos (Elton, 1999, p. 33). Como nota Rieth (1996, p. 273), o termo “guerra” tampouco é muito exato: o movimento foi mais uma revolta ou levante do que propriamente uma guerra.

¹⁴ Devo esta periodização da biografia de Lutero a Lucien Febvre (2012, pp. 11-2). De qualquer forma, a percepção de 1525 como um ano crucial e bifurcador no pensamento de Lutero é onipresente na bibliografia especializada, além de ter raízes firmes na própria tradição luterana. De acordo com Hillerbrand, a dicotomia

Feitas estas ressalvas, contudo, e conscientes de nossos limites e dos riscos que corremos, avaliamos ser possível explorar o tema da tolerância em Lutero, ainda que de forma especulativa. Tentaremos apontar algumas evidências de uma inclinação de Lutero na direção da defesa de um regime de relativa tolerância religiosa. A posição do teólogo é incerta, hesitante e repleta de contradições; além disso, não chegou a se desenvolver como uma doutrina acabada. Essa posição está sintetizada melhor do que em qualquer lugar no opúsculo *Da autoridade secular*, publicado por Lutero em 1523,¹⁵ e que muitos consideram o texto político mais importante de reformador.¹⁶ Esse texto tendeu a ser lido pela posteridade como uma defesa da tolerância, como se diz na apresentação de uma das edições brasileiras da obra.¹⁷ Tentaremos chamar a atenção para os elementos que marcam a excepcionalidade desse escrito, capaz de destacá-lo de outros escritos do reformador no período.

Febvre considera essa obra um dos grandes “tratados liberais” luteranos ([1928] 2012, p. 17). Fosse apenas por ela, talvez Lutero pudesse ser considerado um pioneiro defensor da liberdade de consciência. Parece significativo que, anos mais tarde, quando a Genebra de Calvino executou na fogueira o unitarista espanhol Michaelis Servetus (ou Miguel Servet), Sébastien Châteillon (ou Castello) opôs-e à execução simplesmente reproduzindo trechos

entre um jovem Lutero (pré-1525) e um Lutero velho (pós-1525) teve uma primeira expressão no livro *Unpartheyische Kirchen – und Ketzer – Historie*, de Gottfried Arnold, publicado em 1699. Num contexto de disputas teológicas entre “pietistas” e o *establishment* luterano, os primeiros apelavam para “jovem” Lutero –os textos de antes de 1525– para sustentar suas próprias posições teológicas, contra o “velho” Lutero (Hillerbrand, 2003, p. 233). Para mais informações sobre o movimento pietista luterano e seu conflito com a ortodoxia, ver Gardiner, 2015, p. 33.

¹⁵ No original: “Von weltlicher Oberkeit”.

¹⁶ Por exemplo, Collinson, 2006, p. 173.

¹⁷ Lutero e Calvino (2005). Esclarecemos que não foi esta a edição citada neste trabalho.

inteiros de *Da autoridade secular* na defesa que fez do acusado (Höpfel, 1991, p. 11).¹⁸

Mas vejamos mais de perto alguns dos argumentos que Lutero mobilizou em defesa da liberdade religiosa. *Da autoridade secular* é um curto (como soem ser os textos de Lutero) texto de intervenção com três propósitos, aproximadamente correspondentes às três partes do ensaio: a defesa da legitimidade do poder secular, a defesa de limites ao poder secular e o oferecimento de conselhos a príncipes pios. Cada um desses temas possui desdobramentos e subtemas mutuamente relacionados com os demais pontos. Por exemplo, se o poder secular não é em si mesmo ilegítimo, os postos e cargos associados cujos ocupantes têm por dever de exercer a violência, como os de militar, carrasco ou mesmo de magistrado podem ser ocupados por cristãos sem que estes incorram em pecado. Nem todos os temas abordados ali nos interessam na mesma medida. Estamos particularmente interessados na forma como Lutero entende e fundamenta os limites do poder secular, particularmente em matéria de fé: “Temos que aprender agora qual é o alcance” desse poder “e até onde se estende sua mão, para que não ultrapasse seus limites e interfira no reino e no regime de Deus”, pois “resulta em dano insuportável e terrível quando se lhe abre espaço demais “ (Lutero, [1523] 1996a, p. 97). Mas como sabemos que o poder secular alcança mais do que deve? “Quando se impõe uma lei humana à alma, exigindo que creia isto ou aquilo” (Lutero, [1523] 1996a, p. 97). Assim, o Lutero de *Da autoridade secular* é cristalino na rejeição do uso da coerção em matéria religiosa. Nas palavras de Febvre:

¹⁸ “O martírio de Servetus sedimentou a reputação de Calvino como líder intolerante” (Kamen, 1967, p. 76).



Não há, nunca houve e nunca haverá [para o Lutero “idealista” de 1520] uma coletividade religiosa que possa se dizer incumbida pelo próprio Deus de definir o sentido da Palavra; nenhuma que possa, a esse título, exigir a cega submissão das consciências; nenhuma, enfim, possui o direito de recorrer ao braço secular para impor aos homens crenças determinadas ou o uso dos sacramentos. ‘Aquele que não quer o batismo que o deixe para lá’, declara categoricamente Lutero em 1521 [...] E acrescenta: ‘Aquele que quiser passar sem a comunhão tem o direito a tanto’. [...] Para a indiferença, a hostilidade, a incredulidade, o Lutero de 1520 conhece um único remédio: pregar a Palavra e deixá-la agir. ‘Se ela nada consegue, muito menos conseguirá a força, mesmo mergulhando o mundo nesses banhos de sangue. A heresia é uma força espiritual. Não pode ser golpeada com o ferro, queimada pelo fogo, afogada na água. Existe, porém, a Palavra de Deus: ela é que triunfará!’ (Febvre, 2012, p. 186)

A coerção em matéria de fé é, em primeiro lugar, intrinsecamente errada, mas um elemento surpreendente na *rationale* de Lutero é que a coerção religiosa também é *fútil*, isto é, incapaz de produzir os resultados pretendidos: convicções religiosas sinceras e genuínas não têm como ser infundidas à força: “[...] não se poder forçar a ninguém a ser cristão” (Lutero, [1523] 1996a, p. 95), isso porque “os pensamentos e intenções a ninguém são manifestos, a não ser a Deus. Por isso é vão e impossível ordenar a alguém ou forçá-lo a crer isto ou aquilo. Para isso é necessário outro método; a violência nada alcança” (Lutero, [1523] 1996a, p. 99). A força física que compõe a substância da autoridade tem natureza diferente da força espiritual e por isso seria inadequada para confrontar a fé. A heresia não tem como ser evitada com coerção (Mitchell, 1992).

O resultado da aplicação da coerção em matéria de fé seria que débeis consciências se sentiriam forçadas a mentir, a “negar e dizer algo diferente do que sentem no coração” (Lutero, [1523] 1996a, p. 100). Este é um argumento com forte sabor liberalizante que, no século seguinte, teria importância na defesa que Bayle e Locke fariam de um regime de tolerância religiosa.

Se a coação em matéria de fé é errada, como se depreende do texto de Lutero, se não é legítimo o uso da coerção, de tribunais e da aplicação de penalidades, temos como consequência que o pertencimento à igreja é voluntário, ou seja, a igreja é entendida como *congregatio fidelium*, isto é, como instituição *puramente associacional*, destituída do poder da espada (Skinner, 1978, p. 14): a igreja é uma associação em que se entra e da qual se sai de forma livre e voluntária. Mas como observa Höpfel, talvez Lutero não tenha percebido que isso inviabilizava uma igreja cujo pertencimento coincidissem com o pertencimento a uma ordem política (Höpfel, 1991, p. xi).

Lutero é enfático na retórica da separação dos âmbitos carnal (a Lei, o Velho Testamento) e espiritual (o Evangelho, o Novo Testamento), que pertencem a ordens diferentes (Mitchell, 1992, p. 689) e na diferenciação entre competências próprias a cada uma dessas esferas (Höpfel, 1991, p. xii). Dada a sua importância, este tema merece atenção especial, aqui. Sheldon Wolin atribui a Lutero (e aos primeiros reformadores) uma investida para despolitizar – por assim dizer – a religião (Wolin, 2004, p. 128), do ponto de vista conceitual. Nesse sentido é que afirma que Lutero criou um “vocabulário religioso destituído de categorias políticas” (Wolin, 2004, p. 129) da mesma forma como Maquiavel teria criado um vocabulário político destituído de categorias religiosas.¹⁹ O fato é que Lutero “nunca pensou em termos de

¹⁹ Mitchell destaca a importância desse movimento para o pensamento político,

uma instituição teocrática”, diz um comentador, justamente por ter mantido de forma coerente (ou aproximadamente coerente, diríamos) a separação entre essas competências (Elseroad, 1979, p. 82).

A diferenciação entre as jurisdições da espada e do cajado, por si só, não é novedosa. Trata-se de elemento aninhado na tradição medieval. Manter a paz, fazer cumprir as leis, oferecer proteção aos cidadãos que observam as leis e punir os transgressores são deveres tradicionalmente associados ao poder temporal, e Lutero acompanha a tradição neste ponto (Höpfl, 1991, p. viii). “Corpo, honra e propriedade” são assuntos seculares, para ele (Höpfl, 1991, p. xiii).²⁰ Como nota Mitchell, o fato de que Lutero enfatize a distinção entre as esferas (Locke faria o mesmo mais tarde) significava que para ele, Lutero, eles se haviam confundido além do que seria aceitável. A expressão máxima desse desarranjo estava em que bispos governavam cidades e senhores seculares governavam almas humanas (Lutero, 1996). Separar as duas esferas é importante para a salvação, sendo assim um imperativo teológico, mais do que político (Mitchell, 1992, p. 691).

O fundamento da distinção entre as esferas está em outro par conceitual que devemos trazer à baila – uma formulação especificamente *teológica* – que é o *contraste entre a Igreja visível e a Igreja invisível, ou entre o Reino Mundano e o*

ao criar um vácuo de justificativa do poder temporal, abriu o caminho para uma ética política eminentemente secular (Mitchell, 1992, pp. 688-689).

²⁰ Mitchell, no mesmo sentido: “O governo secular abrange vida e propriedade, mas sobre a alma ele não tem domínio; crença e descrença são matéria de consciência, não de poder” (Mitchell, 1992, pp. 690-691). De qualquer modo, Lutero não se empenha muito na definição de ambos os domínios, e talvez seja fácil apontar certa fragilidade conceitual ali. Mas a própria coerência da ideia de separação é fragilizada pelo Reformador, quando afirma que “a religião não é uma esfera da vida [...]” mas “pertence a todas as esferas da vida”? (Höpfl, 1991, p. xiii). Podemos perguntar-nos também até que ponto a o conhecido desdém de Lutero pela existência de um clero especializado e separado do restante dos fiéis (o “sacerdócio universal” dos fiéis tornar-se-ia um ponto importante da doutrina luterana) não contribuiu para enfraquecer a separação funcional das esferas.

*Reino de Deus*²¹ (os ecos agostinianos aqui são evidentes).²² O poder repressivo e a aplicação da lei com o emprego dos meios coercitivos pertenciam ao primeiro, enquanto a este último faltariam as qualidades do político (Wolin, 2004).²³ A igreja visível é a comunidade terrena de fiéis, todos aqueles que se entendem por cristãos. Muitos desses fiéis, contudo, dada a queda, a natureza decaída da humanidade, por suas fraquezas, por sua hipocrisia, estão condenados à

²¹ Esta dicotomia aparece em diversas obras de Lutero, mesmo as anteriores ao rompimento com Roma (que fica claro apenas em 1520), e provavelmente é mesmo uma marca agostiniana no Reformador (lembramo-nos de que Lutero era, no final das contas, um monge da ordem agostiniana). Veja-se por exemplo, esta passagem de “Explicação do Pai Nosso”, fruto de uma série de sermões proferidos em latim na Quaresma de 1517 e publicados posteriormente (em 1519) em alemão e em versão editada: “Importa saber que há dois reinos. O primeiro é o reino do Demônio. No Evangelho, Nosso Senhor chamou-lhe o Príncipe ou o Rei deste mundo. Contudo, para os crentes, deve ser uma grande miséria e uma prisão [...] O Segundo Reino é o Reino de Deus, isto é, o Reino da justiça e da verdade a que Cristo se refere: Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça” (Lutero, [1519] 1990, pp. 36-38).

²² Joshua Mitchell refere-se ao “êxito da luta ansiosa de Lutero e outros reformadores para descobrir e proclamar novamente, como Agostinho uma vez o fizera, a distinção entre os reinos carnal e espiritual” (Mitchell, 1992, p. 689). Contudo, o agostinianismo está mais na estrutura dicotômica e na semântica do que no conteúdo dos respectivos domínios. Como lembra Zachhuber (citando o teólogo luterano do século XIX Albrecht Ritschl), Agostinho identificava o Reino de Deus com a Igreja, vista como uma instituição pareada com o poder secular. Os Reformadores identificaram a Igreja como a comunidade dos fiéis, o poder secular como uma instituição “chancelada pelo Poder Divino” e a justiça civil como um “bem moral positivo” (Zachhuber, 2017, p. 9).

²³ Veja-se que embora faltem as qualidades do político ao mundo espiritual, o mundo secular não é destituído de vínculos com o mundo espiritual: este mundo não se emancipou do outro. Em outras palavras: continua encantado. Assim, a distinção espiritual-carnal não equivale nem se superpõe ao par encantado-de-sencantado. Na interessante interpretação oferecido por Mitchell, o poder secular é justificado com base no pacto de Deus-Pai com Israel, na Lei de Moisés, no Velho Testamento, que ainda se aplicaria aos ímpios. A espada secular (a qual *não é justificada secularmente*, portanto) é necessária para manter os filhos do mundo em ordem. Mas há o poder espiritual, estabelecido pelo Novo Testamento. Deus-Pai é poder, e Deus-Filho é espírito (Mitchell, 1992, pp. 689-691). Rainer Forst, no mesmo sentido, afirma que, em Lutero, a despeito da separação das esferas, o poder secular “permanece ancorado numa ordem divina abrangente [...], mas, por outro lado, torna-se uma instituição independente que é indiretamente dotada de autoridade divina (no seu próprio domínio)” (Forst, 2003, p. 121).

danação eterna. Assim, a Igreja visível inclui tantos os salvos quanto os condenados.²⁴ A Igreja invisível é a comunhão dos santos, aqueles a quem Deus conferiu sua graça.²⁵

Fôssemos todos verdadeiros cristãos (integrantes da igreja invisível), saberíamos como proceder uns em relação aos outros: “Ora, essas pessoas não precisam de espada ou direito secular. E se todas as pessoas fossem cristãos autênticos, isto é, verdadeiros crentes, não seriam necessários nem de proveito príncipe, rei ou senhor, nem espada nem lei” (Lutero, [1525] 1996b, p. 85). Há um governo espiritual que diz respeito só aos verdadeiros cristãos; e há o governo secular, que é uma necessidade imposta pelos “acristãos e maus” (Lutero, [1525] 1996b, p. 86). A lei e a espada existem para conter a inclinação dos não cristãos (no sentido dos que pertencem ao reino mundano) para o mal. Embora os nominalmente cristãos sejam muitos (Lutero, [1525] 1996b, p. 87), os verdadeiros cristãos são poucos (“um em mil”, arrisca Lutero ([1525] 1996, p. 86), inclusive entre os príncipes (há verdadeiros patifes a quem chamamos

²⁴ O conhecimento a respeito de quem está salvo e quem está condenado, no entanto, não é autoevidente nem público, mas um segredo conhecido apenas por Deus. Por essa razão, diz Elton, ninguém pode ser excluído da comunhão com a Igreja, a menos como punição por ter cometido um pecado público e grave. Elton afirma ainda que a excomunhão nunca foi uma questão muito importante no luteranismo (Elton, 1999, p. 32).

²⁵ A imagem da “verdadeira igreja” como invisível e etérea é não deixa de servir de contraponto à pesada institucionalidade da Igreja Católica. Febvre capta o contraste imagético: “A Igreja cujo conceito ele define em 1520, após alguns tateios prévios, não é uma ampla e poderosa organização como a Igreja romana, instituição secular que, agrupando-se em dioceses todos os homens que receberam o batismo, impõe-lhes a autoridade de padres consagrados, predicadores de um credo dogmático e moedeiros de graças pelo mágico canal dos sete sacramentos. Tudo isso com apoio dos poderes temporais. A essa igreja visível, e, digamos, maciça, Lutero, opõe sua verdadeira igreja: a Igreja invisível. Composta apenas daqueles que vivem a verdadeira fé, daqueles que, crendo nas mesmas verdades, sensíveis aos mesmos aspectos da divindade, esperando as mesmas beatitudes celestes, encontram-se unidos não por laços externos de uma submissão meramente militar ao papa, e sim por laços íntimos e secretos que tecem, de coração a coração, de espírito a espírito, uma comunhão profunda dentro das alegrias espirituais” (Febvre, 2012, pp. 184-5).

de “príncipes cristãos e obedientes”, diz ele) ([1525] 1996b, p. 82). Nos termos de Lutero, o governo das almas cristãs é um governo invisível pelo qual “todos são sujeitos uns aos outros”, reciprocamente. No entanto, como a grande maioria da humanidade nunca será cristã, o governo invisível e espiritual deve ser suplementado por um governo visível que imponha a paz (Mitchell, 1992, p. 691). Um governo cristão (que governasse evangelicamente, sem o uso da violência) sobre uma grande multidão perversa seria inviável (Lutero, [1525] 1996b, p. 86).

Pois bem, há, então, duas arenas, que têm fundamentos de legitimidade diferentes. Como diz Febvre, para Lutero: “[...] se, em um Estado monárquico, o príncipe age como membro da comunidade dos crentes ou, em um Estado democrático, os representantes válidos do povo soberano tratam de organizar o ensinamento da Palavra [...] em nada participam, jamais, da autoridade divina.” (Febvre, [1928] 2012, pp. 185-186). Além disso, elas operam com lógicas, fins e âmbitos de aplicação distintos. Ambas as arenas são imprescindíveis e nenhuma delas é suficiente. O governo secular é essencial para constranger *externamente* os não cristãos (ou cristãos nominais, ou pseudocristãos) forçando-os a se comportar bem e pacificamente. No entanto, por si só, aplicado ao plano espiritual, ele gera hipocrisia, “*mesmo que fossem [obrigados a cumprir] os próprios mandamentos de Deus*” (Lutero, [1525] 1996b, p. 87, grifo e acréscimo nosso). Sozinho, o governo secular é incapaz de tornar alguém justo aos olhos de Deus: consegue apenas produzir conformidade no comportamento exterior, não inclinação ou convicção íntima. Para ser justo, não bastam boas obras (o comportamento *externo* correto) mas é preciso levar “o Espírito Santo no coração” (Lutero, [1525] 1996b, p. 87). Como a coerção opera sobre o comportamento externo, mas não sobre o coração, a coerção é fútil e incapaz de produzir bons frutos espirituais: Cristo quis “um povo livre, sem pressões e

atropelos, sem lei e espada” (Lutero, [1525] 1996b, 88). O perigo, diz Lutero, é misturarmos essas duas arenas. “Por isso tem que se distinguir cuidadosamente esses dois regimes” (Lutero, [1525] 1996b, p. 87).²⁶

Se governo secular existe para conter apenas os perversos (como vimos, os verdadeiros cristãos não necessitariam de coerção para agir moralmente), nem por isso os cristãos estão eximidos do dever de obediência. Antes, esse dever lhes é imperioso: embora cristãos não precisem da espada para si mesmos, o fato de que vivem em meio aos perversos cria a obrigação de contribuir com sua obediência para que a autoridade do governo seja preservada, porque essa é uma necessidade dos demais, do “próximo”, por assim dizer (Lutero, [1525] 1996b, p. 88). Em suma, não importa quão pio seja o cristão nem quão ímpio e perverso seja o magistrado, aquele deve obediência a este. “O mais odioso tirano deve ser obedecido, assim como o mais paternal dos reis. Seus atos? Deus os quer tais como são. Suas ordens? Deus aceita que ele as dite” (Febvre, 2012, pp. 290). Os príncipes perversos “são flagelos de Deus. São os capangas, os tubarões, os carrascos que ele emprega para domar os maus e fazer reinar, pelo terror, a ordem e a paz externas em uma sociedade de homens corruptos” (Febvre, [1928] 2012, p. 260). Assim, o príncipe perverso é uma espécie de instrumento da ira de Deus-Pai, “necessária para constranger a fera nietzscheana” (Mitchell, 1992, p. 691). A natureza decaída da humanidade impõe a necessidade de governos, assim como a obediência à magistratura civil, qualquer que seja o temperamento ou a inclinação do magistrado, é parte

²⁶ Na sua ira despertada pela Revolta dos Camponeses, Lutero censurava aos revoltosos a falta de entendimento do que era a liberdade cristã. Acusava-os de “confundir os dois reinos” (Collinson, 2006, p. 202; Forst, 2003, p. 122; Elseroad, 1979, p. 24).

da ordem de Deus para suas criaturas (Elton, [1963] 1999, p. 37).²⁷

Assim, por um lado, é parte do dever religioso do súdito cristão prestar obediência ao governante. Por outro, o governo secular não deve “dominar as consciências e a fé” (Lutero, 1996, p. 81), já que esta última está no coração e não depende das obras e comportamentos externos. Um possível curto-circuito dessas duas normas ocorreria com um magistrado que ordena um comportamento contrário à palavra de Deus. Não se trata de questão esotérica ou hipotética, Lutero está pensando precisamente num caso como esse ao indignar-se com que “agora [magistrados] até começaram a ordenar ao povo que entregue livros, creia e cumpra o que eles ordenam” (Lutero, 1996, p. 81), uma referência aos príncipes católicos que proibiam e recolhiam a tradução da Bíblia feita pelo próprio reformador, como ocorreu na Baviera em Brandemburgo, por exemplo (Forst, 2003, p. 129). Estariam então os cristãos eximidos do dever de obediência diante de ordens como essas, especificamente em matéria de fé?

Eis como Lutero resolve esta antinomia: sim, há limites ao que o magistrado pode *legitimamente* exigir dos súditos. Contudo, se o magistrado ultrapassar esses limites (por exemplo, com uma ordem contrária à “verdadeira religião”) e passar a agir de modo ilegítimo, nem por isso o súdito tem o direito de lhe oferecer resistência ativa. Cumprir a ordem do magistrado é um pecado aos olhos de Deus, mas oferecer-lhe resistência também o é (Elton,

²⁷ Mais tarde, nas conversas à mesa com seus alunos, Lutero “se revela de modo mais brutal: ‘Os príncipes do mundo, deuses; o vulgo, Satã.’ Como, então, se revoltar? Quem ousaria? Em nome de quê? Não, não, ‘mais vale os tiranos cometerem mil injustiças contra o povo, do que o povo, uma única injustiça contra os tiranos’” (Febvre, [1928] 2012, p. 290). Febvre retira esta passagem das “*Tischreden*” (Lutero, [1566] 2016), isto é, coletâneas de anotações de seus alunos das conversas que mantinham com o mestre à mesa. Embora bem estabelecidas como fonte na tradição luterana, têm *status* epistêmico um pouco mais incerto do que os textos publicados pelo próprio reformador.

1999, p. 37), porque já dissemos, mesmo o magistrado ímpio e perverso só existe por autorização e providência divina (Albuquerque e Cabral, 2020, p. 30). Em caso de “conflito entre sentimentos cristãos e deveres mundos” (Febvre, 2012, p. 261), o verdadeiro cristão não pode rebelar-se, mas deve anunciar abertamente sua recusa a cumprir ordens e leis iníquas, uma espécie de desobediência resignada, “passiva e individual” (Albuquerque e Cabral, 2020, p. 30) e, portanto, sofrer a punição estipulada pelo magistrado (Forst, 2003, p. 129). O magistrado iníquo terá de haver-se com Deus, quando chegar a sua hora (Elton, 1999, p. 37).

Compreende-se a asserção frequente – e em linhas gerais – segundo a qual a teologia política luterana (e a própria Reforma) contribuiu para o fortalecimento do poder secular e, para usar um termo anacrônico, foi um vetor de “soberanismo”.²⁸ Mas é um equívoco enxergar *neste texto* apenas uma hipertrofia do dever de obediência, porque Lutero está tratando justamente das condições de suspensão desse dever. Se a questão do texto é “até que ponto a autoridade secular pode legitimamente exigir obediência”, a conclusão retirada do texto só pode ser “não completamente e não em tudo” (Collinson, 2006, p. 173). Não se trata, portanto, como querem alguns, da afirmação de um dever irrestrito de obediência, e sim de uma proibição incondicional da revolta, o que é outra coisa, conforme o opúsculo:

revela um Lutero no seu ponto de maior hostilidade à
autoridade secular: a verdadeira religião é apresentada

²⁸ Evidentemente, o termo só pode ser usado com muitas aspas. Estamos de acordo com Mitchell neste ponto: “A definição weberiana de poder político como ‘o monopólio do uso legítimo da violência num dado território’ pode parecer-nos axiomática, hoje; mas a ideia teria parecido absurda a Lutero (nós tendemos a sequer considerar isto como uma dificuldade teórica). Lutero diria que a visão weberiana só poderia assemelhar-se a húbri e que é anticristã – a que Weber responderia enfaticamente ‘Sim’” (Mitchell, 1992, p. 692).

aqui como algo mais divorciado da vida da comunidade civil do que em suas obras anteriores ou posteriores, como mais privada e mais pessoal. Uma jurisdição mais restrita é atribuída aos magistrados. E a verdadeira igreja é retratada como mais independente de sua autoridade. Em contrapartida, vemos Lutero aqui oferecendo uma justificação da tolerância religiosa que não se encaixa em sua atitude posterior de repressão da heresia e da blasfêmia, nem em boa parte das questões de sua teologia. (Höpfl, 1991, p. x)

Nesse aspecto, Febvre soa parcialmente equivocado quando afirma que ideias sobre a “obediência absoluta aos reis, mesmo que a ordem seja injusta” permeiam “do começo ao fim o tratado de 1522 sobre a autoridade secular” (Febvre, [1928] 2012, p. 264). Como toda a obra de Lutero, esse é um panfleto até certo ponto “soberanista”, um texto em geral com muita boa-vontade para com o poder secular, mas *hesitantemente* soberanista e carregado de ambiguidades: a tendência soberanista é equilibrada por outra tendência em sentido contrário, que podemos chamar de “tolerantista”. Uma das razões pelas quais Febvre está enganado é que o texto sequer tem como propósito tratar dos deveres dos súditos. É bastante instrutivo contrastar *Da autoridade secular* com *À nobreza cristã da nação alemã*, outro panfleto de juventude de Lutero que, este sim, podemos definir como *decididamente* “soberanista”. O próprio Lutero abre *Da autoridade secular* enfatizando uma diferença fundamental entre os dois textos: “Há algum tempo”, diz Lutero na abertura do opúsculo, “escrevi um panfleto à nobreza alemã” em que tratava de suas tarefas e deveres como cristãos. Agora, tomava “outra direção”, escrevendo sobre o que os príncipes “*não* devem fazer” (Lutero, [1525] 1996a, p. 81). Isso explica (mas só em parte) o grande contraste entre ambos os textos: eles respondem a problemas diferentes.

Voltemos por um momento nossa atenção ao panfleto *À nobreza cristã da nação alemã*, de agosto de 1520. É um dos textos que assinala a ruptura com Roma. Como o próprio nome do panfleto sugere, trata-se de um apelo de Lutero ao poder secular contra o papado, defendendo inclusive que aqueles que possuem força para tanto podem legitimamente depor um “pontífice infiel ou culpado” “para preservar as liberdades cristãs” (Febvre, [1928] 2012, p. 179). É, efetivamente, um convite para que a nobreza ponha fim ao poder *temporal* do papado (Elseroad, 1979, p. 32), e também a alguns poderes na própria instituição eclesiástica, como a exclusividade da prerrogativa de convocar um concílio. Observe-se que mesmo a passagem “tolerantista” (pelo valor de face), em que condena o uso da força contra as heresias, não é uma advertência ao poder secular, mas uma censura do papado, que queimou João Hus²⁹ (cujo nome é mencionado explicitamente). Collinson também vê a obra como uma tentativa de ganhar o apoio secular à causa da Reforma, acenando com a vantagem que a secularização dos bens (2006, p. 172) e de autoridade (Wolff, 2017, p. 250) podiam trazer. A agenda é de fortalecimento do poder secular como estratégia defensiva contra o papado, visível desde muito. Como diz Mitchell, precisa-se de poder físico para ser contraposto ao poder igualmente físico exercido pela Igreja Romana sobre os estados alemães (1992, p. 692). Por isso a obra é “soberanista”: advoga claramente pela subordinação da instituição eclesiástica (no caso, a Igreja Romana) ao poder secular.

À carta dirige-se contra os romanistas, que, por assim, dizer, sequestraram (naturalmente, a expressão não é de

²⁹ “Os hereges deveriam ser vencidos com escritos, como fizeram os antigos pais, e não com fogo. Se vencer hereges com fogo fosse sinônimo de conhecimento, os carrascos seriam os mais cultos doutores sobre a terra; tampouco teríamos necessidade de estudar, mas quem vencesse o outro por meio da força poderia queimá-lo” (Lutero, [1520] 1992, p. 326).

Lutero) a igreja e o próprio cristianismo, astutamente bloqueando tentativas de reforma com três muros: a supremacia do poder eclesiástico sobre o secular, o monopólio papel da interpretação bíblica e o monopólio papal da convocação de concílios (Lutero, [1520] 1992, p. 281). O que nos interessa mais de perto aqui é, claro, o primeiro dos muros. O muro tem dois apoios: o primeiro é a própria existência de um estamento eclesiástico separado dos demais cristãos. “Inventou-se” a “fraude muito refinada” segundo a qual “o papa, os bispos, os sacerdotes e os monges sejam chamados de estamento espiritual”, enquanto “príncipes, senhores, artesãos e agricultores, de estamento secular” (Lutero, [1520] 1992, p. 282). Lutero rejeita a especialização sacerdotal e, ao fazê-la, afirma a famosa doutrina do sacerdócio universal, tão cheia de consequências para a individualização da fé e comprometedora para o papel de intermediação da Igreja: “todos os cristãos” são do “estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles a não ser exclusivamente por força do ofício”. Desta forma, “todos nós somos ordenados sacerdotes através do Batismo” (Lutero, [1520] 1992, p. 282). Assim, como relativiza a especialização sacerdotal, vê como descabida a pretensão do clero de estar acima e fora do alcance da justiça secular:

uma vez que o poder secular é ordenado por Deus para punir os maus e proteger os bons, deve-se deixar que seu ofício passe livre e desimpedidamente por todo o corpo da cristandade, sem acepção de pessoas, atinja ele o papa, bispo, padres, monges, freiras ou a quem for. (Lutero, [1520] 1992, p. 284)

O que explica o contraste entre os dois opúsculos? A bibliografia especializada costuma explicar as guinadas de Lutero, apelando para mudanças de contexto. Assim, Collinson especula que *Da autoridade secular* marcaria uma

“mudança de tática” em relação a *À nobreza cristã da nação alemã*: seria uma indireta a Jorge, o Barbudo, da Saxônia, o príncipe saxão que resistiu à Reforma em seu território e a sitiou na Saxônia eleitoral de Lutero ([1566] 2016, p. 173).³⁰

Quaisquer que fossem as motivações de Lutero, no entanto, podemos dizer que *Da autoridade secular* acabou tendo um papel limitado no pensamento político do reformador. “Com palavras como aquelas”, escreve Elseroad, “Lutero poderia ser retratado como um campeão da liberdade religiosa. Mas esse não era nem seu destino nem sua causa” (Elseroad, 1979, pp. 39-40). Seu objetivo era “a lealdade para com a Palavra de Deus [tal como ele a entendia, claro] e sua causa era garantir que ela permanecesse pura”. Essas duas causas “correriam por trilhos separados” (Elseroad, 1979, pp. 39-40, acréscimo nosso), e o desenrolar dos acontecimentos terminará levando a uma aliança cada vez mais forte da Reforma luterana com o poder secular; assim, o próprio pensamento político de Lutero evoluiria num sentido não apenas diferente, mas oposto, isto é, as tendências soberanistas triunfaram, enquanto os elementos tolerantistas foram abandonados e se atrofiaram.

A Reforma e o fortalecimento do poder secular

A relação de causa e efeito entre a Reforma e o fortalecimento do poder secular não chega a ser uma questão controversa.³¹ Contudo, isso talvez não se aplique da

³⁰ De acordo com Roper, autora de uma biografia recente e festejada de Lutero, Jorge, o Duque da Saxônia Ernestina, era inicialmente simpático à Reforma, mas mudou de ideia depois de Lutero deixar-lhe uma péssima impressão por ocasião do debate com o católico Eck em Lúpsia (ou *Leipzig*). “A oposição em relação à Reforma do primo do Eleitor e dirigente da outra metade da Saxônia foi um problema constante para Lutero, até a morte do Duque em 1539” (Roper, 2020, p. 145).

³¹ A Reforma, escreve o teórico político Georges Sabine nos longínquos anos 30, “acelerou em conjunto a tendência, já existente, a aumentar e consolidar o poder das monarquias” (Sabine, [1937], 1994, p. 282). É significativo que Quentin Skinner, em tantos aspectos tão distinto de Sabine e frequentemente oposto a ele, desta vez dele não divirja ao escrever que “a principal influência da

mesma forma a *qualquer* poder secular, ou pelo menos não da mesma maneira, e sim, sobretudo, ao poder secular *territorial*.³² Como notam Albuquerque e Cabral, as duas agências com pretensões universalistas paralelas, o papado e o império, saíram enfraquecidas do processo, “permitindo o desenvolvimento paulatino de um monismo político/jurídico” (Albuquerque e Cabral, 2020, p. 42).³³

O que move Lutero na década de 1520 é, principalmente, a rejeição do poder político do papado (Wolin, 2004, p. 131) e da jurisdição da Igreja romana (Skinner, 1978, p. 14). Para ele, pretensões de governo vindas do Papa ou de Roma deveriam ser vistas como usurpadoras em relação às autoridades temporais (Skinner, 1978, p. 14) e tirânicas em relação aos súditos (Höpfl, 1991, p. viii). A motivação de Lutero para enfatizar este ponto não era apenas especulativa e filosófica, mas também estratégica (e nessa dimensão, também há continuidades em relação à tradição medieval). Enfatizar a separação das jurisdições deve ser entendido como um argumento defensivo

teoria política luterana no início da Europa moderna está no encorajamento e na legitimação de monarquias unidas e absolutistas” (Skinner, 1978, p. 113).

³² No começo da década de 1530, príncipes protestantes criam uma aliança defensiva contra o Imperador e as Dietas, a Liga de Esmalcalda (ou Schmalkalden). Os integrantes da Liga acordavam assistência militar recíproca no caso de qualquer deles ser atacado “a propósito da Palavra de Deus e da Doutrina do Evangelho” (Elton, 1999, p. 104). Como conciliar este gesto de desafio com a doutrina luterana da obediência? Lutero relativiza a ideia de obediência devida ao Imperador. Em caso de conflito entre o Império e o magistrado local, era o governante territorial quem tinha de ser obedecido (Elton, 1999, p. 121).

³³ Por vezes, Lutero parece muito autoconsciente dos efeitos que estava provocando: “‘Nosso ensinamento’, exclama ele, orgulhoso, em 1525, ‘deu à soberania secular a plenitude do seu direito e poder, realizando assim o que os papas nunca haviam feito nem desejavam fazer’” (Febvre, [1928] 2012, p. 290). Febvre não especifica de onde recolheu esta citação. Para o teórico político minimamente familiarizado com a história do conceito de Soberania, esta passagem – também citada por Febvre – é nada menos que fascinante: “Os príncipes, todos os príncipes são seus [de Deus] ajudantes. São deuses, e Lutero não espera por Bossuet para dizê-lo: ‘Os superiores são denominados deuses’, escreve ele em 1527, ‘em consideração a sua função, porque fazem as vezes de Deus e são ministros de Deus’” (Febvre, [1928] 2012, p. 290. A frase de Lutero tem outra vez origem não especificada).

dirigido contra as pretensões universalistas e abrangentes do poder papal. Após a sua excomunhão em junho 1520 e a sua proscricção pelo Imperador na Dieta de Worms, Lutero se tornou crescentemente dependente das autoridades seculares que não o próprio Imperador.³⁴ Príncipes e magistrados engajaram-se na Reforma desde o princípio, fosse como “protetores, beneficiários ou oponentes” (Höpfl, 1991, p. vii).

Elton afirma que o apoio principesco era o critério para definir o sucesso da Reforma. Onde triunfou, triunfou pela vontade dos príncipes e com ela (Elton, 1999, pp. 83-84).³⁵ Se a Reforma dependia dos príncipes, estes também obtinham benefícios dela: o poder secular tendia a sair fortalecido onde a Reforma triunfava, seja por razões materiais (a secularização dos bens eclesiásticos) (Collinson, 2006, p. 230), seja pela razão mecânica, por assim dizer, da alteração do balanço de poder, com a anulação do contrapeso representado pelas instituições católicas. Em outras palavras, a anulação súbita da institucionalidade eclesiástica católica nas regiões de religião reformada cria um vácuo de poder que é ocupado pela expansão dos poderes seculares. Como consequência,

³⁴ Com isso, Lutero estava na ilegalidade pela decisão de ambas as espadas, a temporal e a espiritual. A Dieta de Espira (ou de *Speyer*), em 1529, reiterou o Édito de Worms, mantendo a proscricção de Lutero e seus seguidores. Se o Imperador Carlos V se mostrou um duro oponente da Reforma, Lutero pôde contar com o apoio de Frederico, apodado “o Sábio”, eleitor da Saxônia, um dos sete eleitores que escolhiam o Imperador. Frederico nunca se converteu ao luteranismo (Elton, 1999, p. 32). A ele Lutero paga “tributo oblíquo” (Höpfl, 1991, p. 7) em “Da autoridade secular”. Para mais detalhes sobre a estrutura política e outros detalhes do Império à época, ver Elton, 1999, pp. 8-15.

³⁵ Por vezes, a Reforma foi um puro ato de Estado, ação estratégica respondendo a razões de Estado. Estamos de acordo com Hillerbrand quando afirma que este parece ter sido não apenas o caso mais conhecido da Inglaterra, mas também o da Suécia. A monarquia sueca “estava pouco interessada em questões teológicas mas percebeu astutamente que a turbulência política lhe permitira confiscar a propriedade da Igreja e comprometer o seu poder político. (Hillerbrand, 2003, p. 237).

[...] a Igreja visível é colocada sob controle do príncipe pio [*godly*]. Isso não significa que o *rex* se torna um *sacerdos*, ou que ele tenha autoridade para emitir decretos sobre o conteúdo da religião. Seu dever é simplesmente estimular a pregação do Evangelho e apoiar a verdadeira fé. (Skinner, 1978, p. 14, destaque nosso)

Num contexto de hipertrofia do poder secular e de fraqueza relativa das novas igrejas, Lutero invoca a ajuda do poder secular para conter o papado e apoiar a verdadeira fé. Contudo, e previsivelmente, o “príncipe pio” muitas vezes não se conforma ao papel que Lutero lhe reserva e aspira a desempenhar um papel mais substantivo e doutrinário na igreja reformada. O chamamento para que o poder secular assumisse a tarefa de reformar a Igreja dificilmente é conciliável com a autonomia eclesiástica. Assim, Lutero frequentemente se vê às voltas com o problema de que os poderes que ofereciam proteção e assistência contra a tirania do Papado também ameaçavam a nova religião com formas renovadas de controle (Wolin, 2004, p. 133). Esse foi precisamente o mecanismo através do qual algumas autoridades acabaram por sedimentar seu poder sobre as novas estruturas eclesiásticas, o início da “aliança entre trono e altar” (Hillerbrand, 2003, p. 232). Hillerbrand aponta também o que considera um efeito de certa forma positivo (para as igrejas) na interferência principesca em temas teológicos (esses novos Constantinos, um historiador do cristianismo podia dizer): as autoridades políticas arbitraram controvérsias teológicas persistentes que de outra forma se teriam arrastado por muito mais tempo (Hillerbrand, 2003). Mas, para a tolerância, tal simbiose foi só negativa: “a tolerância de Lutero diminuiu na medida em que a sua dependência do magistrado aumentou” (Elseroad, 1979, p. 65).

Assim, o que essa questão sugere é que é possível enxergar na retórica da separação das jurisdições não apenas um recurso antipapal, mas também uma antevisão desse horizonte por parte de Lutero, que tenta salvaguardar alguma integridade teológica da igreja reformada em relação aos príncipes ímpios ou com pretensões doutrinárias (e a parte II de *Da autoridade secular* tem essa questão no radar ao afirmar *limites* ao poder secular). Se o argumento de Lutero tinha gume duplo, contudo, não se pode dizer que fosse igualmente afiado dos dois lados: Lutero se protegeu do papado, mas se colocou, a si próprio e à sua igreja, em situação cada vez mais “dependente da autoridade secular para policiar a igreja visível e para garantir um grau de uniformidade religiosa” (Wolin, 2004, p. 140). A aliança entre o poder secular e clerical encarregou príncipes e outros governos seculares de supervisionar crenças dos súditos e foi “importante no processo de construção do Estado, especialmente nos Estados alemães” (Collinson, 2006, p. 236). Na Saxônia de Lutero, de acordo com Elton,

a autoridade [na estrutura institucional da igreja] realmente emanava do braço secular. Lutero atribuiu ao magistrado cristão o dever e o direito de supervisionar a boa ordem da igreja de Deus [...] tornando de fato a igreja luterana da Saxônia uma igreja estatal. O sistema foi copiado onde quer que a reforma luterana fosse estabelecida.
(Elton, 1999, p. 32)

A retórica da separação, em suma, era ambígua (ou talvez mesmo confusa e contraditória) e ambíguos foram os resultados do argumento (supondo que os argumentos tenham tido importância, mesmo que limitada, nestas circunstâncias). A ambiguidade do reformador é entendida por Wolin como uma contradição entre o

radicalismo religioso e o quietismo político, na dificuldade de conciliar a revolta num campo e a passividade em outro (Wolin, 2004, p. 147).³⁶ Lutero, diz ele, “louvou o poder temporal mais do que qualquer pessoa desde Agostinho” (Wolin, 2004, p. 140). Foi sua doutrina do governo e da obediência – um dos vetores de desenvolvimento da doutrina da soberania – que acabou sufocando dois dos pilares da liberdade religiosa, onde quer que ela seria afirmada nos séculos vindouros: a autonomia da igreja – entendida como associação – e a liberdade de consciência. É neste sentido que Collinson afirma que “A Reforma (e a Contrarreforma) foi (foram) o alto-forno no qual se forjou o Estado moderno” (2006, p. 230).

40

A aliança da Reforma foi percebida com certo incômodo em parte das próprias fileiras protestantes. Hillerbrand cita “um escritor anabatista” segundo o qual “Lutero quebrou a jarra do Papa, mas manteve os cacos em suas mãos”. Ainda de acordo com Hillerbrand, Müntzer, que mais tarde seria o líder da Guerra dos Camponeses, “concluiu que Lutero abriu mão de seus *insights* bíblicos em troca de uma acomodação fácil com as autoridades políticas” (Hillerbrand, 2003, p. 229). Febvre faz referência aos contemporâneos que pensavam que “o homem de Worms” fora sucedido por um “lacaio dos príncipes” (Febvre, 2012, p. 284).

Edwards Jr. chama a atenção para a natureza pereneamente política da Reforma (que se inicia com a convocação de Lutero à Dieta Imperial, não nos esqueçamos). Se o movimento tinha uma natureza tanto religiosa quanto política, destaca ele também que no curso do processo, a dimensão política do movimento se acentuou, isto é, considerações de natureza religiosa cederam espaço a considerações puramente políticas (Edwards Jr., 2003, pp. 200-201).

³⁶ Esclareço que Wolin refere-se aqui tanto a Lutero quanto a Calvino.

Se ele está certo, podemos apontar o ano de 1525 como crucial para esse movimento. E se o *annus mirabilis* de 1525 (Collinson, 2006, p. 82) ocupa um lugar especial na história da Reforma, nenhum evento sozinho teve um impacto tão grande quanto a Guerra dos Camponeses. “Lutero talvez não tivesse escrito ‘Da Autoridade Secular’ após 1525”, afirma Collinson (2006, p. 174).³⁷

A bibliografia da História da Reforma costuma enfatizar 1525 como um momento em que perspectivas mais realistas ganham a mão, uma espécie de momento pé no chão (de formas muito diferentes e sem dizê-lo nestes termos, que são nossos e pelos quais assumimos a responsabilidade).³⁸ Desse ano, Febvre afirma: “*Philosophia de coelo in terram evolavit* [A filosofia desceu do céu para a Terra]” (Febvre, [1928] 2012, p. 292, tradução nossa). Por exemplo, esse momento de crise teria sepultado esperanças muito ambiciosas dos reformadores: ficou claro que a Reforma não conquistaria sequer a Alemanha inteira, o que dirá a Cristandade (Elton, 1999, p. 33). Um aspecto menos enfatizado, mas que

³⁷ Albrecht Classen ressalta o contraste entre o olhar amigável de Lutero para o judaísmo no começo dos anos de 1520 e o agudo antisemitismo que o Reformador abraçou posteriormente (Classen, 2018, pp. 15-16). O tema do antisemitismo em Lutero é ao mesmo tempo um subcapítulo do nosso problema mais amplo da tolerância e uma questão que, por suas particularidades e consequências históricas e especificidades bibliográficas, expandiria este artigo já relativamente longo além dos limites do razoável. Por isso, consideramos que é um tema para ser tratado em separado, em outro texto, e aqui, limitamo-nos a mencioná-lo *en passant*. A bibliografia sobre o assunto é extensa; de qualquer forma, a eventuais interessados no assunto, recomendamos, como ponto de partida, além do referido artigo de Classen, o capítulo 18 da recente bibliografia de Lutero escrita por Lauren Roper, e um artigo de 1993 do prof. Walter Altmann, que ilustra e exemplifica textualmente a “perturbadora” mudança do pensamento de Lutero “de uma posição simpática aos judeus para uma posição francamente agressiva para com eles” (Altmann, 1993, p. 75). Também pode ser de interesse a esse eventual leitor o artigo de Diego Melo Carrasco (2020) sobre o prefácio escrito por Lutero a uma edição europeia do Alcorão publicada em 1543. Como mostra Melo Carrasco, o prefácio é revelador da visão de Lutero não apenas sobre os muçulmanos, mas também sobre os judeus, esses dois “outros” da Europa.

³⁸ As palavras “idealismo” e “ingenuidade” aparecem aqui e ali na bibliografia para qualificar o Lutero de antes de 1525.

nos parece muito significativo, é que; de 1525 em diante, Lutero praticamente só escreve em alemão, renunciando ao latim (Febvre, [1928] 2012, p. 293).³⁹

A Guerra dos Camponeses colocou Lutero contra a parede porque muitos – entre eles príncipes e os próprios revoltosos⁴⁰ – presumiam o apoio do Reformador à revolta, o que o deixou com o ônus de desprovar qualquer conexão entre luteranismo e a anarquia política dos revoltosos.⁴¹ Lutero tinha então duas fortes razões para condenar o levante nos termos duros em que o fez⁴²: uma, estratégica, ou seja, derivada do temor de perder o crucial apoio dos príncipes ao movimento.⁴³ Outra, aparentemente derivada das próprias convicções, isto é, eivada de sinceridade. A pretensão dos revoltosos de falar em nome dos valores do Evangelho é desqualificada por Lutero. “O Evangelho”, diz ele, “condena toda revolta” (Febvre, 2012, p. 263). A partir de 1525, Lutero deixaria de lado as ambiguidades de *Da autoridade*

³⁹ Na sua recente biografia de Lutero, Lyndal Roper enfatiza 1525 como o ano de uma mudança de grandes consequências na vida pessoal de Lutero: foi o ano em que o reformador se casou com a ex-freira Katharina von Bora. Além de reafirmar performaticamente, por assim dizer, o rompimento com o catolicismo, o casamento do ex-monge com uma ex-freira causou escândalo no movimento reformista e inflamou ainda mais a ira católica (Roper, 2020).

⁴⁰ Elton afirma que os revoltosos acreditavam que Lutero, com seus ataques a “monges e a padres gordos” tinha chamado à ação (Elton, 1999, p. 34). Febvre afirma que Lutero foi “evocado” “pelas duas facções” “desde o início” (2012, p. 262).

⁴¹ O verbete “Tolerância”, do Dicionário de Lutero, menciona a “postura” crescentemente intolerante do reformador “em meados da década de 1520”, em reação aos camponeses que “legitimaram sua revolta com argumentos da Reforma” (Schneider-Ludorff, 2021, p. 1086).

⁴² Lutero reage com fúria, escrevendo um virulento panfleto contra os envolvidos na rebelião: “Contra as Hordas Salteadoras e Assassinas dos Camponeses” (Lutero, [1525] 2016). Os rebeldes são chamados pelo reformador de “cachorros loucos” (p. 332), “assassinos infiéis, desobedientes, perjuros e rebeldes, assaltantes e blasfemadores (p. 334), que merecem “a morte múltiplas vezes, tanto do corpo como da alma” (p. 332). Ele exorta as autoridades a reprimir duramente os revoltosos: “Aqui é hora de espada e de ira, e não hora de misericórdia” (p. 335). Essa linguagem tornou-se ainda mais chocante pelo fato de que o panfleto acabou sendo publicado apenas depois da derrota dos revoltosos, “quando os senhores cometiam atrocidades com os prisioneiros que julgavam em seus tribunais militares” (Reith, 1996, p. 281).

⁴³ “A guerra deu munição a críticos católicos da Reforma que viam no movimento como subversivo” (Edwards Jr. 2003, p. 196).

secular enfatizando e robustecendo ainda mais e de forma definitiva o dever de obediência.⁴⁴ Ao leitor de inclinação liberal que olhe com desgosto para esse Lutero, Elton parece pedir um pouco de atenção ao contexto: não se pode fazer justiça aos ensinamentos de Lutero sem que se tenha em mente o “abismo” aberto pela “negação de toda autoridade” pelos revoltosos (Elton, 1999, p. 55).⁴⁵ Uma condição absolutamente crucial para a viabilidade política da tolerância é a desvinculação entre dissidência religiosa e lealdade política. Elseroad afirma que, no pensamento político de Lutero, “a distinção entre incitar sedição e ensinar doutrinas falsas se torna cada vez menos nítida” depois da Revolta (Elseroad, 1979, p. 40). Se ele está certo, podemos conjecturar que a Revolta pode ter inviabilizado *in nuce* o desenvolvimento de uma doutrina política da tolerância.

Finalmente, mencionamos outro fator contingente ocorrido em 1525 que provavelmente exerceu alguma influência, ainda que oblíqua, nos rumos da Reforma e nas posições políticas de Lutero: o rompimento com Erasmo de Roterdão. Os movimentos de Lutero contaram

⁴⁴ “[...] não pode haver coisa mais venenosa, prejudicial e diabólica do que uma pessoa rebelada”, escreve ele em “Contra as Hordas Salteadoras e Assassinas dos Camponeses” (Lutero, 1996b, p. 333).

⁴⁵ Enquanto os principais Reformadores adotavam uma perspectiva crescentemente “soberanista”, não nos parece despropositado enxergar certa tendência anarquizante entre as franjas radicais da Reforma, algo captado pelo uso da expressão “negação de toda autoridade” por Elton no trecho citado acima. Veja-se, por exemplo, a forma como o mesmo historiador descreve a crença dos primeiros anabatistas: o suíço Conrad Grebel entendia a Igreja como “uma comunidade de crentes [...] que elegia seu próprio pastores [...], que não teria nada a ver com as instituições deste mundo. Eles não teriam relação com a ‘espada’ (a autoridade civil), não deveriam portar armas, fazer juramentos e realizar os deveres de cidadãos ou compor o governo” (Elton, 1999, p. 60). Collinson, no mesmo sentido: “espalhou-se um outro [modelo de Reforma], de não-conformismo sectário, que rejeitou a figura do magistrado, e até mesmo do Estado, que não teriam lugar no verdadeiro Cristianismo. Os partidários dessas ideias foram temidos e perseguidos sob o rótulo de ‘anabatistas’. Collinson também destaca as interdições cívicas que anabatistas se impunham: a oposição entre os “Schwertler” e os “Stäbler” (ou entre os portadores da espada e do cajado) foi persistente na doutrina anabatista (Collinson, 2006, pp. 100-101, acréscimo nosso).

com o apoio inicial de Erasmo (já muito famoso em toda a Europa⁴⁶) e de humanistas. As críticas dos reformadores à ausência de devoção genuína e à exploração da piedade popular para fins pessoais ou por dinheiro eram endossadas pelos humanistas (Elton, 1999, p. 195), que enxergavam no movimento desencadeado por Lutero uma oportunidade de reformar a Igreja, e não como o cisma religioso que acabaria por se tornar.

Esse não foi o único aspecto em que as expectativas dos humanistas para com Lutero terminaram frustradas: o projeto humanista de um cristianismo racionalizado e eticizado era incompatível com o retorno às “certezas intransigentes” de uma teologia dogmática (Elton, 1999, p. 15), e, podemos acrescentar, excessivamente teocêntrica para o gosto humanista. A visão que Lutero nutria da humanidade como irremediavelmente corrupta e degradada (Elton, 1999, p. 36) tampouco ajudava. Essa incompatibilidade já se insinuava fazia tempos: Em carta a Jorge Spalatino, secretário de Frederico, o Eleitor saxão, ainda em 1516, antes portanto da própria publicação das 95 teses, Lutero afirmava que suas desavenças teológicas com Erasmo podiam ser expressas assim: “quando se trata de interpretar as Escrituras, prefiro Agostinho a Jerônimo, na mesma medida em que Erasmo prefere Jerônimo a Agostinho” (*apud* Febvre, [1928] 2012, p. 148).

As discórdias teológicas entre ambos não tardariam em eclodir numa controvérsia sobre o livre-arbítrio, marcada pela troca, entre 1524 e 1527, de tratados tão eruditos quanto ásperos entre os dois homens: Erasmo abriu fogo em 1524, com diatribe ou o *Discurso sobre o Livre-Arbítrio* (atacando os conceitos luteranos de Graça e Justificação). A réplica de Lutero vem em 1525, com *A Vontade Cativa* (Lutero, [1525] 1993) e a tréplica de Erasmo vem em duas partes, nos dois anos que se

⁴⁶ “De Cracóvia a Valladolid”, diz Elton (1999, p. 68).

seguem (*Uma defesa da Diatribe*, partes 1 e 2, em 1526 e 1527, respectivamente). Esse intercâmbio selou a ruptura entre ambos ao escancarar não apenas diferenças teológicas⁴⁷ entre eles, mas também os respectivos horizontes de expectativas discrepantes. A dinâmica do conflito com a Igreja também diminuiu o espaço para posições intermediárias e matizadas. A ideia de uma Reforma *da* Igreja e *na* Igreja estava morta. A Reforma tornou-se um movimento *extra ecclesiam*. Ou se estava com a Reforma, ou se estava com a Contrarreforma. Tomás Moro, um aliado de Erasmo, cerrou fileiras com o papado (Elton, 1999, p. 360), como sabemos.

O rompimento evidenciou antipatias a diferenças mais antigas entre os dois homens, que talvez permanecessem contidas diante da sensação de estarem do mesmo lado. “Lutero e Erasmo não apenas discordavam, mas se desgostavam mutuamente” (Elton, 1999, p. 69). Para Erasmo, Lutero exalava “rancor e violência teológicos” (Collinson, 2006, p. 57), uma forma de apontar o irracionalismo do reformador. Este, por sua vez, retribuía a antipatia desde muito cedo: “Lutero ainda não era Lutero e já detestava, no autor de *Enchiridion*, a inteligência clara que se gaba de sua clareza, a razão inimiga do mistério e de todas essas coisas obscuras percebidas pela intuição” (Febvre, [1928] 2012, p. 279).

Reforma, vetor da Modernidade?⁴⁸

O debate sobre as sementes de tolerância nos reformadores está associado a uma questão mais ampla: a controvérsia da natureza modernizante da Reforma, o que por

⁴⁷ Para uma apresentação da dimensão teológica do debate Erasmo-Lutero, ver: Nascimento 2006, 2019.

⁴⁸ A própria ideia de “Modernidade” é um tanto vaga e objeto de controvérsia, mas a exemplo de Zachhuber, podemos usá-la aqui para referir a uma distinta combinação de elementos como capitalismo, liberalismo, democracia e secularização (Zachhuber, 2017, p. 1). Inclui, portanto, elementos como a tolerância e a liberdade de consciência.

sua vez nos coloca no perigoso terreno das teses sobre a secularização como processo social contínuo e ascendente, que fogem ao interesse deste artigo. Tentaremos, contudo, circunscrever-nos à questão mais estreita, que pode ser assim formulada: se o espírito dos reformadores era tão dogmático e intolerante como o da Igreja Romana, se a Reforma fortaleceu a soberania contra o indivíduo e a igreja associativa e, por fim, se trocou teologia especulativa de Erasmo pela teologia dogmática de Calvino e de Beza, de que forma pode ter pavimentado a avenida em direção à tolerância, como dissemos no princípio?

Há uma larga (e controversa) tradição historiográfica (a qual inclui nomes como um Hegel⁴⁹ e Weber) que associa a Reforma a uma revolução que dispara o processo de construção da Modernidade, que é associada a uma controvérsia sobre o suposto caráter moderno das próprias convicções teológicas ou sociais de Lutero. Essa tradição é tão larga quanto contestada. Os mais céticos quanto à modernidade de Lutero procuram enfatizar elementos medievais ou originalistas de sua teologia⁵⁰ (o último termo entre aspas é

⁴⁹ Hegel é um dos grandes defensores da tese do Lutero moderno (Zachhuber, 2017): “[...] para Hegel o conceito que resume desenvolvimentos desde o século XVI é subjetividade. A virada para a subjetividade é mais do que uma ênfase no indivíduo ou na individualidade, embora a modernidade, de acordo com Hegel, acolha estas noções também. Subjetividade é a marca distintiva de uma era porque representa uma forma particular de os seres humanos assumirem sua posição no mundo. Na perspectiva subjetiva, a vida interior torna-se a arena de todos os aspectos da existência humana: o conhecimento torna-se um problema de cognição; a beleza é uma questão de prazer estético; a moralidade é uma qualidade da vontade, e assim por diante. Uma religião subjetiva, portanto, é uma religião baseada apenas na fé; ele tem em pouca conta ou rejeita, ritos e cerimônias externas” (Zachhuber, 2017, p. 5).

⁵⁰ Hillerbrand menciona que o entusiasmo iluminista por Lutero significativamente enfatiza o homem em detrimento da teologia: “O Iluminismo continuou a expressar entusiasmo por Martinho Lutero, exceto pelo fato de agora era um Lutero flagrantemente não-teológico que era saudado e louvado. O século XVIII pouco se importava com a inclinação teológica de Lutero, como sua noção de “Deus Escondido”, o *Deus Absconditus*, mas via-o como um indivíduo talentoso e virtuoso, alguém que compunha canções natalinas e cantava-as com a família e amigos em torno da árvore de Natal, alguém que privou ser um guerreiro contra

nosso, para significar um retorno a um suposto cristianismo primitivo ou primordial, como nas influências de Agostinho sobre o Reformador). Nesse caso, o caráter revolucionário da Reforma seria aquele mais compatível com o sentido etimológico de revolução, entendido como retorno às origens. De fato, a ideia de que a Reforma representava uma espécie de rompimento com o passado, encetando algo novo provavelmente teria espantado Lutero,⁵¹ que propõe o retorno a uma teologia mais teocêntrica (Elton, 199, p. 196).

Além de teocêntrica, a Reforma foi um vetor no sentido contrário ao da secularização, reinstalando a teologia em dimensões secularizadas da vida e liberando um “*furor theologicus*” (Elton, 1999, p. 230) minucioso e com pretensões totalizantes. “O protestantismo tentou infundir religião a todos os aspectos da vida [...]. Para tomar emprestada a famosa frase de Max Weber, seu ascetismo operava neste mundo, não fora dele” (Elton, 1999, p. 198).

A linha triunfalista que une as 95 teses ao iluminismo e ao liberalismo e o Lutero “medieval” são pouco mais do que caricaturas, e felizmente desde o século XIX há um repertório de interpretações mais sofisticadas que em certa medida combinam e matizam esses dois “Luteros”. Zachhuber menciona o teólogo alemão Ernst Troeltsch (1856–1923), por exemplo, que rejeitava afirmações muito peremptórias

a superstição medieval, um defensor da liberdade religiosa e de consciência [...]. Ele era o libertador da servidão, do coletivismo estrangeiro, do sobrenaturalismo da superstição, em resumo, o arauto e herói de uma nova era e o criador do espírito moderno. O significado histórico de Lutero é visto no seu desafio corajoso da superstição medieval e da intolerância, contra as quais ele apresentou suas próprias convicções derivadas da Bíblia. Lutero era, de acordo com um autor do século XVIII, ‘um verdadeiro anjo-guardião pelos direitos da razão, da humanidade e da liberdade cristã de consciência’” (Hillerbrand, 2003, p. 234).

⁵¹ É significativo que, em 1518, nos primórdios da Reforma, ao editar uma obra mística medieval, Lutero tenha tido a preocupação de afirmar no prefácio que a obra comprovava que “a teologia de Wittenberg de nenhuma forma se desviava da tradição, mas que, bem pelo contrário, com ela coincidia” (Leppin, 2021, p. 1084).

sobre o assunto.⁵² Para ele, o protestantismo do século XVI tinha continuidades com o universo medieval⁵³ ao mesmo tempo em que continha sementes do mundo moderno (Zachhuber, 2017, p. 11). Entre os vetores modernizantes da Reforma, ele enumera a ênfase na fé (em detrimento do sacramentalismo), que transformou a religião em assunto “muito mais pessoal”; a individualização da relação do fiel com Deus (em detrimento da intermediação eclesiástica para a Salvação); a emergência de uma moralidade da consciência (“uma versão mais radical da ética interiorizada”, diz Zachhuber); Por último, a imanência, por assim dizer: o fato de que o protestantismo favorece uma versão “aplicada” do cristianismo, uma religiosidade que é “exercida na vida ordinária” (Zachhuber, 1917, p. 12) e que desenfata dimensões “sobrenaturais” do cristianismo. Fé em detrimento de boas obras e imanência em detrimento de ascetismo. Em todas estas dimensões, Lutero é “protomoderno” (Zachhuber, 2017, p. 12).

É curioso notar que os vetores de modernidade estão todos associados à subjetivação e à individualização. Trata-se de diagnóstico bastante frequente: vimos acima que era a leitura que Hegel fazia de Lutero e da Reforma (Zachhuber, 2017, p. 1).⁵⁴ No Século XX, Jacques Maritain também

⁵² Hillerbrand interpreta Troeltsch como alguém empenhado em desafiar a visão então prevalecente segundo a qual Lutero seria um campeão de “modernidade e proto-germanidade”. Daí chamar a atenção para elementos medievais na visão de mundo do Reformador (Hillerbrand, 2003, p. 235).

⁵³ Troeltsch destaca três componentes “medievalistas” nos reformadores do século XVI: em primeiro lugar, a visão da igreja como “instituição objetiva” e “justaposta ao mundo perdido no pecado original”; em segundo, a sacralização crescente da vida social (o contrário, portanto, do processo de secularização). Mesmo no terreno onde a oposição ao catolicismo era mais clara, que é o terreno doutrinário, Troeltsch enxergava continuidade: os problemas teológicos protestantes eram formulações medievais (como o próprio problema da justificação). (Zachhuber, 2017, pp. 11-12).

⁵⁴ Como o leitor deverá ter percebido pela frequência com que esta obra aparece nas referências, devemos boa parte desta seção ao magnífico artigo de Johannes Zachhuber, “Martin Luther and Modernity, Capitalism, and Liberalism” (2017). O autor contrasta a recepção da leitura do papel modernizante de Lutero em

enxerga Lutero como uma espécie de apóstolo da subjetividade. O axioma “Só pela fé” seria a face teológica da guinada subjetivista do reformador, que “colocou o *self* no centro do universo” (Zachhuber, 2017, p. 19). Maritain identificava assim em Lutero as origens do que entende como “erros” do mundo moderno: a hipertrofia da subjetividade é um problema porque cria um ambiente hostil à transcendência (Zachhuber, 2017, p. 18).⁵⁵ Um reacionário como Joseph De Maistre manifesta uma visão furibunda da Reforma e de seu principal personagem: para ele, esse evento histórico seria a fonte original do niilismo da Revolução, porque teria ensinado os modernos a trocar os valores católicos do “respeito cego pela autoridade e a abnegação individual” pela “destruição das certezas e da autoridade”, o que fazia do Protestantismo o “inimigo jurado da ordem e do consenso”. Protestantes não conseguem concordar a respeito de coisa alguma exceto quanto à própria disposição de opor-se a tudo e a todos, diz ele (*apud* Zachhuber, 2017, p. 17).

Isso nos leva para uma questão que nos interessa mais de perto aqui: a da liberdade de consciência em Lutero, que, como sabemos, invocou a consciência como escudo em Worms.⁵⁶ Essa declaração soa aos nossos ouvidos em diapasão

autores como Joseph de Maistre, Hegel, Albrecht Ritschl, Ernst Troeltsch Weber e Maritain, *inter alia*.

⁵⁵ Maritain tinha o cuidado de observar que Lutero mesmo “não era um homem moderno” (Zachhuber, 2017, p. 19) e, não chega, portanto ao anacronismo de ver nele um “liberal” (1929, p. 46). De qualquer forma, a visão que Maritain tinha de Lutero pareceu-nos menos generosa e mais negativa do que esperávamos de um teólogo católico não conservador do século XX: enfatiza o “egocentrismo” do reformador, acusa-o de promover o “misticismo do *self* e da vontade” (1929, p. 35) e de patrocinar uma filosofia extremamente centrada “na vontade e nos sentimentos”, ou seja, excessivamente marcada pelo que “afeta o sujeito” (1929, p. 44).

⁵⁶ O “Aqui fico” de Worms provavelmente é apócrifo, mas ele invocou a consciência: “A menos que provem que estou enganado por meio do testemunho das Escrituras ou por razões evidentes, minha consciência está vinculada e atrelada à Palavra de Deus [...] Portanto não posso retirar coisa alguma, e não o farei, pois não é seguro nem salutar contrariar a própria consciência. Deus me ajude. Amém” (Collinson, 2006, p. 82).

muito próximo ao das declarações de direitos dos primórdios do constitucionalismo moderno, do século XVIII. Como conciliar seu apelo à consciência com a ideia de que individualismo ético é simplesmente anacrônico na Reforma?

Lutero não estava reivindicando um direito a crer na verdade tal como se entenda essa verdade, um direito de permanecer no próprio caminho a despeito da oposição de quem ocupa o poder político, das instituições e da maioria. Em outras palavras, Lutero não está reivindicando a “o que Wilhelm Dilthey chamou ‘a autocracia do crente’”, expressão bem lembrada por Collinson (2006, pp. 31-32). Febvre, no mesmo registro, adverte-nos de que:

Há que evitar ver no *Contra conscientiam agere* de Worms a proclamação solene, diante do Velho Mundo, daquilo que denominamos liberdade de consciência ou de pensamento. Lutero nunca foi um ‘liberal’: o termo em si, pronunciado em relação a ele, fede a anacronismo. [...] Não pretendia defender a tese de que cada um deve dispor livremente de suas faculdades, nem proclamar os direitos da razão humana sobre o dogma. Tencionava, ao contrário, submeter razão e consciência à única autoridade que reconhecia. Não a buscava fora de si mesmo, como um católico se refere à Igreja, à tradição, à autoridade. Encontrava-a dentro de si. Era essa Palavra de Deus que ele concebia como força viva; essa palavra de Deus, criadora, em cada um de nós, de uma necessidade mais forte que todas as imposições. (Febvre, [1928] 2012, p. 203-4)

A liberdade religiosa é, no fundo, o direito ao erro: o direito de professar uma fé mesmo e principalmente se a outrem essa fé pareça *errada*. Não há, em Lutero, a afirmação do direito abstrato de professar a fé que nos parece mais convincente, contra o entendimento de qualquer outro agente. “A liberdade de consciência [para Lutero] deve

ser respeitada pela autoridade secular não porque seja um 'direito subjetivo' para decidir questões éticas de acordo com a própria consciência" (Forst, 2003, p. 120, acréscimo nosso). Em Lutero, não há defesa do direito ao erro, há uma investida contra o erro. "O que se deve respeitar não é a liberdade subjetiva de consciência, mas a possibilidade de ser cingido por Deus. Apenas Deus pode mostrar o caminho para os céus. Apenas ele, e não imperadores, pode governar almas" (Forst, 2003, p. 120). A Igreja Católica promove uma interpretação deturpada e pervertida do cristianismo e essa versão prevalece apenas porque a agência que a promove dispõe de poder coercitivo. Uma vez que lhe seja retirado o poder de coerção, a versão correta terminará por prevalecer, levando inclusive a conversões dos que que resistem ao cristianismo (Lutero pensa sobretudo nos judeus). A esperança de Lutero, que evidentemente não se cumprirá, não é assegurar o direito ao erro de acordo com a preferência do indivíduo: é desarmar a Igreja errada para que a verdade triunfe. Essa investida se faz contingentemente em nome da consciência do Reformador, não em nome da liberdade de consciência em geral. No seu livro clássico (e já antigo) sobre o pensamento político do século XVI, Allen vai pelo mesmo caminho:

Lutero não afirmava que qualquer um tem o direito de desobedecer a autoridade em nome de qualquer crença que se possa eventualmente ter. Ele declarava apenas que a verdade deveria, a todo custo, ser afirmada e defendida. Quanto a essa afirmação, ele nunca vacilou. A questão de até que ponto crenças errôneas deveriam ser toleradas era, para ele, uma questão inteiramente diferente. A distinção não era em última instância sustentável; mas em sua mente, era absoluta. (Allen, 2012, p. 20)

A mais recente biógrafa de Lutero faz coro a Forst e a Allen: o apelo de Lutero à consciência “Não tinha nada a ver com a ideia de deixar as pessoas seguirem a sua própria consciência; significava nossa capacidade de conhecer com Deus, um conhecimento que ele acreditava ser uma verdade objetiva” (Roper, 2020, p. 431) Nesse sentido específico, alguém pode argumentar que Lutero não demanda mais liberdade religiosa. Como diz Butterfield, ao apontar os erros que a autoridade religiosa promovia, ele se ressentia do excesso de liberdade religiosa (1977, p. 574).

Não há, então, individualismo ético, nem demanda por liberdade de consciência. Lutero e Calvino não almejavam a “emancipação da mente e comunicação desimpedida do conhecimento” (Collinson, 2006, p. 230) e tampouco parecia remotamente provável que o fizessem (Elton, 1999, p. 230). Quanto à incipiente formulação por liberdade religiosa esboçada em *Da autoridade secular*, ela prontamente se diluiu na marcha dos acontecimentos e na crescente dependência da reforma do poder secular e esse fio é deixado solto, sendo retomado apenas no século seguinte. O que há então de moderno de Lutero?

Uma das possíveis respostas está na “privatização” da interpretação das Escrituras. Com o seu exemplo, Lutero abriu as portas para formas personalizadas do cristianismo e, com isso, para o dissenso. Como diz Wolfgang Wieland (atribuindo tal ideia a Heine), “[...] foi Lutero quem concedeu à razão humana o direito de explicar a Bíblia, independentemente de toda autoridade. A filosofia alemã é apenas um fruto tardio da liberdade de pensamento assim conquistada” (Wieland, 1991, p. 135). Se ele está certo, a modernidade para a qual se fechou a porta entrou pela janela.⁵⁷

⁵⁷ Podemos perfeitamente aplicar a Lutero os versos que Paulo Mendes Campos dedicou a Montaigne: desejando ser “herdeiro dos antigos”, foi também “ancestral dos modernos” (Campos, 2022, p. 25).

De Maistre certamente é um destemperado em suas diatribes contra Lutero, que não é um desordeiro: poucos foram tão amigos da ordem e da autoridade quanto o reformador. O consenso, no entanto, nunca mais foi possível depois dele, e essa ausência é um pilar do mundo moderno.

Referências

- ALBUQUERQUE, Adriana Reis de; CABRAL, Gustavo César Machado. 2020. A legitimação da autoridade secular e a teorização do 'Direito de Resistência' na filosofia da Reforma Protestante. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 1, pp. 17-45.
- ALLEN, John William. [1928] 2012. *A History of Political Thought in the Sixteenth Century*. Montana: Literary Licensing.
- ALI, Ayaan Hirsi. 2015. *Heretic: why Islam needs a Reformation now*. Nova Iorque: Harper Collins.
- ALTMANN, Walter. 1993. Lutero – Defensor dos Judeus ou Anti-Semita? Exercícios a partir de Textos de Lutero. *Estudos Teológicos*, v. 33, n. 1, pp. 74-82.
- BUTTERFIELD, Herbert. 1977. Toleration in Early Modern Times. *Journal of the History of Ideas*, v. 38, n. 4, pp. 573-584.
- CAMPOS, Paulo Mendes. 2022. *Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CLASSEN, Albrecht. 2018. Toleration, Tolerance, or Intolerance in the Works of the Young Martin Luther – The Issue with Jews in Early Sixteenth-Century Christian World View. *Humanities and Social Science Research*, v. 1, n. 1, pp. 9-20.
- COLLINSON, Patrick. 2006. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- DAWSON, Christopher. [1950] 1997. *Historia de la cultura cristiana* [1950; 1954]. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- EDWARDS Jr., Mark. 2003. Luther's polemical controversies. In: MCKIM, Donald K. (org.). *The Cambridge Companion to Martin Luther*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELSEROAD, Richard. 1979. *Luther's Attitude Toward Religious Toleration in Light of his Two Kingdom Doctrine*. Masters of Divinity. Saint Louis: Concordia Seminary.
- ELTON, Geoffrey Rudolph. [1963] 1999. *Reformation Europe 1517-1559*. Malden: Blackwell Publishers.
- FEBVRE, Lucien. [1928] 2012. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas.

- FORRESTER, Duncan B. 1993. Martín Lutero y Juan Calvino. In: STRAUSS, Leo; CROSEY, Joseph (org.). *Historia de la Filosofía Política*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- FORST, Rainer. 2003. *Toleration in Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GARDINER, John Eliot. 2015. *Bach – Music in the Castle of Heaven*. New York: Vintage.
- HASAN, Mehdi. May 17. 2015. Why Islam doesn't need a Reformation. *The Guardian*, London. Disponível em: <https://bit.ly/4a1KRX0>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- HILLERBRAND, Hans J. 2003. The legacy of Martin Luther. In: MCKIM, Donald K. (org.). *The Cambridge Companion to Martin Luther*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HÖPFL, Harro. 1991. Introduction. In: HÖPFL, Harro. *Luther & Calvin on secular authority*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- JOÃO DE PARIS. [c. 1302] 1971. *On Royal and Papal Power*. Toronto: The Pontifical Institute of Mediaeval Studies.
- KAMEN, Henry. 1967. *The Rise of Toleration*. London: Weidenfeld and Nicolson.
- KHALAF, Roula. January 14. 2015. The search for a Muslim Martin Luther. *Financial Times*, London. Disponível em: <https://on.ft.com/46IjwX8>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- LEPPIN, Volker. 2021. Theologia Deutsch. In: LEPPIN, Volker; SCHNEIDER-LUDORFF, Gury (ed.). *Dicionário de Lutero*. São Leopoldo: Sinodal.
- LUTERO, Martinho. [1519] 1990. *Explicação do Pai Nosso*. Lisboa: Edições 70.
- LUTERO, Martinho. [1520] 1992. *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da Melhoria do Estamento Cristão*. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal. v. 2.
- LUTERO, Martinho. [1525] 1993. Da Vontade Cativa. In: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal. v. 4.
- LUTERO, Martinho. [1523] 1996a. Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência. in: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal. v. 6.
- LUTERO, Martinho. [1525] 1996b. Contra as Hordas Salteadoras e Assassinas dos Camponeses. in: *Obras Seleccionadas*. São Leopoldo: Sinodal. v. 6.
- LUTERO, Martinho. [1566] 2016. *Tischreden – Vom Einfachen und Erhabenen*. Viesbade: Marizverlag.

- LUTERO, Martinho; CALVINO, João. 2005. *Sobre a autoridade secular*. São Paulo: Martins Fontes.
- MARITAIN, Jacques. 1929. *Three Reformers: Luther –Descartes – Rousseau*. New York: Charles Scribner's Sons.
- MELO CARRASCO, Diego. 2020. Martín Lutero y el Prefacio del Corán de Bibliander. *Revista Cultura y Religión*, v. 14, n. 1, pp. 26-40.
- MITCHELL, 1992. Joshua. Protestant Thought and Republican Spirit: how Luther enchanted the World. *American Political Science Review*, v. 86, n. 3, pp. 688-695.
- NASCIMENTO, Sidnei Francisco do. 2006. Erasmo e Lutero: o Livre-Arbítrio da Vontade Humana. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 18, n. 23, pp. 89-103.
- NASCIMENTO, Sidnei Francisco do. 2019. O Livre-Arbítrio, o Servo-Arbítrio e a Presciência Divina. *Pensando – Revista de Filosofia*, v. 10 n. 21, pp. 57-66.
- RAWLS, John. 2005. *Political Liberalism – Expanded edition*. New York: Columbia University Press.
- RIETH, Ricardo. 1996. A Reforma e a Guerra dos Camponeses. In: LUTERO, Martinho. *Martinho Lutero: obras selecionadas*. São Leopoldo: Sinodal. v. 6. pp. 276-83.
- ROPER, Lyndal. 2020. *Martinho Lutero – Renegado e Profeta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROWLAND, Ingrid. June 8, 2017. Martin Luther's burning questions. *New York Review of Books*, New York.
- SABINE, George H. [1937] 1994. *Historia de la teoría política*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- SCHNEIDER-LUDORFF, Gury. 2021. Tolerância. In: LEPPIN, Volker; SCHNEIDER-LUDORFF, Gury (ed.). *Dicionário de Lutero*. São Leopoldo: Sinodal. pp. 1085-88.
- SKINNER, Quentin. 1978. *The Foundations of Modern Political Thought: The Age of Reformation*. Cambridge: Cambridge University Press. v. 2.
- WACHHOLZ, Wilhelm. 2020. A Reforma, Lutero e os Anabatistas: Intolerância religiosa? *Caminhos*, v. 18, pp. 272-288.
- WATT, J. A. 1971. Introduction. In: JOÃO DE PARIS. *On Royal and Papal Power*. Toronto: The Pontifical Institute of Mediaeval Studies.
- WIELAND, Wolfgang. 1991. Posfácio. In: HEINE, Heinrich. *Contribuição à História da Religião e Filosofia na Alemanha*. São Paulo: Iluminuras.
- WOLFF, Elias. 2017. A Reforma de Lutero: uma releitura ecumênica. *Theologica Xaveriana*, v. 67, n. 183, pp. 237-268.



O problema da tolerância religiosa no pensamento político de Lutero

WOLIN, Sheldon. [1960] 2004. *Politics and Vision*. Princeton: Princeton University Press.

ZACHHUBER, Johannes. 2017. *Martin Luther and Modernity, Capitalism, and Liberalism*. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Religion.



INTERNACIONALISMO REPUBLICANO E SOBERANIA GLOBALIZADA

Ricardo Silva

*Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP e professor titular do Departamento de Sociologia e
Ciência Política da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: rsilva@cfh.ufsc.br*

Orcid: 0000-0001-5447-4859

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-057090/120>

Introdução

A partir da segunda metade da década de 1990, sob a decisiva influência dos trabalhos do historiador Quentin Skinner (1999) e do filósofo Philip Pettit (1997), o programa de pesquisas do neorrepublicanismo progrediu aceleradamente em várias frentes da teoria política normativa e institucional contemporânea¹. Iniciando-se como uma investigação histórica sobre o caráter distintivo do ideal de liberdade que remonta aos valores e instituições da antiga república romana, o neorrepublicanismo passou, em seguida, a mobilizar seu principal instrumento analítico e normativo, o conceito da liberdade como não dominação, em debates centrais sobre temas que vão do constitucionalismo à teoria democrática, da economia política à teoria da justiça, da legislação criminal à legislação trabalhista. Tão intensa tem sido a repercussão desse programa de pesquisas que uma crítica moderada do neorrepublicanismo chegou a

¹ Para a caracterização do neorrepublicanismo como um programa de pesquisas de teoria política institucional e normativa, ver Lovett e Pettit, 2010. O presente artigo é resultado parcial de pesquisa mais ampla realizada com o apoio de bolsa de produtividade (nível 1D) do CNPq, a quem presto meus agradecimentos.

afirmar que “a teoria neorromana da liberdade como não dominação adquiriu um status de liderança na ciência política e redesenhou a geografia dos estudos políticos” (Urbinati, 2012, p. 607).

Um dos mais recentes desdobramentos dessa expansiva vaga neorrepublicana vem ocorrendo no campo de estudos das relações internacionais. A despeito da teoria política internacional permanecer sob o inegável predomínio de abordagens tributárias do realismo estatista e do liberalismo cosmopolita, o neorrepublicanismo tem, principalmente na última década, se apresentado como uma nova perspectiva para o equacionamento teórico de questões de segurança, justiça e legitimidade em escala internacional, transnacional e global. O presente artigo tem o objetivo de intervir nesse debate por meio de um exame do modelo normativo da “soberania globalizada”, formulado por Philip Pettit como alternativa às abordagens dominantes. Trata-se da tentativa do principal teórico do republicanismo contemporâneo de expandir para o âmbito da política global sua teoria neorromana da liberdade como não dominação, tipicamente articulada para compreender e promover a liberdade dos cidadãos no âmbito doméstico.

O artigo organiza-se em quatro seções. A primeira apresenta o que denomino como a dupla dimensão da teoria neorromana da liberdade, destacando a indissociável conexão entre a liberdade dos cidadãos no interior de um Estado e a liberdade do próprio Estado na arena externa. A segunda seção apresenta a alternativa entre as perspectivas cosmopolita e internacionalista no neorrepublicanismo. A terceira seção discute os princípios e a arquitetura do modelo internacionalista articulado por Pettit, partindo de sua rejeição aos extremos da soberania autorreferenciada, típica do não intervencionismo da ordem westfaliana, e da declaração de caducidade das soberanias nacionais, própria do cosmopolitismo de persuasão liberal ou mesmo republicana. A quarta seção

conclui indicando ao menos dois sérios limites do modelo da soberania globalizada, os quais, a meu ver, dificultam o próprio objetivo de Pettit de expansão do ideal da não dominação em escala global. A atenção aqui concentra-se em dois pontos: 1) em sua proposta de incluir somente os “Estados representativos” como participantes plenos, protagonistas exclusivos, da soberania globalizada; 2) em seu excessivo otimismo em relação ao potencial das instituições internacionais e do direito internacional para operar no sentido da não dominação dos povos de Estados ineficazes ou opressivos.

As duas dimensões da liberdade republicana

Em seus estudos sobre a história da liberdade republicana, Quentin Skinner definiu com clareza o caráter do que ele denominou de teoria neorromana dos Estados livres. A teoria em questão concebe a liberdade em uma dupla dimensão, uma externa e outra interna. Ou seja, a liberdade decorre da independência de um Estado em relação aos demais e da ausência de dominação no interior do próprio Estado. Assim, segundo Skinner, os republicanos indicam que há duas possibilidades de um corpo político perder a capacidade de agir conforme sua própria vontade, perdendo com isso a condição de Estado livre:

uma é quando o poder do Estado passa para o controle de qualquer agente que não seja o corpo soberano dos cidadãos, seja o agente usurpador um monarca, uma oligarquia ou uma classe dominante. A outra possibilidade é o Estado cair na condição de dependência da vontade de um outro Estado, como resultado de conquista, colonização ou qualquer outro processo que tem o efeito de ignorar a vontade dos cidadãos como a fonte da lei. (Skinner, 2010, p. 99)²

² Todas as traduções das citações em língua estrangeira são de minha livre autoria.

Elaborada originalmente por historiadores e moralistas do último século da república romana, e codificada, no século VI, no *Digesto* de direito romano, a referida teoria definia a pessoa livre como aquela que vive sob sua própria jurisdição ou direito, fora da esfera de dominação de terceiros. O contraste absoluto à figura do homem livre (*liber homo*) era representado pela figura do escravo, “alguém cuja ausência de liberdade deriva do fato de estar ‘sujeito à jurisdição de alguém mais’ e estar conseqüentemente ‘dentro do poder’ de uma outra pessoa”, como observa Skinner, mobilizando os termos do *Digesto* (Skinner, 1999, p. 43).

É saliente a conotação jurídica nesse modo de compreender o estatuto de pessoa livre. A liberdade à qual se referiam as fontes romanas da antiguidade só poderia ser assegurada dentro de um apropriado regime legal, destinado a coibir a dominação entre os membros de uma comunidade. Essa conotação jurídica da liberdade republicana foi plenamente compreendida por Maquiavel, o mais notável republicano neorromano no alvorecer da época moderna. Em sua inovadora defesa do conflito social como a “causa” da grandeza e da liberdade da república romana, o pensador florentino esclarecia que a natureza virtuosa da desunião entre os grandes e o povo decorria dos “bons efeitos” dessa desunião, sobretudo “das leis que se fazem em favor da liberdade” (Maquiavel, 2007, p. 22).

A ênfase jurídica dessa modalidade de compreensão da liberdade republicana manifesta-se na preocupação dos teóricos neorromanos com o acervo institucional que regula o modo de vida livre. Tradicionalmente, as instituições de uma república bem ordenada devem ser dispostas de modo a promover a dispersão do poder no âmbito da *polity*. Da constituição mista dos antigos à tripartição funcional dos poderes dos modernos, a crença de que se deve evitar a concentração de poder em um único lócus institucional

tem sido um dos principais *topoi* da tradição republicana de extração neorromana.

Um regime legal apropriado e uma institucionalidade que promova a dispersão do poder no interior do sistema político são meios pelos quais a liberdade civil é protegida numa república. Trata-se de uma dupla proteção: por um lado, contra ameaça do *dominium*, a dominação, na esfera privada, de cidadãos ou grupos de cidadãos sobre outros cidadãos ou grupos; por outro lado, contra a ameaça do *imperium*, a dominação que se realiza na esfera pública e que se expressa na capacidade de interferência arbitrária dos agentes públicos (governantes, legisladores e magistrados) sobre o conjunto dos cidadãos ou sobre grupos específicos de cidadãos (Pettit, 1997). Aos agentes públicos é conferido um poder, no limite coercitivo, para obviar a dominação entre cidadãos, mas tal atribuição de poder deve ser regulada por uma institucionalidade que impeça a conversão desse poder discricionário em poder arbitrário. Isso explica o constitucionalismo como uma das características definidoras da liberdade dos cidadãos no interior das repúblicas.

Além do constitucionalismo – com ênfase nos mecanismos institucionais de dispersão de poderes –, o modo de vida livre das repúblicas bem ordenadas requer também a presença de uma cidadania ativa e contestatória. Ou seja, o próprio acervo institucional republicano deve ser animado por uma cultura cívica que predisponha os cidadãos a insurgirem-se contra as diversas formas de arbitrariedade que atentem contra suas liberdades, especialmente as básicas (Pettit, 2008). Diversos são os meios de contestação que os cidadãos têm a seu dispor em uma república bem ordenada. Estes vão do recurso às leis protetivas das liberdades, já dispostas no aparato institucional republicano, a formas mais radicais, como o recurso à desobediência civil ou a movimentos sociais e protestos públicos, tais como os endossados por Maquiavel na descrição das ações da plebe

romana para conter o desejo de dominação do patriciado (McCormick, 2011).

Esbocei acima os contornos da dimensão interna da liberdade republicana. Mas, como vimos, a teoria neoromana dos Estados livres postula a necessidade de uma dimensão externa como pré-requisito da primeira. Ainda que os cidadãos gozem do status de igual liberdade assegurado pelo Estado e detenham o controle de meios para evitar a arbitrariedade de seus governantes, eles não serão livres se os Estados em que vivem forem dominados por potências estrangeiras, tais como outros Estados, agências internacionais ou mesmo corporações privadas transnacionais.

Essa preocupação com a defesa e a segurança da liberdade de cidades e Estados contra a dominação estrangeira é central na história das teorias republicanas das relações internacionais. Como observou Daniel Deudney (2007), a teoria republicana da segurança internacional representa uma tradição que se inicia na antiguidade greco-romana, antecipando-se em muito ao realismo e ao liberalismo, tradições polarizadas que se alimentam de diferentes aspectos da herança da teoria republicana.

A solução aventada pelos clássicos do republicanismo para o problema da segurança internacional alterou-se ligeiramente com o tempo. Maquiavel, por exemplo, considerava a defesa militar da pátria realizada por cidadãos-soldados o mais eficaz instrumento para repelir a dominação estrangeira, indicando seu ceticismo acerca da eficácia de forças mercenárias ou auxiliares. Na verdade, a predisposição patriótica dos cidadãos à guerra externa em defesa da liberdade é um traço marcante das repúblicas da antiguidade, enfatizado no modelo romano defendido por Maquiavel (Pocock, 1975). Mas foi somente a partir do iluminismo do século XVIII que pensadores republicanos passaram a considerar mais seriamente a hipótese de uma ordem internacional regida por uma paz resiliente entre os Estados (Kant,

2020). Assim, seja pela via da preparação para a guerra, seja por esforços de construção e manutenção da paz, a missão precípua das repúblicas é sempre a de obstar a dominação estrangeira para, com isso, garantir a liberdade de seus cidadãos. Só assim adquire pleno sentido a máxima da teoria neorromana segundo a qual só é possível ser uma pessoa livre em um Estado livre.

Há, portanto, uma conexão indissociável entre as dimensões interna e externa da liberdade republicana. Ocorre que, por diversos motivos, quer se olhe do ponto de vista da cultura cívica, quer do ponto de vista da arquitetura institucional, a ordem interna para a manutenção da liberdade republicana não pode ser inteiramente replicada no contexto internacional. Como, então, promover a extensão do ideal da não dominação além dos limites internos às repúblicas? Essa questão vem mobilizando os esforços mais recentes de teóricos do neorrepublicanismo e ensejando diferentes respostas.

Cosmopolitismo e internacionalismo

Os estudos recentes sob a ótica do neorrepublicanismo na teoria política internacional distribuem-se em duas amplas vertentes, no interior das quais competem diferentes modelos teóricos: a vertente cosmopolita e a vertente internacionalista. A orientação normativa de ambas é basicamente a mesma: expandir e assegurar a liberdade como não dominação além das fronteiras dos Estados nacionais. Além disso, é consensual o fato de que, na atualidade, a realização desse ideal de liberdade deve pressupor o que Bohman (2007) denominou como “a nova circunstância global da política”, ocasionada pelo aprofundamento da interdependência e interconexão entre nações e pelo fenômeno da globalização em suas várias frentes (econômica, financeira, tecnológica, cultural). Diferentemente das visões celebratórias dos processos de globalização, “a interpretação

republicana vê a crescente interconexão global produzindo impactos diferenciais que aumentam o potencial de dominação” (Bohman, 2004, p. 337).

A tendência cosmopolita pode ser verificada em autores como Besson (2009a, 2009b), Bohman (2004, 2007, 2008), Lovett (2016), Martí (2010), Nierderberger (2013), Quill (2006), e Wood (2015). Sem desconsiderar a heterogeneidade interna desse grupo, observamos que todos compartilham a opinião de que, na nova circunstância global da política, os Estados nacionais tornaram-se incapazes de responder aos principais problemas de escala global, tornando incontornável a busca de novos fundamentos para a legitimidade de instituições transnacionais. O ponto de partida desse raciocínio é o alargamento da noção de cidadania, que passa a ser concebida para além das fronteiras dos Estados nacionais. Inspirado na herança republicana do iluminismo anticolonial do século XVIII, Bohman advoga que a cidadania é um bem muito precioso para ficar limitado à contingência do nascimento no interior das fronteiras territoriais de determinado Estado. A vulnerabilidade à dominação, que marca, por exemplo, a experiência de indivíduos na condição de refugiados ou imigrantes, explicita os limites da ideia de cidadania territorialmente limitada.

Bohman sustenta que a expansão do ideal dos direitos humanos cria uma sólida base normativa para que cada indivíduo da população global, não importando sua nacionalidade, detenha um conjunto sumário de direitos (o que ele chama de “mínimo democrático”) que o qualifique como cidadão de uma “república da humanidade” (2008, p. 201). O autor defende que o ideal é menos utópico do que parece. Sua inspiração é a ideia de federação de repúblicas, concebida entre iluministas republicanos do século XVIII. Diderot, Kant, Madison e outros advogaram o ideal de uma federação transnacional de repúblicas pacíficas, produzindo, na visão de Bohman “a inovação institucional do republicanismo

moderno que finalmente transcendia os limites de todos os modelos antigos” (Bohman, 2008, p. 193).

Do ponto de vista da expansão da liberdade como não dominação, o modelo federativo da “república da humanidade” teria a virtude de gerar legitimidade para um conjunto de instituições transnacionais voltadas à implementação do “mínimo democrático” em escala global. Tal legitimidade é fundamental para que o apelo aos direitos humanos possa contar com mais do que a simples boa vontade de organizações humanitárias, sendo também resguardados por “leis e uma autoridade civil” (Bohman, 2008, p. 204), com poderes de intervenção na soberania dos Estados nacionais em um número limitado de situações, especialmente em casos de violação de direitos humanos.

Embora detentoras desse poder intervencionista, as instituições da república da humanidade estariam organizadas de modo a evitar o risco do *imperium*, dificultando que elas próprias se tornem agentes dominantes. O espírito dessa organização reside na tradicional estratégia republicana de dispersão de poder, já presente no modelo da constituição mista da república romana. Conforme argumenta Bohman,

contrariamente à demanda do Estado por soberania exclusiva e monopólio de certos poderes, as instituições federais baseiam-se no princípio antidominação que Pettit chama de “condição de dispersão do poder” para reagir à tendência de centralização do poder do Estado. A defesa republicana das federações e a dispersão de poderes através de diferentes níveis institucionais, corpos deliberativos e vários cargos públicos pode ser consistentemente estendida transnacionalmente em proveito da realização da liberdade como não dominação. (Bohman, 2008, p. 196)

Ainda que o modelo da “república da humanidade” (também denominado “democracia transnacional”) avance

muito além do modelo westfaliano, há teóricos neorrepublicanos que o criticam por não ir longe o bastante na direção do ideal cosmopolita. Martí, por exemplo, sustenta que os neorrepublicanos devem ir além do modelo federativo e propor “sem ambiguidades, a criação de uma república global, isto é, a criação de um sistema político global composto de um conjunto unificado de instituições políticas e democráticas” (Martí, 2010, p. 56). A diferença do modelo da república global em relação ao modelo federativo é a ausência de receio da unificação das instituições transnacionais, tão saliente entre os defensores do segundo modelo. Martí acredita que somente uma república global com plena unidade institucional teria “o poder de intervir em alguns dos assuntos domésticos dos Estados, limitando assim sua soberania, de modo a evitar a dominação global tanto sobre Estados como sobre indivíduos” (Martí, 2010, p. 58).

Posição semelhante é articulada por Wood, que compartilha da tese de que a concepção republicana de liberdade não pode ser entendida exclusivamente como um ideal doméstico, pois “requer a não dominação em todos os níveis da sociedade, seja individual, estatal ou internacional” (Wood, 2015, p. 52). Para a realização da não dominação no plano internacional, a única alternativa eficaz seria a criação de uma espécie de “Estado global”, uma “organização com poderes para remover qualquer potencial de arbitrariedade das decisões dos Estados” (Wood, 2015, p. 59). Mas uma organização com tais funções só terá efetividade “na medida que detenha alguma forma de poder coercitivo que possa ser mobilizado contra potenciais infratores”. Wood acredita que apenas quando o Estado global tiver a seu dispor algum “poder de polícia global” ele será capaz de “prover o cumprimento competente e garantido dos direitos requeridos para a não dominação internacional” (Wood, 2015, pp. 67-68).

Sejam quais forem os pontos fortes e as fragilidades das diferentes variantes da tendência cosmopolita, há no debate

atual entre teóricos do neorrepblicanismo um nítido predomínio da tendência rival, a tendência internacionalista. Autores como Bellamy (2019), Laborde (2010) Laborde e Ronzoni, (2016), Maynor (2010, 2015), Pettit (2010a, 2010b, 2014, 2015), Ronzoni (2017), Slaughter (2005, 2010), Skinner (2010), entre outros, destacam as vantagens dos modelos internacionalistas em relação aos modelos cosmopolitas para a expansão do ideal da não dominação em escala global. Não obstante divergências mais ou menos tópicas, esses teóricos sustentam um posicionamento comum favorável ao protagonismo dos Estados nacionais na configuração da ordem internacional republicana.

É importante frisar que o que afasta esses republicanos internacionalistas do cosmopolitismo não é propriamente uma questão de princípio. Trata-se mais de uma objeção pragmática, que diz respeito à exequibilidade dos modelos cosmopolitas. Para Pettit (2010b, p. 70), o cosmopolitismo ignora que “os Estados manter-se-ão como uma característica permanente de nosso mundo”, e por isso alimentam aspirações excessivamente utópicas que oscilam de uma ordem global sem Estados a uma ordem com um Estado global. A análise a seguir da alternativa articulada por Pettit auxilia no esclarecimento das potencialidades e limites do internacionalismo republicano.

Soberania globalizada

Através de uma série de ensaios publicados ao longo das últimas duas décadas, Pettit vem procurando aplicar sua teoria neorromana da liberdade como não dominação para a resolução de problemas de justiça e legitimidade em escala global (Pettit, 2006; 2010a; 2010b; 2014; 2015; 2016). O resultado desses esforços tem se cristalizado em um modelo normativo que o autor denomina como “soberania globalizada” (Pettit, 2016), um desiderato do “direito republicano dos povos” (Pettit, 2010b; 2015).

A ideia de um direito republicano dos povos é uma clara alusão ao direito dos povos formulado por John Rawls (2019), no espírito de uma “utopia realista” que “estende o que comumente pensamos ser os limites da possibilidade política praticável” (Rawls, 2019, p. 15). Considerar “os homens como são e as leis como poderiam ser” é a fórmula de Rousseau, apreciada e incorporada por Rawls (2019, p. 17). Adaptando esse princípio ao plano das relações internacionais, Pettit pretende “tomar os Estados como eles são” para projetar “a ordem internacional – o mundo – como ela deveria ser” (Pettit, 2010a, p. 70).

A permanência dos Estados como os agentes protagonistas da ordem global é um pressuposto do modelo da soberania globalizada, e isso não apenas por imposição do realismo político. No limite, um mundo sem Estados é indesejável porque “não há possibilidade real de estabelecer justiça social sem o poder coercitivo com que cada Estado, como uma necessidade funcional, impõe as leis” (Pettit, 2014, p. 158). Mas tampouco é desejável algo como um único Estado mundial. Abstratamente, esse ideal pode parecer atraente. Contudo, na prática, surgiriam problemas de representação e de geração de laços de confiança que comprometeriam as bases democráticas do Estado mundial. Assim, para Pettit,

a causa da democracia, articulada em termos de liberdade, requer um mundo de muitos Estados. E ainda que isto não seja muito persuasivo, o mero realismo nos leva a focalizar nossas prescrições em um mundo em que há muitos Estados distintos; dificilmente veremos outro tipo de mundo num futuro realizável ou previsível. (Pettit, 2014, p. 158)

Assumindo que a soberania globalizada é também uma forma de “utopia realista”, Pettit, ao prognosticar a permanência e defender o protagonismo dos Estados nacionais na

ordem global, enfatiza o lado realista desse ideal, sobretudo quando o compara com o cosmopolitismo, liberal ou republicano. Mas a soberania globalizada compreende também uma dimensão utópica, caracterizada pela robustez e pela natureza relativamente exigente dos dois ideais que a constituem: primeiro, o ideal de que “os seres humanos devem organizar-se como povos livres”; segundo, o ideal de que “povos livres devem constituir entes corporativos que desfrutem da liberdade como não dominação em suas relações uns com os outros e junto a outras corporações globais”. Para Pettit, esses dois ideais correlacionados “são relativamente utópicos, no sentido de que o mundo real está longe de os realizar” (Pettit, 2016, p. 48).

Estados são instituições complexas. Em sua definição mais convencional, trata-se de um ente corporativo com população e território mais ou menos definidos, detentor do monopólio da violência no interior de suas fronteiras territoriais e do direito de falar em nome de seu povo no exterior. Como outros agentes corporativos, os Estados são também capazes de falar por si próprios, articulando razões e argumentos em suas relações com agentes externos, especialmente com organizações internacionais e outros Estados.

Estados são capazes de falar por si próprios, mas não falam em seu próprio nome. Eles falam em nome dos povos que os definem como seus representantes. No modelo de Pettit, há uma relação de reciprocidade entre Estado representativo e povo livre. Por um lado, sem um povo sobre o qual exerça jurisdição territorial o Estado não existe; por outro, na tradição republicana, um povo só se define enquanto tal quando organizado na forma de um Estado. O povo é o conjunto de indivíduos que contam como cidadãos de um Estado. Não importa tanto se esses indivíduos têm ou não “as marcas comuns associadas a uma nação ou cultura ou etnicidade”, o que importa “pode ser somente o

fato de serem organizados sob o mesmo Estado”. Isso equivale a dizer que, em última análise, “não pode haver povo [...] sem um Estado” (Pettit, 2016, p. 51).

Um povo livre, no modelo da soberania globalizada, é um povo que, internamente, compõe-se de cidadãos protegidos por lei contra a dominação de seus concidadãos e governantes, ao passo que, externamente, conta com a não dominação de seus Estados por outros Estados ou outros agentes internacionais e transnacionais. À moda do direito dos povos de Rawls, a soberania globalizada configura-se como uma sociedade de povos livres. Assim como um cidadão é livre na medida em que se encontra isento de interferências arbitrárias no exercício de suas liberdades básicas, as quais incluem liberdade de pensamento, de expressão, de associação, de religião, de ocupação e residência, além de certos direitos de propriedade e troca, um povo é livre na medida em que não sofre interferência arbitrária em suas “liberdades soberanas”. De acordo com Pettit,

assim como uma pessoa é livre em sociedade com outras apenas na medida em que ela desfruta de proteção e talvez auxílio no exercício de um conjunto comum de escolhas – as liberdades básicas – da mesma forma um povo será livre na sociedade dos povos apenas na medida em que ele desfruta de proteção e talvez auxílio no exercício de um conjunto comum de escolhas: escolhas que podem ser descritas, na falta de melhor termo, como liberdades soberanas (Pettit, 2016, p. 57).

As liberdades soberanas dos Estados não se confundem com o ideal westfaliano da autodeterminação como não interferência.³ Para Pettit, a ordem internacional que emer-

³ A teoria republicana da liberdade como não dominação difere da teoria da liberdade como não interferência ao restringir o tipo de interferência que resulta em redução ou comprometimento da liberdade. Enquanto a vertente dominante da

giu dos tratados de paz Westfália, no século XVII, concebeu de modo excessivamente radical as liberdades soberanas dos povos, permitindo-lhes – ou a seus príncipes – agirem mais ou menos a seu bel prazer dentro de suas fronteiras ou em territórios e mares internacionais. A ordem legal internacional protetora das liberdades soberanas dos povos não inclui o direito desses povos “interferirem em outros povos de maneira militar, econômica ou diplomática, exceto talvez como retaliação por uma ofensa prévia”. Também não inclui a liberdade de explorar unilateralmente recursos globais e contribuir para “males globais como mudança climática prejudicial e cultivo de bactérias resistentes a antibióticos” (Pettit, 2016, p. 58).

Embora Pettit não desenvolva a noção de liberdades soberanas a ponto de especificá-las, resta evidente que o modelo da soberania globalizada pressupõe certo nível de intervencionismo para conter as investidas de Estados e outros agentes corporativos internacionais e transnacionais movidos pelo anseio de dominação. A questão que se coloca, então, é a de quais são os agentes protagonistas das intervenções destinadas a proteger as liberdades soberanas dos povos e realizar a não dominação em escala global, e, uma vez identificados esses agentes, determinar qual sua fonte de legitimidade.

teoria liberal postula que qualquer forma de interferência nas escolhas individuais é lesiva à liberdade (Berlin, 2002; Carter, 1999; Kramer, 2003), a teoria republicana sustenta que apenas a interferência *arbitrária* o é. Assim, formas não arbitrárias de interferência, que condicionam certas escolhas dos indivíduos, são justificadas na teoria republicana. Este é o caso dos dispositivos legais de uma república bem ordenada. Que a lei limita as escolhas dos cidadãos, é fato indisputável. Mas tal limitação não apenas é inofensiva à liberdade como em alguma medida lhe é constitutiva. “Assim como as leis criam a autoridade de que os governantes desfrutam, elas criam a liberdade que os cidadãos compartilham” (Pettit, 1997, p. 36). Um arranjo legal apropriado cria as liberdades básicas dos cidadãos. Um aspecto definidor do conceito de liberdade básica reside no fato de que as liberdades desse tipo são aquelas em que nenhum cidadão pode sofrer interferência e que podem ser exercidas e desfrutadas concomitantemente por todos os cidadãos. Elas são, na terminologia de Pettit, “co-exercível” e “co-satisfying” (Pettit, 2012).

Para Pettit, nem todos os Estados estão aptos a participar ativamente da configuração institucional da soberania globalizada, embora idealmente os cidadãos de todos devam ser portadores do status de pessoas livres, protegidos de interferências arbitrárias em suas liberdades básicas. Apenas aqueles Estados que o autor define como “representativos” podem dispor da intenção e dos recursos para estabelecer um aparato institucional voltado à extensão da não dominação em escala global. Em breve definição, “Estados representativos” são aqueles controlados por seus próprios povos. O pressuposto da existência de um Estado representativo é sua “eficácia funcional” para prover serviços básicos a sua população. Indicadores de que um Estado carece de eficácia funcional incluem males como guerra civil, fome, genocídio, a existência de uma classe de senhores da guerra e a ausência generalizada de lei (Pettit, 2015, p. 39). Um Estado funcionalmente ineficaz “é incapaz de reivindicar o direito de falar ou agir por seu povo” (Pettit, 2015, p. 39).

Mas nem todo Estado funcionalmente eficaz pode ser considerado representativo. Um Estado pode cumprir razoavelmente os requisitos funcionais que justificam sua existência e, ainda assim, permanecer aquém do status de Estado representativo, o que inviabiliza sua participação como protagonista na ordem internacional da soberania globalizada. Isso acontece quando os cidadãos desse Estado não dispõem de mecanismos institucionais efetivos para influenciar e controlar as ações de seus governantes. Influência e controle populares são atributos típicos de Estados democráticos, cujas instituições interpelam o povo em seu papel autoral e editorial das leis (Pettit, 2012). Na hipótese de inexistência ou disfuncionalidade das instituições que asseguram a influência e o controle dos cidadãos sobre legisladores e governantes, o Estado acaba capturado por grupos ou facções que desdenham do bem comum em benefício de seus interesses particulares.

Nesse caso, embora funcionalmente eficaz, o Estado será politicamente opressivo, falhando renitentemente em assegurar ao conjunto dos cidadãos a não dominação.

Idealmente, o conceito de Estado representativo coincide com o de uma democracia plena. Mas Pettit pondera que “seria irrealista reduzir os Estados aos quais é atribuído o papel principal em nossa teoria internacional aos Estados completamente democráticos, ou mesmo democráticos em uma medida substancial” (Pettit, 2014, p. 157). Isso quer dizer que o modelo da soberania globalizada admite como Estados representativos aqueles que, não sendo ineficazes nem consistentemente opressivos, apresentam, contudo, déficits democráticos que os fazem oscilar entre momentos de maior ou menor influência e controle populares sobre suas instituições e agentes públicos. Essa concessão de Pettit ao realismo amplia significativamente o rol de Estados participantes da soberania globalizada, afinal, dependendo do grau de exigência de nossos critérios, poucos países – ou mesmo nenhum país realmente existente – poderiam ser considerados democracias plenas.

Mas por que limitar a participação na ordem internacional apenas aos Estados representativos? A razão sugerida por Pettit é simples, intuitiva, mas, como veremos a seguir, insuficiente: não cabe esperar de Estados que não disponham dos recursos ou da intenção de assegurar a liberdade de seus próprios povos no interior de suas fronteiras o cumprimento da tarefa de defender a liberdade de outros Estados e outros povos em âmbito global. Daí sua conclusão enfática (e talvez hiperbólica) de que “saudar como um ideal a não dominação externa de um Estado ineficaz ou opressor seria uma loucura; isso equivaleria a avalizar o caos ou o assassinato em massa” (Pettit, 2014, p. 153).

No entanto, o protagonismo dos Estados representativos só se justifica quando o horizonte de suas ações na arena global consiste em estender o ideal da não dominação a todos os povos. Os Estados representativos “devem

estabelecer uma ordem internacional em que problemas de pobreza e opressão sejam efetivamente enfrentados” (Pettit, 2014, p. 174), e esses Estados são motivados a proceder dessa maneira tanto por auto interesse quanto por razões mais altruísticas. No primeiro caso porque é do interesse desses Estados evitar consequências negativas da miséria e da opressão de outros povos no interior de suas próprias fronteiras. Pense-se aqui no drama dos refugiados e imigrantes ilegais que, em busca de uma vida mais digna, acabam pressionando as fronteiras dos Estados mais afluentes. No segundo caso porque há entre os povos dos Estados representativos um sentimento de obrigação com o drama dos necessitados, onde quer que estes se encontrem. Isso explica por que os “cidadãos dos Estados representativos corretamente clamam para seu próprio Estado fazer algo para lidar com o sofrimento dos que são afligidos alhures por explosões de fome e violência”, buscando remediar “os males naturais dos tsunamis e terremotos e os males humanos da tortura e opressão” (Pettit, 2014, p. 176).

Pettit observa que a ordem global é povoada por três tipos específicos de agentes, todos com potencial de interferência arbitrária (dominação) sobre os Estados e seus povos:

primeiro, e de modo mais proeminente, outros Estados; segundo, corpos privados não domésticos comparáveis, em recursos, a muitos Estados, tais como corporações empresariais, igrejas, movimentos terroristas e até indivíduos poderosos; terceiro, corpos públicos não domésticos frequentemente criados por Estados, como a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte. (Pettit, 2010b, p. 77)

A questão é saber em que medida o potencial de interferência arbitrária inerente a cada um desses tipos

de agentes pode ser contido ou neutralizado pelo direito internacional. Já observamos que, para Pettit, as ameaças provenientes do primeiro grupo, o conjunto dos Estados nacionais, podem ser neutralizadas pelo protagonismo atribuído aos Estados representativos em detrimento dos Estados não representativos ou ineficazes. Pettit é bem menos otimista em relação às ameaças provenientes do segundo grupo, ou seja, de corpos privados com alto poder de interferência arbitrária em escala global. A própria natureza privada desses agentes, quando não clandestina (como no caso de redes terroristas), torna improvável sua adequação ao ideal da soberania globalizada.

A esse grupo de agentes privados pertencem também as grandes corporações transnacionais. Como bem observam Laborde e Ronzoni, num esforço para ampliar o alcance do modelo de Pettit, as ameaças provenientes desse tipo de agente privado à liberdade dos povos cresceu exponencialmente com os processos recentes de abertura e desregulamentação dos mercados associados à globalização da economia, como se observa no aumento do poder de interferência arbitrária das corporações transnacionais nas decisões de muitos Estados. Decorre disso, aliás, a justificativa das autoras para um “controle regulatório mais rígido [...] em áreas como taxação, mercado de trabalho e mercado financeiro” (Laborde e Ronzoni, 2016, p. 293).

Pettit restabelece seu otimismo quando avalia a probabilidade de contenção das ameaças à liberdade provenientes do terceiro grupo mencionado acima, as instituições internacionais formadas por acordos entre os Estados representativos. Para exercer suas funções, as instituições internacionais devem dispor de capacidade de interferir em certas escolhas dos Estados membros, respeitadas suas “liberdades soberanas”. A questão é como assegurar o caráter não arbitrário de suas intervenções. Conquanto reconheça alguma validade das críticas ao “déficit democrático” das instituições

internacionais, geridas tipicamente por autoridades não eleitas, o autor argumenta que alinhá-las à ordem da soberania globalizada é possível por outros meios, não necessariamente eleitorais, como a ação vigilante de ONGs globais (Anistia Internacional, Greenpeace, Médicos sem Fronteiras etc.) e a publicidade midiática hostil sobre os possíveis desvios de tais agências (Pettit, 2014, pp. 169-170). Além disso – e mais importante –, essas instituições encontram-se sob relativo controle dos Estados soberanos, principais protagonistas da soberania globalizada, devido a um conjunto de dispositivos que vinculam a legitimidade dessas instituições às prerrogativas dos Estados. Em termos práticos,

os Estados normalmente indicam os cargos cruciais nesses órgãos; há compromissos com missões restritas e específicas; geralmente há altos padrões de *accountability* a serem alcançados; movimentos cívicos globais muitas vezes exercem um grau significativo de supervisão; e as decisões são rotineiramente sujeitas a objeção e revisão pelos Estados afetados. (Pettit, 2010b, p. 81)

Mas será mesmo que esses dispositivos configuram um mecanismo eficaz de checagem voltados a coibir os eventuais desvios das agências internacionais, contendo suas iniciativas de interferência arbitrária e dominação e mantendo-as nos limites de suas funções na ordem neorrepublicana da soberania globalizada?

Limites do modelo de Pettit

Creio ser possível afirmar que o modelo neorrepublicano da soberania globalizada representa uma alternativa ao não intervencionismo westfaliano e ao cosmopolitismo (liberal ou republicano). O primeiro modelo, orientado pelo ideal da liberdade como ausência de qualquer forma de interferência na soberania dos Estados, revela-se claramente anacrônico

diante de um mundo cada vez mais atribulado por problemas cuja solução escapam aos instrumentos dos Estados nacionais individualmente considerados, requerendo não apenas esforços concertados entre os Estados, mas também intervenções que desafiam a interpretação westfaliana da autodeterminação dos povos. Os modelos cosmopolitas, por sua vez, padecem de certa indeterminação institucional. Embora acertem ao estabelecer os direitos humanos de todos os indivíduos do globo como o horizonte normativo da liberdade como não dominação, negligenciam o lugar e o papel dos Estados soberanos em uma eventual nova ordem global republicana ao passarem ao largo da realidade de um mundo irremediavelmente constituído por eles.

Não obstante suas eventuais vantagens em relação aos modelos rivais, o modelo internacionalista de Pettit também apresenta limites, que devem ser superados em benefício da aplicação do ideal da liberdade como não dominação em escala global. Alguns desses limites, como a relativa indiferença à dimensão estrutural da dominação geopolítica (Rigstad, 2011), têm sido eficientemente enfrentados por teóricos neorrepublicanos tributários da visão de Pettit (Laborde, 2010; Ronzoni, 2017; Slaughter, 2018). Outras insuficiências, porém, têm motivado objeções mais radicais, como a que aponta a natureza eurocêntrica da teoria política internacional da tradição republicana em geral, e do republicanismo neorromano em particular. Kevin Blachford, por exemplo, critica a tradição republicana por supostamente “negligenciar como a história de império e escravidão está interligada com os ideais normativos do pensamento republicano”, sugerindo que “os neorromanos modernos procuram aplicar os ideais republicanos da pólis na Cosmópolis sem reconhecer o eurocentrismo inerente a esta abordagem” (Blachford, 2021, pp. 2-5). Não obstante tratar-se de um tema ao qual teremos de retornar em outra ocasião, não há espaço aqui para discutirmos a validade

desse desafio mais abrangente e externo à lógica da teoria política internacional do republicanismo neorromano.

Encaminhem-nos para a parte final da presente discussão, chamando atenção, ainda que brevemente, para dois limites que podemos considerar internos ao modelo da soberania globalizada. O primeiro diz respeito à necessidade de torná-lo mais inclusivo, questionando o exclusivismo que o referido modelo confere aos Estados representativos como agentes protagonistas da ordem global. O segundo relaciona-se ao excessivo otimismo de Pettit em relação ao caráter potencialmente não arbitrário das agências de instituições públicas internacionais, bem como das regras constitutivas do próprio direito internacional.

Refletindo sobre o problema da inclusão, Dorothea Gädeke propõe um alargamento do modelo de Pettit, de modo a incluir a reivindicação do direito de todos os Estados – não apenas os representativos – usufruírem da liberdade republicana na arena internacional. Na visão da autora, “uma lei republicana dos povos precisa conferir status de não dominação a todos os Estados, sejam representativos ou não” (Gädeke, 2016, p. 22).

É importante lembrar que a dominação é sempre, em última análise, um fenômeno que afeta indivíduos. Certamente é possível falar, com Pettit, em dominação de agentes grupais, como Estados e povos, mas isso porque esses grupos consistem na incorporação de indivíduos, os suportes reais de relações de dominação. Para Pettit, a dominação de um povo e, conseqüentemente, de seus indivíduos membros, decorre da dominação de um Estado apenas se este for do tipo representativo. A dominação de um Estado não representativo não se traduziria na dominação de seu povo e dos indivíduos membros incorporados a ele porque, nesse caso, a coletividade dos indivíduos não chega a se constituir politicamente. Temos aí uma justificativa para a dominação de Estados não representativos. Dominá-los no

plano internacional não significaria dominar o povo como coletividade nem os indivíduos membros do povo. Poderia até ocorrer o contrário, uma vez que a intervenção de agências internacionais nas escolhas de Estados opressivos pode se traduzir em uma intervenção favorável à não dominação do povo e dos indivíduos que o Estado *deveria* representar. “Se um Estado é não representativo”, afirma Pettit, “servir a essa entidade não deve ser uma preocupação da ordem internacional; a única preocupação deve ser a de servir a seus membros” (Pettit, 2010b, p. 71).

Com propriedade, Gådeke questiona essa conclusão, pois ainda que um povo – enquanto a multidão de indivíduos de um Estado não representativo – não esteja plenamente incorporado na condição de “povo politicamente organizado”, ele permanece dotado de um poder constituinte fundamental, que pode ser mobilizado para reformar o Estado na direção de um Estado representativo. Esse poder constituinte pode ser ameaçado com a intervenção arbitrária em seus Estados por agentes protagonistas da soberania globalizada, sejam estes os Estados representativos ou as instituições internacionais. Por isso, argumenta a autora, “nenhum Estado, representativo ou não, deve ser dominado, uma vez que a dominação do Estado implica a dominação da coletividade do povo”. Mesmo que o povo não seja dominado em “pleno sentido”, dado que sua constituição como agente intencional depende de sua capacidade de controlar o Estado – capacidade inexistente nos Estados não representativos –, ele é dominado em sua condição de “um potencial agente grupal”, comprometendo seu “poder constituinte residual” (Gådeke, 2016, p. 19).

Poder-se-ia contornar a objeção acima, de natureza conceitual, mediante uma leitura mais claramente normativa da teoria de Pettit para a justificação da dominação dos Estados não representativos. Uma tentativa nessa direção consiste em mobilizar uma estratégia compensatória, aceitando a

dominação dos povos dos Estados não representativos como o preço a pagar pela liberdade dos indivíduos pertencentes aos povos desses Estados. Tanto Pettit (2010b, p. 67) como Laborde e Ronzoni (2016) mobilizam essa estratégia compensatória, argumentando que, sob circunstâncias excepcionais, “uma violação da não dominação básica pode ser necessária em benefício da *minimização* geral da dominação” (Laborde; Ronzoni, 2016, p. 20). Ou seja, “intervenções externas, que violam a não dominação básica de um Estado, podem ser necessárias em casos de catástrofes humanitárias, Estados falidos e regimes opressivos”, não havendo dúvida de que “todas as intervenções desse tipo resultam em alguma forma de dominação internacional” (Laborde; Ronzoni, 2016, p. 20).

Mas essa justificativa normativa e compensatória, segundo Gädeke, também pode ser contestada. Em primeiro lugar porque a relação do povo com seu Estado não se resume à sua incorporação política. Mesmo que “os indivíduos-membros não sejam igualmente incorporados no sentido político, eles ainda podem ser plenamente incorporados nos planos econômico ou cultural” (Gädeke, 2016, p. 20). Além disso, a dominação coletiva do Estado não representativo por outros Estados, por instituições públicas internacionais ou por corporações privadas transnacionais pode agravar a dominação dos indivíduos no plano doméstico, caracterizando uma situação definida por Rainer Forst como de “múltipla dominação”. Ou seja, uma situação em que o indivíduo é dominado “por seus (precariedade legitimados) governos, elites, ou guerreiros, que por sua vez estão tanto trabalhando em conjunto como sendo dominados por atores globais” (Forst, 2012, p. 257).⁴

⁴ Rainer Forst é talvez o principal artífice de uma visão “kantiana” sobre a transnacionalização do ideal da não dominação. Forst contrapõe seu “republicanismo kantiano” ao que ele qualifica como o “republicanismo negativo” de Pettit (Forst, 2013, p. 169), interpretando o ideal da não dominação na esfera internacional mais como um princípio de justiça “além das fronteiras” do que como um princípio de legitimidade do direito e das instituições internacionais. Relativamente

Outro problema do argumento compensatório é a dificuldade de estabelecer critérios para definir os agentes aptos a estimar os efeitos benéficos capazes de compensar os efeitos deletérios da intervenção nos Estados não representativos. Possivelmente essas funções seriam exercidas por um Estado forte ou por instituições internacionais, mas se couber a esses próprios agentes decidir unilateralmente sobre a intervenção, estaremos diante de uma relação de dominação. Como bem observa Gädeke, “o poder arbitrário não pode ser transformado em poder não arbitrário por meramente prover uma justificação moral em nome de um bem maior”. A teoria republicana da liberdade estabelece sem ambiguidades que “a autoridade para legitimar a interferência só pode ser atribuída dentro de uma estrutura institucional comum de não dominação” (Gädeke, 2016, p. 21).

Assim, quer do ponto de vista de sua estrutura conceitual, quer do ponto de vista normativo, o modelo pettitiano da soberania globalizada encontra dificuldades para justificar, em nome do próprio ideal da não dominação, a exclusão dos Estados não representativos da condição de agentes com demandas legítimas e dignas de consideração junto à ordem global.

Somando-se a essa dificuldade de justificação da exclusão de Estados não representativos, o modelo de Pettit padece ainda de outro limite, presente em sua avaliação do papel das instituições e leis internacionais na promoção da não dominação na ordem global. Como vimos, Pettit entende que as mais graves ameaças às liberdades soberanas dos Estados provêm de outros Estados e de corporações privadas transnacionais. Já as instituições internacionais, segundo o autor, “não representam uma ameaça equivalente

ao ponto que aqui mais diretamente nos interessa, Forst formula o princípio da “justiça transnacional fundamental”, que atribui “a todas as comunidades políticas o direito de participar além das fronteiras e em pé de igualdade nos discursos normativos” geradores de “estruturas de justificação” (Forst, 2015, p. 103).

aos perigos provenientes de outros Estados e de organismos privados como as corporações” (Pettit, 2010b, p. 85). Porém, como observou acertadamente Christopher Thomas (2015), o “profundo otimismo” de Pettit em relação ao papel não dominante das instituições internacionais o faz subdimensionar o potencial de dominação inerente a tais instituições. Se os Estados fortes podem dispor de mecanismos que os habilitam a controlar as intervenções de instituições – como a ONU, OMC, OTAN FMI, Banco Mundial etc. –, o mesmo não pode ser dito acerca dos Estados fracos ou em desenvolvimento. Além disso, “o foco de Pettit no exercício do controle pelas instituições internacionais agindo em sentido puramente autônomo ignora como tais instituições são usadas instrumentalmente, especialmente por Estados poderosos” (Thomas, 2015, p. 22).⁵

A hipossuficiência crítica e o excessivo otimismo de Pettit em relação ao papel efetivamente exercido pelas instituições internacionais na ordem global repetem-se na consideração dispensada ao papel do direito internacional. Pettit parece ignorar o fato de que “o próprio direito internacional é produto de uma longa história de desigualdade e exploração” (Thomas, 2015, p. 25). Embora isso ganhe consistência com sua afirmação de que sua teoria deliberadamente “ignora questões de justiça histórica” (Pettit, 2014, p. 153), tal desconsideração acaba cobrando alto

⁵ Vale observar, também, o alto grau de heterogeneidade no rol de instituições internacionais, o que impede uma avaliação única que se aplique a todas indiscriminadamente. Amy Allen sugere que a confiança depositada por Pettit na *accountability* dessas instituições pode até justificar-se, ainda que precariamente, no caso de certas instituições, mas de modo algum em todos os casos. “O ponto sobre a *accountability* pode ter alguma validade no caso da ONU – embora a composição dos membros permanentes do Conselho de Segurança e o papel do poder de veto em suas operações torne essa alegação altamente suspeita – mas esse, definitivamente, não é o caso de instituições financeiras internacionais extremamente poderosas tais como o FMI e o Banco Mundial, que são largamente conduzidas e compostas por funcionários oriundos de países ricos e industrializados e que são grandemente responsivos aos interesses desses países em vez dos interesses dos países aos quais elas doam ou emprestam dinheiro” (Allen, 2015, p. 125).

preço do ponto de vista crítico e dando margem a uma visão pouco realista sobre os alcances e limites da lei internacional na promoção da não dominação em escala global. Como resume Thomas, “a grande promessa da lei internacional contribuindo para o ‘curso das razões globais’ parece quimérica em face do desenvolvimento histórico fraturado e desigual do direito internacional” (Thomas, 2015, p. 26).

Conclusão

Em suma, embora o modelo neorrepublicano da soberania globalizada contenha considerável potencial de contribuição no campo da teoria política normativa internacional, no mínimo fornecendo uma alternativa a ser considerada para além do consenso polarizado entre estatistas e cosmopolitas, há ainda muito trabalho a ser realizado para o aprimoramento dessa perspectiva republicana internacionalista, especialmente para capacitá-la a uma percepção mais crítica dos agentes protagonistas da ordem internacional e para torná-la mais sensível ao drama de indivíduos e povos dominados interna e externamente na ordem global contemporânea.

É compreensível o ceticismo de Pettit a propósito da participação virtuosa de Estados não representativos para a expansão da liberdade republicana em escala global. Isso significaria pedir muito dos Estados falidos, que sequer reúnem as condições para cumprir as funções básicas que justificam a existência dos Estados em geral, as quais envolvem o provimento de um mínimo de bem-estar, segurança e capacidade de aplicação da lei no interior das fronteiras estatais. E seria pedir mais ainda de Estados opressivos e tirânicos, que, mesmo funcionalmente eficazes, violam sistematicamente a liberdade de seus povos em benefício dos interesses particulares de grupos que monopolizam o aparelho estatal. Normalizar a participação dos agentes desses Estados em associações voltadas à realização da liberdade em escala

global significa, em alguma medida, avalizar a tirania e a opressão sobre os povos que eles deveriam representar, mas sobre os quais na realidade exercem dominação.

Contudo, Pettit não deixa suficientemente claro os contornos da noção de Estado representativo, levantando suspeitas de que sua teoria internacional simplesmente mimetiza o discurso de Estados poderosos na cena global contemporânea, bem como de instituições multilaterais controladas por estes. Dependendo de onde é traçada, na prática, a linha divisória entre Estados representativos e não representativos, o resultado poderia ser a mera justificação da atual ordem global, largamente controlada por poucos e poderosos Estados e caracterizada por evidentes déficits de justiça e legitimidade. Embora, como observamos, Pettit procure se precaver dessa suspeita, alertando que os Estados representativos de sua teoria não precisam ser democracias plenas, isso não parece o bastante para a definição de agentes legítimos e ilegítimos na conformação da soberania globalizada, como vimos com Dorothea Gädeke. Porém, a solução que atribui legitimidade à participação de todo e qualquer Estado na ordem republicana global, sugerida por Gädeke, tampouco parece satisfatória. Sem falar nos Estados arrasados por guerras civis ou devastados por catástrofes naturais, funcionalmente incapazes de incorporar seus povos e de os representar externamente, não podemos simplesmente ignorar a existência de tiranias que desejam apenas permanecer como são: regimes destinados a sufocar qualquer vestígio de constituição da vontade popular e sem qualquer compromisso com o bem-estar de seus cidadãos. Regimes que, não raro, só se sustentam com a violação massiva dos direitos humanos dos indivíduos submetidos à sua jurisdição.

O que falta ao modelo de Pettit é uma perspectiva mais crítica sobre a atuação dos próprios Estados representativos e das instituições internacionais na arena global, atuação frequentemente mais orientada para consolidação de

assimetrias geradoras de dominação do que para expansão da liberdade republicana. Falta a transição do neorrepblicanismo ao republicanismo crítico.⁶ E o meio mais promissor para esse fim parte do tensionamento dos limites internos ao modelo da soberania globalizada, não de seu simples abandono. É exatamente esse caminho que começa a ser trilhado por teóricos do internacionalismo republicano influenciados por Pettit. Gådeke é um exemplo, mas há outros esforços dignos de nota.

Em Laborde (2010) e Laborde e Ronzoni (2016), por exemplo, encontramos convincentes argumentos para o refinamento da crítica neorrepblicana à atual ordem global. Laborde entende que parte das dificuldades do modelo de Pettit ancora-se em sua concepção de dominação exclusivamente focada na relação entre agentes. Por isso, “ele ignora o fato de que o sistema global é apenas em alguns aspectos análogo a um estado de natureza não regulamentado, onde relações de dominação (relativas aos agentes) ocorrem”. Mas o fato é que, em importantes aspectos, trata-se de “uma ordem sistêmica (estruturalmente injusta) que autoriza e agrava a subserviência e a dependência pré-institucional de Estados fracos”. Exemplo disso é a “forma como os processos de globalização e liberalização têm sido gerenciados por organizações internacionais como o FMI, a OMC e o Banco Mundial.” (Laborde, 2010, p. 57).

É preciso, portanto, complementar a dimensão da dominação focada nos agentes com sua dimensão sistêmica e estrutural. Com isso, a teoria política do internacionalismo republicano torna-se mais bem equipada para lidar com

⁶ Na justa observação de Gådeke (2020, p. 23), “o neorrepblicanismo de Pettit possui um poderoso potencial crítico, muitas vezes facilmente ignorado por alguns de seus críticos”, mas, “esse potencial crítico pode ser fortalecido ao reconceituar sua teoria da dominação a partir de uma perspectiva inspirada na vertente kantiana do pensamento republicano e na teoria crítica contemporânea da Escola de Frankfurt. Isso abrirá caminho para o desenvolvimento do que chamo de republicanismo crítico.”

o grave problema da desigualdade material em escala internacional. Na verdade, a própria noção de que pode haver dominação sem interferência efetiva, um dos principais *topoi* da teoria neorromana da liberdade, só pode ser adequadamente formulada quando se tem em perspectiva a dimensão sistêmica da dominação. Assim, por exemplo, “quando países pobres se submetem para agradar aos Estados mais ricos dos quais dependem, sem que os Estados mais poderosos façam qualquer demanda ou ameaça explícita, temos um caso paradigmático de dominação internacional sem interferência.” (Laborde e Ronzoni, 2016, p. 289). O combate a essa dimensão estrutural da dominação internacional não requer a pressuposição da virtude dos Estados representativos. O interesse é um poderoso fator de obstrução da virtude, enquanto esse tipo de intervenção regulatória na ordem global deve realizar-se a despeito de alguns dos mais entrincheirados interesses dos Estados mais ricos e poderosos. Iniciativas nessa direção requerem profundas reformas institucionais, mirando especialmente na adequada regulação dos mercados mundiais, pois “uma economia bem regulada pode muito bem ser a melhor forma de garantir a não dominação mútua entre os agentes no mercado, ao passo que um mercado sem regras poderá dar origem a um poder arbitrário.” (Laborde e Ronzoni, 2016, p. 280)

Por fim, assim como a concepção de dominação de Pettit, fortemente centrada no agente, deve ser complementada (não substituída) por uma perspectiva mais sistêmica e estrutural, a abordagem predominantemente institucional do internacionalismo pettitiano deve ser complementada por uma abordagem voltada à agência cívica de cidadãos e movimentos sociais que atuam em redes transnacionais no combate às diversas formas de dominação em escala global. Para os internacionalistas republicanos, os Estados nacionais são agentes privilegiados da soberania globalizada, mas não devem ser pensados

como agentes exclusivos. Tal complementação é também resultante de uma crítica interna ao modelo de Pettit. Como advoga Steven Slaughter (2018, p. 636), outro discípulo de Pettit ocupado em realizar o potencial crítico do internacionalismo republicano, “o impulso gerado pelo republicanismo crítico” exige que “a abordagem dos problemas globais” considere “o potencial dos cidadãos e dos ativistas juntamente aos argumentos institucionais e normativos dos acadêmicos republicanos”.

Ricardo Silva

Professor Titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq.

Bibliografia

- ALLEN, Amy. 2015. Domination in global politics: a critique of Pettit’s neo-republican model. In: BUCKINX, Barbara; TREJO-MATHYS, Jonathan; WALIGORE, Timothy (ed.). *Domination and Global Political Justice: conceptual, historical, and institutional perspectives*. London: Routledge.
- BELLAMY, Richard. 2019. *A Republican Europe of States*. Cambridge: CUP.
- BERLIN, Isaiah. 2002. Dois conceitos de liberdade. In: HARDY, Henry; HAUSHEER, Roger (org.). *Estudos sobre a Humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BESSON, Samantha. 2009a. Ubi ius, ibi civitas: A republican account of international community. In: BESSON, Samantha; MARTÍ, José Luiz (ed.). *Legal Republicanism: national and international perspectives*. Oxford: Oxford University Press.
- BESSON, Samantha. 2009b. Institutionalizing global democracy. In: MEYER, Lukas H. (ed.). *International Law, Justice and Legitimacy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLACHFORD, Kevin. 2021. The eurocentrism of neo-roman republicanism and the neglect of republican empire. *Thesis Eleven*, v. 166, n. 1. DOI: 10.1177/07255136211043950
- BOHMAN, James. 2004. Republican cosmopolitanism. *Journal of Political Philosophy*, v. 12, n. 3. DOI: 10.1111/j.1467-9760.2004.00203.x
- BOHMAN, James. 2007. *Democracy Across Borders: From demos to demoi*. Cambridge, MA: MIT Press.

- BOHMAN, James. 2008. Nondomination and transnational democracy. In: MAYNOR, John; LABORDE, Cécile (ed.). *Republicanism and Political Theory*. Oxford: Blackwell.
- CARTER, Ian. 1999. *A Measure of Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- DEUDNEY, Daniel. 2007. *Bounding Power: Republican security theory from the polis to the global Village*. Oxford: Princeton University Press.
- FORST, Rainer. 2012. *The Right to Justification*. New York: Columbia University Press.
- FORST, Rainer. 2013. A Kantian republican conception of justice as nondomination. In: NIERDERBERGER, Andreas; SCHINK, Philipp (ed.). *Republicanism Democracy: liberty, law and politics* Edinburgh: Edinburgh University Press.
- FORST, Rainer. 2015. Transnational justice and nondomination. In: BUCKINX, Barbara; TREJO-MATHYS, Jonathan; WALIGORE, Timothy (ed.). *Domination and Global Political Justice: conceptual, historical, and institutional perspectives*. London: Routledge.
- GÄDEKE, Dorothea. 2020. From neo-republicanism to critical republicanism. In: LEIPOLD, Bruno; NABULSI, Karma; WHITE, Steven (ed.). *Radical Republicanism: recovering tradition's popular heritage*. Oxford: Oxford University Press.
- 88 GÄDEKE, Dorothea. 2016. The domination of states: towards an inclusive republican law of peoples. *Global Justice: Theory and Practice*, v. 9, n. 1. DOI: 10.21248/gjn.9.1.99
- KANT, Immanuel. 2020. *À Paz Perpétua*. Petrópolis: Vozes.
- KRAMER, Matthew. 2003. *The Quality of Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- LABORDE, Cécile. 2010. Republicanism and global justice: a sketch. *European Journal of Political Theory*, v. 9, n. 1. DOI: 10.1177/1474885109349404
- LABORDE, Cecile; RONZONI, Mirian. 2016. What is a free State? Republican internationalism and globalization. *Political Studies*, v. 64, n. 2. DOI: 10.1111/1467-9248.12190
- LOVETT, Frank. 2016. Should republicans be cosmopolitans?. *Global Justice: Theory, Practice, Rhetoric*, v. 9, n. 1. DOI: 10.21248/gjn.9.1.100
- LOVETT, Frank; PETTIT, Philip. 2010. Neo-republicanism: a normative and institutional research program. *Annual Review of Political Science*, v. 12, pp.11-29. DOI: 10.1146/annurev.polisci.12.040907.120952
- MARTÍ, Jose L. 2010. A global republic to prevent global domination. *Diacrítica*, v. 24, n. 2.
- MCCORMICK, John P. 2011. *Machiavellian Democracy*. New York: Cambridge University Press.

- MAQUIAVEL, Nicolau. 2007. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes.
- MAYNOR, John. 2010. Fighting back against domination: republican citizenship and unbounded reciprocity. *Diacrítica*, v. 24, n. 2.
- MAYNOR, John. 2015. Should republican liberty be outsourced? In: BUCKINX, Barbara; TREJO-MATHYS, Jonathan; WALIGORE, Timothy (ed.). *Domination and Global Political Justice: conceptual, historical, and institutional perspectives*. London: Routledge.
- NIERDERBERGER, Andreas. 2013. Republicanism and transnational democracy. In: NIERDERBERGER, Andreas; SCHINK, Philip (ed.). *Republican Democracy: liberty, law and politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- PETTIT, Philip. 1997. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford: Oxford University Press.
- PETTIT, Philip. 2006. Democracy, national and international. *Monist*, v. 89, n. 2, pp. 301-324. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27903981>. Acesso em: 15 set. 2016.
- PETTIT, Philip. 2008. The basic liberties. In: KRAMER, Matthew; GRANT, Claire; COLBURN, Ben; HATZISTAVROU, Antony (ed.). *The Legacy of H. L. A. Hart: Legal, Political and Moral Philosophy*. Oxford: Oxford University Press.
- PETTIT, Philip. 2010a. Legitimacy in international institutions: a neo-Roman perspective. In: BESSON, Samantha; TASIIOULAS, John; MARTÍ, Jose L. (ed.). *The Philosophy of International Law*. Oxford: Oxford University Press.
- PETTIT, Philip. 2010b. A republican Law of Peoples. *European Journal of Political Theory*, v. 9, n. 1. DOI: 10.1177/1474885109349406
- PETTIT, Philip. 2012. *On the People's terms: a republican theory and model of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PETTIT, Philip. 2014. *Just Freedom*. New York: Norton & Company.
- PETTIT, Philip. 2015. The republican law of peoples: a restatement. In: BUCKINX, Barbara; TREJO-MATHYS, Jonathan; WALIGORE, Timothy (ed.). *Domination and Global Political Justice: conceptual, historical, and institutional perspectives*. London: Routledge.
- PETTIT, Philip. 2016. The globalized republican ideal. *Global Justice: Theory and Practice*, v. 9, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.21248/gjn.9.1.101>
- POCOCK, John. G. A. 1975. *The Machiavellian Moment: Florentine political thought and Atlantic republican tradition*. Princeton: Princeton University Press.
- QUILL, Lawrence. 2006. *Liberty after Liberalism: Civic Republicanism in a Global Age*. London: Macmillan Palgrave.

- RAWLS, John. 2019. *O Direito dos Povos*. São Paulo: Martins Fontes.
- RIGSTAD, Mark. 2011. Republicanism and geopolitical domination. *Journal of Political Power*, v. 4, n. 2. DOI: 10.1080/2158379X.2011.590041
- RONZONI, Miriam. 2017. Republicanism and global institutions: three desiderata in tension. *Social Philosophy and Policy*, v. 34, n. 1, pp. 186-208. DOI: 10.1017/S0265052517000097
- SKINNER, Quentin. 1999. *A Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp.
- SKINNER, Quentin. 2010. On the slogans of republican political theory. *European Journal of Political Theory*, v. 9, n.1. DOI: 10.1177/1474885109349407
- SLAUGHTER, Steven. 2005. *Liberty beyond Neo-Liberalism: A Republican Critique of Liberal Government in a Globalizing Age*. London: Macmillan Palgrave.
- SLAUGHTER, Steven. 2010. Reconsidering the state: Cosmopolitanism, republicanism and global governance. In: HOOFT, Stan van; VANDEKERCKHOVE, Win. (ed.) *Questioning Cosmopolitanism*. Dordrecht: Springer.
- SLAUGHTER, Steven. 2018. Republicanism and international political theory. In: BROWN, Chris; ECKSERLEY, Robyn (ed.). *The Oxford Handbook of International Political Theory*. Oxford: oxford University Press.
- THOMAS, Christopher Alexander. 2015. 'Globalizing sovereignty'? Pettit's neo-republicanism, international law, and international institutions. *The Cambridge Law Journal*, v. 74, n. 3, pp. 568-591. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24693847>. Acesso em: 15 set. 2016.
- URBINATI, Nadia. 2012. Competing for liberty: the republican critique of democracy. *American Political Science Review*, v. 106, n. 3, pp. 607-621. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23275436>. Acesso em: 15 set. 2016.
- WOOD, Nathan. 2015. Republicanism and international relations. *Kriterion – Journal of Philosophy*, v. 29, n. 1, pp. 51-78. DOI: 10.1515/krt-2015-290105



CONTRA OS SACERDOTES VERMELHOS: A CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA (CAL) E A FORMAÇÃO DE UMA DIREITA RELIGIOSA (1972-1984)¹

André Kaysel

*Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de
Campinas (Unicamp). Campinas, SP, Brasil. E-mail: akaysel@unicamp.br*

Orcid: 0000-0003-2467-5363

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-091122/120>

Introdução

No dia 25 de janeiro de 1978, o mexicano Rafael Rodriguez, professor da Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG) e secretário-geral da Confederación Anticomunista Latinoamericana (CAL), veiculava a seus membros uma carta-circular, a primeira daquele ano, com o seguinte assunto: “SE TRANSCRIBE GRAVE DENUNCIA DE ORGANIZACIONES ANTICOMUNISTAS DE BOLIVIA Y SE PIDE COOPERACION CON ELLOS.” (CAL, 1978a, p. 1). O documento citava um telegrama, enviado à secretaria geral da CAL pelo Dr. Alfredo Candia, presidente do capítulo boliviano da entidade, e pelo Engenheiro Julio Vera, secretário do clero diocesano, que acusava “organizações pró-marxistas”, com sede na Europa e nos EUA, de estarem promovendo “manifestações

¹ Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo Auxílio à Pesquisa regular, que, sob o número de processo 2019/21266-5, tornou possível a escrita do presente artigo.

violentas”, “atos terroristas” e “greves de fome” dentro de recintos religiosos, encabeçadas pelo Arcebispo de La Paz, Monsenhor Manrique, e por “clérigos terceiro-mundistas”, como parte de uma conspiração para instaurar “um regime comunista” no “coração da América”, como havia tentado antes a guerrilha de Ernesto Che Guevara (CAL, 1978a, p. 1). Os signatários da nota pediam ainda a difusão de sua denúncia e a solidariedade de outras “organizações democráticas anticomunistas e nacionalistas”.

O autor da circular segue detalhando as acusações de seus pares bolivianos, tecendo considerações sobre o caráter estratégico do país sul-americano para o “comunismo internacional”, bem como assinalando o já citado Monsenhor Jorge Manrique, protetor de “sacerdotes vermelhos”, como sendo o instigador de uma greve de fome em nome da “anistia de agitadores”, sob a “bandeira demagógica” dos direitos humanos, cujo verdadeiro objetivo seria o de favorecer as organizações de esquerda nas eleições vindouras, já convocadas pelo governo:

A mensagem desses líderes anticomunistas expõe evidências de uma nova agressão comunista em larga escala contra a Bolívia, que é um dos países americanos que o comunismo internacional tenta conquistar com mais afinco há várias décadas, precisamente agora quando, de acordo com as disposições do governo, já em março, o povo se prepara para escolher livremente quem vai governá-lo. Também fica claro, nesta denúncia, que a conspiração comunista se apoia em agitadores de outros continentes e no setor do clero católico protegido pelo Arcebispo de La Paz, Dom Jorge Manrique, que em anos anteriores se gabou de liderar um funeral de guerrilheiros comunistas e é amplamente conhecido pela proteção que concede aos padres estrangeiros, principalmente europeus, que são expulsos de outros países não por atuarem como



padres, mas por serem ativistas da subversão vermelha. Neste caso específico, Dom Manrique promoveu uma greve de fome de mais de mil pessoas, iniciada no palácio do seu arcebispado por um grupo de mulheres, a ele ligadas, apoiadas por outros grupos em igrejas de várias cidades que tiveram de ser despejadas pela polícia. O objetivo da greve, alcançado no dia 18, foi a anistia de numerosos agitadores políticos que marxistas e católicos de esquerda estão precisando, em vista da campanha política que começou recentemente. Eles usaram em sua campanha a bandeira demagógica dos “direitos humanos”. (CAL, 1978a, pp. 1-2)²

Diante do acima exposto, Rodríguez concluía seu informe apelando para os laços de solidariedade entre os anticomunistas latino-americanos, pedindo “encarecidamente” que os membros de sua organização adotassem as seguintes medidas:

1. Divulgue entre os membros de sua organização e entidades amigas o texto desta circular para que haja conhecimento e conscientização da nova agressão marxista contra a Bolívia; desta vez com a participação aberta do clero “progressista”.
2. Publicar ou fazer publicar nos meios de comunicação social ao seu alcance informações e artigos que façam eco a esta denúncia, sendo necessário exibir a impostura de D. Jorge Manrique e dos seus protegidos que nunca protestaram contra as centenas de soldados e civis assassinados pelos guerrilheiros comandados por “Che Guevara” e outros sequazes. (CAL, 1978a, p. 2)

O documento acima apresentado, veiculado pela principal rede de extrema-direita então em atuação no continente,

² Todas as citações em línguas estrangeiras foram livremente traduzidas pelo autor.



vinculada, por sua vez, a uma rede de âmbito global – a World Anticommunist League (WACL) –, em uma conjuntura em que as ditaduras de segurança nacional latino-americanas, como a boliviana, começavam a enfrentar uma maior oposição, interna e externa, me parece um grande exemplo do modo como esses regimes e as forças civis e paramilitares a eles aliadas enfrentavam aquele que viam como um de seus inimigos mais formidáveis: o catolicismo de esquerda ou progressista, tanto entre os clérigos como entre os leigos, cuja principal expressão doutrinária era a chamada “Teologia da Libertação”, que ganhou ímpeto na esteira dos ventos de renovação que passaram a soprar na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II, na década anterior. O presente artigo tem por objetivo justamente analisar o discurso ideológico da Confederação Anticomunista Latino-americana, que operou na região entre 1972 e 1984, abordando especificamente seu antagonismo à Teologia da Libertação e ao clero progressista.

Para tanto, trabalharei com documentação primária, constituída por discursos em eventos, informes e circulares internas da entidade, cujo acervo está depositado no Centro y Archivo Para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA), do Museo de la Justicia del Paraguay.³ Com base em tais fontes, procurarei demonstrar como a CAL, capítulo latino-americano da Liga Mundial Anticomunista (WACL), forneceu um espaço de articulação continental de setores católicos extremistas, contrários às inovações do Concílio Vaticano II, para atacar seus inimigos progressistas no interior da Igreja.

Mais do que isso, o discurso de denúncia da “infiltração comunista” nos meios eclesiásticos serviu como ponto de

³ Agradeço à diretora do CDyA, Sra. Rosa Mercedes Palau, e à toda sua equipe pela generosa acolhida em duas visitas ao arquivo, em outubro de 2021 e abril de 2022. Agradeço ainda a Vinicius Uchoa da Silva, Alma Monges e Urano Andrade pelo apoio no levantamento, coleta e digitalização acessível da documentação.

articulação para a convergência entre religiosos e as forças repressivas, policiais e militares, associado a outros elementos discursivos, como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e a crítica à universalidade dos direitos humanos. Desse modo, pretendo contribuir para os estudos sobre a conformação de redes transnacionais de direita, abordando como a CAL e a WACL se constituíram em um dos espaços de formação de uma direita religiosa transnacional.

O texto que se segue é dividido em três momentos: na primeira seção, procurarei caracterizar as origens da CAL-WACL como rede de ativismo e propaganda transnacional da extrema-direita, com ênfase na atuação do catolicismo integrista em seu interior. Já na segunda seção explorarei, com base em documentos como o acima abordado, as características gerais do discurso ideológico da CAL contra o progressismo religioso, procurando evidenciar como este serviu para articular os interesses tanto de repressores nacionalistas como de cristãos conservadores no combate a um inimigo comum, apelando a diferentes fontes ideológicas. Por fim, nas considerações finais, indicarei como a CAL-WACL, enquanto rede transnacional de circulação de ideias e práticas políticas, forneceu um dos âmbitos de articulação de uma direita religiosa internacional, que voltou a marcar o cenário político da região nos últimos anos.

E CAL-WACL e o catolicismo integrista

Dentre as diferentes redes de militância anticomunista que existiram no período da Guerra Fria, uma em particular se destacou por seu caráter extremista: aquela conformada pela WACL, fundada originalmente em Taipé (Taiwan) em 1967, e a CAL, seu capítulo latino-americano, criada na Cidade do México em 1972, mantendo-se

vinculada à WACL até 1984.⁴ Os antecedentes do surgimento da WACL datam do final da II Guerra Mundial, com a fundação do Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) por ultranacionalistas ucranianos, croatas e romenos, dentre outras nacionalidades do leste europeu, que haviam colaborado com os nazistas durante o conflito (Anderson e Anderson, 1986, p. 27; Abramovici, 2014, p. 116; Lopez, 2014, p. 325). Cerca de uma década mais tarde é criada a Liga Anticomunista dos Povos da Ásia (APACL), instituída sobretudo com o apoio dos governos de Taiwan e da Coreia do Sul, além da participação do Vietnã do Sul, da extrema-direita japonesa e da Igreja da Reunificação, do líder religioso coreano Reverendo Moon (Anderson e Anderson, 1986, pp. 65-67; Abramovici, 2014, pp. 116-117; Lopez, 2014, pp. 323-324).⁵

Já o primeiro embrião do que viria a ser a CAL surgiria com o I Congresso Contra a Intervenção Soviética na América Latina, na Cidade do México, em 1954,⁶ por iniciativa da Frente Popular Anticomunista (FPA), liderada pelo mexicano Jorge Prieto Laurens, e pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), encabeçada pelo Almirante Carlos Pena Boto.⁷ Esse primeiro congresso deu origem à Confederação Interamericana de Defesa do Continente

⁴ A propósito, veja-se a circular n.º. 0284, de 26 de março de 1984, que anunciava aos membros da organização sua separação formal da Liga Anticomunista mundial. Cf. CAL, 1984.

⁵ No CDyA, pode-se encontrar um informe em espanhol, em nome do capítulo taiwanês da WACL, contando a história da APACL e da WACL (WACL, 1974). Anderson e Anderson, por seu turno, enfatizam que, dada a pobreza tanto da Coreia do Sul como de Taiwan em meados dos anos 1950, a APACL, e posteriormente a WACL, dificilmente teriam se estabelecido sem algum tipo de aporte estadunidense (Anderson e Anderson, 1986, p. 69).

⁶ O primeiro congresso anticomunista regional foi, em grande medida, destinado a atacar o governo reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala, não por acaso deposto pelo golpe do Cel. Castillo Armas naquele mesmo ano, com o apoio decisivo dos EUA (Abramovici, 2014, pp. 118-119).

⁷ Para o perfil e a trajetória da CBA e de Pena Boto, cf. Motta, 2000, pp. 180-187.

(CIDC), que promoveria ainda mais três encontros: no Rio de Janeiro (1956), Lima (Peru, 1957) e Antígua (Guatemala, 1958) (Bohoslavsky e Broquetas, 2018; Cañón Voirín, 2017). Segundo a bibliografia sobre esses primeiros encontros anticomunistas continentais, ainda pouco estudados, foi neles que se produziram os primeiros contatos com o ABN e a APACL, que, mais de uma década mais tarde, redundariam na criação da WACL e da CAL.

A rede constituída em torno do eixo CAL-WACL, sobre a qual já existe importante bibliografia internacional, além de alguma bibliografia brasileira,⁸ se notabilizou por ser a única organização dedicada ao anticomunismo de âmbito propriamente global, que reunia os anticomunistas mais intransigentes e combativos (Abramovici, 2014, p. 113). Assim, a WACL se distingue de redes anticomunistas internacionais anteriores, como o Congresso pela Liberdade da Cultura (CLC), bem mais plural do ponto de vista ideológico (Janello, 2014; Ridenti, 2018), por se circunscrever ao campo da extrema-direita propriamente dita. Além disso, no caso específico da América Latina, a CAL tem merecido atenção especial por ter sido um dos espaços de organização da chamada “Operação Condor”, que articulou os aparatos repressivos das ditaduras de segurança nacional sul-americanas nos anos 1970,⁹ bem como a cooperação destas com suas congêneres da América Central no início da década

⁸ O Brasil participou da CAL-WACL por meio de um *think-tank*, a Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (SEPES), liderada pelo banqueiro Carlo Barbieri Filho, constituída por empresários e profissionais liberais, muitos formados pelo publicista católico ultraconservador Gustavo Corsão (Machado e Rezende, 2019). O capítulo brasileiro da CAL organizaria o II Congresso da entidade, ocorrido no Rio de Janeiro em 1975, sob a presidência de Barbieri Filho. Para a bibliografia nacional sobre a WACL e a CAL, cf. Machado, 2017; Machado e Rezende, 2019; e Ribeiro, 2018a, 2018b, 2019.

⁹ Para uma abordagem sintética da história da “Operação Condor” e seu papel na internacionalização do terrorismo de Estado, cf. Braga, 2014. Já para um trabalho jornalístico pioneiro, com abundante informação sobre a “Condor”, cf. Callone, 2016. Por fim, para o papel da rede CAL-WACL na operação, cf. Lope, 2014.

de 1980, incluindo não apenas militares e policiais, mas também aparatos civis-paramilitares (Lopez, 2014; Machado e Rezende, 2019; Ribeiro, 2018a; 2018b; Rostica, 2018; 2019).

A literatura disponível sobre a rede conformada pela CAL e a WACL, bem como a documentação por mim consultada, corroboram as afirmações feitas por parte da bibliografia sobre a Guerra Fria latino-americana (Manke, **Březinová e Blecha**, 2017; Marchesi, 2017) de que a circulação das ideias durante esse período histórico na América Latina era mais complexa do que muitas vezes se supôs, indo além das relações entre o subcontinente e os EUA, seguindo fluxos multidirecionais. Por um lado, a circulação do anticomunismo na região envolveu outros atores e conexões, como pode ser evidenciado pela vinculação entre a extrema-direita mexicana, agrupada na Federación Mexicana Anticomunista de Occidente (FEMACO), e o regime nacionalista de Taiwan, fundamental para a criação da CAL em inícios dos anos 1970 (López Macedonio, 2010, pp. 149-150), cabendo ainda destacar a vinculação entre a WACL e a Liga da Liberdade, organização europeia encabeçada pela ativista Suzane Labin, uma das mais influentes militantes anticomunistas durante a Guerra Fria (Dard, 2014, p. 194).¹⁰

Por outro lado, a extrema-direita latino-americana, representada nos regimes de segurança nacional da América do Sul e Central, tinha enraizamento em culturas políticas locais a ponto de, como se verá mais abaixo, diante da política de direitos humanos da administração de James Carter

¹⁰ O mesmo autor faz referência a um boletim, publicado por uma entidade a qual Labin seria vinculada, a Association de Études Politiques et Internationales (AEPI) (Dard, 2014, p. 193). Em minha visita ao CDyA, creio ter encontrado a referida publicação, traduzida ao castelhano, sob o título de Boletín Este y Oeste, com números entre os anos de 1965 e 1977, cujas algumas partes sequer estão catalogadas.

(1977-1981), ensaiar certa independência política dos EUA (Bohoslavsky, 2019; Rostica, 2019).¹¹

Desse modo, para pensar a CAL-WACL como âmbito de produção e circulação do discurso anticomunista, adoto aqui como referência teórico-metodológica o conceito de circulação “transnacional”, ou de “transnacionalização” da circulação das ideias, que vem se tornando comum na literatura sobre as direitas na última década. Para tanto, emprego a seguinte definição desse conceito, fornecida na introdução de uma coletânea de estudos sobre as direitas em perspectiva transnacional:

Definimos o transnacionalismo como o fluxo e o padrão de relacionamentos através das fronteiras nacionais. Nosso uso do termo transnacionalismo denota aqueles movimentos, organizações, ideias ou redes que incluem, mas vão além da nação. Distinguimos o transnacional do global ou do internacional porque ambos os termos implicam o mundo inteiro, enquanto o transnacional sugere conexões entre forças de várias – talvez muitas – mas não necessariamente de todas as nações. Nosso uso do transnacionalismo reconhece a natureza muitas vezes dispersa e desigual das conexões entre povos, grupos, governos e redes. (Durham e Power, 2010, p. 1)

Outra contribuição metodológica interessante proposta pelos organizadores da referida coletânea é a de que, ao contrário do que se costuma sustentar, e em conformidade com o acima exposto, os fluxos políticos e culturais transnacionais não fluiriam apenas do centro para a periferia, mas em múltiplas direções, o que poderia ser evidenciado

¹¹ Como demonstra o trabalho jornalístico pioneiro de Scott e John Lee Anderson, as direitas sul e centro americanas também foram capazes de estabelecer, por meio da WACL, vínculos com a “new right” estadunidense, que reativou as boas relações hemisféricas durante a administração Reagan. Cf. Anderson e Anderson, 1986, p. 135.

pelo estudo das organizações transnacionais das direitas, com articulações com o sentido norte-sul, sul-sul e sul-norte (Durham e Power, 2010, p. 3).

Uma outra vantagem da abordagem da “transnacionalidade” como proposta por Durham e Power é que ela cabe particularmente bem na própria lógica do anticomunismo no século XX, que, como assinalam os autores, tornou-se o principal móvel e ponto de unificação da maior parte das direitas no plano internacional, até mesmo pelo caráter internacionalista de seus inimigos: “No século XX, o maior inimigo de grande parte da direita tornou-se o comunismo, e a natureza internacional do movimento liderado por Lenin e seus sucessores tornou ainda mais premente a organização transnacional da direita” (Durham e Power, 2010, p. 2).

Contudo, em seguida os autores advertem que a organização transnacional não deixou de ser difícil para as direitas em decorrência da importância crucial que o nacionalismo seguiu tendo para grande parte desse campo político, e, em função disso, pelas discrepâncias de culturas políticas locais e desconfianças recíprocas. Assim sendo, o desafio teórico para quem se propõe a pensar as direitas – no caso desta pesquisa, a extrema-direita – em perspectiva transnacional está em flagrar as interseções e tensões entre os elementos nacionais e internacionais em sua constituição, considerando, inclusive, que a conformação da rede internacional, ao envolver mais certos atores locais do que outros, ilumina melhor quais os casos nacionais a serem priorizados.

Nesse sentido, no que diz respeito à conformação da CAL, cabe destacar a centralidade do ativismo anticomunista mexicano, uma vez que diferentes autores (Abramovici, 2014; Anderson e Anderson, 1986; Herran Ávila, 2015; Bohoslavsky e Broquetas, 2018; Lopez, 2014; López Macedonio, 2006; 2010; Ribeiro, 2018a; 2018b) enfatizam o papel protagonista das direitas mexicanas na organização

do anticomunismo latino-americano. Em primeiro lugar, a Frente Popular Anticomunista (FPA), de Jorge Prieto Laurens – que, como se viu acima, promoveu o primeiro congresso regional anticomunista em 1954 – e, em segundo lugar, com a também já referida FEMACO, fachada de atuação de uma sociedade secreta católica integrista, os Tecos, que, partindo de seu controle da Universidad Autónoma de Guadalajara (UAG), organizaram o congresso de fundação da CAL em 1972.

Para que se tenha uma ideia da importância dessa organização, o secretário-geral da CAL, o já citado Rafael Rodríguez,¹² citado logo no início deste artigo, era justamente integrante dos Tecos, no estado mexicano de Jalisco, desde meados dos anos 1930, como parte da resistência católica ao programa de educação pública secular, denominado à época como “educação socialista”,¹³ implementado pelo governo pós-revolucionário do Presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) (Herran Ávila, 2015, p. 13; López Macedonio, 2010, p. 136). Segundo a historiadora Mónica López Macedonio (2006, p. 93), a reação conservadora à democratização e à secularização do Estado e da sociedade, impulsionadas pela Revolução Mexicana (1910), alimentou no país uma precoce propaganda anticomunista que o singularizaria no panorama latino-americano. O principal baluarte dessa reação teria sido justamente a Igreja Católica, em especial por meio de uma série de revoltas populares contra o regime pós-revolucionário no final

¹² Segundo Pierre Abramovici (2014, p. 123), o primeiro presidente da CAL, Raymundo Guerrero, também era membro da FEMACO, que funcionaria como uma espécie de fachada para os Tecos. Para uma discussão mais aprofundada do assunto, cf. Herran Ávila, 2015; López Macedonio, 2006; 2010.

¹³ Tratou-se de uma emenda ao artigo 3º. da Constituição mexicana de 1917, que caracterizava a educação como necessariamente pública e laica, em uma tentativa do governo de Cárdenas de expropriar o monopólio cultural da Igreja Católica e forjar uma só solidariedade moral no país em torno do Estado, combatendo o fanatismo e as superstições associados à religiosidade tradicional (López Macedonio, 2006, p. 95).

dos anos 1920, que ficaram conhecidas como “la cristeadas”, ou ainda como “guerras cristeras”.

Após o fim do conflito, a Igreja procurou manter suas bases sociais mobilizadas por meio de uma organização semiclandestina, a Legión, organizada em termos tanto corporativos como regionais. Foi justamente o ramo local dessa rede que deu origem à Asociación Fraternal de Estudiantes de Jalisco, mais conhecida como “los Tecos”,¹⁴ no interior da UAG, fundada em 1935 como reação católica ao projeto de “educação socialista”, sob a orientação espiritual do jesuíta Joaquín Saenz Arriaga (López Macedonio, 2006, p. 96).¹⁵ Outro personagem que teve origem no combate do integrismo católico à Revolução e a seu legado foi o já mencionado Jorge Prieto Laurens, fundador, nos anos 1930, da Acción Católica de la Juventud Mexicana (ACJM), e, em 1949, da FPA. A respeito de suas ideias, é revelador o seguinte trecho de uma alocução sua que, apesar de longo, vale a pena ser citado:

Vivíamos, os velhos de hoje e os jovens de ontem, em tempos críticos, cheios de confusão e rodeados de ameaças sinistras. Antes e durante a revolução de 1910, os visionários da Igreja Católica no México, sacerdotes e leigos, embora fossem minoria, alertavam para a necessidade de dirigir a sociedade, de acordo com a Doutrina Social Cristã, brilhante e claramente definida pelo Papa dos trabalhadores

¹⁴ O termo é diminutivo de “Tecolote”, espécie nativa de coruja. Agradeço à professora Nashieli Loera, do Departamento de Antropologia da Unicamp, pela tradução.

¹⁵ Mais tarde, a organização também incorporaria as ideias do sacerdote e teólogo jesuíta argentino Julio Meinvielle (1905-1973), um dos principais representantes de um “fascismo cristianizado” na Argentina (Finchelstein, 2014, pp. 40-41). Fortemente antissemita, Meinvielle foi uma referência tanto para a extrema-direita em seu país, caso do Movimento Nacionalista Taquara, como também para os Tecos, que divulgavam suas obras (Anderson e Anderson, 1986, p. 89). Para as aproximações entre as extremas-direitas argentina e mexicana do pós-guerra, cf. Herran Ávila, 2015.

e pobres, Leão XIII, na imortal encíclica “RERUM NOVARUM” [...]. Lutávamos contra os liberais jacobinos e contra os positivistas de Augusto Comte, precursores dos novíssimos ateus comunistas de hoje e dos materialistas que seguem Sartre e Marcuse... Escolas superiores, universitárias, técnicas e normais; a imprensa e a grande maioria dos funcionários públicos foram influenciados pela maçonaria e por livre pensadores que apontavam suas baterias contra a Igreja Católica e contra aqueles de nós que sonhavam em implantar a justiça social cristã. (López Macedonio, 2006, pp. 98-99)

Estas palavras, proferidas provavelmente já na década de 1960, em decorrência das referências a Jean-Paul Sartre e a Herbert Marcuse, dão conta não apenas da autoconsciência de pertencer a uma tradição longa, mas também da linhagem de seus inimigos, que iriam dos “jacobinos”, “positivistas” e “maçons” do período da Revolução aos comunistas ateus do presente. Além disso, Laurens também expressa, de maneira exemplar, o programa do catolicismo integral como força com pretensão de orientar, intelectual e moralmente, a sociedade como um todo, contrapondo seu projeto de civilização cristã às forças seculares e materialistas que, levadas às últimas consequências, desembocariam necessariamente no comunismo, como negação total da Igreja e da ordem nela baseada.

Se no contexto dos anos 1930 e 1940 as forças católicas integristas se aproximavam, em graus variados, do fascismo, visto como opositor mais decidido do comunismo, no pós-guerra, derrotadas as forças nazifascistas, se voltariam aos EUA e ao discurso liberal como aliados e anteparos à expansão do comunismo (Cañón Voirín, 2017). Assim, Herran Ávila (2015, p. 15) afirma que a UAG, por exemplo, passou a receber apoio do empresariado local, descontente com as políticas intervencionistas do Estado pós-revolucionário.

Ainda, Anderson e Anderson (1986, pp. 92-93) mostram como a universidade, controlada pelos Tecos, cresceu significativamente nos anos 1960, graças a fundos dos EUA, em função das alianças anticomunistas hemisféricas.

Contudo, aquela década traria duas novidades prementes para o anticomunismo regional. Em primeiro lugar, a Revolução Cubana (1959), ao conduzir à criação do primeiro Estado socialista do hemisfério, trouxe o inimigo até então longínquo para a vizinhança dos EUA e de seus sócios latino-americanos. Em segundo lugar, como ficou dito na introdução, o sopro renovador do Concílio Vaticano II estimulou a formação de uma importante esquerda católica na América Latina, com um corpo doutrinário próprio, a “Teologia da Libertação”, que acendeu o alarme para os setores tradicionalistas, tanto do clero como do laicato. Segundo López Macedonio (2006; 2010), teria sido essa percepção – de que agora o inimigo se havia infiltrado nas filas e na hierarquia da própria Igreja¹⁶ – que teria levado os Tecos, agrupados na FEMACO, a se aproximarem do anticomunismo asiático, em especial do regime nacionalista de Taiwan,¹⁷ bem como a reforçarem seus vínculos com atores centro e sul-americanos, redundando na criação da CAL como capítulo latino-americano da WACL.

O discurso da CAL e a denúncia dos sacerdotes vermelhos

Primeiramente, cabe-me definir, ainda que de maneira breve, o uso que faço da categoria de “discurso ideológico”,

¹⁶ Contra o Concílio Vaticano II, os Tecos publicaram um livro apócrifo, atribuído a um fictício Maurice Piney, acusando a Igreja de estar infiltrada por judeus e comunistas que buscariam miná-la por dentro (Lopez, 2014).

¹⁷ Segundo López Macedonio (2006, 2010), os taiwaneses tinham sua própria agenda, empregando o anticomunismo para tentar reter aliados na América Latina, em um contexto marcado pelo ingresso formal da República Popular da China na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, e seu reconhecimento crescente pelas potências capitalistas ocidentais.

que balizará a análise da documentação do movimento anti-comunista latino-americano. Segundo o teórico político argentino Ernesto Laclau (1977, p. 102), um discurso ideológico não se define pela coerência ou consistência lógica de seus postulados, mas pela capacidade de condensar interpelações discursivas heterogêneas, quando não contraditórias, em torno de um “ponto de articulação” que dá coesão ao discurso.¹⁸ Nesse sentido, como abordado em trabalho anterior (Kaysel, 2022), proponho que o anticomunismo cumpria para a extrema-direita justamente o papel atribuído por Laclau ao “ponto de articulação”, condensando interpelações díspares, como o apelo à fé religiosa, à soberania nacional ou ao direito de propriedade, em um campo discursivo comum.

Tal abordagem retoma os achados da bibliografia historiográfica já consolidada, que identifica no anticomunismo a confluência de distintas matrizes ideológicas, como catolicismo, nacionalismo e liberalismo (Motta, 2000), ou liberalismo conservador, nacionalismo católico e autoritarismo militar (Bohoslavsky, 2016). Mas, para dar conta do papel desempenhado pelo antagonismo à esquerda católica no interior desse campo, é preciso apelar a outra característica da relação entre ideologia e discurso. Segundo Laclau (1977, pp. 99-100), em crítica desenvolvida à abordagem da ideologia fascista, proposta por Nicos Poulantzas (1978), certos elementos discursivos, como o apelo às noções de “povo” e “nação”, não poderiam ser reduzidos *a priori* a uma posição ideológica de classe. Para o autor argentino, tais interpelações teriam diferentes conotações ideológicas a depender de como fossem articuladas no interior de determinadas

¹⁸ Como se pode ver, recorro à obra de Laclau em sua fase inicial, ainda inscrita no interior da tradição marxista, e não à sua guinada pós-estruturalista posterior (Laclau e Mouffe, 1985). O faço não tanto por discrepâncias teórico-metodológicas com os autores, mas por julgar que os postulados sobre a relação ideologia-discurso contidos na primeira obra de Laclau são mais adequados ao objeto aqui tratado.

formações discursivas. Dito de outro modo, seguindo a feliz proposição de Terry Eagleton, em sua obra sobre o conceito de ideologia,

a ideologia é antes um campo de significado complexo e conflitivo, no qual alguns temas estarão intimamente ligados à experiência de classes particulares, enquanto outros estarão ‘mais à deriva’, empurrados ora para um lado, ora para o outro na luta entre os poderes contendores. A ideologia é um domínio de contestação e negociação, em que há um tráfico intenso e constante: significados e valores são roubados, transformados, apropriados através das fronteiras de diferentes classes e grupos, cedidos, recuperados reinfletidos. (Eagleton, 2001, p. 96)

O que proponho aqui é que a maneira como a CAL utilizou-se de interpelações religiosas ilustra bem como tais interpelações, antes de serem em princípio pertencentes ao discurso da extrema-direita, são na realidade um objeto de disputa com seus inimigos da esquerda. Compare-se, por exemplo, a alocução, citada na seção anterior, de Jorge Prieto Laurens com a circular de Rafael Rodriguez de 1978, abordada logo na introdução. Enquanto no discurso do primeiro o cristianismo aparece como um monopólio dos conservadores, em oposição ao “laicismo” ou “ateísmo” de seus inimigos “jacobinos” ou “comunistas”, na carta do segundo o simples fato de denunciar a falsidade ou a “impostura” do Arcebispo de La Paz, ou dos “sacerdotes vermelhos”, supostamente sob sua proteção, é reveladora do deslocamento da interpelação religiosa, convertida agora em terreno de disputa com o campo discursivo inimigo.

Outros documentos da CAL deixam ainda mais patente essa necessidade de reivindicar para si o monopólio do cristianismo “verdadeiro”, ou autêntico, em função do terreno de fato perdido para os adversários no interior da própria

Igreja. É o caso de uma alocução de Rafael Rodríguez, pronunciada por ocasião da abertura do III Congresso da entidade, ocorrido em Assunção (Paraguai), no ano anterior à emissão da circular sobre a Bolívia. Após imprecar contra a política de *détente* dos EUA e das potências ocidentais em relação à URSS e à China, que estaria sacrificando seus aliados na África, Ásia e no Sul da Europa à dominação marxista, o secretário-geral da CAL faz a seguinte referência à política do papado:

Outra amarga decepção vem de Roma. As evidências sobre o favorecimento das máximas autoridades da Igreja Católica à expansão do comunismo são avassaladoras, mas me limitarei a expor fatos ocorridos nestes dias, pois contra fatos não há argumentos. Acaba de passar o quadragésimo aniversário da encíclica “*Quadragesimo anno*”, na qual Pio XI descreveu o comunismo como “intrinsecamente perverso”, o que mereceu um comentário do jornal do Vaticano “*L’Osservatore Romano*” no sentido de que tal juízo papal segue vigente. Essas foram palavras; Mas quase simultaneamente a esta afirmação, a própria Santa Sé emitiu uma enérgica censura ao arcebispo de Diamantina, Brasil, o egrégio prelado Dom Geraldo de Proença Sigaud, por ter ousado acusar os bispos Pedro Casaldáliga e Tomás Balduino, também brasileiros, de comunistas. Apesar do fato de que Sua Excelência apresentou provas irrefutáveis de sua afirmação. Resultado: os bispos comunistas e muitos outros que pensam e agem da mesma maneira continuam em suas sedes, como “pastores”, com todo o apoio pontifício. (Rodríguez, 1977, p. 2)¹⁹

¹⁹ Aliás, em seus congressos, a entidade manteve uma comissão especial de combate à presença da esquerda no meio religioso, bem como uma “secretaria de defesa do clero” em seu Conselho Coordenador (cf. CAL, 1974). Segundo Pierre Abramovici (2014, pp. 114-115), a decisão de eliminar católicos de esquerda teria sido tomada justamente no III Congresso da CAL. Já para Fernando Lopez (2014, pp. 347-348), teria sido na reunião do Conselho Coordenador da entidade, que se

A referência às acusações do Arcebispo de Diamantina, o ultraconservador D. Geraldo de Proença Sigaud, contra seus colegas, D. Pedro Casáldaliga e D. Tomás Baldoíno, expoentes conhecidos da “Teologia da Libertação”, mostra como o orador pretendia tomar um lado claro na disputa interna da Igreja pós-conciliar.²⁰ Além disso, Rodríguez deixava claro que seu lado seria aquele mais fiel à doutrina da instituição, o que se evidencia pela evocação da encíclica *Quadragesimo Anno*, de nítido teor anticomunista.

Além disso, há alguns paralelos flagrantes com a circular, enviada pela secretaria geral quase um ano mais tarde. Em primeiro lugar, a acusação da falsidade ou embuste dos clérigos progressistas, apontados como “marxistas” – portanto, nessa linguagem, necessariamente “ateus” –, que se valeriam da sotaina e do púlpito para subverter as massas. Em segundo lugar, a cumplicidade, ativa ou passiva, das autoridades eclesiásticas, seja o Arcebispo ou mesmo o Papa, que, sabendo da infiltração, se recusariam a combatê-la, admoestariam seus denunciadores ou, em último caso, a promoveriam abertamente. Por fim, o caráter minoritário ou solitário daqueles, como o prelado brasileiro, ou os dois leigos bolivianos, que teriam a coragem de denunciar publicamente a subversão no interior da Igreja.

No fim e ao cabo, os dois documentos revelam uma mesma estrutura argumentativa, a das “teorias da conspiração”, ou da “paranoia”, tão usuais em documentos policiais ou de inteligência da Guerra Fria, nas quais o denunciante, sob o pretexto de “desmascarar” uma ação conspirativa, acaba por criar um cenário artificioso – o de uma instituição

segiuiu ao referido congresso, que se encomendou a seus adeptos a elaboração de listas paralelas de clérigos “anticomunistas” e “comunistas”, estas últimas a serem repassadas aos órgãos responsáveis pelo combate à subversão.

²⁰ Para o conflito entre os Tecos e a Igreja pós-conciliar, cf. López Macedonio, 2010, pp. 141-142. Já sobre a figura de D. Geraldo de Proença Sigaud e sua atuação como parte da minoria conservadora durante o Concílio Vaticano II, cf. Caldeira, 2015.

completamente tomada pelos “infiltrados” – que se evidenciaria por si mesmo, ao ponto de que aqueles que porventura o negassem seriam, quase automaticamente, parte da mesma conspiração.

Essa lógica fica ainda mais evidente em outro documento, intitulado “Reforma Rural y Ligas Agrarias”, datado de 1978, sem autoria atribuída, mas provavelmente redigido pelo paraguaio Antonio Campos Alum, chefe da Dirección Nacional de Asuntos Técnicos (DINAT), um dos órgãos repressivos do regime de Stroessner.²¹ O texto começa pela seguinte caracterização da expansão do comunismo na América Latina:

Quando o Kremlin programa a penetração doutrinária através do sistema guerrilheiro na América Latina, conquista primeiro Cuba em 1958; planeja imediatamente a entrada no Cone Sul, pelo Chile, então governado por um militar, o general Ibañez. Se apresentam pela primeira vez as eleições, como candidatos presidenciais Salvador Allende e o Doutor Frei, que são abertamente apoiados pelos camponeses, o primeiro se mostrando “populista” e o segundo como presidente do Partido Democrata Cristão. Formaram-se as Ligas agrárias do Chile, contingentes de jovens saíram em caravanas para viajar de norte a sul do país prometendo aos mineiros “ser absolutos proprietários de suas terras”. Ganharam um inesperado número de votos, sem ocupar a Presidência [...]. Nas eleições seguintes, Frei (Partido Democrático Cristão) venceu, abrindo caminho para seu sucessor Salvador Allende. (CAL, 1978b, p. 1)

²¹ Campos Alum foi dirigente do capítulo paraguaio da CAL, um dos organizadores do III Congresso da CAL (1977) e do XII Congresso da WACL (1979), ambos ocorridos na capital paraguaia. O atual acervo do CDYA, originalmente sob sua responsabilidade, contém volumosa correspondência que trocou com outros dirigentes da CAL-WACL.

Note-se como o comunismo seria uma força necessariamente estrangeira, que penetraria a região a partir de um “plano de conquista”, pré-concebido desde o Kremlin. Desnecessário lembrar que a Revolução Cubana, cujo desenlace é erroneamente atribuído ao ano de 1958, não contou, em princípio, com nenhum auxílio soviético, sendo o então Partido Comunista da ilha inicialmente crítico à empreitada dos guerrilheiros comandados por Fidel Castro. A lógica da conspiração salta ainda mais à vista quando se analisa o Chile, segunda parada do “plano” dos soviéticos: o socialista (apresentado como “populista”) Allende e o democrata-cristão Frei, adversários nas eleições de 1958 e 1964, são apresentados como aliados, como duas expressões de uma mesma causa, que pretendia mobilizar os camponeses e os mineiros em prol da subversão comunista no país andino.

110 O documento continua analisando como essa mesma política subversiva teria penetrado a Argentina, por meio da associação entre clero progressista e movimentos guerrilheiros, tentando, a partir daí, alcançar o Paraguai:

Quase simultaneamente, como uma praga maligna, o plano leninista se espalha pela Argentina, um padre jesuíta começa a doutrinar grupos de “voluntários”, em sua maioria professoras que, precisando de trabalho, dão aulas e são enviadas ao interior, como professoras rurais por meio do programa que foi então chamado de ‘Ligas Rurais Cristãs’. A partir daí surgem as primeiras mulheres guerrilheiras, Tucumán, Santa Fé, Corrientes. Os comunistas chegaram a criar cerca de 200 escolas de treinamento de guerrilha, com campos de treinamento já em 1961; a essa altura apontavam também para a República do Paraguai, encontrando um governo ferreamente nacionalista, e diante da impossibilidade de conquistar a selva paraguaia, tentaram penetrar no país ocupando as margens do rio

Paraná do lado argentino. O cérebro planejador desse plano ideológico-militar foi o advogado secretário-geral do Partido Comunista Paraguaio, Dr. Oscar Creydt, grande admirador de Mao Tse-Tung; Segundo o escritor chileno Lautaro Silva, referindo-se à coragem nacionalista do povo paraguaio: “não por acaso os paraguaios são os espartanos da América!” (CAL, 1978b, p. 1)

É quase inútil apontar as inconsistências e confusões históricas de passagens como esta: padres terceiro-mundistas, professoras rurais, treinamento guerrilheiro, maoísmo etc., todos parte de um mesmo plano de dominação continental. Descontando a manipulação dos dados para reforçar a ideia de um perigo iminente – algo comum em informes policiais dessa natureza –, o que quero destacar é o modo de pensar conspirativo, sempre atribuído ao inimigo, que alicerça a percepção do clero progressista e a parcela do laicato que o seguia como instrumentos da penetração soviética na América Latina.

Mas aqui há outro aspecto interessante a ser ressaltado: o emprego de interpelações discursivas nacionalistas – o “férreo nacionalismo” de Stroessner, os paraguaios como “os espartanos da América” –, que remetem não apenas a uma concepção conservadora da nação como um todo indivisível, mas à obsessão daí decorrente com a segurança nacional, a ser resguardada tanto contra as ameaças externas como as internas.²² Como é sabido, a doutrina de segurança nacional (DSN), lastreada nas doutrinas militares estadunidense, francesa e, talvez menos conhecida, asiática,²³

²² Para um estudo clássico sobre os fundamentos e as consequências da doutrina de segurança nacional (DSN), não por acaso escrito por um padre vinculado à Teologia da Libertação, veja-se Comblin, 1978.

²³ Taiwan desenvolveu uma doutrina própria de “guerra não convencional”, que difundiu, por meio de programas de treinamento em suas escolas militares, a oficiais de países aliados, como o Paraguai e os regimes reacionários da América Central. Cf. Anderson e Anderson, 1986.

foi uma das pedras angulares de sustentação ideológica das ditaduras latino-americanas deste período, entrelaçando tanto atores estatais como da sociedade civil (Ribeiro, 2019). No coração da DSN estão as noções de “inimigo interno” e de “subversão”, esta última assim definida por um manual de guerra de contra insurgência do Exército argentino:

Entender-se-á como tal, a ação clandestina ou aberta, insidiosa ou violenta que visa a alteração ou destruição dos critérios morais e do modo de vida de um povo, com a finalidade de tomar o poder e a partir dele impor uma nova forma baseada em uma escala de valores diferente. (Ribeiro, 2019, p. 391)

112 Como se depreende do trecho acima, o conceito de “subversão” ia muito além de ações armadas diretamente dirigidas contra o Estado, pois envolviam qualquer ação que, do ponto de vista das forças de segurança, pudesse representar uma ameaça à “ordem vigente” e à sua “escala de valores”. Já para a definição do que constituiria o inimigo interno, vale a pena citar o manual de guerra de contra-insurgência do oficial francês Roger Trinquier, produzido à luz dos conflitos coloniais da Indochina e da Argélia em 1950 e 1960, e uma importante referência para a DSN na América Latina em 1960 e 1970:

Na guerra moderna, o inimigo não é tão fácil de identificar. Não há fronteira física separando os dois campos. A linha que marca a diferença entre amigo e inimigo pode ser encontrada muitas vezes no coração da nação, na mesma cidade em que se reside, no mesmo círculo de amigos em que se move, talvez dentro da própria família. É mais facilmente descoberto se quisermos determinar antecipadamente quem realmente são nossos adversários e quem devemos derrotar. (Ribeiro, 2019, p. 394)

Dessa maneira, a guerra teria como “teatro de operações” potencialmente quaisquer esferas da vida social, nas quais “o inimigo” poderia se infiltrar, em especial escolas, universidades, igrejas e meios de comunicação, ambientes que tivessem por função moldar os valores nos quais se fundamentaria a ordem social a ser defendida. O que importa enfatizar aqui é que os representantes dos aparelhos de segurança policiais e militares das ditaduras de segurança nacional tinham sua agenda própria ao se engajarem em redes transnacionais de ativismo como a CAL-WACL, que coincidia com a dos católicos integristas ao considerar os setores progressistas da Igreja como uma ameaça – no caso à segurança nacional – a ser neutralizada, ou simplesmente eliminada. Retornando a Laclau (1977), percebe-se como o anticomunismo serviu de “ponto de articulação” entre as interpelações discursivas caras a diferentes grupos ou interesses, condensando um campo ideológico comum.

No interior desse discurso ideológico compartilhado, ganhou centralidade uma rejeição frontal de qualquer concepção universalista dos Direitos Humanos (DDHH), vista como propaganda, consciente ou inconsciente, do comunismo internacional, oferecendo como alternativa uma visão que limitava a vigência dos DDHH às fronteiras ideológicas próprias à Guerra Fria. Isso pode se notar claramente na seguinte alocução, proferida no III Congresso da CAL pelo militante estadunidense de extrema-direita, Roger Pearson,²⁴ então presidente do capítulo norte-americano da WACL:

A verdade é que os Estados Unidos ainda são uma grande democracia que não fala com unidade nem continuidade,

²⁴ Sobre Pearson, que por três anos encabeçou o capítulo estadunidense da WACL, chegando a receber uma carta congratulatória de Ronald Reagan, Anderson e Anderson (1986, p. 108) afirmam tratar-se de personagem anfíbio: cultivando vínculos com setores mais *mainstream* da direita americana e com círculos supremacistas e neonazistas, na América do Norte e na Europa.

pois compromete muitos grupos rivais com interesses e opiniões também rivais. Muitos americanos que vivem em liberdade estão determinados a que os Estados Unidos mantenham sua força e a usem contra o comunismo. Mas há outros que trabalham para evitar isso, e alguns dos últimos podem até ser agentes sinceros das forças comunistas. Por isso, muitos são os que procuram explorar o conceito de “direitos humanos” não para a libertação dos povos escravizados pelo comunismo mas, pelo contrário, para obter a liberdade dos terroristas comunistas, – que se encontram, com justiça, presos pelos seus crimes –, e como um meio de interromper os esforços patrióticos de governos anticomunistas para proteger seus povos desses assassinos marxistas. (Pearson, 1977, p. 2)

Nestas linhas, claramente endereçadas à política de Direitos Humanos da administração de James Carter, que, como ficou dito na seção anterior, criou atritos entre o governo dos EUA e alguns de seus antigos clientes na América Latina, o anticomunista e neonazista estado-unidense nega toda a humanidade ao inimigo “comunista”, em consonância com as definições da DSN, acima expostas, o que o colocaria para fora da circunscrição dos DDHH e, portanto, o tornaria passível de eliminação. Assim, esse juízo coincide com os pressupostos até aqui examinados nas alocações, tanto dos católicos integristas como dos representantes das forças repressivas: ao não fazer parte da nação, ou da Igreja, o comunista não faria parte da humanidade mesma, e, portanto, sendo inimigo em uma guerra sem quartel, não teria direitos a serem resguardados.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, a análise empreendida do discurso ideológico da CAL-WACL aponta para a elasticidade semântica dos vocábulos “comunismo” e “comunista”,

abarcando uma ampla gama de agentes que iriam muito além dos Partidos Comunistas (PCs) e dos regimes socialistas propriamente ditos. Tal abrangência poderia, em princípio, como propõe Pierre Abramovici, ser explicada pelo extremismo dos atores aqui enfocados, os quais, pressupondo que a “ameaça comunista” se manifestaria como “subversão” interna ao “mundo livre”, rejeitariam quaisquer movimentos que não partissem desse mesmo suposto, considerando todos como instrumentos da “infiltração comunista”, o que iria do movimento de países “não alinhados” a todas as variedades do movimento operário, passando pela “teologia da libertação” e pelo movimento ambientalista ou o estudantil (Abramovici, 2014, p. 123). Além disso, caberia ainda ponderar que, mesmo sendo o comunismo e o anticomunismo mutuamente constitutivos, essa relação não seria necessariamente proporcional, muitas vezes os discursos e práticas anticomunistas assumindo um caráter preventivo e desproporcional à ameaça imaginada (Bohoslavsky, 2016, pp. 37-38).

De maneira complementar, o que procurei defender na seção anterior é que essa amplitude também se deveria ao papel discursivo do anticomunismo, que funcionaria como ponto de condensação do campo ideológico da extrema-direita, reunida na rede da CAL-WACL, que permitiria a articulação de elementos discursivos, díspares entre si, em torno de um inimigo comum, de limites necessariamente vagos e imprecisos. Aqui, além das referências a Laclau (1977), caberia também lembrar outro autor, próximo – diga-se de passagem – à sensibilidade ideológica dos atores analisados. Em seu clássico *O Conceito do Político*, o jurista e filósofo político alemão Carl Schmitt defendeu que a relação amigo/inimigo seria constitutiva não apenas do domínio próprio à política, mas também de qualquer comunidade ou coletividade em sentido político (Schmitt, 2014).

No caso específico do antagonismo entre a esquerda e a direita católicas, a percepção, em termos schmittianos, de uma “ameaça existencial” era exacerbada pelo fato – acima analisado à luz do aporte de Eagleton (2001) – de que os primeiros disputavam com os últimos um terreno de significado comum: o da religião e dos valores cristãos. Isso implicou, como se pôde perceber pelos extratos da documentação aqui abordados, um reforço da fronteira de antagonismo, propiciada justamente pelo anticomunismo como ponto de articulação discursiva entre o integrista católico e a doutrina de segurança nacional.

As consequências práticas desse amálgama ideológico são bem conhecidas na América Latina, e podem ser identificadas nos relatórios de comissões da verdade e de organizações de defesa dos DDHH em vários países da região: a prisão, o exílio, a tortura, o assassinato e a desaparecimento forçada de milhares de pessoas, entre elas um grande número de clérigos, missionários e leigos católicos, dentre os quais estão os casos do jesuíta espanhol radicado na Bolívia, Luís Espinal,²⁵ e do Arcebispo salvadorenho D. Oscar Romero²⁶, ambos assassinados em 1980, apenas dois dos exemplos mais conhecidos. Do ponto de vista de seus antagonistas ideológicos no campo religioso, que se acreditavam travando uma autêntica “cruzada” contra o “comunismo ateu”, mortes como as de Espinal ou Romero eram necessárias, visto que, na realidade, não seriam

²⁵ Bolívia. Exumação do jesuíta Luis Espinal é suspensa – IHU. Cf.: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563830-exumacao-do-padre-luis-espinal-e-suspensa>. É interessante sublinhar que o regime de García Mesa (1980-1982), responsável pela morte de Espinal, era vinculado à CAL, participando inclusive de seu IV Congresso, ocorrido em Buenos Aires em 1980 (Bohoslavsky, 2019).

²⁶ Cabe notar que a CAL publicou um boletim, com matérias acusando os jesuítas de apoiarem a guerrilha salvadorenha, incluindo ainda uma cópia de uma carta da Federação Mundial da Juventude Livre (FMJL), sediada em Budapeste, com menções à morte de Romero, cf. (CAL, 1981). Recentemente, o Arcebispo Romero foi canonizado pelo Papa Francisco. Cf.: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2018-10/canonizacao-oscar-romero-figura-luminosa-pastor-america-latina.html>

verdadeiros sacerdotes ou cristãos, mas meros “comunistas” que infiltrariam a Igreja para subvertê-la por dentro.

Houve, ainda, consequências mais duradouras, uma vez que a articulação entre o fundamentalismo cristão e o nacionalismo organicista, que encontrou na rede CAL-WACL um de seus espaços transnacionais de convergência, contribuiu para lançar as bases de uma direita religiosa, bem lastreada nas tradições políticas do subcontinente e com importantes conexões extrarregionais e mesmo interreligiosas.²⁷ Contemporaneamente, em um cenário no qual a polarização político-ideológica retornou à região, são facilmente identificáveis expressões dessa direita religiosa, como a ex-Presidente da Bolívia, Jeanine Añez, hoje condenada por sua participação no golpe de Estado em 2019, irrompendo no palácio presidencial com uma bíblia nas mãos,²⁸ ou o ex-Presidente brasileiro Jair Bolsonaro em suas múltiplas expressões de anti-comunismo e fundamentalismo religioso.²⁹

Assim, me parece forçoso reconhecer – como fez o jornalista estadunidense Vicent Bevins, em seu livro sobre os golpes de Estado e assassinatos em massa, apoiados pela CIA (Bevins, 2020) – que o mundo em que vivemos ainda é, em grande medida, pautado por discursos e práticas políticas oriundas da Guerra Fria. Para contribuir na elucidação desses nexos históricos, o campo de pesquisas sobre a história transnacional das articulações das direitas vem dando

²⁷ É bom lembrar, como apontado no início deste artigo, que a WACL, em seu ramo asiático, contava com a participação de outros atores religiosos, como a Igreja da Reunificação do Reverendo Moon.

²⁸ Presidenta interina de Bolívia: La Biblia vuelve a Palacio. Cf.: <https://cnnespanol.cnn.com/video/bolivia-presidenta-interina-jeanine-anez-congreso-biblia-evo-morales-perspectivas-mexico-cnnee/#:~:text=Jeanine%20%C3%81%C3%B1ez%2C%20quien%20hasta%20la,La%20Biblia%20vuelve%20a%20Palacio>.

²⁹ Apesar da CNBB, Renovação Carismática Católica diz que adeptos apoiam Bolsonaro. Cf.: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/08/apesar-da-cnbb-renovacao-carismatica-catolica-diz-que-adeptos-apoiam-bolsonaro.htm>

contribuições relevantes, às quais o presente artigo, parte de uma pesquisa ainda em curso, pretendeu adicionar alguma contribuição original. Quem sabe ao compreender melhor o passado que ainda pesa sobre nós, possamos, finalmente, começar a deixá-lo para trás.

Bibliografia

- ABRAMOVICI, Pierre. 2014. The World Anticommunist League: origins, structures and activities. *In*: VAN DONGEN, Luc; ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles (org.). *Transnational Anticommunism and The Cold War: agents, activities and networks*. London: Palgrave Macmillan, pp. 113-130.
- ANDERSON, Scott; ANDERSON, Jon Lee. 1986. *Inside the league: the shocking exposé of how terrorists, Nazis and Latin American death squads infiltrated the World Anticommunist League*. New York: Don, Mead and Company.
- BEVINS, Vincent. 2020. *The Jakarta Method: Washington's anticommunist crusade and the mass murder program that shaped our world*. New York: Public Affairs.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto. 2016. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Brasil y Argentina (1945-1966). *Estudios Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, pp. 32-52. DOI: 10.15448/1980-864X.2016.1.21822
- BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. 2018. Os congressos anticomunistas da América Latina (1954-1958): redes, sentidos e tensões na primeira guerra fria. *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). *Pensar As Direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda.
- BOHOSLAVSKY, Ernesto. 2019. El IV Congreso de La Confederación Anticomunista Latinoamericana (Buenos Aires, 1980). *Almanaque Histórico Latino Americano*, n. 23, pp. 164-184.
- BRAGA, Leonardo Marmontel. 2014. Operação Condor: a internacionalização do terror. *Estudios Avanzados*, n. 21, pp. 111-136. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n63c2jw>. Acesso em: 27 out. 2023.
- CAL – Confederación Anticomunista Latinoamericana. 1974. *Reunión del Consejo Coordinador de la CAL, del 9-12 de julio de 1974*. Centro de Documentación y Archivo para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) del La Corte Suprema de Justicia del Paraguay. Asunción.
- CAL – Confederación Anticomunista Latinoamericana. 1978a. *Circular n.º 001/25/01/1978*. R001/78 00053F 1267. Centro de

- Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA), de La Corte Suprema de Justicia del Paraguay. Museo de La Justicia: Asunción.
- CAL – Confederación Anticomunista Latinoamericana. 1978b. *Reforma Rural y Ligas Agrarias*. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA). Asunción.
- CAL – Confederación Anticomunista Latinoamericana. 1981. *Documentos Sobre el Comunismo – publicación de la Confederación Anticomunista Latinoamericana*. Año 1, n. 5, Guadalajara: CAL, 1981. 0010 SF 1993. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Suprema Corte de Justicia del Paraguay. Asunción.
- CAL – Confederación Anticomunista Latinoamericana. 1984. *Circular n° 0284, 26/03/1984*. R0019f00552/58. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA) de la Corte Suprema de Justicia del Paraguay. Asunción.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. 2015. Católicos e anticomunistas: D. Geraldo de Proença Sigaud e a literatura anticomunista no Brasil. *Revista del CESLA*, n. 18, pp. 67-87. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n732vhj>. Acesso em: 27 out. 2023.
- CALLONI, Stella. 2016. *Operación Condor: pacto criminal*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana.
- CAÑÓN VOIRÍN, Julio Lisandro. 2017. La Confederación Interamericana de Defensa del Continente (CIDC). *Rúbrica Contemporánea*, v. 6, n. 12, pp. 79-99. Disponível em: <https://revistes.uab.cat/rubrica>. Acesso em 25 out. 2021.
- COMBLIN, Joseph. 1978. *A Ideologia Da Segurança Nacional: O Poder Militar Na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DARD, Olivier. 2014. Suzane Labin: 50 years of anticommunist agitation. In: VAN DONGEN, Luc; ROULIN, Stéphanie; SCOTT-SMITH, Giles (org.). *Transnational Anticommunism and The Cold War: agents, activities and networks*. London: Palgrave Macmillan.
- DURHAM, Martin; POWER, Margaret. 2010. *New Perspectives On The Transnational Right*. New York: Palgrave Macmillan.
- EAGLETON, Terry. 2001. *Ideologia*. São Paulo: Editora Unesp: Boitempo.
- FINCHELSTEIN, Federico. 2014. *The Ideological Origins of The Dirty War: fascism, populism, antisemitism and dictatorship in 20th century Argentina*. Oxford: Oxford University Press.
- HERRAN ÁVILA, Luis Alberto. 2015. Las Guerrillas Blancas: anticomunismo transnacional e imaginarios de derechas en Argentina

y México (1954-1972). *Quinto Sol*, v. 19, n. 1, pp. 1-26. Disponível em: <https://tinyurl.com/2858ahac>. Acesso em: 27 out. 2023.

JANNELLO, Karina. 2014. Los intelectuales de la Guerra Fría: una cartografía latinoamericana. *Políticas de La Memoria*, 14, pp. 83-104. DOI: 10.47195/PM14

KAYSEL, André. 2022. Deus, Pátria, Família e Propriedade: discurso e ideologia da Liga Mundial Anticomunista (WACL) e da Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL) (1975-1979). In: REZENDE, Viviane de Melo (org.). *Estudos do Discurso: relevância social, interseccionalidade e interdisciplinaridade*. Campinas: Pontes Editores, pp. 145-169.

LACLAU, Ernesto. 1977. *Ideology and politics in marxist theory: capitalism, fascism and populism*. London: New Left Review Books.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. 1985. *Hegemony and Socialist Strategy: for a radical democratic politics*. London: Verso Books.

LÓPEZ, Fernando. 2014. *The feathers of Cónдор: transnational State terrorism, exiles, and civilian anticommunism in South America*. Sydney: The University of New South Wales.

LÓPEZ MACEDONIO, Mónica Naymich. 2006. Una visita desesperada: La Liga Mundial Anticomunista en México. *Journal of Iberian and Latin American Research*, v. 12, n. 2, pp. 91-124. DOI: 10.1080/13260219.2006.10426859

LÓPEZ MACEDONIO, Mónica Naymich. 2010. Historia de Una Colaboración Anticomunista Transnacional – Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chang Kai-chek a principios de los años setenta. *Contemporánea – historia y problemas del siglo XX*, v. 1, n. 1, pp. 133-158. Disponível em: <https://tinyurl.com/54f252ts>. Acesso em: 27 out. 2023.

MACHADO, Rodolfo Costa. 2017. Do genocídio nazista à escalada contrarrevolucionária da Guerra Fria: o Bloco Antibolchevique de Nações (ABN) e a Liga Mundial Anticomunista (WACL). *Verenotio*, v. 23, n. 2, pp. 323-357. Disponível em: <https://tinyurl.com/2xw6bu2k>. Acesso em: 27 out. 2023.

MACHADO, Rodolfo Costa; REZENDE, Claudinei Cássio de. 2019. Aninhando o ovo do Condor: o “capítulo” brasileiro da Confederação Anticomunista Latinoamericana, cogestora das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul (1971-1974). *Semina*, v. 18, n. 1, pp. 110-128. Disponível em: <https://tinyurl.com/3s5vezts>. Acesso em: 27 out. 2023.

MANKE, Albert; BŘEZINOVÁ, Kateřina; BLECHA, Laurin. 2017. Conceptual Readings Into the Cold War: Towards Transnational Approaches From the Perspective of Latin American Studies in Eastern

- and Western Europe. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 60, pp. 203-218.
DOI: 10.1590/S2178-14942017000100011
- MARCHESI, Aldo. 2017. Escribiendo La Guerra Fría Latinoamericana: entre el sur 'local' y el norte 'global'. *Estudos Históricos*, v. 30, n. 60, pp. 187-202. DOI: 10.1590/S2178-14942017000100010
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2000. *Em Guarda Contra O Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP.
- PEARSON, Roger. 1977. *Discurso en el Congreso de la C.A.L.*, 3., 1977, Asunción. Centro de Documentación y Archivo Para la Defensa de Los Derechos Humanos (CDyA) de la Corte Suprema del Paraguay (Archivo del Terror, R00145F-0968/70). Museo de La Justicia: Asunción.
- POULANTZAS, Nicos. 1978. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes.
- RIBEIRO, Marcos Vinicius. 2018a. *A história da confederação anticomunista latinoamericana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)*. Tese de Doutorado em História. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4151>. Acesso em: 27 out. 2023.
- RIBEIRO, Marcos Vinicius. 2018b. A Liga Mundial Anticomunista e a Confederação Anticomunista Latinoamericana: um caso de cooperação anticomunista intercontinental na América Latina (1972-1977). *Saeculum – Revista de História*, n. 39, pp. 1-16.
- RIBEIRO, Marcos Vinicius. 2019. Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul. *Revista História: Debates E Tendências*, v. 19, n. 3, pp. 384-401.
DOI: 10.5335/hdtv.3n.19.9863
- RIDENTI, Marcelo. 2018. The Journal 'Cadernos Brasileiros' and The Congress for Cultural Freedom (1959-1970). *Sociologia e Antropologia*, v. 8, n. 2, pp. 351-373. DOI: 10.1590/2238-38752016v821
- RODRÍGUEZ, Rafael. 1977. *Discurso en la Apertura Congreso de la C.A.L.*, 3., 1977, Asunción. Centro de Documentación y Archivo Para la Defensa de los Derechos Humanos (CDyA) de la Corte Suprema del Paraguay (Archivo del Terror, R0094F-0018/20.). Museo de La Justicia: Asunción.
- ROSTICA, Julieta C. 2018. La Confederación Anticomunista Latinoamericana: las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). *Desafíos*, v. 30, n. 1, pp. 309-347.
- ROSTICA, Julieta C. 2019. El Antimperialismo de La Derecha: La Confederación Anticomunista Latinoamericana (1972-1980). XIII.



Contra os Sacerdotes Vermelhos

Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires. Dirección estable:

<https://www.aacademica.org/000-023/297>. Acceso en: 4 out. 2021.

SCHMITT, Carl. 2014. *El concepto de lo político*. Madrid: Alianza Editorial.

WACL – World Anticommunist League. 1974. *El Desarrollo de La WACL y La APACL*. 00010f-1841/44. Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos de La Suprema Corte de Justicia del Paraguay.



A CLASSE MÉDIA RURAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO: COOPTAÇÃO E HEGEMONIA

Marconi Severo

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: marconisevero@hotmail.com

Orcid: 0000-0002-5374-5183

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-123166/120>

A um canto, a lagartixa, o lagarto e o crocodilo palestravam em família. Coisa digna da atenção do filósofo é que a lagartixa via no crocodilo uma formidável lagartixa, e o crocodilo achava a lagartixa um crocodilo mimoso; ambos estavam de acordo em considerar o lagarto um ambicioso sem gênio (versão lagartixa) e um presumido do sem graça (versão crocodilo).

MACHADO DE ASSIS, A SEMANA, 1 JUL. 1894.

Introdução

Os pequenos e médios agricultores, argumenta Plínio Simas (relato concedido em 2022), dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio Grande do Sul (MPA-RS), “servem, por uma questão de volume, por uma questão, assim, de discurso, eles servem muito para o grande agronegócio”, quando cooptados; por sua vez, Alceu Moreira (2020c, p. 31), deputado federal (MDB-RS) e ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), assevera que “a grande maioria da esquerda queria marcar o pequeno produtor rural. Por quê? Porque ele é em muito maior

volume, maior quantidade”. Perspectivas antagônicas, mas que convergem ao menos em um ponto: reconhecem a relevância, sobretudo política e simbólica, desse público.

Como evidenciam as reflexões de Caume (2009) e Meneses (2021), as lutas sociais que têm lugar no campo constituem um fato social amplamente documentado pelas ciências sociais. Entretanto, ainda é comum encontrar estudos focados em polos antagônicos, ora chamados de camponeses e latifundiários, ora de agricultores familiares e agronegócio. O foco em um desses polos ou no contraste entre ambos, apesar de suas contribuições válidas, tem como efeito obliterar ou relegar ao segundo plano os setores intermediários, compostos por todos aqueles agricultores que se situam entre setores mais capitalizados da agricultura familiar e as agriculturas patronal e empresarial. Em vista disso, este texto se propõe à seguinte problemática: qual é o perfil dessa classe média rural? Será que esse perfil, de fato, a predispõe para se identificar com o agronegócio, justificando a acusação dos movimentos sociais de que ela seria uma espécie de “agronegocinho”? Se sim, quais são as consequências? Esse conjunto de questões objetiva apreender como a agricultura empresarial brasileira atua no sentido de cooptar apoio entre os pequenos e médios agricultores a fim de legitimar a sua hegemonia, tendo em vista que mais do que uma “simples opção produtiva”, como argumentam Capiberibe e Bonilla (2015, p. 301), o agronegócio constitui uma “concepção de sociedade” que, vale acrescentar, **não se restringe apenas ao meio rural agrícola.**

Para que o agronegócio possa constituir e legitimar a sua hegemonia, é de fundamental importância cooptar apoio entre os pequenos e médios agricultores. Situada entre os movimentos sociais e a agricultura empresarial, essa *classe média rural*, quando cooptada, pode frustrar o projeto de identificação com a imagística camponesa, já suficientemente frágil, embora nem por isso compartilhe dos

benefícios jurídicos, políticos e econômicos assegurados aos setores dominantes do campo. Embora ela pareça ser um objeto em disputa, os movimentos sociais fomentam, muitas vezes à sua revelia, uma profunda demarcação de fronteiras entre os pequenos e médios agricultores, enquanto, de outro lado, os setores dominantes investem na construção e legitimação de um discurso voltado justamente para a supressão de fronteiras, cujo melhor exemplo pode ser encontrado na declaração da atual senadora (PP-MS) e ex-titular do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Tereza Cristina (Poder 360, 2019), para quem “a agricultura empresarial e a pequena agricultura são o mesmo negócio”. Com seu *ethos* característico, essa classe média rural não é, contudo, um público que se deixa facilmente persuadir, uma vez que tem sua própria agenda.

Boa parte do material empírico que serviu de substrato para as considerações efetuadas ao longo do artigo é fruto de entrevistas que se dividem em dois grupos: aquelas coletadas em fontes públicas (mídias textuais, de áudio ou audiovisuais) e aquelas efetuadas pelo autor.¹ Representativas, elas contemplam políticos profissionais eleitos por diferentes regiões e partidos, movimentos sociais populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), instituições sindicais a nível nacional, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); regional, tal qual a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e mesmo local, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores

¹ A elaboração do artigo contou com trinta entrevistas, oito das quais efetuadas pelo autor em formato de audiovisual, segundo um roteiro pré-estruturado que abarcou temas como a visão da instituição acerca do agronegócio, da classe média rural e dos movimentos sociais (todas agendadas mediante contato efetuado por e-mail ou telefone). O cargo, o nome e o vínculo institucional de cada entrevistado citado são mencionados por extenso. Todas as fontes utilizadas encontram-se devidamente referenciadas ao final do texto.

Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras (STR-SCS). Por sua vez, também há representantes políticos eleitos e vinculados às instituições ligadas tanto ao setor agrário-produtivo do agronegócio, por exemplo, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), quanto ao setor empresário-industrial, como é o caso da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

A despeito dessa multiplicidade, há, porém, uma predominância de representantes da porção Sul do Brasil. Isso se explica pelo fato de que, enquanto as instituições ligadas ao agronegócio viabilizaram o acesso aos quadros de sua administração central, os movimentos sociais populares e algumas instituições voltadas aos agricultores familiares, alegando problemas de agenda ou destacando o local de onde a entrevista seria realizada, preferiram direcioná-las para os seus representantes regionais. Obviamente, isso não chegou a constituir um problema, uma vez que os entrevistados representam, em nível regional, as mesmas diretrizes institucionais.²

Para a confecção do artigo, adotou-se uma estrutura textual que procura evidenciar, através do contraste de posições e oposições entre os mais variados atores, a complexidade que caracteriza o espaço social rural contemporâneo. Este artigo, portanto, divide-se em quatro partes. Na primeira, são problematizados alguns suportes teórico-metodológicos úteis para dimensionar o espaço social rural brasileiro; na segunda, o foco recai sobre as características constitutivas do agronegócio brasileiro, o seu aspecto universalizante e a sua relação com o Estado. Na seção seguinte, visando apreender

² Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), tentou-se estabelecer contato também com as seguintes instituições: Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e Associação Brasileira dos Criadores de Caprinos (ABCC). Quanto às entrevistas com representantes sindicais gaúchos, elas se justificam pela produtividade intensiva, por parte dos agricultores familiares consolidados, de algumas *commodities*, tais como tabaco e carnes de aves e suínos.

os contrastes entre esse público e os movimentos sociais, são analisadas, conforme a perspectiva destes últimos, suas críticas, pautas e propostas de convergência entre os pequenos e médios agricultores. Por fim, a última parte é dedicada ao estudo da classe média rural e de suas relações com os movimentos sociais e com o agronegócio.

O espaço social rural: aportes teórico-conceituais

A atual hegemonia do agronegócio no meio rural, conforme demonstram as pesquisas recentes de Bruno (2016, 2021), Pompeia (2020a, 2020b) e Escher (2020), está assentada sobre um discurso universalizante que se pretende o legítimo representante da agricultura brasileira. Entendida no sentido de Gramsci (2001), complementado por Gruppi (1978), a hegemonia consiste na universalização das representações e mitos de um determinado grupo ou classe para a sociedade como um todo. A eficácia desse discurso, cuja elaboração conta com *insights* de intelectuais orgânicos, se deve ao fato de que ele está profundamente alicerçado na imagística cultural bem como na realidade objetiva, ao estilo do *mito* de Roland Barthes (2001), o que permite sua difusão por diferentes meios e mídias. É o que se passa no caso do agronegócio brasileiro. A palavra agronegócio, conforme Maria Mendonça (2015) e Caio Pompeia (2020a), deriva da sua homóloga inglesa *agribusiness*, que por sua vez teve origem na School of Business Administration da Universidade de Harvard, com a publicação, em 1957, do livro *A Concept of Agribusiness*, de John H. Davis e Ray A. Goldberg.

Sua principal característica, de acordo com Pompeia (2020b, p. 3), consiste em sua dimensão “totalizadora”, já que “engloba toda a agropecuária e a totalidade da ampla relação de funções situadas a montante e jusante dela”, opinião que é corroborada por Maria Mendonça (2015, p. 391), para quem o “termo agronegócio” é utilizado, no Brasil, “para justificar a criação das chamadas *cadeias*

produtivas, com o objetivo de agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura”. Segundo Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021, p. 5), embora a palavra “tenha nascido dentro da academia”, ela “não constitui um conceito científico, mas sim, um termo que visa descrever um determinado setor da economia”, o que explica o fato de que, “nas definições dos teóricos do Agro, o agronegócio é tudo, é o antes e depois da produção”, enquanto do ponto de vista científico não é mais do que “um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária”.

Uma afirmação dessa natureza é particularmente interessante quando contrastada com as estatísticas fornecidas pelo Censo Agropecuário de 2017. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE (2019)), do total de mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, mais 3 milhões foram classificados como pertencentes à agricultura familiar, o que corresponde a 76,8%. Das mais de 15 milhões de pessoas ocupadas nesse total de estabelecimentos, nada menos do que 10 milhões pertencem à agricultura familiar, enquanto menos de 5 milhões pertencem à agricultura não familiar, o que corresponde a 67% e 33%, respectivamente. Porém, quando se trata de área ocupada, os percentuais se invertem, já que das mais de 351 milhões hectares mapeadas, a agricultura familiar responde por apenas 23%, enquanto a não familiar detém 77%.³ Em outras palavras, embora numericamente inferior em termos

³ Conforme Soldera e Niederle (2016), a sistematização operada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre agricultores familiares e não familiares, pautada na lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, gerou não poucas controvérsias quando da divulgação dos resultados do censo anterior, em 2009, o que teria levado a CNA Brasil a realizar um cálculo paralelo, buscando com isso relativizar a expressividade da agricultura familiar. A partir desse momento, o reconhecimento da existência de uma “classe média rural” passou ganhar notoriedade, a ponto de ser criado, ainda em 2010, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

de estabelecimentos e de número de pessoas ocupadas, o agronegócio detém o controle da maior parte da área cultivável do meio rural, e conseqüentemente as maiores produtividades, o que lhe permite converter sua proeminência econômica em proeminência jurídica e política.

Contudo, consoante lembra Regina Bruno (2021, p. 494), o “poder das elites ruralistas e do agronegócio diretamente representadas no Congresso Nacional não é absoluto”, e tampouco o agronegócio é capaz de impor unilateralmente as suas representações como legítimas. Em meio a essa figuração de mútuas interdependências, para utilizar o conhecido conceito de Norbert Elias (1993), ganha destaque a cooptação de apoio entre os pequenos e médios agricultores. O conceito de cooptação, usual em análises de governabilidade que pressupõem a formação de coalizões político-partidárias, como demonstram as reflexões de Gomes e Alves (2017) e Holdo (2019), é imprescindível para abarcar a hegemonia enquanto objeto sociológico. Isso porque a cooptação, enquanto estratégia de ação consciente ou inconscientemente orientada, busca assegurar o aumento e a estabilidade do poder mediante a adesão (ainda que apenas formal) de novos grupos e classes ao discurso dominante. Junto aos pequenos e médios agricultores, a cooptação se manifesta mediante o manejo daquilo que Elias e Scotson (2000) chamaram de “sociodinâmica da estigmatização”, de onde a mobilização de representações explícitas e implícitas por meio de associações linguísticas capazes de atingir, como notou Bourdieu (2007), estruturas sociais e cognitivas incorporadas pelo indivíduo ao longo do seu processo de socialização que incidem diretamente sobre a formação da sua identidade social.

Para compreender a hegemonia do agronegócio, é preciso levar em consideração não apenas a significação exata, mas a representação cultural e simbólica de determinada categoria ou pauta. Esse é o caso, por exemplo, da figura do

camponês, uma peça-chave junto à proposta contra-hegemônica defendida pelos movimentos sociais populares e seus simpatizantes.⁴ Como demonstram as entrevistas analisadas nas seções seguintes, menos do que a definição utilizada pelos movimentos sociais, o que importa é a representação cultural que os agricultores possuem acerca do campesinato. Ora, se existência social do camponês, “o qual leva a vida da mão para a boca”, consoante escreveu Max Weber (2007, p. 67), é a verdadeira antítese do espírito do capitalismo, então a sua representação convencional na imagística cultural brasileira somada à sua presença nas pautas de movimentos sociais que contestam a ordem social vigente como que favorece, à revelia destes últimos, o afastamento dos pequenos e médios agricultores situados nessa mesma ordem social e econômica, cuja consequência presumível, e de fato constatada por Valadão, Souza e Freitas (2022), é a recusa deliberada em se identificar como camponeses. Assim, se o moderno agricultor familiar realmente tem suas origens no campesinato, conforme argumentam Baiardi e Alencar (2014), o camponês é menos o passado do que o ultrapassado, interpretação que dá ensejo a constatações, tais quais as de Guanziroli e Sabbato (2014) que, em sua análise da correspondência do *family farming* entre os pequenos agricultores brasileiros, mobilizam a categoria camponês sugestivamente como sinônimo de *agricultor familiar pobre*.

Como destacam Garcia Júnior (2003) e Medeiros (2021), a construção de identidades no meio rural constitui um processo dinâmico e complexo que coloca em evidência algumas limitações conceituais. Por exemplo, a definição legal de agricultor familiar é por vezes recusada por

⁴ A expressão movimentos sociais populares é utilizada no mesmo sentido de Medeiros (2021), tendo em vista grupos organizados que reivindicam pautas de natureza social e política voltadas para as classes populares, como o MST e o MPA. Para informações mais abrangentes sobre o tema, cf. Scherer-Warren e Lüchmann (2011).

integrantes do MST e MPA; a categoria camponês, utilizada por estes últimos (e também por alguns intelectuais urbanos, já que é também uma categoria sociológica), é por sua vez recusada pelos agricultores familiares; já a categoria produtor rural, sem dúvida a mais usual e difundida no meio rural brasileiro, é utilizada tanto pelo Estado como pelo agronegócio. No seu conjunto, essa conjuntura impacta diretamente no campo político.⁵ Como notou Regina Bruno (2021) ao estudar a representação política do agronegócio, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das mais importantes instituições políticas do agronegócio, se pretende a representante da agricultura nacional, enquanto a Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar (FPAF) e a Frente Parlamentar da Terra (FPT) representam, respectivamente, a agricultura familiar e a agricultura camponesa. Por conseguinte, é característico que, além de defender os interesses do setor, a FPA atue também “no sentido de diminuir desigualdades que possam existir entre os produtores rurais”, conforme afirmou seu ex-presidente Alceu Moreira (2020b). Esse discurso **não se restringe** ao campo político e tampouco ao agronegócio, uma vez que almeja também os pequenos e médios agricultores que, juntos, compõem a chamada *classe média rural*.

Estudos sobre a estratificação social no Brasil têm conquistado espaço entre os pesquisadores, como evidenciam as análises de Cardoso e Préteceille (2017) e Ribeiro (2014). Todavia, quando se trata do meio rural, parece haver ainda uma agenda de pesquisa pouco explorada, haja vista que frequentemente as pesquisas se limitam a reproduzir os resultados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra

⁵ Para uma discussão exaustiva sobre a formação, mobilização e limites das principais categorias utilizadas no meio rural brasileiro, cf. Severo (2023). Para uma visão acerca da representação político-partidária e suas implicações pelo viés da Ciência Política, cf. Lavalle, Houtzager, Castello (2006) e Meneguello (2012). Sobre a representação política do agronegócio, Pompeia (2020a, 2020b) e, especialmente, Bruno (2021).

de Domicílios (Pnad), que utiliza basicamente duas categorias: proprietários rurais e trabalhadores rurais.⁶ Uma possível alternativa para contornar essa situação consiste no comparativo entre os públicos contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Nesse caso, a classe média rural seria composta pelos beneficiários do Pronaf, que contratam crédito rural através do Grupo V, cujo critério é possuir renda familiar anual de até R\$ 415 mil, somados aos contemplados pelo Pronamp, cujo limite de renda bruta anual é de R\$ 3 milhões.⁷

Mas também aqui a metodologia apresenta um alcance restrito, pois na melhor das hipóteses abarca somente os contratantes reais, deixando de fora todos aqueles que, apesar de potenciais beneficiários, não contrataram crédito rural ou o fizeram por outras vias. Assim, sabendo-se que existem 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários pertencentes à agricultura familiar, e supondo que haja apenas um contrato pelo Pronaf para cada estabelecimento, então 2,5 milhões de estabelecimentos não contratam crédito rural. Em todo caso, a fim de que se tenha uma noção do tamanho desse público, pode-se analisar a Tabela 1, na qual consta o total de contratos e de valores contratados por ambos os programas, entre janeiro de 2018 e dezembro

⁶ Os critérios utilizados pelo IBGE e, conseqüentemente, por estudiosos que se pautam em dados censitários para definir a classe média urbana podem apresentar limitações quando se trata da classe média rural, uma vez que fatores como clima, relevo, produtividade etc., podem apresentar intensa variação de uma região para outra. Algumas considerações sobre o tema podem ser encontradas em Lopes *et al* (2012) e Soldera e Niederle (2016).

⁷ O Pronaf e o Pronamp são políticas públicas voltadas para a contratação de crédito rural. Atualmente, o Pronaf está estruturado em vários subprogramas e se subdivide em quatro grupos (A, B, A/C e V). O Pronamp, por sua vez, se divide em custeio e investimento. Cada programa possui critérios específicos. Não é possível, contudo, estimar um total de possíveis beneficiários do Pronamp com a mesma segurança que para o Pronaf, motivo pelo qual a Tabela 1 se restringe ao número real de contratos e de valores contratados.

de 2022. O contraste é significativo: em 2022, por exemplo, o valor médio contratual para o Pronaf foi de R\$ 34 145,32, enquanto para o Pronamp foi de R\$ 248 015,30, ou seja, uma média contratual sete vezes superior à do primeiro. O caso do Pronaf requer outra ressalva. Conforme demonstrado por Severo (2022), o maior quantitativo de contratos nem sempre equivale ao maior montante de valores contratados: o Nordeste tem o maior quantitativo de contratos, mas também as menores médias contratuais; o Centro-Oeste apresenta um dos menores quantitativos de contratos, mas uma das maiores médias contratuais; já o Sul, por sua vez, é a região que responde pela maior concentração de valores médios contratuais. Contrastadas essas informações com as do Censo Agropecuário de 2017, pode-se dizer que geograficamente a classe média rural brasileira está situada sobretudo na porção Sul/Centro-Oeste do Brasil, e que tem por característica constitutiva a produção de *commodities*, bem como um melhor desempenho econômico.⁸

Tabela 1. Contratação de crédito rural via Pronaf e Pronamp (2018-2022)

Anos	Quantidade Total*		Valor Total (R\$ Bilhões)	
	PRONAF	PRONAMP	PRONAF	PRONAMP
2018	1 471 625	156 142	24.5	20.0
2019	1 356 571	178 668	25.9	25.2
2020	1 434 059	184 057	31.1	28.7
2021	1 443 226	191 555	40.1	34.7
2022	1 429 645	191 504	48.8	47.4

Fonte: Banco Central do Brasil (2023). * Os dados contemplam todas as fontes de recursos para ambos os programas, e, no caso do Pronaf, todas as modalidades de contratação.

⁸ Para mais informações sobre a dinâmica de contratação de crédito rural, pode-se consultar Belik (2015), Cruz *et al* (2021), Gazolla e Schneider (2013), Souza, Ney e Ponciano (2015) e Zeller e Schiesari (2020).

Outro fator que impactou na constituição dessa classe média rural tem a ver com as relações entre Estado e entidades sindicais. Conforme José de Souza Martins (1981), em opinião corroborada por Moacir Palmeira (1989), com a repressão e fragilização dos movimentos camponeses pelo regime autoritário civil-militar e a subsequente sindicalização dos pequenos agricultores por meio de categorias oficiais, houve um fomento à identificação com essas mesmas categorias e suas imagísticas correspondentes. Dito com outras palavras, não só porque representavam o canal oficial para interação entre sociedade civil, sindicatos e Estado, mas também ao se difundirem pelo cotidiano nas interações linguísticas e simbólicas, essas categorias e suas imagísticas tiveram como contrapartida a negação dos movimentos sociais populares mais fortemente identificados com a problemática camponesa. Por conseguinte, embora Maria Wanderley (2014, p. 31) alegue que os “conceitos de camponato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes”, nem por isso deixa de reconhecer que, “com muita frequência”, mesmo o agricultor mais pobre ainda assim se identifica como agricultor, não como camponês. Conforme a própria autora reconhece, “para eles, a produção para o próprio consumo ou para o consumo interno do seu estabelecimento é uma prática que os legitimam como agricultores familiares”, motivo pelo qual “não hesitam em se definir” como tais (Wanderley, 2014, p. 40). Em outras palavras, não só a equivalência não é perfeita, como sobressai a predisposição para se identificar com as imagísticas convergentes com a realidade objetiva.

Conforme Picolotto (2012), que entende por classe média rural apenas o segmento consolidado dos agricultores familiares, esse público tem sido objeto de disputas entre instituições governamentais e sindicais ligadas tanto aos agricultores familiares quanto às entidades patronais, o que teria gerado algumas divisões e rupturas. Tal é o cenário

que daria origem a alguns dos principais movimentos sociais populares, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que, junto com o MST e a Via Campesina, convergem na acusação de que as instituições sindicais vinculadas aos agricultores familiares contribuem para a construção de um “projeto de integração com os mercados agroindustriais”, formando o que chamam de “pequenos capitalistas” ou “agronegocinho”, tal qual argumenta Picolotto (2014, p. 75-76). Essa mesma opinião é sustentada por Leonilde Medeiros (2021, p. 7-8), para quem essas rupturas e disputas refletem-se “no crescente uso acusatório pelos movimentos sociais, em especial os ligados à Via Campesina, da categoria *agronegocinho*, referindo-se aos segmentos que crescentemente se integram ao agronegócio”. Para melhor compreender e explorar essas demarcações de fronteira, talvez seja oportuno explorar a seguir a constituição e os contrastes desses diferentes grupos e classes.

O agronegócio

Em termos institucionais, segundo Sônia Mendonça (2005), a Assembleia Constituinte de 1987/1988 representou um importante marco temporal no processo de formação política do agronegócio. Naquela ocasião, a União Democrática Ruralista (UDR) teria liderado uma concepção de agricultura patronal fortemente identificada com a propriedade privada, avessa à reforma agrária e que, não raro, relativizava o uso da força física para combater os movimentos sociais populares. Em contraposição, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pouco afeita ao radicalismo e propensa à defesa de uma concepção empresarial da agricultura, organizou o que seria mais tarde a **Associação Brasileira do Agronegócio** (Abag), fundada em 1993. Decorridas mais de três décadas, porém, as agriculturas patronal e empresarial passaram a se identificar publicamente como agronegócio, operação simbólica favorecida

pela própria dimensão universalizante do setor, o que teria levado a Abag a rever esse conceito. Consoante declarou recentemente o seu ex-presidente Marcello Brito em entrevista concedida para o programa *Roda Viva* (Roda Viva, 2021), o agronegócio brasileiro “tem centenas de faces”, o que o levaria, alguns meses mais tarde, a se mostrar reticente quando aos usos midiáticos da categoria. Segundo Brito, em vídeo concedido ao canal 4 Ases do Youtube (4 Ases, 2021), é preciso ter cautela: “eu acho temeroso, e eu falo isso para os meus amigos da imprensa sempre, ‘gente, esse agro de vocês aí é grande demais, cabe muita coisa aí dentro’”, motivo pelo qual alega ter solicitado a supressão da campanha publicitária conhecida pelo mote *O Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*, uma vez que “essa propaganda foi boa”, mas “hoje não dá mais, sabe, porque o agro não é tudo”.

A crítica é motivada pela disputa entre os setores agrário-produtivos e os setores empresário-industriais, dentre os quais se situa a Abag, uma vez que estes últimos estariam sendo prejudicados por uma imagem – instigada pelos primeiros – segundo a qual o agronegócio deve ser prioritariamente produtor e exportador de *commodities* com baixo valor agregado.⁹ Entretanto, a despeito das divergências intersetoriais, suas predisposições universalizantes somadas aos seus impactos publicitários possibilitaram o surgimento de uma imagística convergente de que o Brasil teria uma vocação agrícola ingênita. É o que transparece na fala de Ariovaldo Zani (Sindirações, 2018), presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), para

⁹ A disputa pelos sentidos do “Agro” coloca em evidência aquilo que Fabiano Escher (2020) chamou de “dinâmica contraditória” do capitalismo brasileiro, segundo o conhecido argumento de Florestan Fernandes (2008). Veja-se, por exemplo, a polêmica envolvendo a Aprosoja Brasil e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), em março de 2022, quando essa última teria sido acusada de atuar junto ao Governo Federal no sentido de favorecer a retenção de soja para processamento pela indústria nacional. Essa não foi a única divergência envolvendo a Aprosoja Brasil, instituição ligada ao setor agrário-produtivo do agronegócio. Dois anos antes, em setembro de 2020, ela havia se desligado da Abag.

quem “o agropecuarista é um herói nesse país de vocação para o agronegócio”. É com base nessa imagem algo grandiloquente que se busca minimizar as divergências internas e legitimar uma imagem pública do agronegócio como um setor unido e homogêneo.

Como condição de sua pretensa universalidade, o agronegócio visa responder formalmente por todos os perfis de agricultores. Oswaldo Ribeiro Jr. (DBO Play, 2020), presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), por exemplo, afirma que “uma das preocupações” da instituição “é olhar para o pequeno, olhar para as bases, olhar para aqueles que não têm uma retaguarda de comercialização para os seus animais”, ou seja, é uma “entidade que visa o pequeno produtor ao grande produtor”. A mesma opinião pode ser encontrada junto ao presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Fernando Cadore (Aprosoja, 2021), segundo o qual “existe uma impressão errada de que os sojicultores são grandes produtores”, já que apenas uma minoria é composta por “grandes áreas, grandes grupos, que também fazem parte do sistema produtivo”, embora a “grande maioria” seja constituída pelos pequenos e médios produtores “que não têm mão de obra terceirizada, a esposa que está lá cozinhando, e que o filho está pilotando numa máquina”. Representar o meio rural como um todo constitui, inclusive, um dos objetivos publicitários do setor. É o que se pode inferir da declaração do presidente da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), Ricardo Nicodemos (2021), segundo o qual “estamos criando uma narrativa de comunicação consistente” cujo “grande objetivo” é “tornar o agro admirado pelo povo brasileiro”.

Essa concepção é vivenciada como um mito, no sentido de Barthes (2001), que se pretende legítimo ao apreender o meio rural não pelo que ele *deve ser*, mas

pelo que ele é. “Nós somos uma potência agrícola”, ressalta Gedeão Pereira (Página Rural, 2021), presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), o que “nós elevamos e interpretamos que é uma conquista de um povo, do povo brasileiro”. A partir dessa perspectiva, é compreensível que alguém como Geraldo Borges (Correio Braziliense, 2021), presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), afirme com naturalidade que “o que é bom para o Agro”, “é bom para a sociedade brasileira como um todo”, uma vez que o “nosso país é um país do Agro”. São declarações que constituem exemplos evidentes daquilo que Caio Pompeia (2020b, p. 3) chamou de “sinédoque política”, situação em que se busca representar o todo (a agricultura brasileira) pela parte (o agronegócio), visando com isso “simular uma representatividade superdimensionada para a opinião pública e o Estado”.

O agronegócio, conforme Caio Pompeia (2020b), possui instituições próprias que atuam na política profissional tanto de forma explícita como nos bastidores, a exemplo do que ocorre com o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), o “principal e mais influente núcleo do agronegócio”, como afirmou Pompeia em outra ocasião (2022, p. 27). A atuação conjunta em prol de uma mesma imagística pode ser observada de forma objetiva na declaração do presidente da Associação dos Produtores de Soja, Milho, Sorgo e outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja-MG) e ex-presidente do IPA Fábio Meirelles Filho (2018, p. 8), para quem o “IPA e a FPA representam, além dos anseios dos produtores rurais e da agricultura brasileira, a sociedade como um todo”. Que o agronegócio seja também um fenômeno político é algo que está claro para as lideranças do setor. Marcelo Brito (2021b), por exemplo, é taxativo: “nós não somos partidaristas, nós somos políticos”. Vias institucionais tradicionais, como aquelas representadas

por partidos políticos, representações sindicais e de classe, convivem lado a lado com o *lobby*. Conforme afirma Márcio Portocarrero (relato concedido em 2022), diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), “a gente joga muita força no Instituto Pensar, que nos representa junto com outras entidades do Agro”, além de ajudar os deputados da FPA “na época que eles precisam, na campanha, nos estados onde nós temos interesse”. Para além destes canais, Portocarrero afirma ter uma equipe “que passa, independente do IPA e da FPA”, o “dia todo dentro do Congresso, com a pastinha debaixo do braço com as minhas agendas, agenda do algodão”, em uma atuação que certamente não é exclusiva da Abrapa.

Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010, p. 165), “não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão”. Consoante demonstrado em Severo (2023), embora o seu reconhecimento como “agronegócio” date do início dos anos 1990, a imagística que lhe serviu de suporte remonta aos anos 1960, momento marcado pelos “processos de acumulação capitalista recém-adotados na economia agrária”, como escreveu Florestan Fernandes à época (2008, p. 251). A legislação surgida nesta época, conforme Palmeira (1989, p. 95), “impôs um novo recorte da realidade” e “criou categorias normativas para uso do Estado e da sociedade”, dentre as quais as mais difundidas são as categorias trabalhador rural, empregado rural e produtor rural. Outro exemplo do quanto essa convergência com o Estado foi de fundamental importância para assegurar e legitimar a hegemonia do agronegócio pode ser encontrado na Constituição Federal que, se reconheceu a função social da terra, conforme destaca Leonilde Medeiros (2021, p. 10), nem por isso deixou de registrar que, junto com as pequenas e médias propriedades, as *terras produtivas* não seriam objetos de desapropriação. Não é sem motivos, portanto, que

Alceu Moreira (Jornal da Cidade Online, 2022) afirma que, “do ponto de vista social, a terra, com seus benefícios, não está diretamente ligada a quem é o seu dono. Está ligado ao que ela produz”.¹⁰

A assertiva de Márcio Portocarrero (relato concedido em 2022) acerca da estratégia comunicativa empregada pelo setor é igualmente emblemática. Segundo afirma, se a Abrapa apresenta canais especializados na comunicação com os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Economia, nos “outros ministérios, é a gente que fala a língua deles”, o que pressupõe a existência de dois léxicos: aquele que o agronegócio domina e aquele a que ele se sujeita. Tudo se passa como se os setores dominantes do campo se valessem do Estado em seu benefício, segundo o clássico preceito defendido por Marx e Engels (1998), não apenas pelo uso generalizado das mesmas categorias ou pelas vantagens políticas e econômicas de uma representação parlamentar robusta e pragmática, mas também pela forma como são geridas algumas interações oficiais. Um exemplo paradigmático de como essa situação é vivenciada na prática por pequenos agricultores pode ser encontrado na fala do dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio Grande do Sul (MPA-RS), Plínio Simas (relato concedido em 2022). Segundo ele, quando “a gente chega no banco”, seja ele público ou privado, “tem uma salinha do agronegócio” que é destinada à contratação de crédito rural e “se você não quiser entrar naquela sala, você não tem financiamento”, logo o pequeno agricultor terá que “se identificar

¹⁰ Convém ressaltar, do ponto de vista jurídico, que entre todos os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), apenas a constituição brasileira utiliza a categoria *produtor rural*, sobre a qual se assenta o discurso hegemônico. Ora, o simples fato de que as categorias usuais junto ao agronegócio sejam também as categorias oficiais lhe confere uma dupla legitimidade, haja vista que na compilação da legislação que trata da agricultura familiar, publicada pela Câmara dos Deputados (2016), não se encontra uma única menção à categoria *camponês*, usual na proposta contra-hegemônica defendida pelos movimentos sociais.

com o agronegócio, senão ele não vai ter crédito”, o que o leva a concluir que “todo o aparelhamento do Estado brasileiro está a serviço do agronegócio”.

Os movimentos sociais populares

A defesa da agricultura familiar constitui um ponto de convergência entre as classes populares do campo. É o que fica explícito na fala do presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Vanderley Ziger (Unicafes, 2018), que alega ser preciso “reafirmar o papel da agricultura familiar, tão combatida e combatida pelo agronegócio, muitas vezes dizendo que é uma agricultura só, e não é”. Sua opinião é corroborada pelo assessor de política agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Lauri Sieb (relato concedido em 2022), que argumenta que “não dá para tratar todo mundo igual”, isto é, “com as mesmas políticas, tem que ter políticas diferenciadas em relação ao agronegócio, aos grandes, e dentro da própria agricultura familiar”. Em outras ocasiões, é a defesa dos povos originários que assume a ofensiva contra o agronegócio, como transparece nas falas do presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Roque Paloschi (Tutaméia TV, 2021a), para quem o agronegócio estaria “ocupando todas as terras possíveis e impossíveis”.

Conforme foi observado por Leonilde Medeiros (2021), os movimentos sociais populares têm apostado na convergência de antigas e novas pautas com o duplo objetivo de promover a sua agenda e combater o agronegócio. É o que indica, com efeito, a fala de João Pedro Stédile (Brasil de Fato, 2019), membro-fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Stédile, “nós não lutamos só por terra, nós lutamos para que a produção agrícola nas terras seja feita sem veneno”. Afora a reforma agrária e a agroecologia, o “terceiro grande

objetivo” do MST, como afirmou Stédile (Rede TVT, 2020), “é transformar o camponês, que vai ser o beneficiário da terra”, em “um zelador da natureza”. Para Stédile (Tutaméia TV, 2021b), que parte de uma perspectiva que remete às “narrativas em disputa” de que falam Niederle *et al.* (2019), a “luta de classes no campo” estaria “marcada pela disputa de três propostas para a agricultura”: a do “latifúndio improdutivo, o latifúndio atrasado, predador”, cujos membros “destroem a natureza”; a do agronegócio, caracterizado pelo “capital moderno”, mas “que não produz alimentos”, apenas “*commodities* para exportação”; e a da “agricultura familiar, da agricultura camponesa, da reforma agrária, que somos nós”. Esse conjunto de pautas funciona como um ponto de convergência. Segundo Plínio Simas (relato concedido em 2022), dirigente do MPA-RS, nós “trabalhamos muito forte nisso e enfrentando o agronegócio, esse agronegócio sem gente, esse agronegócio usurpador da riqueza, esse a gente combate todo dia”. Opinião semelhante pode ser encontrada junto ao assessor de política agrícola da Contag, Ronaldo Ramos (relato concedido em 2022), para quem “esse enfrentamento ao avanço do agronegócio, da agricultura patronal ou industrial propriamente dita, isso de fato tem sido um dos grandes enfrentamentos nossos”.

As críticas não se restringem ao agronegócio, já que os movimentos sociais populares demarcam fronteiras também entre os pequenos agricultores, sobretudo em relação aos agricultores familiares estabilizados. Ronaldo Ramos (relato concedido em 2022), da Contag, não apenas vê com preocupação a situação atual, em que muitos “agricultores, que também são agricultores familiares, estão entrando de cabeça nesse negócio chamado soja”, uma das principais *commodities* do agronegócio, como critica a opinião, supostamente difundida no meio rural e fomentada pelos setores dominantes em parceria com agentes estatais, de que “quem não está no agronegócio, está no atraso”. Ramos descreve

um caso sintomático de como ocorre essa cooptação “muito clara” e de “uma agressividade grande” para com os pequenos agricultores.

Uma vez um agricultor do estado de Santa Catarina, durante algumas atividades que nós fizemos sobre semente crioula, ele chegou para mim e disse: “Olha, Ronaldo, eu tinha vergonha de trabalhar com semente crioula, inclusive, a gente tinha vergonha de dizer que tinha semente crioula. Por quê? Porque o técnico da Epagri [Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina] dizia para a gente que agricultor que trabalha com semente crioula, ia se dar mal, era atrasado, era ignorante, tem que trabalhar com semente comercial, com semente híbrida, entre outras.” Então veja que inclusive os instrumentos públicos que são criados para fomentar o desenvolvimento, eles não têm essa compreensão da importância da agricultura familiar num sentido mais amplo, nos seus recursos genéticos. (Relato concedido em 2022)

143

Trata-se de um depoimento com grande significação sociológica, pois descreve um caso de *cooptação negativa*, uma vez que o possível cooptado adere à imagística hegemônica menos pelos lucros potenciais do que pela negação do estigma associado à proposta alternativa.¹¹ Assim, “tudo aquilo que caracteriza, que diferencia a agricultura familiar do agronegócio”, conforme Ramos (relato concedido em 2022), “vai por água abaixo, porque as pessoas se sentem, digamos assim, ameaçadas ou constrangidas de tentar manter aquilo”. O agronegócio, obviamente, possui uma interpretação distinta. Conforme o diretor técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Daniel Rosa

¹¹ Considere-se o agravante de que se trata da fala de alguém com formação técnica e que atua junto a uma instituição pública. Também é digno de nota que o exemplo não retrata um caso de promoção explícita do agronegócio, mas antes de mobilização de pré-disposições culturais fundamentadas na ordem social objetiva.

(relato concedido em 2022), “é bonito o discurso, realmente, mas na prática é complicado”, uma vez que essa alternativa ignora alguns princípios fundamentais de agronomia e de mercado: “como é que você vai fazer o controle da lagarta? Mesmo com semente transgênica, você tem problema com lagarta, e aí você entra com uma cultura suscetível em larga escala... pode ser que em pequena escala possa ser que funcione”, mas ainda assim “ele sempre vai ter uma produção menor, uma produtividade menor do que a de uma biotecnologia preparada e direcionada para altos rendimentos”. O pragmatismo de Daniel Rosa deixa entrever o quão facilmente algumas pautas dos movimentos sociais podem ser associadas à agricultura de subsistência e, conseqüentemente, à marginalização ou exclusão econômica e social.

Entretanto, o que parece ser apenas uma crítica direcionada à cooptação que incide sobre os pequenos agricultores assume um viés distinto na visão do dirigente do MPA-RS. Conforme Simas (relato concedido em 2022), “a classe média rural tem uma crise muito grande de identidade”, porquanto ignora a sua condição de agricultores familiares quando se pretende partícipe do agronegócio. Nesse caso, a *cooptação é positiva*, na medida em que conta com a adesão espontânea do pequeno agricultor que “acha bonito a palavra agronegócio”. Evidentemente, é menos uma questão de estética do que de busca deliberada por aprovação e distinção social, fenômeno já abordado por Elias e Scotson (2000) e Bourdieu (2007) em outras sociedades e épocas.¹² Segundo Simas, essa cooptação seria muitas vezes incenti-

¹² Elias e Scotson (2000) identificaram diferentes estratégias utilizadas pelos moradores mais antigos de um bairro que, embora em condições socioeconômicas semelhantes, buscavam se distinguir dos novos habitantes a fim de assegurar seu status simbólico privilegiado. Bourdieu (2007), em sua clássica análise da sociedade francesa da segunda metade do século XX, coloca em evidência a complexidade das relações sociais, culturais e econômicas que fundamentam as posições e tomadas de posição dos indivíduos no espaço social. Em comum, ambos os autores reconhecem como característico das classes médias a propensão para investir, sobretudo por via escolar, na ascensão social imediata ou futura.

vada pelos próprios sindicatos, que “diziam que a agricultura familiar era um agronegócio”, visando com isso “negar a agricultura camponesa”. Dentre esses “sindicatos que preferiram ficar dialogando com o agronegócio, a gente tem muito claro a FETAG-RS [Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul]”, uma vez que ela “dialoga, troca posição, tem unidade em torno das pautas do agronegócio, do grande agronegócio”, o que o leva a afirmar que, “estrategicamente, a gente nunca vai estar junto”.

A demarcação de fronteiras, tema analisado também por Picolotto (2018) e Medeiros (2021), é tornada explícita por Simas (relato concedido em 2022) ao afirmar que, “quando a gente fala agricultor familiar, nós botamos camponeses” justamente “para diferenciar dessa agricultura familiar que tem tentado nos botar goela abaixo que ‘somos agricultor familiar, então somos agronegócio’”, uma forma alternativa para se referir ao que Caume (2009) chamou de agricultura familiar empresarial. Convém observar que a palavra “agronegócio” constitui uma expressão pejorativa que, surgida alguns anos após o reconhecimento político da agricultura familiar, cumpriria com uma função acusatória, não sendo, portanto, reconhecida como categoria científica ou oficial. Em suma, as análises acima sugerem que os movimentos sociais populares, que se identificam como camponeses, habituaram-se a negar outras categorias, inclusive a de agricultor familiar, enquanto estes últimos não apenas negam os primeiros como tendem a se identificar, em determinadas ocasiões, como produtores rurais, almejando ou não fazer parte do agronegócio.

A classe média rural

Se for verdade que o poder de persuasão de que dispõe o discurso do agronegócio se deve à sua congruência com a realidade objetiva, então ao defender o aumento da renda pessoal ou familiar, objetivo que permeia toda a dimensão

produtiva do meio rural, o agronegócio acaba por representar também, ao menos em certa medida, os anseios da classe média rural. Bartolomeu B. Pereira (2020, p. 24), ex-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), sintetizou com precisão esse preceito ao declarar que, se o “nosso principal objetivo é dar renda ao produtor, seja ele pequeno, médio ou grande”, é porque o “Agro só vai continuar existindo se o produtor rural tiver renda e continuar na atividade”. Observe-se que, sem deixar de ser lógico e coerente, esse é um típico argumento que, como notou Caio Pompeia (2020b), opera por meio de “sinédoques”, tendo em vista legitimar a dimensão “totalizadora” do setor. Não é difícil, a partir dessa premissa, convergir opiniões e cooptar apoios. Veja-se, por exemplo, a declaração do deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS) (2020), cuja agenda é vinculada à agricultura familiar, para quem o “agricultor hoje não pode ser apenas agricultor, ele é um pouco veterinário, um pouco técnico agrícola, um pouco de agrônomo, um pouco de metrologista, um pouco de economista”, ou seja, “ele é de tudo para poder atender à sua propriedade e poder fazer essa gestão no sentido de que ela funcione, que ela gere receita para sobreviver e manter a sua família”.

A mesma racionalidade transparece na declaração de Daniel Rosa (relato concedido em 2022), diretor técnico da Abramilho, portanto, de uma importante instituição ligada ao setor agrário-produtivo do agronegócio. Segundo ele, porque age em consonância com sua sociedade e época, “o médio produtor ele, como todos, inclusive na cidade”, “quer ter um empreendimento que dê lucro, que dê retorno”. Se essa conduta socialmente aprovada predispõe uma identificação positiva com o agronegócio, ela também atua no sentido de favorecer uma identificação negativa com os movimentos sociais populares, o que a torna duplamente eficaz. Na opinião de Daniel Rosa, o “produtor médio” “não quer

mais se vincular a essa imagem de subsistência, de trabalho manual, de pouca tecnologia”, que supostamente caracterizaram os movimentos sociais, “eu acredito que o principal ponto ali seria a subsistência versus o que vou chamar de lucro. Acaba que essa visão do campesinato, do pequeno agricultor com a enxada na mão, tomando um sol, isso é subsistência, pobreza”. A sua conclusão lógica de que “o mercado seleciona, e quem não se moderniza vai ficando para trás”, sem dúvida não é desconhecida entre pequenos e médios agricultores. É o que comprova a declaração emblemática de Carlos Lopes (Correio Braziliense, 2023), presidente da Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), segundo o qual “eu acredito igual a Darwin, toda espécie que não evolui, some”, pressuposto natural para quem acredita que a “confederação tem como missão conseguir *linkar* o nosso setor produtivo à contemporaneidade”.

O deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) reuniu o argumento econômico, a justificação social e a representação política em uma única fala que constitui o exemplo mais bem-acabado de como o discurso do agronegócio persuade e coopta apoio entre os pequenos e médios agricultores. Segundo o Moreira (2020a), “por que será que apareceu no Brasil uma frase para cunhar o agricultor como agricultura familiar? Todo mundo fala em pequeno agricultor. Ele não é pequeno agricultor, ele é pequeno proprietário”, pois “tem pessoa com 14 hectares de área dobrada que tem os filhos formados em medicina, engenharia, tem um padrão de vida qualificadíssimo”, uma vez que ela “tem uma parreira de uva, tem criação de peixe, produz tudo o que se alimenta, tem um paiol cheio, tem gado, tem suíno, tem aves, tem tudo em 14 hectares. Esse cara, ele não é um pequeno produtor, é pequeno proprietário”. Carlos Joel da Silva (2018), presidente da FETAG-RS, parece confirmar essa interpretação, pois admite que o pequeno proprietário pode ser um

grande produtor: a produção para exportação “é o caminho do futuro. Inclusive tem muitos produtores já exportando – caso dos suínos, do frango. Hoje a pecuária familiar entra muito forte também”, afora o “vinho”, já que “a uva hoje está na mão do pequeno agricultor”. Essa perspectiva caracterizada pela “integração aos mercados”, segundo Piccolotto (2018, p. 212-213), teria contribuído para formar, junto às organizações sindicais, uma determinada concepção de agricultura familiar em que pautas como a defesa da reforma agrária cederiam espaço para a demanda por crédito agrícola. Isso teria ocorrido com as políticas públicas que, conforme Soldera e Niederle (2016), também estariam permeadas por essa perspectiva.

Na “condição de eleitos pelo agronegócio”, conforme argumenta Regina Bruno (2016, p. 153), os “empreendedores familiares são alvo de uma intensa pressão política e ideológica por parte das elites agroindustriais que procuram aproximá-los argumentando que agronegócio e empreendedores, juntos, representam o setor mais dinâmico da sociedade brasileira”. É o que transparece no editorial da Revista Coplacana (2021, p. 43), que traz uma manchete sob o significativo título de “trabalhadores rurais possuem papel essencial na transformação do agronegócio brasileiro”, em que se lê que o “agro está presente em tudo: na alimentação, roupas, passando pelos biocombustíveis, móveis, objetos de decoração, instrumentos musicais e o que mais se possa imaginar”, conforme preconiza sua definição e mobilização discursiva, “porém, boa parte dessa produção provém de pequenos produtores e de agricultores familiares, que muitas vezes precisam de assistência na implantação e condução das lavouras e criações”. Ainda mais significativo é o editorial da Revista Campo (2012), cuja matéria de capa, *A nova classe média rural*, é complementada pela significativa sentença “eles não são atendidos por programas sociais e nem alcançam os lucros dos grandes produtores. Essa nova

classe C representa mais de 60 milhões da produção bruta brasileira”.

A reportagem, que é fruto de uma pesquisa encomendada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), “recomenda” que as “empresas integradoras sejam canais” de comunicação entre o Estado e os agricultores, a fim de que este grupo não passe para o “nível D/E”, composto por um público economicamente vulnerável e dependente das “políticas destinadas aos grupos de pobreza extrema” (Revista Campo, 2012, p. 22). Do ponto de vista semiológico, toda ela é perpassada por exemplos e imagens de pequenos agricultores que, junto com suas famílias, permanecem nas suas atividades e nelas prosperam “sem a ajuda de políticas públicas” ou “cuidando sozinhos de toda a produção”, segundo um *ethos* tipicamente pequeno-burguês. A pesquisa, que não traz esclarecimentos metodológicos, foi apresentada de uma maneira peculiar: se o foco era a “classe C”, os signos visuais, textuais e estatísticos funcionam como uma propaganda do agronegócio, que “só é minoria em número de propriedades”, mas “líder em contratações”.

Ao contrário do que alegam os movimentos sociais, nem todos os agricultores familiares economicamente estáveis se veem como membros do agronegócio. Alguns, inclusive, além de terem claras as diferenças que os separam da agricultura empresarial, são críticos daqueles, dentre os seus pares, que se comportam dessa maneira. “Na minha visão”, afirma Sergio Luiz Reis (relato concedido em 2022), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras STR-SCS, “o agronegócio é a agricultura empresarial que cria inclusive o CNPJ e faz a lavoura através desse CNPJ, não é que nem o agricultor familiar que é no CPF, que tudo está na mesma conta”, ou seja, enquanto os primeiros são pessoas jurídicas, os segundos são pessoas físicas, portanto desprovidas do controle empresarial dos meios de

produção. No entanto, ainda assim “alguns produtores caem nessa tentação” de se pensarem como empresários rurais, o que, em sua opinião, não condiz com a realidade, “alguns produtores querem estar no topo da cadeia e dizer ‘ah, eu sou do agro’”, embora não façam talvez “uma análise mais aprofundada para ver as consequências disso, as condições diferentes em que a gente trabalha”.¹³

Como se pode perceber, as eventuais adesões são mais fomentadas do que espontâneas. Ocorre que, comparadas com os movimentos sociais, as pautas da classe média rural são mais objetivas e pragmáticas, o que demonstra certa sintonia com a ordem objetiva e, por extensão, a existência de um *ethos* que potencialmente a afasta dos movimentos sociais e a aproxima do agronegócio. É o que se pode deduzir da fala do dirigente da UNICAFES-RS, Gervásio Plucinski (relato concedido em 2022). Segundo ele, as cooperativas representadas pela instituição “trabalham muito nesta lógica do agricultor produzir cada vez mais, com mais tecnologia, num alinhamento, digamos assim, muito mais econômico, parecido com as grandes propriedades, lógico que com escala menor”. Não se pode dizer que esse seja um posicionamento que critica os movimentos sociais, e tampouco que elogia o agronegócio, mas nem por isso deixa de evidenciar qual das duas alternativas se mostra mais atraente para o setor.

A relação com os movimentos sociais, ou entidades sindicais que aderem às suas pautas, **não é** isenta de conflitos. **É o que evidencia a** reação de lideranças tanto do agronegócio como de pequenos e médios agricultores ao comentário, efetuado por ocasião do *impeachment* de 2016, de Aristides

¹³ O STR-SCS, localizado no Rio Grande do Sul, constitui um sindicato que congrega trabalhadores e agricultores familiares, a maior parte dedicada à produção de tabaco, uma importante *commodity* para a economia regional. Segundo o seu presidente, os filiados produzem ainda uma série de alimentos para consumo próprio e complementação de renda, o que faz do tabaco a fonte de renda principal, mas não exclusiva.

Veras dos Santos, então presidente da Contag. Na ocasião, Santos (Câmara dos Deputados, 2016a) teria afirmado que a “forma de enfrentar a bancada da bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo. E a Contag e os movimentos sociais do campo é que vão fazer isso”. Tereza Cristina (Câmara dos Deputados, 2016b), uma das principais lideranças políticas do agronegócio, alegou então que “diante dessas declarações, de incitação à violência e ao cometimento de crimes, essa Comissão Parlamentar de Inquérito possui o dever, regimental e moral, de intimá-lo para prestar esclarecimentos”. A declaração de Santos repercutiu também entre os pequenos e médios agricultores. Carlos Joel da Silva (Fetag, 2016), presidente da FETAG-RS, fez questão de salientar que a sua fala “deve ter sido”, no “calor da discussão”, um “pensamento dele, dele como pessoa e não como instituição”, afinal, “não queremos crer que a nossa confederação pensa aquilo que ele disse ou tenta fazer aquilo que ele disse. A Fetag tem um posicionamento muito firme. Não apoiamos em nenhuma vírgula aquilo que foi dito por ele”. Contrariamente aos movimentos sociais e seus simpatizantes, que muitas vezes apresentam vínculos político-partidários explícitos, sobretudo com o Partido dos Trabalhadores (PT), as lideranças vinculadas aos agricultores familiares prezam por uma maior neutralidade política. A FETAG-RS, de acordo com Silva, não deve se envolver com partidos, movimentos ou ideologias, limitando-se à representação e à defesa de seus filiados, opinião que é corroborada por Gervásio Plucinski (relato concedido em 2022), presidente da UNICAFES-RS, segundo o qual alguns membros desta instituição “realmente querem se afastar de pautas político-partidárias”.¹⁴

¹⁴ Esse conjunto de declarações pressupõe a formação de uma nova agenda de pesquisa acerca da representação político-partidário da classe média rural. Pode-se adiantar, nesse sentido, que embora se faça representada por várias legendas e disponha de uma frente parlamentar própria, a FPAF, eventualmente suas pautas

Ao que parece, os membros da classe média rural não só não se veem representados pelas pautas dos movimentos sociais, como assumem uma postura crítica ao seu *modus operandi*. Isso fica visível nas declarações do presidente do STR-SCS, Sérgio Luiz Reis (relato concedido em 2022). Em sua opinião, existem “pessoas que acham que o agricultor familiar é aquele que vive só para subsistência”, conforme a imagem convencional que se tem do campesinato, “mas não pode desclassificar o agricultor familiar por estar uma classe acima da subsistência, por ele participar de uma geração, do desenvolvimento de uma região, de uma comunidade, com o suor do seu trabalho”. O “desclassificar” é uma referência às críticas dos movimentos sociais que, através da expressão “agronegocinho”, buscariam depreciar os setores economicamente ativos da agricultura familiar. Reis, que nega e critica essa percepção, também assinala as diferenças constitutivas entre os pequenos agricultores. Segundo ele, “quando vai falar em agricultura camponesa, parece para a gente mais a agricultura de subsistência” (relato concedido em 2022), o que demonstra uma vez mais a mobilização de uma visão de campesinato profundamente fundamentada na imagística cultural brasileira, cuja representação não deve, com efeito, ser ignorada na análise acerca das lutas sociais do campo.

Carlos Joel Silva (relato concedido em 2022), da FETAG-RS, possui uma opinião semelhante. Embora afirme que “a gente respeita todos os movimentos que tem no setor”, também reconhece que “eles têm um público específico, que é aquele público que já vem dos assentamentos, que são as pessoas, não vou dizer mais pobres, mas com menos condições”, enquanto a FETAG-RS, por outro lado, “atende toda a agricultura familiar”, sobretudo “uma

são defendidas por parlamentares vinculados à FPA, o que permite supor que ela tenha preferências moderadas, situadas entre o centro-esquerda e o centro-direita do espectro político-ideológico.

agricultura familiar desenvolvida”. Quanto à questão camponesa, Silva é taxativo: alguns agricultores familiares realmente “não se enxergam quando falam em [agricultura] camponesa, eles têm uma visão de que [agricultura] camponesa é o pessoal dos sem-terra, de invadir a propriedade, de fazer acampamento, eles têm essa ligação”. O que a prática demonstra é que se os setores médios não se identificam com os movimentos sociais, nem por isso aderem prontamente ao agronegócio, constatação que parece contrariar a interpretação de Soldera e Niederle (2016), segundo a qual essa “nova” classe média rural, também chamada de “o meio do campo”, estaria em disputa¹⁵: ora o simples fato de que os movimentos sociais empreguem um termo acusatório para se referir a esse público, o que demonstra que não há *equivalência conceitual* entre agricultor familiar e camponês, conforme a interpretação de Maria Wanderley (2014), é suficiente para comprovar que menos do que uma disputa pela classe média rural, o que se pretende é a demarcação de fronteiras, situação que é reforçada pelo próprio setor ao criticar os movimentos sociais de forma análoga à do agronegócio.

Conforme Sergio Reis (relato concedido em 2022), “o radicalismo, para mim, não é bom em lugar nenhum. E aí eu vejo muitas vezes os movimentos sociais, na minha opinião, pecando um pouco nisso”, uma vez que se “tem a obrigação de ser agroecológico, tem que brigar com o agro... eu não vejo que tem que brigar com o agronegócio”, ao contrário, “acho que cada um tem o seu espaço”. De fato,

¹⁵ Os autores utilizam a expressão “nova” classe média rural, provavelmente tomando como referência o marco temporal estabelecido pelo Censo Agropecuário de 2006. A “nova classe média” (urbana) também foi objeto de intenso debate, talvez mais político do que acadêmico, cujas origens remontam aos dois primeiros governos de Lula da Silva (2003-2011), cf.: Cardoso e Préteceille (2017) e Ribeiro (2014). Optamos, contudo, por não classificar esse público como “novo”, uma vez que o seu *ethos* e imagística, como demonstrado em Severo (2023), remontam a um momento que precede o surgimento da própria categoria “agricultor familiar”.

“tem espaço para todo mundo”, afirma Plucinski (relato concedido em 2022), até porque “não tem como você pensar tudo que se produz hoje no Brasil sem o próprio agronegócio”. Assim, além de se beneficiar da divergência com os movimentos sociais, a cooptação é favorecida pela afinidade com o discurso hegemônico. Afinal, também para Alceu Moreira (2020c, p. 31-32), “tanto o pequeno, como o médio, quanto o grande, todos podem ser rentáveis”, já que “todos os mercados estão disponíveis, para pequenos, médios e grandes produtores”. Porque ajustados à ordem social e jurídica, os setores médios tendem a assumir uma perspectiva crítica em relação aos *outsiders*, conforme fica evidente nas afirmações de Sergio Reis (relato concedido em 2022), segundo o qual é preciso “deixar os radicalismos de lado”, ou nas de Gervásio Plucinski (relato concedido em 2022), que entende que se o agricultor familiar “prefere hoje de ser chamado de agro do que de agricultor familiar”, é porque ele tem em mente uma “concepção de sociedade” em que “o cara avança um pouco no econômico, o cara quer esquecer um pouco aquele grupo que ele pertenceu ou que estava antes, enfim, quer se enxergar num outro grupo”. O forte investimento na ascensão social que caracteriza a pequena-burguesia, como evidenciam as reflexões de Bourdieu (2007) e Elias e Scotson (2000), é duplamente vantajoso para o agronegócio, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo nega suas origens (ou renega sua realidade) em uma busca de aprovação social, ele tende a rechaçar as propostas alternativas como inviáveis e pouco prestigiosas.

Como notaram Elias e Scotson (2000) acerca das relações entre estabelecidos e *outsiders*, mesmo os membros que possuem menos poder dentro do grupo do qual fazem parte tendem a reivindicar para si, por identificação, as características e os valores que o grupo atribui a si como um todo, geralmente tomando como base a “minoridade dos melhores”. A identificação com o agronegócio, entretanto, não ocorre

sem resistências. Isso porque a classe média rural não é uma matéria amorfa, mas uma classe com características distintas, pautas próprias e objetivos definidos. Além disso, a adesão nunca é total. Curiosamente, o exemplo mais elucidativo do descompasso entre a inclusão formal e a exclusão real pode ser encontrado nas duas reportagens temáticas que buscaram destacar a importância dos pequenos e médios agricultores como membros ativos do agronegócio brasileiro. É o que transparece quando da utilização exclusiva da categoria *produtor rural* para se referir ao agronegócio, enquanto proposital e indistintamente todos os demais públicos foram agrupados sob as categorias *pequenos produtores rurais*, *trabalhadores rurais* e *agricultores familiares*.

Se de fato o “sindicalismo fala pelos agricultores familiares mais estabelecidos”, conforme Medeiros (2021, p. 8), é natural que os “segmentos mais empobrecidos” não se sintam representados, o que os instiga à formação de uma agenda própria fundamentada na tríade agroecologia, campesinato e reforma agrária. É nesse sentido que se destaca a atuação do MPA que, conforme Medeiros (2021, p. 8), “fala para um grupo de agricultores com organização mais delimitada e que buscam a construção de um novo modelo de agricultura com base em princípios agroecológicos, recuperando o termo camponês para referenciar um modo de vida” alternativo à proposta hegemônica. A assertiva é, com efeito, confirmada por Plínio Simas (relato concedido em 2022), dirigente do MPA-RS, segundo o qual “não somos aquele camponês que achamos que tem que voltar para o cabo da enxada”, mas aquele que entende que “tem que ter tecnologia, mas tecnologia acessível à pequena propriedade”. Essas pautas, no entanto, não são convergentes com as da classe média rural.

Na opinião de Gervásio Plucinski (relato concedido em 2022), ao invés da reforma agrária, “para muitos dos agricultores familiares, seria mais importante para eles uma

política de crédito fundiário”, dado que o “tema da reforma agrária não é um tema que se debate, que se discuta, que tenha alguma ressonância no meio do nosso público”; quanto à agroecologia, informa que “a gente não está nem usando a expressão agroecologia, mas alimentos limpos, alimentos que tenham respeito ao meio ambiente”, pois “o tema o não dialoga com o agricultor”, ou seja, “não é um tema que você vai agregar as pessoas”; quanto à problemática camponesa, alega que, “realmente, a gente não tem nenhuma consciência, não tem nenhum debate que pudesse, digamos assim, juntar esse público todo numa denominação campesina”, o que o leva a concluir que, “se você casar esses temas num único público, vai se ter pouca adesão de pessoas nesta proposta”. Consoante sugerem as reflexões de Picolotto (2018), essas são afirmações de primeira grandeza no que se refere ao problema da representação sindical de pequenos e médios agricultores, pois evidenciam sua complexidade e desafios.

156

Os próprios movimentos sociais e seus simpatizantes ratificam essa interpretação. É o caso, por exemplo, de Plínio Simas (relato concedido em 2022), do MPA-RS, que não deixa de reconhecer que “a palavra camponês não está no meio dos nossos agricultores”, ou seja, ela “não está no dia a dia do agricultor de modo geral”. Ronaldo Ramos (relato concedido em 2022), da Contag, corrobora com esse entendimento, pois, segundo afirma, a “agroecologia por si só, ela não é compreendida por todos os setores, é compreendida por quem está no dia a dia no debate”, e por isso tende a ser transubstanciada como *produção de alimentos saudáveis*, já que assim “você consegue ampliar as camadas da sociedade que são, digamos assim, atingidas, que são contempladas com essa fala”. Décio Lauri Sieb (relato concedido em 2022), também da Contag, confirma essa interpretação ao informar que a “agroecologia é referência nossa para produção, mas uma coisa é referência, outra é a vida, a prática, no dia a

dia”. Com relação à reforma agrária popular Ramos (relato concedido em 2022) complementa ainda que, “lamentavelmente, essa pauta, apesar de continuar sendo uma pauta extremamente importante, ela vem sendo enfraquecida ao longo dos anos”.

Se mesmo entre estes setores há dúvidas quanto à efetividade da identificação dos pequenos agricultores com o campesinato, nada mais natural, portanto, do que a afirmação jocosa de Daniel Rosa (relato concedido em 2022), diretor técnico da Abramilho, segundo o qual “campesinato é igual filhote de pombo: dizem que tem, a gente nunca viu”. Tudo indica que a defesa dessas pautas como alternativas ao modelo hegemônico tem um efeito positivo limitado que se faz acompanhado por um efeito negativo real e potencial que, ao se materializar no crescente afastamento da realidade objetiva, contribui para o insulamento dos movimentos sociais na mesma medida em que fomenta a identificação da classe média rural com o discurso do agronegócio. Se esse raciocínio está correto, então se pode afirmar que a crítica de Octávio Ianni (1986, p. 115) ao movimento camponês permanece atual, uma vez que suas pautas seriam permeadas por um elevado nível de radicalidade e idealismo que “nega a ordem burguesa, as forças do mercado, as tendências predominantes das relações capitalistas de produção”, fazendo dela tanto uma “utopia construída pela invenção do passado” como ou uma “quimera de algo impossível no presente”, ou seja, “uma fantasia alheia às leis e determinações que governam as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo”. Na melhor das hipóteses, não seria mais do que uma “fabulação do futuro”.

Considerações finais

A desqualificação dos movimentos sociais, afirma Décio Lauri Sieb (relato concedido em 2022), da Contag, não só “faz parte do projeto desse grupo hegemônico”, como é “uma

questão de visão de sociedade”. Sua opinião é confirmada por Regina Bruno (2003, p. 300), para quem os porta-vozes do agronegócio e da agricultura patronal historicamente “se empenharam em desqualificar, na grande imprensa, os trabalhadores rurais sem-terra”. Essa aparente oposição compreende, porém, um elevado grau de complexidade. Quando os movimentos sociais e seus simpatizantes personificam e caracterizam os seus opositores, mas desconsideram a sua profunda convergência com a realidade objetiva, a crítica se expande do grupo em questão para a ordem social como um todo. Dito com outras palavras, como o agronegócio se vale de um mesmo substrato social e cultural para cooptar os setores médios, explorando afinidades reais e potenciais, a crítica dos movimentos sociais necessariamente assume um viés generalizante, o que muitas vezes contribui para o seu insulamento político. Tal situação não é ignorada, conforme revela a declaração de algumas militantes ligadas ao MST (2023), porquanto cientes de que “os nossos inimigos no campo, eles são comuns no mundo inteiro, ou seja, a luta contra o agronegócio é uma luta do mundo inteiro porque é um modelo instaurado em todos os países do mundo”. O esquema abaixo sintetiza o poder de persuasão do discurso do agronegócio. O pontilhado crescente no interior da seta significa que quanto mais se vai em direção ao agronegócio, maior a identificação absoluta com a sua imagística.

Figura 1
O discurso do agronegócio – abrangência e persuasão



Fonte: Elaboração própria (2023)

O principal argumento deste trabalho consiste em demonstrar como e por que a atual conjuntura social, política e cultural é favorável ao agronegócio: de um lado, os movimentos sociais e a classe média rural demarcam fronteiras entre si, o que gera uma mútua negação seguida, às vezes, de um irreconciliável afastamento; de outro, os setores dominantes atuam estrategicamente no sentido de cooptar os pequenos e médios agricultores sob a premissa de que, juntos, formam uma só agricultura. No primeiro caso, as diferenças e conflitos assumem o primeiro plano; no segundo, são as semelhanças e afinidades. Esse conjunto de constatações, complementado pelo problema da incapacidade de convergir apoio entre os pequenos e médios agricultores, aponta para a existência de uma nova agenda de pesquisa, voltada sobretudo para a efetividade das pautas que caracterizam os movimentos sociais populares e seus simpatizantes. Talvez aponte também, em um maior **nível** de abstração teórica, para a necessidade de atualizar os recursos teórico-metodológicos atualmente empregados no estudo do meio rural brasileiro, tendo em vista um maior *realismo sociológico*.

Marconi Severo

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Referências

- 4 ASES. 2021. *Próxima parada*: Glasgow. A chapa está fervendo. Convidado: Marcello Brito. YouTube, 4 nov. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/yFEmzA9-KuY>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- APROSOJA. *AgroPantanal*: Entrevista com presidente Fernando Cadore. YouTube, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/D2WGPyySNIw>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina M. M. 2014. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, pp. S045-S062.

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 2001. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2023. Matriz de dados. *BCB*, São Paulo. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- BELIK, Walter. 2015. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 1, pp. 9-30.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. 2016. *Legislação sobre agricultura familiar*: dispositivos constitucionais, leis e decretos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.
- BRASIL DE FATO. 2019. *Confira entrevista de João Pedro Stédile (MST) ao Brasil de Fato Pernambuco*. Brasil de Fato, Recife. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2019/05/24/confira-entrevista-de-joao-pedro-stedile-mst-ao-brasil-de-fato-pernambuco>. Acesso em: 8 mar. 2022.
- BRUNO, Regina. 2003. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, v. 5, n. 10, pp. 284-310.
- BRUNO, Regina. 2016. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 1, pp. 142-160.
- BRUNO, Regina. 2021. *Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 2, pp. 461-502.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2016a. Portal da Câmara dos Deputados, 13 abr. 2016. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485388-deputada-esperava-desculpas-de-secretario-da-contag-em-cpi-da-funai>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2016b. Portal da Câmara dos Deputados, 13 abr. 2016. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485376-cpi-da-funai-ouve-hoje-secretario-da-contag>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. 2015. A *ocupação* do Congresso: contra o que lutam os índios? *Estudos Avançados*, v. 29, n. 83, pp. 293-312.
- CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond. 2017. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 60, n. 4, pp. 977-1023.

- CAUME, David J. 2009. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. *REDES – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, pp. 26-44.
- CORREIO BRAZILIENSE. *CB.AGRO - Geraldo Borges, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite - 26/11*. YouTube, 26 de nov. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/645dqmtgt8w>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- CORREIO BRAZILIENSE. 2023. *CB.Agro 13/10/2023 - Carlos Lopes*. YouTube, 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d1uD0qD3UMQ>. Acesso em: 15 out. 2023.
- CRUZ, Nayara B. *et al.* 2021. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 3, pp. 1-20.
- DBO PLAY. 2020. *Para onde vai a maior pecuária do Brasil*. YouTube, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/cHxmVydvOBo>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- EDITORIAL. 2012. A nova classe média rural. *Revista Campo*, v. 13, n. 200, pp. 22-25.
- EDITORIAL. 2021. Trabalhadores rurais possuem papel essencial na transformação do agronegócio brasileiro. *Revista Coplacana*, v. 4, n. 23, pp. 43-46.
- ELIAS, Norbert. 1993. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar. v. 2.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ESCHER, Fabiano. 2020. Class dynamics of rural transformation in Brazil: a critical assessment of the current agrarian debate. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 9, n. 2, pp. 1-27.
- FERNANDES, Florestan. 2008. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Globo.
- FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. 2016. O agricultor é um especialista em vencer crises. *Fetag*. Porto Alegre. Disponível em: <http://fetagr.org.br/o-agricultor-um-especialista-em-vencer-crises/>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- GARCIA JR., Afrânio. 2003. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*, v. 5, n. 10, pp. 154-189.
- GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. 2013. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, pp. 45-67.

- GOMES, Marcus V. P.; ALVES, Mário A. 2017. Como se cria um Ministério? O processo de cooptação como mecanismo de distensão na relação entre movimentos sociais e Estado. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 3, pp. 388-406.
- GUANZIROLI, Carlos E; SABBATO, Alberto D. 2014. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “Family Farming” americano? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, pp. S085-S104.
- GRAMSCI, Antonio. 2001. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2.
- GRUPPI, Luciano. 1978. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Graal.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. 2010. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, pp. 159-176.
- HOLDO, Markus. 2019. Cooptation and non-cooptation: elite strategies in response to social protest. *Social Movement Studies*, v. 18, n. 4, pp. 444-462.
- IANNI, Octávio. 1986. A utopia camponesa. *Revista da USP*, n. 2, pp.103-118.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2019. *Censo Agropecuário de 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JORNAL DA CIDADE ONLINE. 2022. *Deputado Alceu Moreira escancara fraudes do PT no campo e o que há por trás das ações do MST*. YouTube, 3 abr. 2023. Disponível em: https://youtu.be/_6xBPMH8WZ8. Acesso em: 4 abr. 2022.
- LAVALLE, Adrián G; HOUTZAGER, Peter P; CASTELLO, Graziela. 2006. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, p. 43-66.
- LOPES, Ignez V. *et al.* 2012. Perfis das classes de renda rural no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 21, n. 2, pp. 21-27.
- MARTINS, José S. 1981. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1998. *A ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- MEDEIROS, Leonilde S. 2021. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 34, pp. 1-16.

- MENDONÇA, Maria L. 2015. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. *Contexto Internacional*, v. 37, n. 2, pp. 375-402.
- MENDONÇA, Sônia R. 2005. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *História e Perspectivas*, v. 1, n. 32-33, pp.1-28.
- MENEGUELLO, Rachel (org.). 2012. *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília, DF: Senado Federal.
- MENESES, Valdênio F. 2021. Olhai para “os ricos do campo”: o lugar das elites e classes dominantes nos Estudos Rurais do Brasil. *Antropolítica*, n. 53, pp. 140-166.
- MITIDIERO JR., Marco A.; GOLDFARB, Yamila. 2021. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. ABRA/Friedrich-Ebert-Stiftung, [s. l.]. Disponível em: <https://bit.ly/3uN6Sjn>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- MEIRELLES FILHO, Fábio S. 2018. Entrevista: As boas-vindas à modernidade do campo. *Agroanalysis*, v. 38, n. 5, pp. 7-10.
- MOREIRA, Alceu. 2020a. Entrevista concedida à Agro Voz, em 14 mai. 2020. *Facebook*, [s. l.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/depalceumoreira/videos/663928174174926/>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- MOREIRA, Alceu. 2020b. Entrevista concedida à CONAFER, em 01 set. 2020. Disponível em: <https://conaferr.org.br/conaferr-entrevista-deputado-alceu-moreira-desde-a-criacao-do-incra-so-5-dos-assentamentos-foram-consolidados/>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- MOREIRA, Alceu. 2020c. Entrevista. *Aviação Agrícola*, v. 3, n. 4, pp. 24-33.
- MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. 2023. *Episódio especial – Internacionalizemos a Luta*. YouTube, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/LEC2Rt6MrMc>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- NICODEMOS, Ricardo. 2021. Entrevista concedida à *Koppert Brasil*, em 13 abr. 2021. Koppert, [s. l.]. Disponível em: <https://www.koppert.com.br/noticias/2021/entrevista-todos-a-uma-so-voz/>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- NIEDERLE, Paulo *et al.* 2019. Narrative disputes over family-farming public policies in Brazil: conservative attacks and restricted countermovements. *Latin American Research Review*, v. 54, n. 3, pp. 707-720.
- PÁGINA RURAL. 2021. RS: *Gedeão Pereira avalia 2021 e destaca preocupação da Farsul com 2022*. YouTube, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Pl4AA4ftqy0>. Acesso em: 30 mar. 2022.

- PALMEIRA, Moacir. 1989. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, pp. 87-108.
- PEREIRA, Bartolomeu B. 2020. Entrevista. *Aviação Agrícola*, v. 3, n. 6, pp. 22-29.
- PICOLOTTO, Everton L. 2012. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 128, pp. 158-167.
- PICOLOTTO, Everton L. 2014. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, pp. S063-S084p.
- PICOLOTTO, Everton L. 2018. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova*, n. 104, pp. 201-238.
- PODER 360. 2019. *Discurso de Tereza Cristina durante cerimônia de transmissão de cargo*. YouTube, 6 jan. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/nOt9-K48w3c>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- POMPEIA, Caio. 2020a. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes Antropológicos*, ano 26, n. 56, pp. 195-224.
- POMPEIA, Caio. 2020b. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, pp. 1-17.
- POMPEIA, Caio. 2022. O agrobolsonarismo. *Revista Piauí*, Rio de Janeiro. n. 184.
- REDE TVT. 2020. João Pedro Stédile no Brasil de Fato Entrevista. YouTube, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/pt1LrlpNdNU>. Acesso em: 9 mar. 2022.
- RIBEIRO, Carlos A. C. 2014. Mobilidades e estruturas de classe no Brasil contemporâneo. *Sociologias*, v. 16, n. 37, pp. 178-217.
- RODA VIDA. 2021. *Roda Viva | Marcello Brito | 30/08/2021*. YouTube, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/9YjP6rLlhi0>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia H. H. (org.). 2011. *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- SCHUCH, Heitor. 2020. *Entrevista concedida à CONAFER, em 20 ago. 2020*. Conafer, [s. l.]. Disponível em: <https://conafef.org.br/arquivos/4716>. Acesso em: 3 abr. 2022.

- SEVERO, Marconi. 2022. As agriculturas familiares do Sul do Brasil: um estudo comparado a partir da contratação de crédito rural. *Campo-Território*, v. 17, n. 44, pp. 299-323.
- SEVERO, Marconi. 2023. *O agronegócio brasileiro: hegemonia e projeto de sociedade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria.
- SINDIRAÇÕES. 2018. Conversa Franca do Dia Dia Rural entrevista Ariovaldo Zani sobre Proteína Animal. YouTube, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/B-wce5InoeM>. Acesso em: 29 mar. 2022
- SILVA, Carlos J. 2018. *Portal Press*, [s. l.]. Disponível em: <http://revistapress.com.br/press-agrobusiness/carlos-joel-a-agricultura-familiar-ja-produz-com-a-mesma-qualidade-e-productividade-dos-grandes-produtores-rurais/>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- SOLDERA, Denis; NIEDERLE, Paulo. 2016. O meio do campo em disputa e as implicações da “nova” Classe Média Rural na ação pública. *REDES – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 3, pp. 93-116.
- SOUZA, Paulo M; NEY, Marlon G; PONCIANO, Nivaldo J. 2015. Análise da distribuição dos financiamentos rurais entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 2, pp. 251-270.
- TUTAMÉIA TV. 2021a. TUTAMÉIA entrevista dom Roque Paloschi. YouTube, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/j8MGqA7pK2A>. Acesso em: 8 mar. 2022.
- TUTAMÉIA TV. 2021b. TUTAMÉIA entrevista João Pedro Stédile. YouTube, 3 set. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/MiRIYCGdss>. Acesso em: 9 mar. 2022.
- UNICAFES. 2018. Entrevista com Vanderlei Ziger, da Unicafes Nacional. SoundCloud, 25 out. 2018. Disponível em: <https://soundcloud.com/jornalismo-unicafes/entrevista-vanderlei-ziger-presidente-da-unicafes-nacional>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- VALADÃO, William B; SOUZA, Junia M. M; FREITAS, Alair F. 2022. “Camponês” ou “agricultor familiar”: como os agricultores participantes do PNAE em Viçosa-MG se reconhecem. *Revista Grifos*, v. 31, n. 57, pp. 1-25.
- WANDERLEY, Maria N. B. 2014. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, pp. 25-44.



A classe média rural brasileira e o agronegócio: cooptação e hegemonia

WEBER, Max. 2007. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras.

ZELLER, Manfred; SCHIESARI, Carolina. 2020. The unequal allocation of PRONAF resources: which factors determine the intensity of the program cross Brazil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 3, pp. 1-21.



A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS DISTRIBUTIVOS NO BRASIL E O DESLOCAMENTO POLÍTICO EMPRESARIAL NO GOVERNO DILMA (2011-16)¹

Hugo Fanton Ribeiro da Silva

Pós-doutorando em Filosofia na USP. São Paulo, SP, Brasil. hfanton@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9202-9131>

Gabriel Nunes de Oliveira

Mestrando em Ciência Política na USP. São Paulo, SP, Brasil. gabriel.nunes.oliveira@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3593-4124>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-167207/120>

Introdução

Desde meados dos anos 2010, o Brasil passa por uma profunda crise política, econômica e social, que teve entre suas principais expressões a queda do Governo Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – 2011-2016). Após um início promissor, com altas taxas de aprovação popular, a sucessora de Lula sofreu a interrupção de seu mandato por um processo que combinou a corrosão de suas bases parlamentares de sustentação, atuação política de amplos setores do Sistema de Justiça e das Forças Armadas, e mobilizações de rua que congregaram diferentes setores da sociedade e organizações como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A mesma

¹ Agradecemos a André Singer pela supervisão da pesquisa que deu origem a este artigo, assim como a Fernando Rugitsky, Cicero Araújo, Armando Boito Júnior, Pedro Paulo Zahluth Bastos e Bruno Hófig que generosamente comentaram a primeira versão deste artigo e muito contribuíram para a discussão aqui apresentada.

entidade empresarial que liderou o processo de deposição do governo em 2015-2016, alguns anos antes, em 2011, assinara com as centrais sindicais o documento base do programa macroeconômico de Dilma – Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Como explicar esse processo de mudança de posição política do empresariado industrial brasileiro, desde um apoio inicial ao ensaio desenvolvimentista de Dilma até a composição de uma unidade burguesa antidesenvolvimentista a favor do impeachment e de uma agenda neoliberal ortodoxa de redução de direitos e arrocho fiscal (Singer, 2018)?

Para contribuir com a compreensão da crise e da mudança nas relações de hegemonia do País nos anos 2010, propomos aqui uma análise do comportamento político do empresariado industrial brasileiro. O artigo enfoca a hipótese de deslocamento político a partir de dois estudos de caso, realizados nos últimos anos com setores da burguesia industrial contemplados por medidas governamentais no período: Construção Civil em Habitação e Autopeças. Os setores foram selecionados por serem dois dos mais importantes da indústria brasileira, em termos de participação no nível de emprego e no valor adicionado bruto nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação da construção civil no Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 foi de 3,7%, o que corresponde a 17,7% de toda a indústria. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, das 644 mil vagas de emprego formal criadas em 2019, 71,1 mil foram na construção civil. O setor de autopeças, por seu turno, em 2017, ainda segundo o IBGE, teve participação de 3,4% no valor adicionado bruto e de 2,8% no emprego da indústria de transformação. O setor é um dos mais tecnológicos do parque industrial brasileiro.

Cabe ressaltar que existem diferentes interpretações sobre as bases de classe dos governos federais liderados pelo

Partidos dos Trabalhadores (PT). Na acepção de Singer (2012, 2015, 2018), a cena política brasileira no período é caracterizada pelas disputas entre duas coalizões: a rentista, liderada pelo capital financeiro e composta pela classe média tradicional; e a produtivista, protagonizada por empresários industriais e integrada pelo proletariado organizado em sindicatos e o subproletariado. Nos governos Lula (2003-2010), houve um “modelo de arbitragem entre as classes fundamentais” (Singer, 2012, p. 19), com a busca de equilíbrio entre os interesses das variadas frações de classe. Seu sucesso dependia de que nenhum dos polos tivesse “força para impor os próprios desígnios” (Singer, 2012, p. 144). Disso resultou um reformismo fraco, um ciclo lento de redução da pobreza e da desigualdade que evitava a “radicalização” da luta política (Singer, 2012).

Sua sucessora, em lugar de prosseguir com tal projeto de lenta integração, opta por acelerá-lo, “deslocando o lulismo para um pouco mais perto do reformismo forte, embora dentro dos limites da transformação pelo alto” (Singer, 2018, p. 12). Ao herdar de Lula amplo apoio eleitoral, Dilma deu consecução ao ensaio desenvolvimentista, que teve sua principal expressão na Nova Matriz Econômica, um conjunto de medidas que atendiam a demandas históricas da indústria e enfrentavam interesses do capital financeiro. A realização desse programa, no entanto, levou a uma profunda crise do lulismo, à queda de Dilma e ao avanço de um contrar-reformismo forte que, em meio a uma prolongada instabilidade política, corrói a institucionalidade voltada à efetivação de direitos e à proteção social (Singer, 2018).

A disputa entre diferentes frações das classes dominantes durante os governos Lula e Dilma também está no centro da análise que se contrapõe à frente neodesenvolvimentista, composta pela grande burguesia interna, proletariado e classes populares em apoio aos governos, frente a aliança opositora composta pela burguesia associada ao capital financeiro

internacional e pelas classes médias tradicionais. “O projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna é o projeto que poderíamos denominar neodesenvolvimentista” (Boito Jr, 2012, p. 67-68). Os interesses divergentes entre força hegemônica – grande burguesia interna – e força principal – movimentos operário e popular – no interior da frente gerou “conflitos e instabilidades”, que remontam a interesses por vezes antagônicos. Também houve conflitos “no próprio interior da grande burguesia interna”, como as divergências que opõem interesses da “grande indústria ao sistema bancário nacional”, frações unidas em torno da defesa da “participação dos grupos brasileiros na economia”, porém em posição antagônica no que se refere à política de juros (Boito Jr, 2012, p. 99-100).

Uma leitura alternativa do período é apresentada por Carvalho (2018), que descreve o comportamento dos industriais durante o governo Dilma como reação pragmática ao que consideravam uma gestão incompetente. A presidenta teria adotado uma agenda equivocada em um cenário internacional adverso – estímulo aos investimentos privados por subsídios e desonerações, por exemplo – políticas de alto custo para o Estado e baixa efetividade para a indústria, sobretudo entre os setores mais avançados (Carvalho, 2018). A autora entende que os principais pilares do crescimento econômico dos governos Lula (2003-2010) foram abandonados no mandato de Dilma, de modo que a posição dos industriais deve ser analisada como decorrência do impacto econômico da política adotada (Carvalho, 2018), não por motivações políticas, como em Singer (2015).

Já Martins e Rugitsky (2021) sustentam que a crise brasileira dos anos 2010 esteve relacionada com uma compressão cíclica dos lucros – *profit squeeze* – entre os anos 2009 e 2014, após a longa expansão iniciada em 2003. Considerado “raridade” na periferia do capitalismo, esse fenômeno pode

“ajudar a interpretar a profundidade do colapso que se seguiu”, com consequências políticas e econômicas profundas (Martins; Rugitsky, 2021, p. 11). No entender dos autores, a compressão dos lucros agravou o conflito distributivo e pressionou para baixo os investimentos, dinâmica contraposta pela reivindicação de políticas de austeridade pelas classes dominantes. No final de 2014, a pressão surtiu efeito e Dilma mudou a política econômica, com “contração abrupta dos gastos públicos”, que resultou em “grande queda da atividade econômica” (Martins; Rugitsky, 2021, p. 18). Em linha com tal interpretação, Serrano e Summa (2018) afirmam que, entre 2004 e 2014, houve acirramento do conflito distributivo pela tendência “de os salários reais crescerem continuamente acima do crescimento da produtividade” (Serrano; Summa, 2018, p. 176).

Em diálogo com essas diferentes formulações, este artigo debate se houve mudança de posição política de empresários industriais de dois setores específicos em relação ao governo Dilma ao longo dos anos 2011-2016 e as motivações. Por que o lulismo entrou em crise, após índices recordes de popularidade e a avaliação, pelos industriais, de que o Plano Brasil Maior era “um bom início” (Valor, 2011a)? Neste artigo, buscamos compreender se, e como, a intensificação dos conflitos entre capital e trabalho contribuiu para uma possível mudança de posição política empresarial durante os governos Dilma.

Para isso, expomos alguns dos principais resultados de pesquisas realizadas nas áreas da Construção Civil – subsetor de habitação – e Autopeças, conduzidas em diálogo permanente. A escolha dos casos se fundamentou na importância de ambos na indústria brasileira, conforme exposto acima, e na adoção de políticas específicas de estímulo aos setores pelo governo Dilma, o que será exposto abaixo. Trata-se de um estudo qualitativo, que compreendeu revisão bibliográfica e análise documental sobre a atuação e posicionamento

do empresariado, com levantamento de publicações de agências e associações de classe, além de imprensa tradicional e especializada. Foram também conduzidas, entre 2019 e início de 2020, 17 entrevistas semiestruturadas e em profundidade, com empresários da Construção Civil (11) e Autopeças (6), com o objetivo de construir uma descrição sobre suas visões de mundo e posicionamentos políticos. A isso se somaram pesquisas em bases de dados oficiais, como o Sistema de Contas Nacionais do IBGE. Portanto, foram mobilizadas fontes primárias e secundárias, com análise de material por triangulação de informações obtidas por diferentes fontes (Seawright, 2016), em abordagem diacrônica e adoção dos critérios de plausibilidade e pertinência em contraste com o contexto histórico analisado e literatura disponível (Laperrière, 2008).

Para definir os posicionamentos políticos, buscamos analisar “as características do comportamento social dos industriais e a ‘mentalidade empresarial’ existente”, conformadas em condições específicas “que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica” (Cardoso, 1972, p. 47). Entendemos que, para avançar na análise dos anos 2010, é fundamental discutir as formas como os industriais atuaram, se seus posicionamentos correspondem à hipótese de deslocamento político, e de que modo seu comportamento contribuiu com a intensificação da crise política no país.

Construção civil e Autopeças no ensaio desenvolvimentista

O ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Dilma contemplou os setores de Autopeças e Construção Civil com medidas específicas, construídas em diálogo com empresários e associações de classe. Neste tópico, vamos expô-las, para em seguida apresentar os resultados econômicos das medidas e os posicionamentos empresariais

em relação ao governo, identificados ao longo dos anos por pesquisa documental e entrevistas.

Na construção civil, o conjunto de medidas adotadas nos governos Lula e Dilma engloba a redução de juros para o financiamento habitacional, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), principal política específica para o setor, com R\$ 34 bilhões em subsídios já em 2009, primeiro ano de execução (Fix, 2011, p. 140). A alocação de recursos do Tesouro Nacional para financiamento imobiliário, novidade histórica, ampliou o crescente orçamento na habitação. Houve aumento de recursos destinados pela Poupança, de R\$ 2,2 bilhões em 2003 para R\$ 92 bilhões em 2013, e pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de R\$ 3,4 bilhões em 2003 para R\$ 57,8 bilhões em 2013 (Klintowitz, 2015, p. 238). O crescimento do número de Unidades Habitacionais (UH) financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) no governo Lula também é expressivo: em 2002, foram 25 mil UH, o que correspondeu a R\$ 1,4 bilhão. Em 2008, antes da criação do MCMV, atingiu 280 mil UH, um total de R\$ 25 bilhões (Royer, 2009).

Nessa época, a Casa Civil já era comandada por Dilma, que, no contexto de crise econômica internacional, assumiu posição mais destacada na gestão das políticas econômicas em atuação conjunta com os ministérios da Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão (Loureiro; Santos & Gomide, 2011, p. 70). Sob o comando de Dilma, a Casa Civil estabeleceu uma relação mais próxima com a Construção. **Em março de 2009, a então ministra reuniu grandes empresas do setor**, “tais como Cyrela, Rossi, MRV, WTorre, Rodobens”, para discutir a criação do novo programa para a área, ainda sem o nome de MCMV. “Já se falava na construção de 1 milhão de casas”. Com o aumento da capacidade ociosa das empresas em contexto de crise, “um novo programa habitacional” era visto “de forma muito

favorável pelo empresariado da construção civil que nele encontraria meios de escoar as unidades já em produção e garantir o retorno aos investimentos” (Loureiro; Macário & Guerra, 2015, p. 1539).

Com o MCMV, houve novo aumento significativo do volume de recursos investidos e de unidades contratadas. No Plano Plurianual (PPA) de 2012-15, “dos 26% dos recursos do Orçamento Geral da União alocados para infraestrutura, 32,6% foram destinados à habitação, o que equivale ao montante de R\$ 389,7 bilhões” (Klintowitz, 2015, p. 238). Ressalta-se que o MCMV emergiu “como um programa definido pelo Ministério da Fazenda que estabeleceu as normas de sua regulamentação, a partir de negociações com o empresariado conduzidas pelo secretário executivo, Nelson Barbosa, e executado pela Casa Civil” (Loureiro; Macário & Guerra, 2015, p. 1541).

174

No primeiro ano de governo Dilma, foi lançada a segunda fase do programa, com o anúncio de R\$ 72 bilhões em subsídios. No final de 2011, também houve elevação do teto de incidência de 1% do Regime Especial de Tributação (RET) para os imóveis, que passou de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil, beneficiando a comercialização para baixa renda. “Em 2014, mais de R\$ 240 bilhões já haviam sido investidos na construção de cerca de 2 milhões de unidades; outros 2 milhões de contratos já haviam sido assinados” (Kopper, 2016, p. 186).

Na indústria de autopeças, por sua vez, pode-se dizer que o primeiro ano de mandato de Dilma se inicia com dificuldades. Apesar do aumento no faturamento desde 2009, o setor enfrentava déficits crescentes na balança comercial (Automotive, 2011b), com intensificação da concorrência externa, principalmente da China. As fabricantes de autopeças são classificadas, de acordo com sua posição na cadeia de produção automotiva, em três níveis. O *tier 1*, ou sistemista, é responsável pelo fornecimento

de sistemas automotivos completos. São empresas de alta tecnologia e diretamente ligadas às montadoras. Os *tiers* 2 e 3 produzem, respectivamente, conjuntos (como discos de freio e amortecedores), peças isoladas e materiais (Barros; Castro & Vaz, 2015). As empresas dos níveis 2 e 3, majoritariamente de pequeno e médio porte, eram as mais afetadas pelo crescimento das importações, tendo em vista seu menor grau de tecnologia e produtividade e a maior fragilidade às oscilações nos preços de matérias-primas. Na cadeia automotiva, o pequeno e o médio empresariado estão sob pressão constante, pois têm muitas dificuldades em repassar elevações de custos aos preços dos produtos vendidos às sistemistas e montadoras. Tal condição torna as empresas pequenas e médias mais sensíveis ao conflito distributivo, de modo que a elevação real dos salários pode implicar perdas consideráveis na lucratividade.

Em maio de 2011, o Sindipeças entregou ao governo o documento: *A indústria de autopeças: pressões de todos os lados* (Automotive, 2011c). Nele, a baixa competitividade é identificada como problema central, e seria decorrente dos juros elevados, do aumento dos custos com matéria-prima e energia, da alta carga tributária, dos encargos trabalhistas e do câmbio valorizado. Tais condições pressionavam a rentabilidade, desencorajando novos investimentos e a criação de empregos. As soluções apontadas pelo documento envolviam redução de tributos e encargos sociais, oferta de financiamento competitivo de longo prazo, redução de impostos sobre investimentos e reforço às regras de conteúdo local, com fiscalização mais eficiente. O Sindipeças, como entidade associada à FIESP, participou ainda do documento *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, construído em aliança com os trabalhadores, representados pelos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e do ABC. A coligação também se mostrou

presente na defesa de mudanças nas regras de conteúdo local (Valor Econômico, 2011c).

A resposta do governo Dilma veio em agosto, com o Plano Brasil Maior (PBM). A nova política industrial atendia às demandas, com desoneração de tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre bens de investimento e da folha de pagamentos, substituindo a contribuição patronal ao INSS de 20% da folha pelo recolhimento de 1% sobre o faturamento, e criação do Reintegra, que concedia às empresas restituição parcial ou integral de tributos sobre bens exportados. Além disso, reforçou o conteúdo local dos veículos montados no país, concedendo desconto de 30% no IPI para veículos com índice de nacionalização igual ou superior a 65%. Cabe ressaltar que, até aquele momento, não havia qualquer exigência de localização para além do regime tributário especial de importação e exportação para Argentina, México e Uruguai. Outras medidas, como a redução da taxa de juros, a ampliação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a redução dos custos de energia elétrica, com a MP 579, foram igualmente ao encontro dos anseios do setor.

O governo seguiu em interlocução com os empresários e promulgou, em outubro de 2012, o Decreto 7819, criando o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto). Foi estabelecido um novo regime automotivo, para “criar condições para o aumento de competitividade” (Brasil, 2013a). Vigente entre 2013 e 2017, o Inovar-Auto estabelecia crédito de até 30% do IPI sobre ferramentaria, insumos, engenharia industrial, pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as montadoras que atendessem a requisitos como: (1) realizar, no país, quantidade mínima de atividades fabris, em pelo menos 80% dos veículos produzidos; (2) realizar investimentos no país em tecnologia, pesquisa e desenvolvimento

e capacitação de fornecedores, seguindo um percentual mínimo de receita bruta; (3) atender ao programa de etiquetagem do Inmetro e desenvolver veículos de maior eficiência energética (Brasil, 2012 e 2013b). Segundo Messa (2017), a regra de conteúdo local determinada pelo novo regime correspondia a 66,6% de um automóvel, em 2013, progredindo até 83,3% em 2016. Mais do que isso, o Inovar-Auto veio acompanhado de um novo programa de rastreamento do conteúdo dos veículos montados no país, a fim de fiscalizar o cumprimento das normas para obtenção dos créditos tributários.

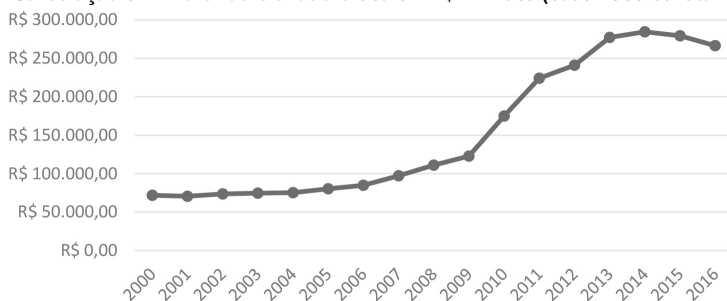
A nova regulamentação tributária para o setor teve como consequência a criação de grande reserva de mercado para as fabricantes de autopeças instaladas no país. O protecionismo foi de tamanha proporção que, em 2016, o Brasil foi condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em processo aberto a pedido do Japão e da União Europeia, sob a alegação de que o Inovar-Auto feria as leis do comércio e afetava as empresas estrangeiras de maneira injusta.

Os resultados econômicos e a intensificação do conflito distributivo

O ensaio desenvolvimentista, apesar de voltado aos interesses dos industriais e formulado em uma lógica de arranjo corporativista, terminou por acirrar as disputas entre empresariado e trabalhadores. Para melhor compreender esse processo, iniciamos a análise a partir dos dados econômicos do período, que apontam para proximidades e diferenças entre os dois setores. Ressalta-se que as medidas econômicas do governo Dilma afetaram de forma distinta a curva de crescimento do valor adicionado da Construção Civil e da Autopeças, setor que enfrentou grandes dificuldades.

Gráfico I

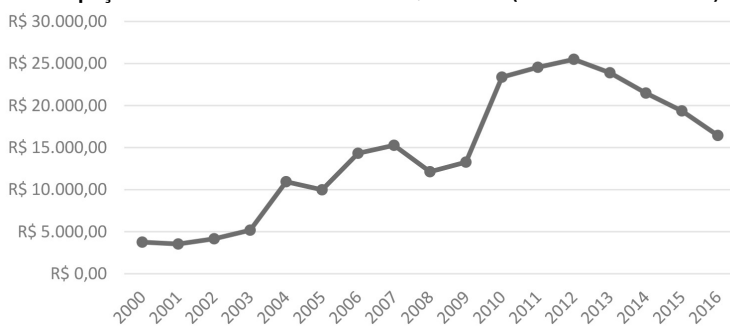
Construção civil: valor adicionado bruto em R\$ milhões (base 2000 constante)



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

Gráfico II

Autopeças: valor adicionado bruto em R\$ milhões (base 2000 constante)



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

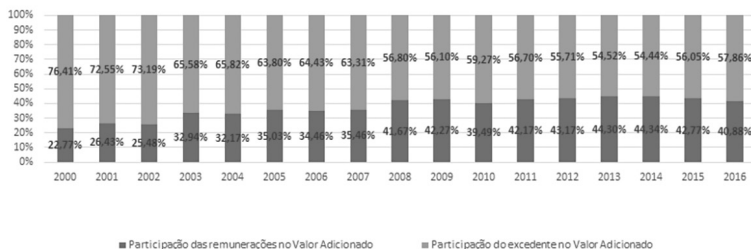
Na Construção Civil, observa-se significativo e contínuo crescimento econômico, sobretudo a partir de 2009, ano com variação positiva de 7%. Mesmo nos anos de maior impacto da crise financeira internacional, 2008-09, o valor adicionado aumenta, com curva positiva acentuada até 2013. A tendência de alta somente se inverteu em 2014, com declínio nos anos subsequentes, porém pouco acentuado. Isso indica que as medidas adotadas nos governos Lula e Dilma de estímulo à construção civil, acima descritas, tiveram impacto positivo no setor, com tendência à estabilidade e leve queda a partir de 2014.

Em Autopeças, a trajetória é distinta. O valor adicionado bruto seguiu em alta nos governos Lula (2003-2010), com média de 7,9% de crescimento ao ano. As fabricantes foram bastante impactadas pela crise financeira internacional, sofrendo uma retração próxima de 16% em 2009. A recuperação, no entanto, foi veloz: em 2010 houve expansão de 27%, atingindo valores absolutos superiores àqueles de 2008. A tendência de crescimento se mantém até 2012, quando se inaugura uma queda contínua e acentuada até ao menos 2016, embora tenha havido leve alta de 1,7% em 2013. Destarte, nota-se que, malgrado todos os esforços concentrados no PBM e, especificamente, no Inovar-Auto, o governo Dilma não foi capaz de solucionar o problema da concorrência externa, o que resultou em contração do setor mesmo no momento de crescimento da economia brasileira. Para analistas, sobretudo os alinhados ao novo-desenvolvimentismo, seria necessária uma desvalorização cambial de maior intensidade, a fim de que se atingisse o equilíbrio industrial, tornando as mercadorias brasileiras competitivas em relação às importadas (Bresser-Pereira; Nassif & Feijó, 2016).

Apesar de distinta, a dinâmica dos setores de Autopeças e de Construção Civil se aproxima no que diz respeito à intensificação do conflito distributivo. Em ambos os casos, houve aumento significativo da participação das remunerações no valor adicionado bruto e forte crescimento do número de greves, atingindo recordes históricos em 2013. No caso específico de Autopeças, o crescimento da participação do trabalho nos rendimentos foi mais acentuado – a tal ponto em que, em 2015, as remunerações corresponderam a quase 100% do valor adicionado bruto – agravando a situação de um setor que, como visto, enfrentava dificuldades.

Gráfico III

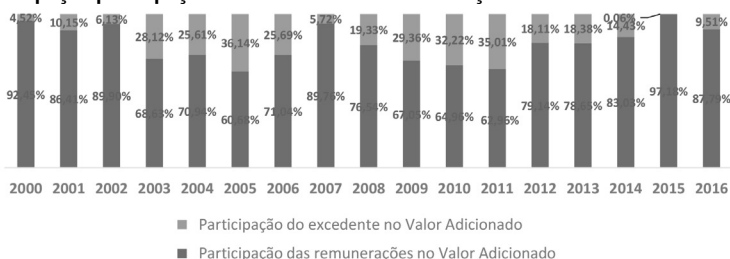
Construção civil: participação do excedente e da remuneração no valor adicionado bruto



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

Gráfico IV

Autopeças: participação do excedente e da remuneração no valor adicionado bruto



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

Os dados referentes à relação entre capital e trabalho na composição do valor adicionado bruto reforçam as diferenças entre os setores aqui analisados. A Construção Civil observa ascensão constante das remunerações, com reversão apenas em 2014. Em 2003, a participação das remunerações no PIB do setor era de 32,94%, número que se elevou para 44,34% em 2014, voltando a cair em 2015 e 2016, mas ainda em patamar muito superior ao verificado no início do século. Ainda que a participação do capital siga predominante, a variação positiva das remunerações é reforçada como hipótese explicativa da mudança de posição empresarial, pois apesar do impacto positivo das medidas adotadas no valor adicionado bruto do setor, parte do crescimento

econômico foi absorvido por ganhos do trabalho, não do capital, o que pode ter elevado a insatisfação empresarial. Como será argumentado adiante, mesmo diante de resposta econômica positiva da Construção às medidas dos governos Lula e Dilma, o fortalecimento político-econômico das classes trabalhadoras no período pode ter dado base material para uma mudança de posição política empresarial.

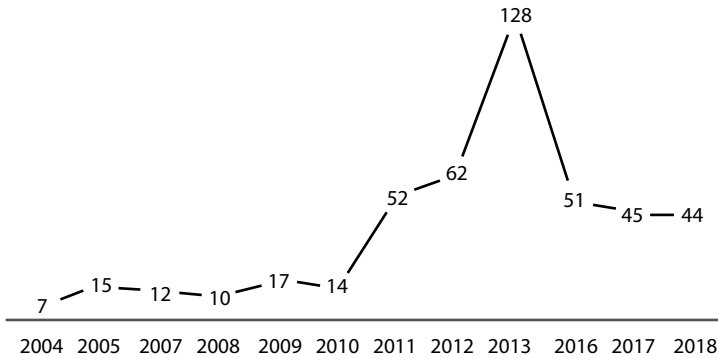
No caso da indústria de Autopeças, as trajetórias de crescimento econômico e a relação entre capital e trabalho no valor adicionado são erráticas, indicando maior influência de fatores exógenos, não decorrentes da política macroeconômica do país, na dinâmica do setor. É importante notar que, no período entre 1996-2016, a balança comercial de Autopeças só foi positiva no primeiro mandato Lula (2003-2006). O cenário externo, associado à política cambial, parece ter efeitos mais intensos no setor nos anos 2010. De acordo com o anuário da Anfavea, a produção de veículos teve queda em 2012, o que foi acompanhado por aumento do déficit da balança comercial. Em 2013, a produção de veículos volta a subir, mas a balança comercial permanece em déficit, com valores semelhantes aos do ano anterior. O setor de Autopeças acompanha tais tendências, com queda no faturamento em 2012 e recuperação em 2013, e seguidos déficits de balança comercial desde 2009. Apesar dos esforços de Dilma em desvalorizar o câmbio como parte da política de estímulo à indústria, o cenário era de alta liquidez monetária internacional e de guerra cambial, o que impactou diretamente o setor, sobretudo pela maior presença de produtos chineses. O documento *Desempenho do Setor de Autopeças 2017*, produzido pelo Sindipeças, mostra que as importações no setor cresceram de US\$ 6,9 bilhões em 2006 para US\$ 13,1 bi em 2015. Em 2006, a China representava 3,3% do total de importações na comparação entre os países de origem, um total de US\$ 228,2 milhões.

Em 2015, a participação chinesa já era de 10,4%, ou US\$ 1.37 bilhões, atrás apenas dos EUA (Sindipecas, 2017).

Os fatores externos ganham predominância no desempenho da indústria de Autopeças e surgem como importantes hipóteses explicativas do deslocamento político empresarial, que serão discutidas em mais detalhes em artigos futuros. No entanto, ressalta-se que justamente nesse cenário o impacto da participação das remunerações no valor adicionado bruto pode ter sido ainda mais intenso na Autopeças. Depreende-se dos dados que as políticas adotadas, apesar de visarem atender aos industriais, terminaram por proteger o trabalho, com poucas contrapartidas de ganho ao capital. Isso explica a trajetória inversamente proporcional entre PIB do setor e participação das remunerações entre os anos de 2012 e 2015: ao mesmo tempo em que o valor adicionado bruto cai, aumenta a participação das remunerações em sua composição. Isso reforça a intensificação dos conflitos distributivos como uma das hipóteses explicativas de mudança de posição empresarial.

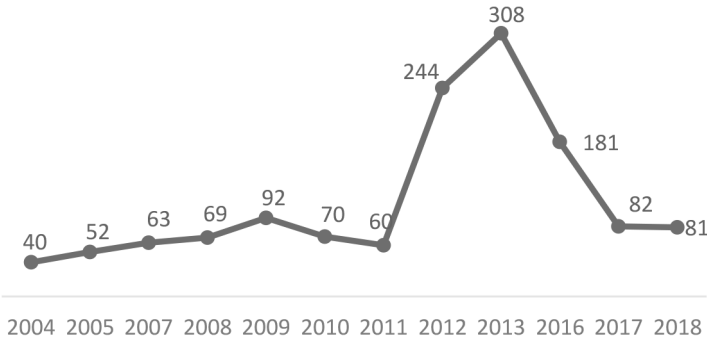
O número de greves no período também indica essa tendência. De acordo com o Dieese, em 2013 houve o maior número de greves na história recente do país, concentradas no setor metalúrgico, mas também observadas na Construção Civil, setor com padrão histórico de organização sindical inferior ao de Autopeças. Apesar de não estarem disponíveis os dados de 2014 e 2015, a evolução dos números aponta a tendência de alta até 2013 e queda a partir de 2014, acompanhando as curvas de crescimento e desaceleração econômicos do país. Há aumento bastante significativo das greves na Construção Civil entre 2004 e 2013, quando, com 128 greves, atingiu-se a máxima no período analisado. O ano é também de alta na participação das remunerações no valor adicionado bruto do setor, e de estabilidade no crescimento total do PIB setorial.

Gráfico V
Construção civil (laranja) e Setor Metalúrgico (azul): número de greves



Fonte: Elaboração dos autores com dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE

Gráfico VI
Construção civil (laranja) e Setor Metalúrgico (azul): número de greves



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do DIEESE

A tendência em ambos é semelhante. No entanto, na metalurgia, o número de greves está em alta mais acentuada em números absolutos, com crescimento abrupto em 2012 e 2013, enquanto na construção civil isso é observado em 2011 e 2013. Assim, o fortalecimento da organização e atuação sindical expresso pelo aumento no número de greves pode explicar o crescimento significativo da participação

das remunerações na relação capital-trabalho mesmo em contexto de dificuldades econômicas do setor de autopeças, o que reitera a hipótese de intensificação dos conflitos distributivos no período.

Apesar das políticas de estímulo à Autopeças, as medidas foram insuficientes em um cenário externo desfavorável e ainda se combinaram a um contexto interno de pleno emprego e elevação salarial que favorecia a posição das classes trabalhadoras. O aumento exponencial do número de greves se dá em um momento em que a indústria perdia competitividade externa, expressa pelo aumento do déficit da balança comercial, e iniciava um ciclo de queda no valor adicionado bruto combinado com aumento da participação das remunerações em sua composição. Como veremos a seguir, tal dinâmica encontra ressonância na visão dos empresários sobre o período, pois estes veem uma relação de representação de classe entre os governos liderados pelo PT e os trabalhadores, e apontam a recuperação da posição anterior do capital em relação ao trabalho como forma de enfrentar uma dupla crise, de quedas de lucro e competitividade.

Do apoio à oposição: o deslocamento político empresarial

A política econômica do início do Governo Dilma foi elogiada pelos empresários dos dois setores analisados, pela atenção às demandas e interlocução permanente na sua elaboração e execução. A partir de 2014-15, houve um progressivo deslocamento, demonstrado pela participação ativa dos empresários na oposição ao governo, concordância com o impeachment, e defesa de uma nova agenda macroeconômica, de ortodoxia fiscal e redução de direitos trabalhistas e sociais.

No primeiro ano de governo, com o lançamento da segunda etapa do MCMV em junho de 2011, o tom empresarial na Construção Civil é favorável e otimista. No dia

seguinte ao anúncio, Rubens Menin, fundador e presidente da MRV, Eduardo Gorayeb, da Rodobens, e Roberto Senna, da Direcional, posicionaram-se em defesa da medida. “Fomos atendidos no que pedimos”, sintetizou Menin (Valor Econômico, 2011b). O ano foi de diminuição das contratações de unidades habitacionais na comparação com 2010 (queda de 718.823 para 508.199), mas os empresários relativizaram o fato, pois o primeiro ano de governo era de ajustes. Também foi elogiada pelo setor a elevação do teto de incidência do Regime Especial de Tributação (RET). Em 5 de dezembro de 2011, Rubens Menin declarou estar “muito otimista” com a mudança na RET (Valor Econômico, 2011d). Dias depois, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC) comemorava o aumento dos financiamentos imobiliários, que alcançaram R\$ 110 bilhões em 2011, impulsionados pelo MCMV. Na mesma reportagem, a MRV afirmou ter multiplicado seu tamanho em 20 vezes na comparação com 2005 (Valor Econômico, 2011e).

Outro aspecto que chama atenção nos primeiros anos de governo Dilma é a preocupação das construtoras em se adequar à legislação trabalhista. Com o aumento das greves e da fiscalização trabalhista, que paralisavam obras pelo país, o presidente da CBIC, Paulo Simão, afirmou que as empresas seriam mais rigorosas na contratação de terceirizadas. Também houve a articulação de uma comissão tripartite para acompanhar o setor e ampliar o diálogo entre empresas, trabalhadores e governo (Valor Econômico, 2011f).

O apoio seguiu nos anos subsequentes. O mesmo Paulo Simão se manifestou de forma favorável ao governo diante do anúncio, em agosto de 2012, do novo pacote de concessões na área da infraestrutura (Valor Econômico, 2012a). Em dezembro, houve nova manifestação positiva, pela decisão de incluir as construtoras na lista de setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento, medida que estimularia contratações. “Saímos de uma ampla

negociação com produtos do Minha Casa, Minha Vida – prazos, preços e viabilização de projetos – e agora ganhamos mais um estímulo com a desoneração da folha” (Valor Econômico, 2012b).

No segundo semestre de 2013, no entanto, o tom mudou. Ao *Valor*, Paulo Simão manifestou preocupação com os impactos das desonerações nas despesas públicas. A expectativa do setor era garantir a terceira fase do programa MCMV², mesmo em um cenário de ajuste. O temor era de que a situação fiscal do país impactasse negativamente os investimentos, com diminuição no ritmo de contratações de unidades habitacionais. O presidente da CBIC cobrava também maior diálogo. “O ambiente para negócios no Brasil está muito ruim. Nossa intenção é aumentar a interlocução com o governo para simplificar as regras, o que ajudaria a diminuir os custos” (Valor Econômico, 2013).

Um ano depois, logo após a reeleição de Dilma, o setor volta a manifestar preocupação com o cenário econômico. “No começo do ano [2015], haverá mais dificuldade em função dos ajustes que serão feitos, mas há possibilidade de recuperação no segundo semestre. Na soma, o mercado imobiliário ficará estável”, afirmou Renato Ventura, diretor-executivo da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). A baixa expectativa para 2015 está relacionada com os números do setor em 2014: “até setembro [2014], o conjunto dos lançamentos das incorporadoras de capital aberto somou R\$ 14,4 bilhões, 11,1% abaixo do acumulado de nove meses de 2013. A queda foi ainda maior se considerado somente o terceiro trimestre, com retração de 30,9%” (Valor Econômico, 2014, acréscimo nosso). No segundo semestre de 2015, o clima já

² O programa foi lançado em 2009, momento considerado fase 1. Em 2011, início do governo Dilma, foi lançada a fase 2, com promessa de construção de 2 milhões de unidades. A fase 3 foi lançada em março de 2016, pouco antes da votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

era de bastante pessimismo. Em 28 de setembro, Rubens Menin afirmou que “esta crise de agora pode ser a maior crise da nossa existência” (Valor Econômico, 2015). Apesar da empresa ter alcançado a receita líquida recorde de R\$ 1,3 bilhão no segundo trimestre daquele ano, Menin não escondia seus temores em relação ao futuro do país. “Ainda estamos descendo a ladeira. Isso é o que me preocupa. Estamos num túnel e ainda não vimos a luz no fim dele” (Valor Econômico, 2015). Para exemplificar, mencionou a aprovação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados que alterava a correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A matéria era considerada uma das “pautas-bombas” do então presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha, pois reduziria os recursos dos programas habitacionais. “Quando vimos, o estrago já estava feito. O governo estava sem capacidade de articulação” (Valor Econômico, 2015).

Nas entrevistas por nós realizadas com empresários da construção civil, o tom que era pessimista na imprensa se torna de forte oposição. Foram entrevistados cinco donos de empresas pequenas (denominados P): 20 a 99 funcionários diretos e faturamento anual entre R\$ 5 milhões e R\$ 20 milhões; três donos de empresas médias (denominados M), 100 a 500 funcionários e faturamento de R\$ 20 milhões a R\$ 300 milhões; dois empresários de grandes construtoras (denominados G), com mais de 500 funcionários e faturamento acima de R\$ 300 milhões; e um presidente de associação empresarial nacional (denominado A). Para definir o porte das empresas, foram adotados critérios do BNDES (faturamento) e do Sebrae/Dieese (número de funcionários). A cada empresário corresponde um número, para diferenciação.

Quadro de entrevistas I
Construção civil

Entrevistado	No de funcionários	Faturamento anual (R\$ mi)	Participa do MCMV?	A favor da saída de Dilma?	Participou de manifestação?
P-1	20	20	Sim	Sim	Sim
P-2	20	-	Não	Sim	Sim
P-3	25	30	Não	Sim	Sim
P-4	20	10	Sim	Não	Não
P-5	42	-	Sim	Sim	-
M-1	180	30,5	Sim	Sim	-
M-2	100	40	Sim	Sim	Sim
M-3	200	100	Sim	Sim	Sim
G-1	Mais de 500	800	Não	Sim	Sim
G-2	Mais de 500	820	Sim	Sim	Não
A-1	-	-	-	-	-

O símbolo (-) significa que o entrevistado não respondeu à pergunta e a informação não foi encontrada em outra fonte.

Fonte: elaborado pelos autores, 2023

Apenas um empresário se posicionou contra a queda de Dilma, e seis deles declararam ter pessoalmente participado de manifestações a favor do impeachment a partir de 2015. Nenhum participou de atos em 2013. Todas as empresas cresceram de 2003 a 2013, e cinco delas foram criadas após 2010. Dessas, duas realizam obras também no MCMV-Entidades, em parceria com o movimento/associação de moradia. Apesar disso, os donos de tais empresas defenderam a saída de Dilma, atribuindo a ela e ao PT as causas da crise, pela “*corrupção*”, “*aumento de gastos públicos*” e “*incompetência*”. Todos os empresários disseram ter sentido os impactos da crise econômica, com diferenças em relação ao momento: 2013, 2014 e 2015, porém com predomínio no final entre 2014 e início de 2015. A empresa de capital aberto perdeu cerca de 70% de seu valor de mercado na bolsa de 2014 a 2019.

O descumprimento de contratos foi a razão atribuída por alguns dos empresários à mudança de porte de suas

construtoras de grande para pequena. “*Em 2014, houve atraso dos pagamentos do governo federal [...], porque começaram os problemas da época Dilma, fiquei três meses sem receber direito*” (P-1). No seu entender, o governo Dilma “*foi catastrófico*”, pois mudou a política econômica de Meirelles, no governo Lula, “*executada à perfeição*”. Em 2010 e 11, era preciso mudar a matriz e parar com o expansionismo de gastos. “*Ia ser doloroso, mas era necessário, se continua a crescer e sendo levado a sério, o investimento externo viria e teria mais credibilidade. Quando não fez isso, o dinheiro acabou, foi farrá de subsídio para todo mundo*”, entende P-1, ressaltando que “*faltou pulso e honestidade*” no governo em diminuir subsídios e contratações. A visão é corroborada por G-2, em razão de Dilma “*ter dado ordem para contratação sabendo que não tinha dinheiro, é irresponsabilidade, prejudicou muito*” (G-2). Para P-1, a “*transparência era zero. No governo Temer, foram transparentes: ‘não tem dinheiro, não tem como assinar, não vamos fazer’*”, diz em tom elogioso, apesar da falta de recursos. No entender dos empresários, o governo FHC “*preparou um bom futuro para o país*”, mas Lula implementou política econômica com base no consumo que “*ao longo do tempo*” **não seria** “*sustentável*” (M-1), em uma conjuntura em que “*ninguém estava olhando pelo lado do empresário*” (P-1).

Desse modo, nas entrevistas, os empresários reforçaram algumas motivações já presentes em declarações na imprensa, como a preocupação com a evolução da situação fiscal do país e o apoio a medidas de austeridade. As visões de que “*não pode gastar o que não tem e de que houve farrá de subsídio pra todo mundo*” apontam para outras hipóteses explicativas do posicionamento político dos industriais, como a hegemonia do setor financeiro sobre o conjunto das classes dominantes (este tema específico é tratado em outro artigo, em fase de revisão por pares). Mesmo aqueles beneficiados pelo direcionamento de recursos estatais entendem que isso traz prejuízos para o conjunto de uma economia dependente da confiança do mercado.

O conflito distributivo emerge nas falas de empresários em referência ao que consideram uma relação de representação entre governos Lula-Dilma e trabalhadores organizados, o que teria trazido insegurança para o investimento. “*Vou querer ter um funcionário nessa época? Quanto custa um funcionário? Qual é o risco de eu ter uma ação trabalhista? No governo Dilma, foi a época que mais teve ação trabalhista, mesmo sem ter razão*” (M-2). A relação de representação seria expressa também pelo MCMV. “*As entidades estavam com todo o poder na época da Dilma, vi entidade ligar para Brasília e falar: libera meu empreendimento. E na semana seguinte o empreendimento dela estava liberado (risos)*” (M-2). Todos os entrevistados apoiaram a reforma trabalhista, pois a legislação até então vigente seria prejudicial à geração de empregos e ao investimento privado. “*Já tive caso de estar tudo certo e juiz falar para mim: “não é melhor fazer acordo, não? Empresa é rica”. Vou falar o que para o juiz?*” questiona (M-2).

190

Com base nessas justificativas, a saída de Dilma foi apoiada pela ampla maioria dos entrevistados, e seis deles disseram ter ido pessoalmente às ruas nos protestos de 2015 e 2016, por entenderem que havia desgaste e incapacidade de governar. **Já Michel Temer é elogiado, sobretudo, pela proposta de Reforma Trabalhista.** “*Apesar de não ser meu preferido, ideologicamente tem algumas coisas que fazem mais sentido*”, diz G-1. Para ele, a legislação trabalhista “*era antiga*”, e a nova proposta aprovada em 2017 produz uma situação de “*ganha-ganha*” entre empresa e trabalhador. “*Para o empresário, a lei estava muito pesada, muita gente operava por fora, na informalidade, então é melhor ter lei mais flexível e que todo mundo se enquadre, do que lei muito rigorosa. Era tão rigorosa que até desincentivava a contratar*” (G-1).

No setor de Autopeças, em 2011 o clima em relação ao governo era semelhante ao da Construção Civil. Paulo Butori, então presidente do Sindipeças, estava otimista com a administração que se iniciava, ainda que “*com cautela*”. Em agosto, destacou a rapidez no anúncio do PBM: “*era preciso acenar com*

uma luz para demonstrar ao mercado que o governo estava atento”. A cautela remontava a um dos fundamentos do programa: “não podemos pensar em aumentar empregos, cujo custo é muito alto, mas em ganhar competitividade fabricando itens de maior valor agregado” (Automotive, 2011a). No ano seguinte, afirmou que a desoneração da folha, luta antiga, permitiria a ampliação de investimentos no parque industrial (Automotive, 2012), melhorando a capacidade, o capital de giro e a competitividade. “O governo está preocupado com a indústria”. Butori confirmou a presença de cinco representantes do Sindipeças no Conselho de Competitividade da Indústria Automobilística, garantindo participação no centro das discussões sobre a indústria automotiva.

A posição favorável seguiu com o lançamento do novo regime automotivo e do programa de rastreamento de componentes, que agradou os empresários. Em 2014, Butori afirmou que a legislação saiu conforme acordado entre entidades e governo, sem “surpresas desagradáveis”. O Inovar-Auto “teve a qualidade de frear esse processo [de importação de automóveis] e as empresas começaram a trazer fábricas para o Brasil”. Ao se referir ao programa de rastreabilidade de componentes, observou que “isso é o resultado que nós colhemos de todo esse processo do Inovar-Auto. Quando nós apertamos, o que saiu de sumo é a rastreabilidade” (Automotive, 2014a, 2014b, acréscimo nosso).

No entanto, em 2015, o tom dos empresários de Autopeças já havia se alterado. O mesmo Paulo Butori passou a criticar o novo regime automotivo, apesar de muitas medidas terem se originado de propostas do próprio Sindipeças. Naquele início de segundo mandato, Butori afirmava que o programa serviu apenas para atrair novas fábricas montadoras ao país, sem qualquer benefício significativo ao setor. Em agosto, o Sindipeças apresentou projeções pouco animadoras. Conselheiro da entidade e presidente da Freudenberg-NOK, George Rugitsky

afirmava que “o inverno que entramos será longo”, fundamentado nas quedas de faturamento das empresas (-18%), de investimentos (-52,9%) e do número de postos de trabalho (-15,3%), em comparação com 2014. As causas foram assim sintetizadas: “enquanto os salários tiveram 100% de aumento real (em 10 anos), a produtividade só cresceu 3%. Não somos contra aumento real, mas é preciso que seja acompanhado pela produtividade” (Automotive, 2015).

Em entrevista por nós realizada em 2019, Butori reafirmou a necessidade do impeachment de Dilma para a retomada econômica do país, ainda que não acreditasse que a presidenta fosse corrupta ou desonesta, apenas incompetente, caracterização frequentemente repetida pelos entrevistados. O dirigente do Sindipeças reiterou o fracasso do Inovar-Auto e que os empresários não foram ouvidos pelo governo para a criação **das políticas, em contradição com as declarações na imprensa. Com o cenário agravado em 2015, de queda na produção de automóveis**, as críticas ao governo e ao ensaio desenvolvimentista se intensificam e o setor passou a compor a frente única burguesa antidesenvolvimentista, a ponto de, em março de 2016, empresários de autopeças defenderem abertamente a queda de Dilma como única solução possível para a retomada de investimentos e do crescimento do país. Ao Valor Econômico, Besalier Botelho, presidente da Bosch na América Latina, defendeu a deposição: “o Brasil não é essa turma que está aí. O Brasil somos nós”. Nelson Fonseca, presidente da Truck & Bus, apontou que o país poderia sofrer uma rápida fuga de empresas e investidores caso a destituição não se efetivasse. O próprio Butori afirmou ter participado das manifestações a favor do impeachment em 13 de março de 2016, na Avenida Paulista, em São Paulo (Valor Econômico, 2016). Tais posições foram reafirmadas nas entrevistas por nós realizadas.

Quadro de Entrevistas II Autopeças³

Entrevistado	Empresa	Número de funcionários	Faturamento anual	Tamanho*	Origem do capital	Transnacional ou nacional
Cláudio Sahad	Ciamet	80	R\$ 20 milhões (2019)	Pequena	Brasil	Nacional
Paulo Butori	Fupresa	280	R\$ 100 milhões (2019)	Média	Brasil	Nacional
Pedro Eberhardt	Arteb	1.200	R\$ 400 milhões (2018)	Grande	Brasil	Nacional
George Rugitsky	Freudenberg-NOK	10.000	R\$ 874 milhões (2018)	Grande	Alemanha	Transnacional
Besalle Botelho	Bosch do Brasil	8.924	R\$ 5,3 bilhões (2018)	Grande	Alemanha	Transnacional
Dan Ioschpe	Ioche-Maxion	7.000	R\$ 9,62 bilhões (2018)	Grande	Brasil	Transnacional

*Critério do Sindipecas, baseado no faturamento. Pequenas: até R\$ 20 milhões; médias, de R\$ 20 a R\$ 65 mi; grandes, acima de R\$ 65 milhões. A Fupresa supera R\$ 65 milhões, mas é classificada como média pelo proprietário. O faturamento elevado se dá principalmente por mais da metade das vendas ser destinada ao mercado externo.

Fonte: elaborado pelos autores

³ No caso do setor de Autopeças, autor e entrevistados acordaram expor os nomes das fontes das entrevistas. No caso da Construção Civil, o acordo foi pelo anonimato. Apesar da discrepância no texto, optamos por manter os nomes no setor de Autopeças, pois pode contribuir com a leitura.

Ressalta-se que os seis entrevistados do setor defenderam a deposição de Dilma Rousseff e apoiaram as reformas promovidas pelo governo Michel Temer e sua *Ponte para o futuro*, notadamente a trabalhista e o teto de gastos. Prevalencia a visão de que tais reformas eram inevitáveis, alinhado ao discurso neoliberal do *there's no alternative* (não há alternativas). Nota-se ainda uma caracterização comum da presidenta como mandatária incompetente, de difícil trato e incapaz de liderar o país. A crise econômica impactou a todos, ainda que de maneira desigual, e teria como causas fundamentais o suposto descontrole nos gastos públicos, elevando sobremaneira a dívida do Estado, e o excesso de corrupção, que teria esvaziado os cofres públicos. O impeachment, considerado legítimo e necessário, teria sua justificativa não nas supostas pedaladas fiscais, mas no “conjunto da obra” do governo e seu impacto negativo sobre a economia. O governo Dilma, apesar de alguns elementos positivos, como a desoneração da folha de pagamentos e a redução do preço da energia elétrica, teria sido desastroso. Não houve reconhecimento da Nova Matriz Econômica e, especificamente, do Inovar-Auto, como políticas alinhadas aos interesses do setor.

O Lula, por ser um metalúrgico [...], tinha muita experiência sobre o setor de autopeças, conhecia profundamente. Eu acho que não tinha nenhum político que conhecia tanto o setor automobilístico como o Lula [...] O segundo mandato dele não foi igual, e aí entrou a Dilma e foi um desastre [...], com falta de experiência. Não vi resultado nenhum na economia, ao contrário, a gente voltou para trás. Pedro Eberhard (relato concedido aos autores).

O Lula, por um tempo, manteve o tripé macroeconômico do Fernando Henrique e, com a crise de 2008, no primeiro instante, eles fizeram política anticíclica, que estava correta. Mas aí migraram pra Nova Matriz, desenvolvimentista e não sei o que lá. Então, aquele começo,

aliado ao boom das commodities, foi ótimo! Dali, com a [política] anticíclica, perdeu a mão. George Rugitsky (relato concedido aos autores, acréscimo nosso).

O conflito distributivo e a necessidade de redução do “Custo Brasil” são mencionados em todas as entrevistas. Como afirma Mancuso (2007), tal pauta mobiliza o empresariado industrial brasileiro desde a década de 1990. Os empresários não viram nas medidas da Nova Matriz uma tentativa de diminuição dos custos de produção industrial. Segundo Eberhardt, a diferença de preço entre seus produtos e os importados chegaria a quase 70%, muito embora, por vezes, a qualidade do componente estrangeiro fosse inferior. A explicação, segundo os entrevistados, está no altíssimo volume e produtividade dos países asiáticos e nos altos custos de produção interna, que envolvem burocracia, tributação, mão de obra, logística e segurança privada e patrimonial.

Hoje, com a importação que está aberta no setor de autopeças, a empresa brasileira, ela não consegue crescer. Ela não consegue. Não que eu defenda só a empresa nacional, mas eu acho que o critério que está sendo usado para importação de produtos aqui é um absurdo. E o que entra de produto aqui de autopeças chinês é uma loucura, subfaturados... Você não consegue competir.
Pedro Eberhardt (relato concedido aos autores).

Nós temos uma coisa chamada Custo Brasil, que está muito acima e totalmente fora das paredes das fábricas. Você, dentro da sua fábrica, do muro para dentro, você pode ser competitivo: do muro para fora, você perde a competitividade! Nós temos aqui impostos muito mais altos do que nossos competidores lá fora, nós temos encargos sociais. Por exemplo, enquanto um trabalhador... No Brasil, você mais que duplica o salário dele com encargos sociais.
Cláudio Sahad (relato concedido aos autores).

Assim, os depoimentos coletados nas entrevistas confluem com a interpretação apresentada acima, relativa aos dados econômicos do setor, pela correlação entre o cenário externo desfavorável e a intensificação do conflito distributivo internamente. Ao mesmo tempo que apontam o déficit comercial em razão da competitividade chinesa, três entrevistados de autopeças relataram que os trabalhadores do setor obtiveram ganhos salariais reais expressivos durante todo o primeiro mandato de Dilma, porque havia pleno emprego e a demanda estava em alta. Prevalencia igualmente a avaliação de que os governos do PT eram representantes dos trabalhadores e sindicatos, o que teria lhes fortalecido significativamente, favorecendo as greves e a “bagunça”.

*O sindicato dos trabalhadores daqui é da Força Sindical, que é um sindicato já menos radical, a CUT é mais radical. Agora, eu percebo que, não só no governo Dilma, mas pegando todo o governo do PT como um todo, os sindicatos adquiriram um poder muito grande, muito maior do que eles tinham antes e do que eles passaram a ter depois, o que acabou se refletindo no custo da mão de obra. Por causa do poder que eles [sindicatos] ganharam, eles conseguiram negociar os dissídios, todos os anos, com percentuais de ganho real, coisa com a qual eu não concordo. Eu acho que o dissídio coletivo, ele existe pra você repor poder de compra do salário, entendeu? O dissídio coletivo existe pra isso, não é pra você dar aumento real, o aumento real você dá através de promoção, certo? Você dá um aumento real para o funcionário por merecimento, é meritocracia! E o que eles fizeram? Quer dizer, pela força que eles adquiriram, teve ano que eles conseguiram aumento real de 4% no salário! [...] Não teve correspondente na produtividade, lógico que não! Ou seja, saiu da rentabilidade das empresas, diminuiu a competitividade das empresas. [...] Foi assim que o Brasil deixou de ser um país de baixo custo! Em dez anos o Brasil... O Brasil era um país de baixo custo salarial. **Cláudio Sahad (relato concedido aos autores).***

[questionado se os aumentos salariais impactaram a empresa] *impacta, sempre impacta, sempre impactou [...]* Hoje não, hoje a coisa está mais moderada, mas tanto na época do Lula quanto na época de Dilma impactou muito [...]. Teve muito **[movimentos grevistas]** [...]. Teve muito, e depois caiu. Mas hoje o pessoal é muito mais sensato, de ambos os lados, tá? Agora também o sindicato teve um problema: o imposto sindical caiu, né? Então isso aí [...] Hoje a arrecadação deles é muito menor. [...] Então hoje é um problema muito sério pra eles, eles não têm mais aquela força que tinham, entendeu? Mas o sindicato de São Bernardo, hoje, dos metalúrgicos, é o mais sensato do Brasil. [...] Amadureceram **[os sindicatos]** também, né? Amadureceram, o sindicalista amadureceu, e também hoje o problema do desemprego é uma coisa muito séria. Então, não estão com aquela bagunça que havia de greves, não sei o que, aquele negócio todo. **Acabou!** **Pedro Eberhardt (relato concedido aos autores).**

O diagnóstico apresentado nas falas dos entrevistados indica não apenas o acirramento do conflito distributivo e o fortalecimento da classe trabalhadora durante os governos do PT, especialmente ao longo do governo Dilma, como também o resultado da política econômica de austeridade e das contrarreformas, iniciadas pela própria presidenta em 2015 e aprofundadas por Michel Temer, no que diz respeito ao enfraquecimento dos trabalhadores e à interrupção do processo de ganhos salariais que vinha ocorrendo desde o primeiro mandato de Lula. Ainda que de maneira lenta e gradual, o lulismo, acelerado por Dilma em seu ensaio desenvolvimentista, parece ter tocado em pontos sensíveis da formação social brasileira, especialmente no que diz respeito à grande massa de trabalhadores na condição de reserva de mão de obra (Singer, 2018).

Cabe assinalar a presença, nos diferentes depoimentos, de um forte discurso ideológico alinhado ao setor financeiro e ao pensamento neoliberal, sobretudo no que diz respeito à necessidade de austeridade e de redução do

Estado – neste caso, ao modo da classe média tradicional, a corrupção aparece como uma das possíveis justificativas. Todos os empresários entrevistados da Construção Civil e de Autopeças alimentam a expectativa de que medidas como a reforma trabalhista, a reforma da previdência e o teto dos gastos, levariam a um novo ciclo de crescimento de longo prazo e estimulado pela diminuição dos custos de produção. Nota-se que a agenda político-econômica dos empresários sofreu significativa mudança em um período relativamente curto de tempo. É ilustrativo, neste caso, que a defesa de uma fiscalização mais rígida das condições de trabalho na construção civil tenha sido substituída por um programa de flexibilização da legislação trabalhista.

Ao mesmo tempo, os empresários entrevistados não reconhecem uma correspondência entre a condução do ensaio desenvolvimentista e seus interesses. Pelo contrário, há uma visão de que os governos petistas representavam os interesses das classes trabalhadoras, que teriam aumentado seu poder no período. Nesse sentido, o realinhamento em torno de uma agenda de redução de direitos se colocou para as classes dominantes como caminho de superação da crise, pelo entendimento comum da necessidade de diminuição dos custos do trabalho para recompor as margens de lucro.

Como já indicado ao longo do texto, os casos possuem dinâmicas político-econômicas distintas, e algumas proximidades no plano do discurso empresarial. A construção civil, em termos econômicos, teve ganhos expressivos decorrentes de políticas governamentais como o MCMV. Os impactos da crise de 2008 foram rapidamente superados e a queda no PIB do setor pós-2014 é leve. Na medida em que houve aumento da participação das remunerações no valor adicionado bruto e o discurso empresarial enfatiza a noção de representação política entre classes trabalhadoras e governos liderados pelo PT, entendemos que o caso confirma a hipótese de intensificação dos conflitos distributivos como

uma das motivações do deslocamento político empresarial no período. A ela devemos acrescentar outras hipóteses a serem trabalhadas em artigo específico sobre a construção civil, como o avanço do processo de financeirização da habitação no Brasil nos anos 2000 e possíveis impactos negativos no setor de uma política fiscal expansionista.

No setor de Autopeças, também é preciso fazer referência a outras hipóteses explicativas, sobretudo relacionadas ao impacto da expansão da participação da indústria chinesa na economia nacional. Apesar de alinhadas com as demandas dos empresários, as medidas econômicas adotadas não lograram promover crescimento econômico do setor, o que aponta para dificuldades estruturais de promoção da industrialização nacional em contexto de avanço neoliberal no plano internacional. Ainda assim, o aumento significativo do número de greves e da participação das remunerações na composição do valor adicionado bruto no setor, indica que as medidas adotadas fortaleceram a posição político-econômica das classes trabalhadoras no período. Ainda que com uma dinâmica distinta em relação à Construção Civil, é possível dizer que, também na indústria de Autopeças, o conflito distributivo se afirma como uma das hipóteses explicativas do deslocamento político empresarial desde o apoio às medidas iniciais de Dilma até uma oposição ativa. Da mesma forma, trabalhos futuros devem explorar temas como integração da indústria brasileira nas cadeias globais de valor e as diferenças de interesses intrasetor, entre pequenas, médias e grandes empresas, como hipóteses explicativas do comportamento político dos empresários de Autopeças.

Considerações finais

As pesquisas sobre o comportamento político empresarial nos setores da Construção Civil e Autopeças indicam um deslocamento político do empresariado industrial

nos anos 2010, desde manifestações públicas favoráveis às medidas econômicas adotadas por Dilma e participação de empresários em sua elaboração e execução, no início da década, em direção à forte oposição, sobretudo no segundo mandato de Dilma, o que embasa a hipótese de formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista (Singer, 2018). Na imprensa, o tom favorável se desloca para uma abordagem pessimista a partir do final de 2013 e, sobretudo, em 2015. Nas entrevistas, o posicionamento é mais explícito: aquilo que aparece como pessimismo na imprensa é declarado como oposição aberta e defesa do impeachment da presidenta. Além disso, há um explícito alinhamento com um programa econômico de ortodoxia fiscal e redução de direitos.

Com base nos resultados, é possível reafirmar a intensificação dos conflitos distributivos como uma das hipóteses explicativas de tal deslocamento (Martins e Rugitsky, 2021; Singer, 2018; Serrano e Summa, 2018). A política econômica de Dilma promoveu, além de crescimento salarial, o pleno emprego, que pode ter retirado das mãos do empresariado um importante instrumento de controle político-econômico sobre as classes trabalhadoras, qual seja, a ameaça de desemprego (Kalecki, 1943). Com isso, houve aumento do número de greves no país e da participação das remunerações do trabalho na composição do PIB, em cenário de diminuição ou mesmo reversão da curva de crescimento econômico.

Os dados econômicos do período dão fundamentação material às impressões dos empresários de que os governos liderados pelo PT, sobretudo o primeiro mandato de Dilma, fortaleceram a posição das classes trabalhadoras na relação com o capital. Isso está presente na Construção Civil, e é mais acentuado na Autopeças. Os dados também reforçam o argumento de Carvalho (2018) de que medidas adotadas no governo Dilma, como a desoneração, não resultaram em crescimento econômico dos setores pesquisados,

de modo que as relações entre economia e política no comportamento político empresarial devem ser investigadas em trabalhos futuros e que contemplem outros setores. Assim, ressalta-se que a ampliação do escopo da pesquisa para a indústria como um todo seria fundamental para o debate das hipóteses aqui levantadas: se houve deslocamento político no período, quais seriam as motivações, e o grau de unidade das variadas frações de classe no processo de impeachment e no período subsequente.

Com base nesta pesquisa, pode-se afirmar que a decorrência inesperada das medidas adotadas por Dilma foi um deslocamento econômico em favor das classes subalternas, ao que correspondeu uma reação das classes dominantes. Isso conformou novas relações de hegemonia, de unidade entre as distintas frações de classe burguesa em favor da deposição do governo. Ao dar consequência a um programa econômico que atendia interesses imediatos das forças empresariais, o governo Dilma produziu como efeito inesperado uma profunda instabilidade política e social, sendo o acirramento do conflito distributivo uma de suas expressões.

Diante da ascensão das classes trabalhadoras, o empresariado tende a priorizar a recuperação de sua posição de controle político-econômico sobre o corpo social. O crescimento e o pleno emprego dependem de condições políticas, da disponibilidade de investir dos detentores do capital, de sua confiança, expressa nas exigências de rendimento e expectativas de lucro, e na avaliação geral sobre a segurança da economia capitalista (Kalecki, 1943). Talvez o lulismo tenha encontrado, por pouco tempo, nossa fórmula da paz, que por cerca de dez anos promoveu crescimento econômico com redução da desigualdade social em um arranjo político conciliatório das forças fundamentais que estruturam a sociedade. Assim como na “Revolução Neoliberal” iniciada nos anos 1970 frente ao Estado de bem-estar europeu, o horizonte de fortalecimento estrutural

das classes trabalhadoras (Streeck, 2018) produziu a busca, pelo capital, da retomada do controle sobre o funcionamento de todo o sistema econômico, a ser progressivamente protegido das intervenções sociais, na consecução de uma agenda ininterrupta de redução de direitos dos trabalhadores.

Ao direcionar o olhar para a relação capital-trabalho em dois setores específicos da indústria, também buscamos contribuir com a discussão teórica corrente sobre as relações de classe nos governos do PT e a crise do lulismo, o que igualmente demanda pesquisas futuras. Políticas direcionadas a setores como Construção Civil e Autopeças e as consequências positivas na relação capital-trabalho podem ser expressões daquilo que Singer (2018) categoriza como um deslocamento do lulismo “para um pouco mais perto do reformismo forte” (Singer, 2018, p. 12), o que acirrou os conflitos distributivos entre frações de classe que lhe davam sustentação. A discussão também está presente em Boito Jr. (2012, p. 72), que aponta para a precariedade da unificação de diferentes forças no interior da frente neodesenvolvimentista, em parte decorrente da insatisfação dos movimentos populares e sindical com os “limites desse projeto de desenvolvimento” (Boito Jr, 2012, p. 72). A dinâmica dos dois setores analisados mostra possível aprofundamento do desajuste entre a força hegemônica (nos termos do autor, a grande burguesia interna), e a força principal (movimentos operário e popular), o que levou ao acirramento das disputas em temas como gasto público e reajuste do salário-mínimo.

O comportamento pendular do empresariado (Cardoso, 1972), a fragilidade de sua organização política, a mudança constante dos posicionamentos e a complexidade dos interesses envolvidos tornam fundamental o debate sobre como se formam e quais são as frações das classes dominantes brasileiras. A análise de Singer (2015) privilegia a diferença de interesses entre setores industrial e rentista; a de Boito Jr.

(2012) prioriza as diferenças de posição que assumem em relação ao capital estrangeiro. No entanto, outras condições influem na formação de interesses políticos e econômicos dos empresários, tais como o processo de financeirização, o porte das empresas, a transnacionalização da economia e as ideologias e mentalidades prevalentes. Disso decorre a importância de investigações futuras sobre condição e posição de classe das burguesias, e o comportamento dos empresários e de suas entidades representativas no Brasil.

Bibliografia

- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2011a. Paulo Butori demonstra otimismo, mas com cautela. *Automotive business*, São Paulo, 22 ago. 2011.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2011b. Balança comercial de autopeças no vermelho. *Automotive business*, São Paulo, 10 fev. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3hXTztG>.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2011c. Sindipeças levanta problemas e pede soluções para o setor. *Automotive business*, São Paulo, 03 jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/33gmp4x>.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2012. Sindipeças: carro brasileiro tem de ter conteúdo local. *Automotive Business*, São Paulo, 09 abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Pff2C2>.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2014a. Sindipeças comemora regulamentação do Inovar-Auto, *Automotive Business*, São Paulo, 30 set. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2PkjZok>.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2014b. Sindipeças comemora nova regulamentação do Inovar-Auto. *Automotive Business*, São Paulo, 30 set. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3NiBcBJ>.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2015. “Inverno será longo”, prevê o Sindipeças. *Automotive business*, São Paulo, 17 ago. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3k4o8jk>.
- AUTOMOTIVE BUSINESS. 2016. Inovar-Auto é ilegal, determina OMC, *Automotive Business*, São Paulo, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3k6Dsfm>.
- BARROS, Daniel Chiari; CASTRO, Bernardo Hauch Ribeiro de; VAZ, Luiz Felipe Hupsel. 2015. Panorama da indústria de autopeças no Brasil: características, conjuntura, tendências tecnológicas e possibilidades de atuação do BNDES. *BNDES Setorial*, n. 42, p. 167-216.

- BOITO JR, Armando. 2012. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR. Armando; GALVÃO. Andréa (org.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda. p. 69-106.
- BRASIL. 2012. *Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012*. Regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR-AUTO, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, na hipótese que especifica. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- BRASIL. 2013a. *Sistema de Acompanhamento do Inovar-auto*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- BRASIL. 2013b. *Decreto nº 8015, de 17 de maio de 2013*. Altera o Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, que regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e os arts. 5º e 6º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Brasília, DF: Congresso Nacional.
- BRASIL. 2014. *Comitê Gestor do PAC*. 11º Balanço do PAC2 – set/dez. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. 2016. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3, p. 493-513. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v36n03a03>.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 1972. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- CARVALHO, Laura. 2018. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 2011. *Brasil do diálogo, da produção e do emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego*. São Paulo: FIESP.
- FIX, Mariana de Azevedo Barretto. 2011. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Campinas: Unicamp.
- KALECKI, Michael. 1943. Political Aspects of Full Employment. *Political Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-330. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.1943.tb01016.x>.
- KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti. 2015. *Entre a Reforma Urbana e a Reforma Imobiliária: A coordenação de interesses na política*

- habitacional brasileira nos anos 2000. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo. São Paulo: FGV.
- KOPPER, Moisés. 2016. Minha Casa, Minha Vida: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 45, p. 185-215.
- LAPERRIÈRE, Anne. 2008. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinicius; GUERRA, Pedro Henrique. 2015. Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 6, p.1531-1554. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612135238>.
- LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira; GOMIDE, Alexandre de Ávila. 2011. “Democracia, arenas decisórias e política fiscal no governo Lula”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 76, pp. 63-76.
- MANCUSO, Wagner Pralon. 2007. *O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Edusp.
- MARTINS, Guilherme Klein; RUGITSKY, Fernando. 2021. The Long Expansion and the Profit Squeeze: Output and Profit Cycles in Brazil (1996–2016). *Review of Radical Political Economics*, v. 53, n. 3, p. 373–397. DOI: <https://doi.org/10.1177/0486613420982083>.
- MESSA, Alexandre. 2017. Impacto de políticas de exigência de conteúdo local: o caso do programa Inovar-Auto. In: MESSA, Alexandre; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado (org.). *A política comercial brasileira em análise*. Brasília, DF: IPEA. p. 355-373.
- ROYER, Luciana. 2009. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP.
- SEAWRIGHT, Jason. 2016. *Multi-Method Social Science. Combining Qualitative and Quantitative Tools*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. 2018. Conflito distributivo e o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira. *Novos estudos*, v.37, n.2, p. 175-189. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800020002>.
- SINDIPEÇAS; ABIPEÇAS. 2018. *Desempenho do setor de autopeças 2018*. São Paulo: SINDIPEÇAS.
- SINDIPEÇAS. 2017. *Desempenho do Setor de Autopeças 2017*. São Paulo: Sindipeças.

- SINGER, André. 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SINGER, André. 2015. “Cutucando onças com varas curtas”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 34, n. 2, pp. 39-67. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201500020004>.
- SINGER, André. 2018. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- STREECK, Wolfgang. 2018. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo.
- VALOR ECONÔMICO. 2011a. Para Fiesp, Plano Brasil Maior é “início correto”. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 ago. 2011. Disponível em: <http://glo.bo/3uMlloF>.
- VALOR ECONÔMICO. 2011b. Subsídio do Minha Casa 2 vai a R\$ 72,6 bi. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2EEemDI>.
- VALOR ECONÔMICO. 2011c. Setor de peças e metalúrgicos querem mudar conteúdo local. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3i1H54c>.
- VALOR ECONÔMICO. 2011d. MRV decide por desconto após mudança em imposto. *Valor Econômico*, São Paulo, 05 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3jYJn5Y>.
- VALOR ECONÔMICO. 2011e. Moradia popular sustenta expansão. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Dv6HaC>.
- VALOR ECONÔMICO. 2011f. Construtoras serão mais rigorosas para contratar terceiros. *Valor Econômico*, São Paulo, 10 mai. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3i4a7R0>.
- VALOR ECONÔMICO. 2012a. Pacote pode atrair novos investidores. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 ago. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/2PmoBPu>.
- VALOR ECONÔMICO. 2012b. Fazenda desonera folha da construção civil. *Valor Econômico*, São Paulo, 05 dez. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/2Pfl0Au>.
- VALOR ECONÔMICO. 2013. Setor da construção quer garantir o Minha Casa 3. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/30nNrEY>.
- VALOR ECONÔMICO. 2014. Mercado pode encolher em 2015. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/30jN1zw>.



VALOR ECONÔMICO. 2015. Momento é muito difícil para o setor, diz dono da MRV. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 set. 2015.

Disponível em: <https://glo.bo/30jN1zw>.

VALOR ECONÔMICO. 2016. Em crise, indústria de autopeças defende destituição. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 mar. 2016. Disponível em:

<https://glo.bo/3gnb7Pr>.





VIGIANDO O PROTESTO: RECONFIGURAÇÕES DAS TÁTICAS POLICIAIS DE CONTROLE AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014¹

Eduardo Georjão Fernandes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade
Vila Velha. Vila Velha, ES, Brasil. E-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com

Orcid: 0000-0002-0307-3550

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-209245/120>

Introdução

O policiamento a eventos de protesto tem sido, ao menos desde o ciclo de protestos de 2013, objeto de controvérsias no debate público nacional. Embora a história das interações entre forças policiais e movimentos sociais no Brasil seja marcada pelo caráter confrontacional, o ano de 2013 marca a ampla divulgação da faceta mais visível do confronto político nas ruas das principais cidades do país. Naquele período, a emergência da ação de grupos identificados com as táticas *black bloc* levantou discussões acerca da legitimidade do uso da ação direta disruptiva como forma

¹ Agradeço às pareceristas da revista *Lua Nova* pelos comentários ao texto. O artigo baseia-se na pesquisa realizada para a elaboração da tese “Entre ruas, câmeras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)”, de Eduardo Georjão Fernandes, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2020. A tese recebeu a menção honrosa para teses em ciências sociais no Concurso Brasileiro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais – Edição 2021.

de ativismo. Por outro lado, a repressão policial tornou-se pauta dos próprios protestos, e diversas violações do direito ao protesto foram documentadas: a falta de identificação dos agentes policiais nas ruas, o uso desproporcional da força, o recurso a detenções arbitrárias etc. (Artigo 19, 2014).

No ano seguinte, o Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol Masculino. O evento foi marcado tanto por um conjunto de protestos contrários à sua realização quanto pelo alto investimento em equipamentos de segurança. Entre 2011 e 2016, por exemplo, mais da metade dos recursos da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) direcionou-se à criação dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), centros que utilizam novas tecnologias para controle sobre o espaço e integração entre órgãos de segurança pública, nas cidades que sediaram jogos da Copa do Mundo.² Tais centros foram mobilizados para o controle a eventos de protesto durante a Copa (Maciel e Machado, 2021; Machado, Maciel e Souza, 2021).

Esses aspectos apontam para a centralidade da interação entre ação coletiva e ação repressiva nas arenas do confronto político, tanto no âmbito extra institucional – ou seja, nas ruas – quanto nos gabinetes da política institucional. A emergência do debate público sobre policiamento a protestos tem sido incorporada pela literatura nacional sob diversos ângulos.

Ao dialogar centralmente com os estudos que buscam entender como as características institucionais e culturais das forças policiais impactam o policiamento a protestos, identifiquei que um aspecto ainda pouco estudado pela literatura nacional são os efeitos que a incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelas forças policiais produz no controle aos movimentos sociais e aos eventos de protesto. Os efeitos das TIC, em especial a amplificação do uso das redes sociais (Facebook, Instagram,

² Cf.: <http://apublica.org/vigilancia/vigilancia-em-numeros/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

Twitter), têm sido estudados para entender os diferentes aspectos de organização, disseminação e promoção da ação coletiva (Bennett e Segerberg, 2012), mas pouco se sabe a respeito dos impactos das TIC para a repressão e o controle dos movimentos sociais e dos eventos de protesto. Além disso, a literatura dos movimentos sociais, quando analisa a repressão policial, tende a abordar as táticas mais visíveis, como episódios de violência policial, detenções e o uso de armamento menos letal, relegando as táticas de vigilantismo a segundo plano (Cable, 2017; Earl, 2004).

Essas questões apontam para a importância de pesquisas que abordam como as TIC têm sido mobilizadas como forma de vigilância policial aos movimentos sociais, aos eventos de protesto e à ação coletiva contestatória de modo geral. Frente a tal lacuna, este estudo busca explicar, a partir do caso empírico do policiamento a protestos em Porto Alegre durante a Copa do Mundo de 2014, como a incorporação das TIC compõe e/ou transforma as táticas policiais de vigilância à ação coletiva.

O artigo está assim subdividido: na próxima seção, apresento o debate da literatura sobre táticas de vigilância e policiamento ao protesto; em seguida, descrevo os procedimentos metodológicos da pesquisa; na seção posterior, apresento a análise empírica; a seguir, sintetizo a discussão, relacionando a empiria com o referencial teórico; por fim, as considerações finais resumem os principais resultados da pesquisa.

Da infiltração à vigilância digital: as táticas policiais de vigilância à ação coletiva

A vigilância pode ser definida como “qualquer recuperação e processamento de dados pessoais, seja identificável ou não, para os propósitos de influenciar ou gerenciar aqueles cujos dados foram recuperados” (Lyon, 2001, p. 2). Dado que o exercício do ato de vigiar pressupõe o acesso a recursos e técnicas cuja distribuição tende a ser desigual

entre atores e grupos sociais, a vigilância geralmente envolve relações assimétricas de poder (Foucault, 2002; Fuchs, 2011). As pesquisas dedicadas a compreender os fenômenos ligados a essas relações têm sido abarcadas sob a expressão: estudos em vigilância (Ball e Haggerty; Lyon, 2001, 2007 2012).

Historicamente, a vigilância é uma das formas sutis e pouco visíveis de controle social à ação coletiva. As pesquisas pioneiras da literatura sobre vigilância e movimentos sociais preocuparam-se com a tática da infiltração, uma forma mais tradicional e menos dependente do uso de novas tecnologias. Os trabalhos de Gary T. Marx (1974, 1979, 1988), por exemplo, analisam o papel dos agentes provocadores e dos informantes estatais na relação com movimentos sociais, mapeando as características desses atores, suas motivações e seus dilemas, bem como as respostas de movimentos sociais à infiltração. Cunningham (2004) estuda a ação do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) no desenvolvimento do *counterintelligence program* (COINTELPRO), um programa de contrainteligência direcionado ao controle de grupos ativistas no Estados Unidos entre 1956 e 1971. O autor identifica diversas funções executadas pela infiltração, como a criação de uma imagem pública negativa do movimento, a quebra da organização interna das organizações de movimento social e a criação de dissenso entre grupos ativistas.

Enquanto a infiltração não necessariamente depende da mobilização de tecnologias digitais, o período recente, identificado por Marx (2002, 2012) como de nova vigilância, é marcado pela proliferação de aparatos tecnológicos (TIC), os quais diminuem consideravelmente os custos do controle social da ação coletiva (Earl, 2011). No contexto do século XXI, em especial com a difusão dos protestos vinculados ao Movimento por Justiça Global,³ algumas pesquisas

³ O Movimento por Justiça Global (Global Justice Movement) é uma série de eventos de escala global, conectados pela oposição às grandes corporações comerciais e por reivindicações direcionadas a uma distribuição mais igualitária dos

têm abordado a relação entre TIC, controle social e ação coletiva. O foco central dessas pesquisas é análise do uso de novos aparatos tecnológicos pelas forças policiais, desde *drones* a redes sociais. Essas transformações no repertório de ação policial, qualificadas por Cable (2017, p. 197) como “vigilância digital”, têm sido identificadas sob duas dimensões centrais: uma, relativa à temporalidade; outra, relativa à visibilidade.

A dimensão da temporalidade diz respeito à reflexão sobre como a incorporação das TIC pelas forças policiais impacta o tempo de execução das ações de controle sobre ativistas, manifestantes e protestos e sobre quais são as implicações dessas mudanças para a ação coletiva contestatória (Binder, 2016; Dencik, Hintz e Carey, 2018; Perry *et al.*, 2013). O principal argumento dessa literatura é de que as ações mais tradicionais de controle tendem a ser reativas (por exemplo, o uso de armamento menos letal e/ou de detenções para dispersão de um protesto), enquanto a incorporação de TIC amplia a possibilidade de um policiamento antecipatório ou preditivo (Binder, 2016; Dencik, Hintz e Carey, 2018). Assim, parte da ação policial se concentraria sobre os atos preparatórios do protesto, com a ampliação das possibilidades de coleta de informações sobre quem são os ativistas, quais suas reivindicações, qual o planejamento para a realização de um evento de protesto etc. O uso das tecnologias, nesse sentido, conferiria vantagens táticas às forças policiais por meio da possibilidade de antecipação à ação dos manifestantes.

Dencik, Hintz e Carey (2018), por exemplo, analisam o uso de redes sociais e grandes bases de dados (*big data*) pela polícia do Reino Unido para produção de um policiamento mais proativo do que reativo, focado em prever a ocorrência

recursos econômicos. A “batalha de Seattle” de 1999, um protesto contra reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) no qual houve um intenso confronto entre forças policiais e manifestantes, é considerado o evento inaugural desse ciclo.

e as características de eventos de protesto. No mesmo sentido, Binder (2016) analisa a influência das redes sociais no policiamento a protestos e afirma que esse processo de incorporação de novas tecnologias tende à configuração de um “policiamento preditivo”. Este pode ser definido como “a aplicação de técnicas analíticas – particularmente técnicas quantitativas – para identificar alvos prováveis para intervenção policial e prevenir crimes ou resolver crimes passados realizando previsões estatísticas” (Perry *et al.*, 2013, p. 1).

Um segundo argumento articulado à questão da temporalidade é de que, para atuar de forma antecipada, os agentes policiais mobilizariam estereótipos sobre “bons” e “maus” manifestantes (Della Porta e Atak, 2015; de Fazio, 2017), priorizando a coleta seletiva de informações sobre ativistas classificados como potencialmente perigosos. O policiamento preditivo mobiliza dados disponíveis, o conhecimento sobre eventos históricos e as características dos manifestantes para prever a possibilidade de ocorrência de protestos ou de atos violentos durante uma manifestação (Binder, 2016). Essa avaliação preditiva, assim, recorrentemente é atravessada pelos vieses prévios dos agentes de controle, o que pode reforçar um policiamento seletivo baseado em estereótipos, reforçando a criminalização de determinados grupos (Dencik, Hintz e Carey, 2018).

Sobre a dimensão da visibilidade, o principal argumento da literatura é de que a incorporação das TIC nas operações policiais forneceria, em relação às táticas tradicionais, possibilidades ampliadas de coleta de informações sobre ativistas, manifestantes e eventos de protesto. Enquanto a infiltração considerada tradicional envolve um intenso trabalho de construção de relações e coleta não sistemática de informações, as tecnologias envolvem possibilidades como o acesso a fontes de dados abertos (principalmente as redes sociais digitais) e o uso de softwares para sistematização da coleta de dados. As tecnologias, nesse aspecto, forneceriam

vantagens táticas às forças policiais, dado que as instituições estatais tenderiam a acessar mais recursos tecnológicos em relação aos ativistas e às organizações de movimentos sociais, reforçando assim uma assimetria nas relações de poder entre esses atores.

Um segundo argumento é de que, enquanto as ações policiais tradicionais (por exemplo, uso de armamento menos letal) são mais visíveis e, portanto, mais passíveis de críticas e sujeitas ao controle social, as táticas de vigilância pelo uso de tecnologias recorrentemente são operadas de forma pouco transparente. Esse caráter opaco do uso das tecnologias pelas forças policiais dificultaria o controle da legalidade dessas ações (Artigo 19, 2017).

Sobre a dimensão da visibilidade, Brighenti (2010, pp. 148-149) afirma que a vigilância é baseada em um “esforço para alcançar e subsequentemente gerenciar, em uma forma de rotina, a visibilidade de várias identidades, condutas e eventos em benefício do agente ou agência que promove a atividade de vigilância”. Nesse sentido, plataformas sociais digitais, quando se constituem como fonte de coleta informações por forças de segurança, podem se tornar um espaço de securitização, ou seja, um espaço permeado pela lógica da ordem e da punição (Binder, 2016).

Trottier, em sua pesquisa sobre o uso das redes sociais pelas polícias, demonstra como as forças policiais se adaptam à quantidade de informações de plataformas digitais como o Facebook em protestos recentes (2012) e como se dá, de modo geral, o monitoramento das fontes de dados abertos pelas instituições policiais (2015). O autor identifica tensões quanto às fronteiras entre o público e privado ao abordar os riscos ligados ao amplo uso de informações das plataformas digitais para fins de controle e criminalização. Esse fenômeno de visibilização intensa de determinados atores com fins de punição tende a criar, segundo Trottier

(2017, p. 55), uma “forma paralela de justiça criminal”, conceituada pelo autor como “armamento da visibilidade”.

Também na discussão sobre visibilidade, Monaghan e Walby (2012a, 2012b) analisam o uso de práticas de inteligência pelas polícias no Canadá durante a ocorrência de megaeventos recentes. Os autores identificam que o megaevento se constitui como uma oportunidade para a formação de redes policiais de inteligência e vigilância, com a ampliação das capacidades para “intimidar, ameaçar e desmobilizar grupos de movimentos sociais” (Monaghan; Walby, 2012a, p. 146). Especificamente, os autores entendem que, na relação assimétrica de visibilidade, as forças policiais mobilizam um mecanismo de “ampliação da ameaça” ao superdimensionar os potenciais riscos ligados a determinados grupos ativistas (Monaghan e Walby, 2012b, p. 667).

Grinberg (2019), estudando a ação do FBI na vigilância aérea a protestos, propõe o conceito de ótica da transparência para tratar da ampla visibilização que o uso das tecnologias promove sobre a ação coletiva e questionar como as informações são construídas e disseminadas, também levantando reflexões críticas quanto à seletividade das forças de controle na produção de discursos de risco sobre determinados grupos. Melgaço e Monaghan (2018) também enfatizam a expansão das possibilidades de controle policial sobre a ação coletiva com base na dialética entre visibilidade e invisibilidade, processo visto pelos autores como uma luta por poder; assim, as tecnologias policiais de vigilância, ao ampliar a visibilidade de determinados grupos perante as agências policiais, permitiriam um maior controle sobre a ação coletiva.

Em suma, os estudos acima mencionados tendem a girar em torno de dois argumentos principais: na dimensão temporal, a incorporação das TIC produziria um policiamento mais preditivo/antecipatório e menos reativo; na dimensão da visibilidade, a incorporação das TIC

ampliaria a visibilidade sobre ativistas e manifestantes, reduzindo os custos do controle da ação coletiva. Ambos os argumentos levantam preocupações quanto aos efeitos do uso das TIC pelas forças policiais na restrição do direito de protesto, como será analisado empiricamente a seguir.

Dados e métodos

Este artigo é resultado de um projeto mais amplo de análise do policiamento a protestos em Porto Alegre. Para este estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes de segurança pública atuantes na cidade de Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se abranger uma ampla diversidade de instituições e funções ocupadas pelos atores nas respectivas instituições. Foram entrevistados agentes da Polícia Militar (PMRS), da Polícia Civil (PCRS) e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSPRS), além de agentes da Guarda Municipal (GM) e da Secretaria Municipal de Segurança de Porto Alegre (SMSEG). Foram priorizadas entrevistas com agentes que trabalharam com o controle de eventos de protesto, movimentos sociais e ação coletiva de forma geral, em especial agentes que atuaram no controle policial a eventos promovidos durante a Copa do Mundo de 2014, bem como profissionais que atuam ou atuaram em serviços de inteligência e/ou em centros integrados de comando e controle.

As entrevistas, realizadas com 13 agentes, seguiram um roteiro semiestruturado e as perguntas adequaram-se aos vínculos institucionais, aos cargos ocupados e à experiência de cada um dos entrevistados. Resguardadas as diferenças de abordagem para cada entrevistado, o roteiro foi composto por quatro blocos de perguntas, abordando: a trajetória dos entrevistados e os pontos de conexão entre tal trajetória e o objeto da pesquisa; a estrutura institucional e os aparatos tecnológicos; o controle à ação coletiva; a conexão entre TIC, táticas de vigilância e o controle da ação coletiva.

As entrevistas foram transcritas pelo pesquisador e em seguida foi realizada a análise de conteúdo (Bardin, 2010) com auxílio do software NVivo 12.

A pesquisa também utilizou de forma subsidiária um banco de dados formado por notícias de jornal de *Zero Hora* e *Sul21* com todos os protestos ocorridos em Porto Alegre durante a Copa de 2014. O banco é composto pela cobertura aos quatro eventos de protesto ocorridos na cidade durante a Copa, além de notícia a respeito da preparação das forças policiais para o megaevento.

Para operacionalização da análise empírica, buscou-se identificar, primeiramente, quais as táticas de vigilância utilizadas pelas forças policiais em eventos de protesto a partir do relato dos entrevistados e das notícias. Em seguida, por meio da articulação entre a análise de conteúdo das entrevistas e o banco de eventos de protestos, buscou-se identificar como as TIC compuseram as táticas a partir da interpretação dos agentes, bem como quais os efeitos do uso das tecnologias para a relação entre agentes policiais e manifestantes. Para diálogo com a literatura, a análise centrou-se principalmente sobre as dimensões da temporalidade e da visibilidade.

Vigiando o protesto: o controle policial a manifestações sociais durante a Copa de 2014 em Porto Alegre

Durante a Copa do Mundo em Porto Alegre, foram realizados quatro protestos (em 12 de junho, 15 de junho, 18 de junho e 23 de junho de 2014) contra o megaevento. Esses protestos estão inseridos em um contexto nacional mais amplo. Enquanto no ciclo de protestos 2013 a contrariedade à realização da Copa do Mundo no Brasil já era uma das pautas, em junho de 2014 essa reivindicação assume centralidade nas ruas. Sob o nome de “Não vai ter Copa” ou “Fifa go home”, os protestos de junho de 2014 constituem uma crítica aos gastos governamentais com a realização do megaevento

– em comparação ao não investimento em serviços públicos de qualidade –, além da denúncia a situações específicas, como remoções forçadas de populações para a construção de estádios e a violência policial. Os protestos durante a Copa se concentraram nas capitais no Brasil (principalmente aqueles que receberam jogos do megaevento) e foram compostos, geralmente, por um número baixo de manifestantes comparativamente ao que ocorrera em 2013.⁴ Ainda assim, foram registradas situações de tensão entre manifestantes e forças policiais em diversos protestos desse período.⁵

Em Porto Alegre, os protestos foram protagonizados pelos grupos integrantes do Bloco de Lutas, um coletivo heterogêneo formado por artistas, estudantes e a juventude de partidos progressistas. O Bloco de Lutas havia também protagonizado os protestos de junho de 2013 na cidade, embora nos atos contra a Copa em 2014 o número de manifestantes tenha sido baixo. Enquanto em junho de 2013 houve manifestações com até 20 mil pessoas, os protestos contra a Copa reuniram, em média, de uma a duas centenas de pessoas (Fernandes, 2016).

Assim como no ano anterior, porém, alguns manifestantes adotaram táticas disruptivas (como depredação de patrimônios) nos protestos contra a Copa. Além disso, de modo similar ao que ocorreu em outros casos de megaeventos estudados pela literatura (Monaghan e Walby, 2012a, 2012b), as forças policiais construíram estratégias operacionais com foco sobre as manifestações que poderiam ocorrer durante o evento, o que culminou em um ambiente de tensão nas ruas.

A seguir, a partir de entrevistas com agentes policiais combinadas com a análise de protestos específicos, são

⁴ Ver: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/05/doze-cidades-do-brasil-tem-protestos-contr-a-copa-do-mundo.html>. Acesso em: 1 out. 2023.

⁵ Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/com-mais-de-20-protestos-1-semana-de-copa-tem-180-detidos-em-atos.html>. Acesso em: 1 out. 2023.

identificadas as principais táticas de vigilância policial e seus efeitos sobre as dimensões da temporalidade e da visibilidade. A análise empírica se inicia com a tática denominada garimpagem para em seguida abordar o contexto da Copa de 2014, considerando: o Centro Integrado de Comando e Controle; o imageamento aéreo; o monitoramento nas ruas; o monitoramento das redes. Por fim, são feitas considerações sobre o modelo de incapacitação estratégica dos protestos e os limites das tecnologias.

Uma história de garimpagem

O uso de táticas de vigilância não é uma novidade para as polícias do Rio Grande do Sul. Os policiais entrevistados citam a importância da sessão de inteligência da Brigada, a PM2, para o planejamento e a operacionalização de estratégias de controle da ação coletiva. O entrevistado Clóvis⁶ enfatiza que a inteligência da PMRS trabalha em diferentes campos,⁷ sendo um desses o campo institucional, no qual se insere a temática dos movimentos sociais.

Segundo Clóvis, o trabalho de inteligência historicamente é fundamentado na prática que ele denomina garimpagem, ou seja, na coleta de informações de forma relativamente artesanal e não sistemática realizada pelos policiais desse setor. A lógica da garimpagem não utiliza aparatos tecnológicos avançados e automatizados para coleta e análise de dados. Pelo contrário, atribui-se ênfase ao fator humano, às ações tomadas e às relações construídas pelos profissionais da inteligência.

A garimpagem tende a adotar a tática de infiltração para construção de vínculos entre agentes policiais e pessoas que possam vir a ser objetos de controle policial. Essa tática envolve a aproximação de agentes policiais a

⁶ Todos os agentes policiais entrevistados foram anonimizados a partir de nomes fictícios.

⁷ Clóvis afirma que os quatro principais campos de atuação da inteligência da PMRS são: assuntos institucionais; crime organizado; crime eventual; eficiência policial.

ativistas e a manifestantes ou mesmo a entrada de agentes policiais em organizações de movimentos sociais para mapeamento de perfil desses atores. Clóvis exemplifica tal prática a partir de sua experiência profissional: “em todos os lugares que eu trabalhei [...] eu sempre mantive contato muito próximo com o pessoal, então sabia que tinha um cara mais radical e tudo, o que o cara está pensando, o que o cara vai fazer, que tipo de protesto vai acontecer” (Clóvis, 2019). No caso específico da realização de um evento de protesto, Clóvis afirma que a inteligência adota o seguinte planejamento:

Clóvis: Se tu tens uma capacidade de antecipar tu vais fazer um relatório que vai contemplar as probabilidades da manifestação. “A manifestação X vai acontecer”. Então tu tens as probabilidades ali. “Quem é que vai participar? Fulano, beltrano, sindicatos abc, movimentos sociais...”. Aí claro: bota “liderança fulano e beltrano, ligações, até ligações políticas. Quem é que banca isso daqui? É o deputado fulano, senador beltrano. Coloca isso daí para o comandante ter um panorama da situação”. (Clóvis, 2019)

Esse mapeamento culminaria, segundo Clóvis, na identificação do sistema de vínculos entre os diferentes atores mapeados. De acordo com Clóvis, o trabalho da inteligência baseia-se na antecipação, a qual significa coletar e processar informações para que se adquiram vantagens táticas sobre manifestantes, ativistas e organizações de movimentos sociais, no limite prevendo e/ou impedindo a prática da ação coletiva. Para Clóvis, a eficácia das táticas de vigilância está também relacionada à discrição, ou seja, à baixa visibilidade desse tipo de ação policial, dado que caso essas táticas se tornem visíveis ao público elas perdem a vantagem de operar de forma antecipada.

A tática de garimpagem, em suma, consiste na forma mais tradicional de infiltração (Marx, 1974, 1979, 1988), a qual é menos dependente das tecnologias digitais e se baseia na construção de vínculos emocionais e organizativos com ativistas para obtenção de informações que possam conferir vantagens táticas às forças policiais. Nesse tipo de tática, a dimensão da temporalidade evidencia-se pela busca de antecipação aos manifestantes por meio da coleta informal e não sistemática de dados. Já na dimensão da visibilidade, as vantagens táticas das forças policiais buscam-se por meio da invisibilização (ou negação) da identidade policial, mecanismo sem o qual a construção de vínculos de confiança com os ativistas seria inviabilizada. Pela omissão ou pelo falseamento de informações quanto à identidade do agente policial, esse tipo de tática recorrentemente se situa nas fronteiras entre o legal e o ilegal.

O Centro Integrado de Comando de Controle

Enquanto a garimpagem assume uma função histórica como tática de vigilância tradicional, o contexto da Copa do Mundo é caracterizado pelo forte investimento em tecnologias digitais. O principal marco nesse sentido é o Centro Integrado do Comando de Controle do Rio Grande do Sul (CICCRS), inaugurado em junho de 2014 especificamente para a Copa do Mundo. O CICCRS é uma solução de gestão de segurança pública e se baseia no investimento em tecnologia da informação para planejamento e operacionalização de ações, com ênfase sobre a integração entre diferentes instituições vinculadas à área da segurança. Dentre outras funções, o CICCRS integra órgãos do estado em grandes eventos e em operações “dirigidas à diminuição da violência e da criminalidade”.⁸ O centro é administrado pela Secretaria de Segurança Pública (SSPRS) e mais especificamente pelo Departamento

⁸ Cf.: <http://www.ssp.rs.gov.br/departamento-de-comando-e-controle-integrado>. Acesso em: 20 jul. 2017.

de Comando e Controle Integrado (DCCI). Os órgãos que compõem a sua operacionalização são a PC, a PM, o Corpo de Bombeiros, o Instituto-Geral de Perícias (IGP) e a Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe).

Os CICC de cada cidade-sede da Copa possuem um painel de vídeos composto por monitores de alta tecnologia. As imagens reproduzidas no painel de vídeos são captadas por câmeras de videomonitoramento, situadas em diferentes pontos da cidade. O projeto do CICCRS previu a reprodução de imagens de até 2,1 mil câmeras de videomonitoramento em Porto Alegre.⁹ Os CICC ainda são compostos por outras tecnologias, como imageamento aéreo, estruturas móveis e gravadores de áudio.

Quanto ao papel dos CICC, os policiais entrevistados destacam a relevância da integração, ou seja, a construção de fluxos de informação entre diferentes atores e órgãos de segurança pública, facilitando as operações em tempo real. As tecnologias do centro ficam à disposição dos comandos para que estes decidam utilizar tais aparatos em operações específicas:

Fernando: Quando tu tens uma manifestação, um movimento social qualquer [...] O 9º batalhão e o Batalhão de Operações Especiais, que normalmente lida com esse fato quando o 9º pede ajuda. Então essas pessoas são as que buscam interagir com manifestações e tal. O Centro de Operações fica sabendo das decisões tomadas. [...] A gente coloca todos os sistemas [do Centro de Operações] à disposição, mas a decisão final de como vai ser feito o trabalho não é do Centro de Operações. [...] O Centro de Operações ajuda, coloca tudo à disposição, mas quem vai definir o que vai ser feito e o trato são os comandantes de unidades operacionais. (Fernando, 2019)

⁹ Cf.: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/conheca-estrutura-do-cicc-o-big-brother-da-copa-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Em cada evento de protesto contra a Copa, as tecnologias utilizadas nas ruas foram conectadas ao CICCRS, permitindo que as decisões fossem tomadas de dentro do Centro:

Carlos: [...] sob o argumento da Copa, nós tínhamos por exemplo robô anti-bomba [...], helicóptero, [...] duas aeronaves. Tinha uma mochila que filmava. Então o soldado carregava aquela mochila e ele ia filmando e aquela imagem repercutia dentro do QG da Brigada, na sala de Comando e Controle, onde nós poderíamos comandar as tropas. “Olha, vai pra cá, vai pra lá, faz isso faz aquilo, prende aquele, solta esse, ignora esse”. Então tecnologia que ajudou muito e uma viatura. Nós tínhamos uma viatura em experiência que tinha também câmeras que a gente colocava aqui nos viadutos e tal onde a gente monitorava todo o movimento. (Carlos, 2019)

Assim, embora não constitua por si só uma tática de vigilância, o CICCRS forneceu o aparato tecnológico nos moldes de outros megaeventos (Monaghan; Walby, 2012a, 2012b), favorecendo a construção de estratégias e ações de inteligência baseadas na integração interinstitucional. As tecnologias digitais do CICCRS, nesse sentido, agenciam oportunidades de vigilantismo, as quais podem ou não ser efetivadas a depender da articulação entre as tecnologias e a ação humana. A partir desse contexto paradigmático, a seguir são destacadas as principais táticas de vigilância mobilizadas durante os protestos contra a Copa em Porto Alegre, evidenciando-se o papel de dispositivos tecnológicos específicos. Para a análise empírica são descritas situações de interação entre agentes policiais e manifestantes nos eventos de protesto.

Imageamento aéreo

Na abertura da Copa do Mundo, em 12 de junho de 2014, foi realizado o protesto *Fifa, go home* contra o

megaevento em Porto Alegre, contando com cerca de 500 mil manifestantes. A passeata foi acompanhada por soldados da PMRS nas ruas, além de um helicóptero que sobrevoou a caminhada. Durante o trajeto, alguns manifestantes com os rostos cobertos depredaram agências bancárias, estabelecimentos comerciais e peças publicitárias alusivas à Copa. As forças policiais, porém, não responderam às depredações com a dispersão imediata do ato e seguiram realizando o seu acompanhamento.

Após a chegada dos manifestantes ao Largo Zumbi dos Palmares – local típico de encerramento de marchas na cidade –, um grupo reduzido de manifestantes decidiu marchar até a *Fan Fest*,¹⁰ no entanto, a PM havia construído barreiras que cerravam todos os acessos ao local. Sem conseguir romper a barreira, o grupo de manifestantes retornou ao centro, onde foi perseguido pela cavalaria da PM. Também foram disparadas bombas de gás lacrimogêneo pelos policiais. Ao fim, foram registrados dois soldados da PM e dois manifestantes feridos, além de cerca de 15 manifestantes detidos.

Para a realização dessas detenções, foram utilizadas as imagens da câmera acoplada ao helicóptero da PM – imageamento aéreo. Segundo o jornal *Zero Hora*, o equipamento, que transmite imagens em tempo real, foi utilizado para identificação, localização e prisão em flagrante de três manifestantes. Também com auxílio do equipamento outros 12 manifestantes teriam sido detidos e chamados a depor. Sobre a forma de realização das abordagens, um delegado da PC informou ao *Zero Hora* que as prisões envolveram o uso das TIC e a integração entre os atores policiais: “O equipamento identificou, e as informações foram passadas ao pessoal que estava em terra. Na dispersão, a BM

¹⁰ Evento festivo promovido pela FIFA e por patrocinadores da Copa, com um telão no qual a população local e turistas podiam acompanhar os jogos do megaevento.

fez as abordagens”. O então subcomandante geral da PM, Silanus Mello, defendeu a tática de monitoramento dos manifestantes e de uma intervenção policial seletiva, que não atacasse a totalidade da marcha, priorizando a integridade física dos manifestantes:

*Nossa linha é de acompanhar a manifestação, tentar evitar depredações, mas, se acontecem, monitoramos quem está depredando, dentro daquela linha de não atacar toda a manifestação. Tem presos que foram monitorados, filmados e depois, na dispersão, a gente fez a prisão. [...] A linha que adotamos é manter a integridade física dos manifestantes e das pessoas que não estão na manifestação.*¹¹ (Silanus Mello, 2014)

As situações e as falas acima indicam a utilização das TIC para monitoramento em tempo real dos manifestantes durante o evento e, em especial, o uso do imageamento aéreo para, seletivamente, identificar e deter manifestantes que teriam realizado atos de depredação. O uso dessa tecnologia direcionou-se no sentido de não se dispersar o protesto de forma generalizada e violenta, buscando-se selecionar, entre o conjunto de manifestantes, aqueles que seriam detidos. A respeito dessa situação afirma o policial Carlos:

Carlos: [...] o que ajuda muito são tecnologias de videomonitoramento, câmeras. Eu me recordo no episódio da Copa do Mundo, [...] eu estava no Centro de Comando e Controle, e nós monitoramos toda a ação de dois ou três pessoas, duas ou três pessoas que estavam depredando, estavam vandalizando, vamos chamar assim, pelo meio do imageador colocado na aeronave da Brigada. Portanto, aí a gente conseguiu identificar e conseguiu prender

¹¹ Nova arma contra o vandalismo: BBB da Brigada. *Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 14 jun. 2014. p. 12.

aquelas pessoas e tirá-las digamos assim, três pessoas, e isso sem nenhuma violência, sem nenhum constrangimento a quem quer que seja. (Carlos, 2019)

As interações neste protesto apontam para a utilização do imageamento aéreo como forma de ampliação da visibilidade sobre os manifestantes e expõe a assimetria nas relações entre forças policiais e ativistas a partir da desigualdade de recursos. Nessa dialética da visibilidade (Melgaço e Monaghan, 2018), o imageamento aéreo confere vantagens táticas às forças policiais e produz, em certa medida, a ótica de transparência (Grinberg, 2019) ao permitir a identificação seletiva de manifestantes em meio à multidão. Quanto à temporalidade, o uso do imageamento aéreo, nesse caso, foi significativo para a atuação *in locu* e pós-protesto durante a dispersão.

Monitoramento nas ruas

227

O protesto seguinte, em 15 de junho, dia da primeira partida da Copa em Porto Alegre, foi formado por um grupo pequeno com cerca de 30 manifestantes que concordaram em marchar em direção ao estádio Beira-Rio, onde ocorreria a partida. O número baixíssimo de manifestantes contrastou com o número de agentes policiais deslocados para acompanhar a passeata – pelo menos 200 segundo estimativa de *Zero Hora*.¹²

O controle das forças policiais sobre o espaço durante a passeata destacou-se. A PM construiu barreiras impedindo a chegada ao estádio e acompanhou os poucos manifestantes por todos os lados. Os manifestantes foram seguidos mais proximamente por uma tropa de policiais mascarados e com mais distância pela cavalaria e pela tropa de choque.

¹² Protesto em Porto Alegre. Futebol em ato contra a Copa. *Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 16 jun. 2014. p. 15.

Os policiais portavam diversos equipamentos, como máscaras, granadas de mão, motos, viaturas e camburões, utilizando assim os equipamentos que haviam sido adquiridos para a segurança do megaevento. Para o monitoramento em tempo real do protesto, foram utilizadas câmeras GoPro nos ombros e capacetes de agentes policiais, conectadas a mochilas Mochilink LiveU, equipamento utilizado para transmitir imagens em tempo real pela Internet; além disso, novamente foi utilizado o helicóptero para imageamento aéreo.

Dada a impossibilidade de ultrapassar as barreiras policiais que impediam o acesso ao estádio, os manifestantes retornaram ao parque Redenção e encerraram a passeata. O policial Fernando enfatiza a função tanto das câmeras fixas posicionadas na cidade quanto das câmeras móveis carregadas por agentes policiais para a identificação seletiva de manifestantes que viessem a cometer ações ilícitas:

228

Fernando: Se tem um grupo que todos estão caminhando numa boa e um sujeito de repente resolve jogar um *molotov* numa parede, tu estás vendo. Então o monitoramento para isso é feito muito mais com as câmeras fixas se por acaso tiveres uma. E nós tínhamos uma câmera móvel. Era uma câmera móvel, que nem de TV, que transmitia imagens ao vivo para o Centro de Operações. Era uma mochila. Era uma mochila assim: o ‘cara’ carregava uma câmera, tipo uma *GoPro*, e ele acompanhava as manifestações e tal. E aí tu conseguias [...] quando acontecia um evento, se acontecesse um evento do tipo depredação, identificar exatamente quem foi. Para não dizer “foi o grupo todo”. [...] Então se tu identificares um só e souberes quem é tu sabes exatamente quem tu precisas afastar se for o caso ou eventualmente prender para não precisar, por exemplo, desnecessariamente dispersar todo mundo.
(Fernando, 2019)

O policial Marcos enfatiza também que o monitoramento em tempo real de protestos é mais sofisticado quando envolve o uso de TIC em virtude da possibilidade ampliada de comunicação entre diferentes agentes. A visualização de imagens em tempo real e a transmissão das informações torna, segundo Marcos, a ação policial menos intuitiva. O entrevistado Marcos enfatiza também, citando aplicativos como Google Maps e Waze, a conexão entre o uso das TIC e a possibilidade ampliada de controle sobre o espaço. Segundo Marcos, esse controle maior sobre o espaço – espécie de georreferenciamento – diminuiria a probabilidade de adoção de ações confrontacionais pelas forças de segurança.

O monitoramento nas ruas tende, assim como o imageamento aéreo, a reforçar a ampliação da visibilidade sobre os manifestantes (Melgaço e Monaghan, 2018) e o discurso em torno da seletividade no controle dos protestos. Na dimensão temporal, o foco, neste caso, recai sobre as ações *in locu*, articulando-se à táticas de controle do espaço.

Monitoramento das redes

Outra tática de vigilância recorrente na fala dos entrevistados é o monitoramento das redes sociais. O policial Fernando, enfatizando a lógica da antecipação, afirma que as redes são um termômetro do que ocorrerá nas ruas para as forças policiais não serem pegadas de surpresa. O policial Marcos narra como se dá esse tipo de monitoramento, enfatizando o caráter sigiloso de parte desses procedimentos e a sistematização desse tipo de coleta de dados pelos agentes da inteligência:

[As redes sociais têm] um impacto muito grande [sobre o policiamento]. Aí tem um limite que [...] os detalhes não devem ser contados às vezes para funcionar de novo, porque ontem eu estava vendo uma notícia no jornal, uma notícia do telejornal que o pessoal lá de São Paulo estava

contando lá, exatamente como foi policiais infiltrados [...] isso não se deve contar. Mas o *Facebook* hoje, qualquer rede social, *Twitter* [...] há vários mecanismos de controle semelhantes aos que a gente usa para pesquisa, fazer etnografia ou alguma coisa assim. Os Órgãos de segurança usam isso. A Secretaria de Segurança estava trabalhando com isso aí. E isso ajudou muito, porque você consegue identificar grupos e subgrupos infiltrados. [...] Funciona tipo mais ou menos um *NVivo*. Por exemplo, tem um tronco lá falando em “protesto”, tem um tronco ali falando as palavras assim “nova ordem” alguma coisa assim e tal, aí você tem um tronco falando em queimar contêiner. Então [...] isso aí ajuda. Principalmente o *Facebook* [...]. E tem um pessoal [...] da inteligência que trabalha com isso aí e aí consegue inclusive identificar pessoas e tudo aí que às vezes nem o movimento social quer eles lá. Isso foi bastante usado [nos protestos durante a Copa]. (Marcos, 2019, acréscimo nosso)

Fornecendo mais detalhes sobre o monitoramento de redes, o policial Marcos afirma que esse tipo de tática reduz os custos do policiamento, dado que permite a antecipação das características de um protesto – por exemplo, quantos manifestantes vão se reunir e quais reivindicações que pleiteiam –, além de enfatizar o caráter aberto das informações nas redes sociais. Esse recurso às redes, segundo Marcos, tende a facilitar um planejamento mais sofisticado de operações policiais:

Outro componente [...] é a análise de redes sociais. Então você consegue hoje [...] com *software* de pesquisadores, você consegue entrar numa rede social e ver. Isso você tinha que fazer antes por telefone, pedir para alguém olhar. [...] Você levava um tempo muito [grande] e não saía um levantamento muito fiel. E você mobiliza gente às vezes [...] recursos demais,

recursos de menos. [...] Hoje você mobiliza rede social com 2, 3 *softwares*. Você consegue ter quase certeza de que “são tantas pessoas que vão estar lá”. E o central você consegue também ver assim: “reivindicando o que?” Que era um grande problema de alguns lugares. Você às vezes estava lidando com uma manifestação e você ficava pensando “mas o que que eles querem?” Para você negociar “o que que eu posso oferecer?” Mas às vezes eu não sabia o que eles estavam querendo. E hoje, com as redes sociais, isso mudou muito. Você consegue, livremente, sem nenhum acesso reservado, um acesso público, você entra e o *software* te dá o centro: as palavras-chave de comunicações estão sendo “dia 31 vamos nos manifestar alguns contra a ideia da ditadura no lugar tal, e outros vão se manifestar a favor disso no lugar tal”. Ok, você pode montar uma operação com uma certa tranquilidade. [...] Os grandes eventos foram muito mais controlados. Eu não sei se os resultados foram tão melhores, mas [...] o planejamento [foi] muito mais sofisticado do que era. (Marcos, 2019, acréscimo nosso)

Os policiais entrevistados mencionam ainda outros usos das redes sociais durante as operações da Copa. Um desses usos foi a criação de um grupo do Whatsapp para comunicação com a imprensa. Além disso, as redes foram mobilizadas para a divulgação ao público geral de informações sobre os protestos e sobre as táticas policiais adotadas:

Fernando: Eu acho que as ferramentas mais importantes [na Copa] foram o *Facebook*, o *Twitter* e o *Whatsapp*. Foi onde as pessoas interagiam. [...] Mas eu diria assim que o *Facebook* [foi o mais importante]. Foi o criado o *Facebook* do BEPE [...] e do Batalhão da Copa e o próprio da Brigada para colocar a público que a gente estava [fazendo e] ia fazer, o que já fez, notas oficiais acerca de ocorridos, por exemplo. [...] O *Twitter* era mais para [...] informar para as pessoas,

a gente usava muito para dizer para as pessoas do resto da cidade onde é que tinha movimentos e bloqueios para eles não irem para ali. Para não criar conflito de circulação.
(Marcos, 2019, acréscimo nosso)

O monitoramento das redes, nesse caso, tende a ser associado, assim como as demais táticas, à ampliação da visibilidade sobre os manifestantes a partir de buscas ativas, o que converge para o risco de securitização do espaço das redes sociais, como apontado por Binder (2016). Na dimensão temporal, a lógica preditiva faz-se evidente por meio da coleta de informações como meio de mensurar o que ocorrerá nas redes e evitar situações de imprevisibilidade (Dencik, Hintz e Carey, 2018).

Embretamento

Em 18 de junho de 2014, houve a tentativa de realização de um novo protesto contra a Copa no centro da cidade. Cerca de cem manifestantes reuniram-se na Praça Argentina e tentaram marchar em direção à Avenida Borges de Medeiros, onde se localizava o denominado Caminho do Gol – trajeto que percorria ruas do centro da cidade até o estádio Beira-Rio -, mas o ato foi rapidamente dispersado pela BM.

Apesar do número baixo de manifestantes, novamente um numeroso contingente policial – com centenas de agentes – foi mobilizado. De um lado, foi construída uma barreira policial que impedia que os manifestantes se dirigissem ao “Caminho do Gol”; do outro lado, uma barreira policial na Avenida João Pessoa impedia um caminho alternativo que levasse ao estádio Beira-Rio pela Avenida Ipiranga. Assim, os manifestantes ficaram cercados em praticamente todos os sentidos. O jornal *Zero Hora*, em sua manchete de cobertura do evento, definiu a situação como “um protesto embretado”.¹³

¹³ Copa nas ruas. Um protesto embretado. *Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 19 jun. 2014. p. 11.

Assim como no evento anterior, o policiamento contou com motos, viaturas, camburões e um helicóptero. Diante da aproximação dos manifestantes da barreira que impedia o acesso à Avenida Borges de Medeiros, foram disparadas granadas de efeito moral contra os manifestantes. O uso de armamento menos letal resultou em ferimentos a cinco manifestantes e três jornalistas segundo *Sul21*. Sem alternativas de trajeto, os manifestantes dispersaram-se. Para legitimar a tática adotada, a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul divulgou uma nota, relacionando o bloqueio espacial à “segurança dos manifestantes”¹⁴.

A tática que denomino aqui como embretamento (ou envelopamento) aproxima-se da prática do *kettling*, inaugurada pela polícia alemã dos anos 1980 para impedir a ocorrência de protestos fora de uma determinada área (Maciel; Machado, 2021). Embora o embretamento não constitua uma tática de vigilância, mas sim de controle do espaço, a situação deste protesto aponta para a articulação entre diferentes táticas. Por exemplo, o monitoramento de redes sociais digitais tende a facilitar a identificação prévia do local da manifestação e, por consequência, o posicionamento de bloqueios policiais em pontos estratégicos, a ponto de inviabilizar a realização do protesto, conforme será discutido a seguir.

Discussão

Rumo à incapacitação estratégica dos protestos

O conjunto das táticas policiais de vigilância adotadas durante a Copa em Porto Alegre aponta para questões centrais sobre as dimensões da temporalidade e da visibilidade. Quanto à temporalidade, a preocupação de previsibilidade

¹⁴ Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. *Sul21*, 18/06/2014. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2014/06/forte-aparato-policial-impede-manifestacao-contra-a-copa-em-porto-alegre/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

acerca das ações de manifestantes e ativistas emerge desde os relatos sobre a garimpagem. O uso das tecnologias tende a possibilitar a maior sistematização dos dados sobre eventos de protestos, bem como a reduzir os custos para a produção desses dados. Em especial, o monitoramento das redes é mobilizado para coletar informações sobre o número potencial de participantes em um evento, quais os participantes, as pautas reivindicadas etc. Esses achados confirmam hipóteses de estudos internacionais sobre formas de policiamento a protestos mais preditivas por meio do uso das TIC (Binder, 2016; Perry *et al.*, 2013).

Outro aspecto da dimensão temporal é a possibilidade de que tecnologias, principalmente as de videomonitoramento (imageamento aéreo, câmeras fixas e móveis nas ruas), sejam mobilizadas em tempo real e mesmo após a ocorrência do evento. A situação em que manifestantes foram detidos após um protesto com base em imagens captadas de um helicóptero é paradigmática nesse sentido. Assim, é possível afirmar que o uso das tecnologias perpassa e produz efeito sobre os momentos pré, durante e pós-evento de protesto, o que significa que as formas mais preditivas de policiamento não excluem, mas sim se combinam a formas mais reativas.

Na dimensão da visibilidade, evidencia-se a busca pela ampliação da visibilidade sobre os manifestantes, principalmente a partir do videomonitoramento, o que corrobora com os estudos que apontam para a sofisticação nas formas de controle visual sobre a ação coletiva (Grinberg, 2019; Meglaço e Monaghan, 2018; Trottier, 2012). Porém, as justificativas dos agentes policiais para a ampliação desse olhar não giram em torno da mera visualização generalizada dos protestos e dos manifestantes. A produção extensiva de imagens facilitaria a identificação de pessoas envolvidas em atos criminosos, o que permitiria a ação seletiva para o controle sobre tais pessoas (ao invés da dispersão generalizada do

protesto). É importante, porém, considerar que o processo de identificação dos manifestantes perigosos não é neutro, tendendo a ser informado por vieses prévios dos agentes policiais, reforçando estigmas em torno de determinadas categorias de manifestantes (Monaghan e Walby, 2012b). No caso analisado, a atuação de manifestantes identificados com as táticas *black bloc* nos protestos de junho de 2013 tendeu a direcionar o olhar das forças policiais para esses grupos nos protestos de 2014 (Fernandes, 2016).

Por outro lado, a eficácia da mobilização de táticas de vigilância envolve o processo oposto no caso da ação policial, ou seja, a invisibilização das formas de controle. Um dos entrevistados afirma, por exemplo, que as metodologias policiais de monitoramento das redes não podem ser reveladas, caso contrário poderiam deixar de funcionar. Essa questão aponta para o debate sobre o nível de transparência das ações policiais em eventos de protesto (Artigo 19, 2017).

Ainda no âmbito da visibilidade, salienta-se a utilização das redes sociais como meio de comunicação entre as forças policiais e a população, o que indica a produção de versões “oficiais” que buscam defender as instituições policiais contra críticas de manifestantes, ativistas e outros atores. Além disso, tecnologias (como o imageamento aéreo) estão imersas em um imaginário social de eficácia e modernização, o que faz com que a mobilização de TIC (independentemente de seus resultados práticos em termos de eficácia) seja utilizada como uma forma de legitimação das ações policiais (Cardoso, 2015).

Por fim, nos protestos analisados também é evidente a mobilização de um conjunto de táticas para controle espacial, como grandes contingentes policiais, cordões de isolamento e a definição de áreas em que o protesto seria proibido. Essas táticas articulam-se ao uso das tecnologias (como aplicativos de georreferenciamento) e indicam a importância de atenção sobre a dimensão espacial do controle ao protesto.

A análise dessas dimensões em seu conjunto aponta para a configuração, nos protestos contra a Copa em Porto Alegre, de um modelo de incapacitação estratégica (Gillham e Noakes, 2007; Gillham, Edwards e Noakes, 2013). Esse modelo de policiamento, amplamente adotado nos protestos do Movimento por Justiça Global desde o início dos anos 2000, é assim descrito por Gillham e Noakes:

[A incapacitação estratégica] caracteriza-se por uma série de inovações táticas destinadas a temporariamente incapacitar manifestantes transgressores, incluindo o estabelecimento de extensas ‘*no-protestos zones*’, o aumento do uso de armas menos letais, o uso estratégico de prisões e o revigoramento de vigilância e da infiltração de organizações de movimento. Essa mudança de tática policial durante protestos é consistente com mudanças mais amplas nos fundamentos ideológicos do controle do crime, incluindo uma ênfase na gestão de riscos e na prevenção (em vez de reação ao) crime e desordem. (2007, p. 343, tradução nossa, acréscimo nosso)

Gillham, Edwards, Noakes (2013) afirmam que essa estratégia é fundamentada em três repertórios centrais: as táticas voltadas à contenção do espaço; as táticas de vigilância; a gestão da informação. Todas essas táticas foram identificadas no caso empírico analisado nesta pesquisa. Porém, é importante salientar que tais táticas não substituíram táticas mais tradicionais e reativas, como o uso de armamento menos letal e a realização de detenções. Pelo contrário: essas últimas táticas foram mobilizadas para reforçar a incapacitação dos protestos.

Esse cenário aponta para relevantes implicações quanto aos direitos civis e políticos e ao regime democrático brasileiro. Primeiramente, o uso de TIC para a produção de vigilância sobre manifestantes levanta a necessidade de discussão sobre os limites da atuação policial, tendo em vista a

garantia de proteção dos direitos de privacidade de ativistas e manifestantes (Aston, 2017; Joh, 2013). É fundamental que se debata, nesse sentido, quando, sob quais circunstâncias e mediante quais fundamentos jurídicos o direito de privacidade pode ser relativizado para a produção de táticas de vigilância contra ativistas e manifestantes.

Ademais, a invisibilização das formas de controle policial indica preocupações quanto à transparência das estratégias, protocolos e ações policiais diante de eventos de protesto, uma vez que o caráter opaco da ação policial opõe dificuldades para o exercício do controle institucional e social sobre práticas eventuais ou sistemáticas de violação do direito de manifestação (Artigo 19, 2017). Ainda, táticas de controle espacial, como o envelopamento, expõem a necessidade de discussão sobre o uso do espaço público e os riscos de violação do direito ao protesto sob justificativas baseadas na securitização do espaço urbano (Maciel e Machado, 2021).

Em suma, esse contexto indica uma série de problemáticas quanto à compatibilidade entre o uso de táticas de vigilância policial e o Estado Democrático de Direito. Em especial em um país caracterizado por forças policiais com traços culturais autoritários e estruturas institucionais pouco transparentes (Fernandes, 2020), os riscos do uso da incapacitação estratégica como forma de inviabilização do direito de protesto são evidentes. Nesse sentido, as formas de regulamentação dos protocolos policiais para progressivo da força em eventos de protestos são um tema fundamental para a análise da efetivação de um regime democrático.

Os limites das tecnologias

Apesar das transformações táticas do caso estudado apontarem o processo de ampliação do uso das tecnologias e das táticas de vigilância policial como parte de um modelo de incapacitação estratégica, é necessário, analiticamente, evitar a reafirmação do imaginário de que as

tecnologias seriam, por si só, eficazes (Cardoso, 2015). Embora, nas palavras do ex-diretor do CICCERS, Antônio Scussel, o objetivo do centro fosse “ter o controle total do espaço público” (Fiamminghi, 2017, p. 257, tradução nossa), os dados do campo apontam para diversas limitações nos aparatos tecnológicos e na operacionalização de táticas de vigilância. Tais limitações são relacionadas a diferentes dimensões, entre elas: resultados operacionais não condizentes com as expectativas, especialmente quanto aos sistemas de videomonitoramento; insuficiência de treinamento dos agentes humanos; limitações de recursos, principalmente para manutenção das tecnologias.

Quanto à inconsistência entre resultados e expectativas, o policial Marcos entende que a efetividade das câmeras de videomonitoramento é reduzida se comparada à expectativa que se tinha quando da sua implementação, o que corrobora com estudos internacionais sobre o tema (Byrne e Marx, 2011). A fala de Marcos indica que a expectativa era de que os aparatos tecnológicos substituíssem os agentes humanos; porém, o policial aponta que a amplificação da visibilidade sobre as dinâmicas do espaço urbano é ineficaz caso não haja uma quantidade suficiente de agentes humanos para atuar em resposta às informações que são coletadas:

A grande mudança das câmeras foi que se esperava muito delas, mas depois se percebeu que a nossa capacidade de reação era muito pequena e ainda é pequena. A câmera estava te oferecendo o visual de alguma coisa acontecendo, mas você não pode, não tem às vezes disponibilidade de gente para ir lá assistir [...]. Por exemplo, isso está ocorrendo no momento, você está assistindo. E às vezes todas as viaturas estão ocupadas ali. Bom, então a câmera sozinha ela não resolve. (Marcos, 2019)

Ainda, Marcos afirma que os aparatos tecnológicos são limitados pelo fato do alcance das câmeras não ser tão grande quanto o esperado, assim como pela insuficiência no número de câmeras espalhadas pela cidade. Quanto às limitações de treinamento dos agentes policiais para se adaptarem ao uso das TIC de modo geral, os policiais entrevistados enfatizam que, com a aquisição de novos aparatos tecnológicos, os treinamentos tendem a se restringir aos agentes que vão trabalhar diretamente com a operação desses sistemas, não havendo uma capacitação mais ampla de agentes às novas tecnologias. Ainda, um dos entrevistados afirma que alguns softwares adquiridos não são utilizados em todas as suas potencialidades por falta de agentes treinados para usar tais tecnologias.

Além disso, as limitações de recursos citadas são principalmente relativas à dificuldade orçamentária para atualização e manutenção das tecnologias adquiridas. Como já demonstrado, a Copa do Mundo foi uma oportunidade de investimentos em segurança pública no país. Porém, passado o evento, a manutenção desses aparatos tem um custo que recorrentemente não é disponível aos órgãos de segurança pública, tornando as tecnologias adquiridas obsoletas e/ou inutilizáveis:

Às vezes falta o recurso, e a empresa tinha um contrato de 5 anos. Terminou o contrato. Você pode ficar com aquele *software* que está lá, mas realmente aí tem a versão nova, desfazer os bugs aqui, que qualquer outra empresa de software tem. E às vezes você não tem recurso para comprar e vai ficar com aquela versão que vai falhando e daqui a pouco a empresa não fornece mais suporte para ela. Como qualquer outro *software*. E às vezes esbarra nessa questão de recurso mesmo. “Bom, não tem mais”. Uma é essa questão de renovar. (Marcos, 2019)

Essas limitações, de modo geral, confirmam resultados de outros estudos nacionais sobre centros integrados de comando e controle (Cardoso, 2015; Soares e Batitucci, 2017). Assim, apesar das expectativas que sistemas de videomonitoramento como o do CICC geram, não necessariamente eles configuram o panóptico foucaultiano, ou seja, um centro de comando que, assimetricamente, vigia objetos sem se tornar objeto da vigilância (Foucault, 2002). Ainda assim, ao longo desta pesquisa evidenciou-se um processo no qual as novas tecnologias assumiram um papel central.

Considerações finais

Este artigo objetivou analisar, a partir do caso empírico do policiamento a protestos durante a Copa do Mundo de Futebol Masculino em Porto Alegre no ano de 2014, como a incorporação das TIC compõe e/ou transforma as táticas policiais de vigilância à ação coletiva. Com base em entrevistas com agentes policiais e em um banco de notícias sobre eventos de protestos, identifiquei que o contexto da Copa ocasionou uma oportunidade para o investimento em tecnologias digitais de segurança, principalmente por meio da inauguração de Centros Integrados de Comando e Controle (Maciel e Machado, 2021; Machado, Maciel e Souza, 2021). Nesse contexto, foram mobilizadas pelas forças policiais as seguintes táticas de vigilância digital para controle de protestos: imageamento aéreo, monitoramento nas ruas e monitoramento das redes. A partir da análise das interações ocorridas nos protestos, argumento que as TIC produzem implicações sobre as formas de policiamento de protestos principalmente em duas dimensões: a temporalidade e a visibilidade.

No âmbito da temporalidade, as táticas de vigilância digital, em especial o monitoramento das redes, tendem a reforçar a lógica policial de produção de um conhecimento

antecipatório sobre os protestos e os manifestantes com vistas a diminuir a imprevisibilidade dos acontecimentos na rua (Binder, 2016; Perry *et al.*, 2013). A busca pela efetivação de um policiamento preditivo não impede, por outro lado, que as TIC operem também durante e após o protesto (por exemplo, com o uso de imagens para detenções de manifestantes após o protesto).

Na dimensão da visibilidade, as TIC são mobilizadas para ampliação da visibilidade sobre o protesto e os manifestantes (Grinberg, 2019; Meglaço e Monaghan, 2018; Trottier, 2012), principalmente por meio do videomonitoramento em tempo real das ruas, sob a justificativa de que assim se produziria um policiamento mais seletivo sobre manifestantes que cometessem delitos. Por outro lado, as táticas de vigilância policial tendem a operar de forma pouco visível ao público, enquanto o espaço das redes é disputado pelas próprias instituições de segurança para a produção de discursos “oficiais” que legitimem a ação policial.

Por fim, é salientado que as dimensões acima mencionadas são combinadas com a amplificação do controle espacial e com táticas mais tradicionais e reativas (bombas de gás lacrimogêneo, detenções etc.), compondo um modelo de policiamento que tende à incapacitação estratégica dos protestos (Gillham e Noakes, 2007; Gillham, Edwards e Noakes, 2013). Ainda, ressalta-se que as TIC apresentam limitações operacionais quanto a três fatores: resultados operacionais não condizentes com as expectativas; insuficiência de treinamento dos agentes humanos; limitações de recursos.

Eduardo Georjão Fernandes

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período de Doutorado-Sanduíche na Scuola Normale Superiore - Florença, Itália. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) (ufrgs.br/gpace) e do Núcleo de Estudos em Política e Sociedade (NEPS). Possui experiência em pesquisa nas áreas de Sociologia Política, Sociologia da Violência e Psicologia Social, interessando-se particularmente pelas seguintes temáticas: controle repressivo dos protestos e dos movimentos sociais; novas tecnologias policiais de vigilância; enquadramentos da ação coletiva. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Vila Velha. Em 2021 recebeu Menção Honrosa para Teses em Ciências Sociais no Concurso Brasileiro ANPOCS de Obras Científicas, Teses e Dissertações.

Bibliografia

- ARTIGO 19. 2014. *Protestos no Brasil 2013*. Brasil: creative Commons. São Paulo. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>. Acesso em: 22 set. 2019.
- ARTIGO 19. 2017. *Repressão às escuras – uma análise sobre transparência em assuntos de segurança pública e protestos*. Brasil: Creative Commons. São Paulo. Disponível em: <https://artigo19.org/?p=11270>. Acesso em: 7 jan. 2020.
- ASTON, Valerie. 2017. State surveillance of protest and the rights to privacy and freedom of assembly: a comparison of judicial and protester perspectives. *European Journal of Law and Technology*, v. 8, n. 1, pp. 1-19.
- BALL, Kirstie; HAGGERTY, Kevin; LYON, David (ed.). 2012. *Routledge Handbook of Surveillance Studies*. New York: Routledge.
- BARDIN, Laurence. 2010. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70.
- BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. 2012. The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, pp. 739-768.
- BINDER, Clemens. 2016. Happenings Foreseen: Social Media and the Predictive Policing of Riots. *S+F*, v. 34, n. 4, pp. 242-274.
- BRIGHENTI, Andrea Mubi. 2010. *Visibility in social theory and social research*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- BYRNE, James; MARX, Gary. 2011. Technological Innovations in Crime Prevention and Policing. A Review of the Research on Implementation and Impact. *Cahiers Politiestudies*, v. 3, n. 20, pp. 17-40.
- CABLE, Jonathan. 2017. Communication Sciences and the Study of Social Movements. In: ROGGE BAND, Conny; KLANDERMANS, Bert. (ed.). *Handbook of Social Movements Across Disciplines*. 2. ed. New York: Springer, 2017. pp. 185-202.
- CARDOSO, Bruno. 2015. *Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismos e (re) produção imagética*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CUNNINGHAM, David. 2004. *There's Something Happening Here: The New Left, the Klan, and FBI Counterintelligence*. Berkeley: University of California Press.
- DE FAZIO, Gianluca. 2007. Police knowledge revised: insights from the policing of the civil rights movement in Northern Ireland. *Research in Social Movements, Conflict and Change*, v. 27, pp. 63-87.
- DENCIK, Lina; HINTZ, Arne; CAREY, Zoey. 2018. Prediction, pre-emption and limits to dissent: social media and big data uses for policing protests in the United Kingdom. *New Media & Society*, v. 20, n. 4, pp. 1433-1450.
- DELLA PORTA, Donatella; ATAK, Kivanç. 2015. The police. In: DUYVENDAK, Jan Willem; JASPER, James (ed.). *Breaking down the state*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.
- EARL, Jennifer. 2004. Controlling Protest: New Directions for Research on the Social Control of Protest. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, v. 25, pp. 55-83.
- EARL, Jennifer. 2011. "Political repression: Iron fists, velvet gloves and diffuse control". *Annual Review of Sociology*, v. 37, pp. 261-284.
- FERNANDES, Eduardo Georjão. 2016. *Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FERNANDES, Eduardo Georjão. 2020. *Entre ruas, câmeras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)*. Tese de Doutorado em Sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FIAMMINGHI, Giovanni. 2017. Control, Participation, Regimes of Visibility and Reality. In: LESSING, Emanuela Bonini; VANIN, Fabio; ACHUTTI, Daniel (ed.). *Reducing Boundaries: Understanding Exclusion*

- through Security Defensive Systems in Wealthy Urban Areas*. Milan: Mimesis International, 2017. pp. 253-274.
- FOUCAULT, Michel. 2002. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FUCHS, Christian. 2011. Como podemos definir vigilância? *MATRIZES*, v. 5, n. 1, pp. 109-136.
- GILLHAM, Patrick F.; EDWARDS, Bob; NOAKES, John A. 2013. Strategic incapacitation and the policing of occupy Wall Street protests in New York City, 2011. *Policing and Society*, v. 23, n. 11, pp. 81-102.
- GILLHAM, Patrick; NOAKES, John. 2007. More Than a March in a Circle: Transgressive Protests and the Limits of Negotiated Management. *Mobilization*, v. 12, n. 4, pp. 341-357.
- GRINBERG, Daniel. 2019. Tracking movements: Black activism, aerial surveillance, and transparency optics. *Media, Culture & Society*, v. 41, n. 3, pp. 294-316.
- JOH, Elizabeth. 2013. Privacy Protests: Surveillance Evasion and Fourth Amendment Suspicion. *Arizona Law Review*, v. 55, pp. 997-1029.
- LYON, David. 2001. *Surveillance Society: Monitoring Everyday Life*. Oxford: Open University Press.
- LYON, David. 2007. *Surveillance Studies: An Overview*. Oxford: Polity Press.
- MACHADO, Marta de Assis; MACIEL, Débora; SOUZA, Rafael de. 2021. Intertwining Public Security Policy and Protest Control in Brazil: Sports Mega-events and International Diffusion of Repression. *Latin American Law Review*, n. 7, pp. 81-100.
- MACIEL, Débora; MACHADO, Marta de Assis. 2021. Flows of Protest Control in São Paulo (2013-2014). *Novos Estudos*, v. 40, n.2, pp. 227-241.
- MARX, Gary T. 2012. Preface: 'Your Papers, please': personal and professional encounters with surveillance. In: BALL, Kirstie; HAGGERTY, Kevin; LYON, David (ed.). 2012. *Routledge Handbook of Surveillance Studies*. New York: Routledge.
- MARX, Gary T. 1979. "External Efforts to Damage or Facilitate Social Movements: Some Patterns, Explanations, Outcomes and Complications". In: McCARTHY, John; ZALD, Mayer N. (ed.). *The Dynamics of Social Movements*, pp. 94-125. Cambridge: Winthrop Publishing, 1979.
- MARX, Gary T. 1974. Thoughts on a Neglected Category of Social Movement Participant: The Agent Provocateur and the Informant. *American Journal of Sociology*, v. 80, n. 2, pp. 402-442.
- MARX, Gary T. 1988. *Undercover*. Berkeley: University of California Press.
- MARX, Gary T. 2002. What's New About the 'New Surveillance'? Classifying for Change and Continuity. *Surveillance and Society*, v. 1, n. 1, pp. 9-29.

- MELGAÇO, Lucas; MONAGHAN, Jeffrey. (ed.). 2018. *Protests in the Information Age: Social Movements, Digital Practices and Surveillance*. London: Routledge.
- MONAGHAN, Jeffrey; WALBY, Kevin. 2012a. Making up 'Terror Identities': security intelligence, Canada's Integrated Threat Assessment Centre and social movement suppression. *Policing & Society*, v. 22, n. 2, pp. 133-151.
- MONAGHAN, Jeffrey; WALBY, Kevin. 2012b. They attacked the city': Security intelligence, the sociology of protest policing and the anarchist threat at the 2010 Toronto G20 summit. *Current Sociology*, v. 60, n. 5, pp. 653-671.
- PERRY, Walter; McINNIS, Brian; PRICE, Carter; SMITH, Susan; HOLLYWOOD, John. S. 2013. *Predictive Policing: The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations*. Washington, DC: RAND Corporation.
- SOARES, Philipp Augusto Krammer; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. 2017. O Centro Integrado de Comando e Controle: ferramenta de coordenação, integração e planejamento na defesa social. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, n. 2, pp. 216-232.
- TROTTIER, Daniel. 2017. Digital Vigilantism as Weaponisation of Visibility. *Philosophy & Technology*, v. 30, n. 1, pp. 55-75.
- TROTTIER, Daniel. 2015. Open source intelligence, social media and law enforcement: Visions, constraints and critiques. *European Journal of Cultural Studies*, v. 18, n. 4-5, pp. 530-547.
- TROTTIER, Daniel. 2012. Policing Social Media: Policing Social Media. *Canadian Review of Sociology*, v. 49, n. 4, pp. 411-425.





ESCOLA SEM PARTIDO E O PROCESSO DE *DESDEMOCRATIZAÇÃO* NO BRASIL

Rayani Mariano dos Santos

Professora Dra. de Ciência Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil.

rayanimariano@ufg.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6410-7056>

Flávia Biroli

Professora Dra. Titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

biroli@unb.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2723-4731>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-247286/120>

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a literatura sobre consolidação e qualidade das democracias deu lugar, paulatinamente, ao debate sobre a crise das democracias liberais. Compreensões distintas do que está em curso fazem parte de estudos que mobilizam, além da noção de crise, as ideias de erosão, desconsolidação e desdemocratização. Este artigo se insere nesse debate e procura colaborar para o fortalecimento de análises teóricas situadas dos processos de desdemocratização. O estudo criterioso de processos localizados pode ser importante para que o debate teórico incorpore dimensões que nem sempre são consideradas, como a das disputas morais e relacionadas ao gênero, e variações nacionais e regionais, que constituem os processos de consolidação e de desconstrução das democracias. Também pode colaborar para estudos comparados, ao

identificar mecanismos que podem ser reconhecidos em outros contextos.

Aqui, procuramos fazê-lo por meio da análise do movimento Escola Sem Partido (ESP). Ele pode ser caracterizado como um “movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (Macedo, 2017). Criado em 2004, ganhou maior visibilidade política com o Projeto de Lei 7.180/2014, proposto pelo deputado evangélico da igreja Assembleia de Deus, Erivelton Santana, do Partido Social Cristão da Bahia (PSC/BA). O projeto busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1990), com a inclusão do seguinte inciso no artigo que versa sobre os princípios que regem o ensino: “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (Brasil, 2014).

Nossa investigação se volta, mais especificamente, para os discursos proferidos pelos parlamentares e seus convidados na Comissão Especial para análise do projeto Escola Sem Partido, entre o momento de sua criação, em outubro de 2016, e o final de 2018, quando a comissão encerrou suas atividades com o término da 55ª Legislatura, sem que o projeto tivesse sido aprovado.

Entendemos que o ESP encontrou oportunidades de difusão e institucionalização no processo recente de crise da democracia no Brasil. Uma das características dessa crise no caso brasileiro é que apelos morais, entre os quais se destacam os apelos à moralização da política (definida em oposição à corrupção) e das relações sociais cotidianas (definida em oposição às mudanças nas relações de gênero e nos padrões da vida familiar, afetiva e sexual), têm justificado

a promoção do atropelo de garantias legais e a erosão de valores e instituições democráticas.

No quadro analítico deste estudo, é importante a compreensão de como os discursos na Comissão Especial do Escola Sem Partido apresentam problemas e apontam quais seriam as ações adequadas para sua solução. Nossa análise se ampara, principalmente, no debate teórico sobre desdemocratização, que será apresentado na primeira seção deste artigo. É, também, referenciada pelo conceito de enquadramento de Robert Entman (1993) e pelo conceito de problematização de Carol Bacchi (2012, 2015). Essas duas referências nos orientam metodologicamente, permitindo acessar as problematizações, suas premissas e causas, assim como as ações que são apontadas para a resolução dos problemas. É importante ressaltar mais uma vez que, mais do que uma análise formal dos discursos e seus enquadramentos, pretendemos discutir os discursos no quadro teórico normativo do debate sobre desdemocratização.

Nossa hipótese é que a definição da “doutrinação” como problema, pelo ESP, com as premissas que mobiliza, justifica ações que constituem o processo de desdemocratização no país. Em conjunto, elas envolvem a “expansão da esfera pessoal protegida” (Brown, 2019) e a restrição da pluralidade. Podem, como se verá, justificar a censura àqueles de quem os defensores do ESP divergem.

O artigo se divide em três seções, além desta introdução. Na primeira, situamos nosso problema de pesquisa teórica e analiticamente, mobilizando eventos do processo político brasileiro de crise da democracia e o debate teórico sobre desdemocratização. Fazemos isso evidenciando a dimensão das disputas morais e de gênero, o que nos leva, como se verá, a discutir brevemente a relação entre desdemocratização, privatização e “familismo”. A segunda seção apresenta a tramitação do projeto do Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados, limitando-se inicialmente a uma



análise descritiva dos projetos pensados e do trabalho da comissão especial, criada em 2016, para sua apreciação. Com isso, pretendemos contribuir também para estudos voltados especificamente para a compreensão de como essa proposta ganhou guarida naquela casa legislativa e quem são os atores envolvidos. Numa terceira seção, analisamos os discursos na comissão. É aqui que identificamos os problemas e suas premissas, assim como as ações apontadas como necessárias a partir deles. Isso é feito, como se verá, à luz do debate teórico sobre desdemocratização apresentado na próxima seção. Por fim, apresentamos uma breve conclusão, alertando para a importância de se investigar as disputas morais e relacionadas ao gênero como uma dimensão dos processos de desdemocratização.

Desdemocratização: menos política e mais família

250

Os protestos de junho de 2013, no Brasil, têm sido analisados como um evento “saturado de múltiplas significações, que marca um momento de ruptura, um reposicionamento dos atores e um deslocamento paulatino das agendas e das posições prévias” (Bringel, 2022, p. 316-17). Em sua multiplicidade e indeterminação, acabou por explicitar o mal-estar na democracia (Avritzer, 2018) e chamar a atenção para “o lado indesejável da sociedade civil” (Ballestrin, 2022). Discursos antissistêmicos e anticorrupção fizeram parte da emergência de identidades políticas coletivas que estariam, posteriormente, associadas ao bolsonarismo e às novas expressões da extrema-direita (Pinto, 2022; Solano, 2018a, 2018b).

Foi no ano de 2014, no entanto, que dois eventos deram o arranque para a erosão da democracia no âmbito institucional. Em março, iniciou-se a Operação Lava-Jato, força-tarefa do Ministério Público e da Polícia Federal criada para investigar desvios de recursos por agentes públicos. O espaço concedido pelos principais veículos de mídia nacionais, associado



ao modo de operar dos promotores e juizes envolvidos, fez dela um espetáculo de grandes proporções, em que mandados de busca e apreensão e prisões de políticos e empresários reforçaram visões negativas da política e dos políticos, abrindo espaço para novos movimentos de direita e extrema-direita identificados com a bandeira anticorrupção. Foi também em 2014 que a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais foi contestada pelo candidato derrotado, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), algo inédito no ciclo democrático que se iniciou nos anos 1980. Com isso, aspectos procedimentais da democracia foram atingidos: a candidatura vencedora foi contestada para, em seguida, por meio de um impeachment controverso, definido como golpe parlamentar por muitos analistas, retirar-se dela a possibilidade de implementar a agenda que venceu as eleições. Por mais paradoxal que fosse a aposta desenvolvimentista de Rousseff (Singer, 2019), esse evento abria um processo acelerado de retração e desregulamentação, mas também de contestação aberta de agendas de direitos.

Aqui nos interessa particularmente um evento que também ganhou forma em 2014 e que faz parte de uma série de acontecimentos que, segundo argumentamos neste artigo, é parte do processo de erosão da democracia no país. Trata-se da proposição do movimento Escola Sem Partido como Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, já mencionada acima e à qual voltaremos de maneira mais detalhada na próxima seção. O ESP foi criado em 2004, como dito anteriormente, mas é nesse momento que encontra as condições para tornar-se parte das disputas nos espaços institucionais da política brasileira. Entendemos que ele constitui um fenômeno mais amplo, que é o da privatização como forma de captura do público e do coletivo. Ela vem também acompanhada de novas formas de controle das condutas, nesse caso por meio de ações que buscam restringir perspectivas críticas às hierarquias sociais.

Nas análises do capitalismo neoliberal, algumas dimensões da privatização são apontadas com mais frequência, como a privatização de serviços públicos, a autonomização das decisões econômicas em relação às pressões políticas e a limitação ou desinvestimento nos direitos sociais, como o direito à educação e à saúde, de modo que indiretamente se oriente as necessidades da população para serviços de mercado. No Brasil, no contexto da crise da democracia, essas formas de privatização podem ser exemplificadas pela constitucionalização da agenda de ajustes fiscais, por meio da Emenda Constitucional 95. Aprovada dois meses depois da deposição de Dilma Rousseff, em dezembro de 2016, ela estabeleceu um teto de gastos por 20 anos, driblando assim o conflito e a alternância política democrática e implicando o desinvestimento em áreas fundamentais. Neste estudo, no entanto, ressaltamos outra dimensão da privatização, acompanhando Wendy Brown no entendimento de que corresponde à “expansão da esfera pessoal protegida”. Para ela, essas duas dimensões da privatização

atuam juntas conceitualmente e na prática: o desmantelamento dos serviços públicos é rotineiramente associado à expansão de normas da esfera privada para deslegitimar o conceito de provisão de bem-estar e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade. Na medida em que a vida cotidiana é, de um lado, mercantilizada e, de outro, “familiarizada” pela lógica neoliberal, esses processos gêmeos colocam em xeque princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, assim como a determinação democrática de um bem comum. (Brown, 2019, p. 108)

Convergingo na ativação da família como alternativa e como valor, esses processos podem funcionar como gatilhos na produção do “cidadão não-democrático”, ao restringir

o sentido do comum, identificar como inimigos atores que promovem novos direitos e agendas igualitárias e caracterizar como ameaça a pluralidade e a crítica às hierarquias. Esse cidadão pode, por sua vez, tornar-se um ativo político para lideranças e movimentos autoritários (Biroli, 2019) ou ter suas inseguranças e frustrações legítimas mobilizadas politicamente (FTS, 2019). É nesse sentido que se pode pensar na defesa de tradições morais como instrumental na disputa política (Lacerda, 2019), o que não significa suspender o fato de que há moralidades em disputa ou afirmar que sejam secundárias em relação a conflitos de caráter econômico, por exemplo.

É importante assinalar que, na nossa compreensão, disputas relativas a “desigualdades duráveis” (Tilly, 1998), como as de gênero, dizem respeito à construção e acesso (ou bloqueio do acesso) a direitos, a como recursos e posições socialmente valorizadas são distribuídos e aos padrões de mudança ou reprodução social de hierarquias que podem envolver violências normalizadas. Assim, se a defesa da família implica a recusa a agendas igualitárias e à pluralidade social, o problema vai além da disputa entre valores distintos e, parecidos, não poderia ser definido como uma questão identitária.

Os autoproclamados defensores da família são conservadores religiosos, mas também seculares, para quem existem problemas, a “destruição da família” e a “ameaça à infância”, que precisam ser enfrentados. Eles os atribuem a “um declínio generalizado dos valores familiares, o qual, por sua vez, associam ao feminismo, à revolução sexual, à liberação gay, a políticas de bem-estar social excessivamente generosas e à escalada das demandas por direitos sociais” (Stacey, 1996, p. 63). O termo neoconservadorismo tem sido utilizado, mais recentemente, para situar a oposição a agendas igualitárias e a transformações nos valores e configurações das relações conjugais, parentais, afetivas e sexuais. Recorremos a ele, acompanhando Biroli (2020), para iluminar sua

atuação em uma temporalidade específica, que se constitui a partir dos anos 1990. É quando atores antagônicos em suas posições morais e sua abordagem do gênero e dos direitos sexuais ganharam maior evidência na política nacional e internacional e nos debates públicos (movimentos feministas e evangélicos conservadores); emergiram alianças entre diferentes setores conservadores (que incluem novas alianças estratégicas entre católicos e evangélicos) e articulações transnacionais em reação à politização progressista das relações de gênero; e, ainda, a apologia à família se configurou em conjunto com a lógica e os efeitos do neoliberalismo (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Os atores neoconservadores aderem em graus distintos às abordagens repressivas à diversidade, mas é possível caracterizá-los como antipluralistas, já que mobilizam uma moral unitária, frequentemente de caráter religioso, em oposição ao pluralismo ético que caracteriza os movimentos feministas e os movimentos por direitos humanos e justiça social, de maneira mais ampla. Seu posicionamento como atores de direita e sua conexão com a extrema-direita se estabelecem, no entanto, em conjunturas específicas. É importante também não tomá-los como um retrato de todo o campo conservador e religioso, evangélico ou católico, mas como uma emergência cujas implicações em situações concretas precisam ser investigadas (Burity, 2021).

Ao mesmo tempo, vale observar que um setor importante na promoção do neoconservadorismo de tipo religioso no Brasil, os evangélicos, têm um rosto feminino (Machado, 2005). As mulheres que aderem ao pentecostalismo na América Latina são, em grande parte, mulheres de baixa renda afetadas pela precarização e pela restrição dos serviços públicos. Assim, as mesmas que enfrentam a precariedade e a insegurança podem ser também aquelas que, de uma perspectiva moral, reivindicam a relevância e responsabilidade da família (Lorey, 2015). Entre os evangélicos

latino-americanos, a defesa da família não vem necessariamente acoplada à domesticidade das mulheres, mas a uma composição patriarcal das interações entre o doméstico e o público (Gago, 2019). A doutrina pentecostal incide sobre as subjetividades feminina e masculina, redefinindo-as de modo que aproximaria as mulheres à esfera pública e os homens ao domínio familiar (Machado, 2005). Pode haver uma tendência à reconfiguração das relações de gênero, mantendo a centralidade da família patriarcal e delimitando, assim, os padrões aceitáveis das relações em termos práticos (do trabalho e do cuidado) e morais (da afetividade e da sexualidade).

Diante dessa complexidade, a noção de “moralização das inseguranças” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020) pode colaborar para se compreender que as ações neoconservadoras são, ao mesmo tempo, estratégicas no modo como definem problemas (moralizando-os) e referenciadas por problemas concretos, o quais são enfrentados pelas pessoas no seu cotidiano. Por exemplo, sustentar dependentes e manter seguras e sob os cuidados necessários às pessoas com quem se preocupam, em contextos de violência e precarização, é uma preocupação mobilizada pelas brasileiras e faz parte de sua compreensão do risco e da ordem desejada (FTS, 2019). Nesse sentido, a ativação de pânico morais (Miskolci, 2007) poderia ser compreendida não apenas como estratégia, mas referenciada por inseguranças reais e reações cotidianas às inseguranças, envolvendo, nesse caso, inseguranças relativas às transformações nas relações de gênero e nos padrões da sexualidade, nos avanços de moralidades alternativas e nas mudanças sociais que incidem sobre padrões da conjugalidade, da sexualidade e da parentalidade. Pode-se, ainda, relacioná-los a uma governabilidade baseada na insegurança (Lorey, 2015), o que nos leva a pensar nas lógicas contemporâneas de regulação dos conflitos.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, explicitou a centralidade do recurso às disputas morais na construção ou reafirmação de identidades e clivagens políticas. Em julho de 2019, o fundador do movimento Escola Sem Partido, Miguel Nagib, anunciaria o fim de suas atividades, argumentando que Bolsonaro havia abandonado o ESP ao indicar para o Ministério da Educação aliados de Olavo de Carvalho (UOL, 2022). Pouco depois, bolsonaristas no Congresso articularam o desarquivamento do Projeto de Lei (PL) e a criação de uma nova Comissão que acabou não sendo constituída. Apesar de não terem ocorrido novas atividades relativas ao PL na Câmara dos Deputados¹, um mapeamento de atores e políticas no Ministério da Educação (2019-2023) mostra que as ideias difundidas pelo movimento e mesmo alguns atores vinculados a ele estiveram presentes no governo de Bolsonaro. Nesse período, o “familismo” foi assumido como diretriz², em um reenquadramento das políticas públicas que posicionou a família como agrupamento funcional para a normalização das condutas (Biroli e Quintela, 2021).

O Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados

Estudos anteriores trataram das disputas em torno do ESP na Câmara dos Deputados, mapeando atores e temas. Miguel e Oliveira (2021) observaram a discussão realizada nas audiências públicas que discutiram o PL 7.180/2014 em 2017 e 2018. Eles identificaram três grandes temas: os discursos da neutralidade da escola, da defesa da família com perspectiva moral religiosa e do anticomunismo. Os autores chamam a atenção para os riscos à limitação ao

¹ Disponível em: <https://bit.ly/3QTGDYL>. Acesso em: 30 out. 2023.

² O decreto presidencial 10.570, de 9 de dezembro de 2020, instituiu a Estratégia Nacional para o Fortalecimento da Família e o comitê interministerial responsável por sua implementação. Disponível em: <https://bit.ly/3QTGMvh>. Acesso em: 6 out. 2021.

pensamento de esquerda – mesmo sem interdição legal. Faria e Resende (2021) também observaram o debate nas audiências públicas, mas focando na resistência ao projeto, identificando uma articulação pragmática entre neoliberais e neoconservadores, e uma resistência que tem sido parcialmente bem-sucedida. Santos (2018) analisou discursos realizados no plenário sobre “ideologia de gênero” e o ESP, observando que enquanto a maioria dos discursos sobre ideologia de gênero (83%) eram contrários às próprias discussões de gênero, os discursos no plenário sobre o ESP eram em sua maioria contrários ao projeto (67%), indicando que poucos parlamentares defenderam diretamente o ESP no período analisado.

Trabalhos anteriores, como o de Salles e Silva (2018), propõem conectar o ESP a processos de desdemocratização, que definem como perda da substância democrática, ainda que os procedimentos se mantenham. Para eles, o ESP defende um projeto de educação que promova “valores tradicionais”, na contramão de uma “educação democrática”. Queiroz et al (2021) também dialogam com a literatura sobre desdemocratização, apontando para o que definem como subversão da educação pública. Nosso artigo se insere nesses esforços de pesquisa, situando a atuação do ESP e as abordagens que mobilizam no debate sobre desdemocratização. A novidade na nossa abordagem está no fato de que nos debruçamos sobre mecanismos que vão além dos processos educacionais, pensando suas implicações para a democracia. Nesse sentido, nossa análise se aproxima em alguma medida daquelas que foram feitas por Miguel e Oliveira (2021), que ressaltam os efeitos de “estreitamento do debate público”, e Cabral (2019), que a partir do debate jurídico sobre direitos humanos, dialogando com Carl Schmitt, coloca em questão as premissas de neutralidade do Estado, primazia do privado sobre o “público educacional” e negação da liberdade e do pluralismo. Neste artigo, o diálogo

teórico com Wendy Brown, os trabalhos anteriores das autoras no campo da crítica feminista da democracia e as evidências coletadas pela pesquisa empírica levaram a destacar a expansão do privado e do controle sobre as condutas. Elas permitem perceber o ESP e os mecanismos que ativam como elementos dos processos de desdemocratização.

Iniciamos por uma breve contextualização da tramitação do ESP na Câmara dos Deputados. O PL 7.180/2014 tramitou inicialmente na Comissão de Educação, em 2014, sendo relatado pelo deputado Ariosto Holanda, do Partido Republicano da Ordem Social do Ceará (PROS/CE), que se pronunciou de forma contrária à aprovação. Em seu relatório, o deputado argumentou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), assim como a Constituição Federal, estabelece a liberdade de aprender e o pluralismo de ideias, sem inibir convicções religiosas. Ele discordou que ela preveja a precedência de valores familiares sobre a educação escolar, um ponto importante para nossa discussão. O parecer não chegou a ser votado pela Comissão e o PL foi arquivado com o fim da 54^a Legislatura.

Em 2015, o PL foi desarquivado e enviado novamente à Comissão de Educação, tendo como relator, dessa vez, o deputado Diego Garcia, do Partido Humanista da Solidariedade do Paraná (PHS/PR). Cabe mencionar que, no mesmo ano, Diego Garcia também foi relator do PL 6.583/2013, que propunha o Estatuto da Família³, na Comissão Especial criada para sua apreciação e se pronunciou a favor da aprovação. Engajado na promoção de agendas de “defesa da família”, este foi seu primeiro mandato como deputado federal. Em seu site, consta a informação de que sua candidatura nasceu, em 2014, de uma

³ O Estatuto da Família (PL 6.583/2013) foi proposto pelo deputado Anderson Ferreira, do Partido da República de Pernambuco (PR/PE) e busca restringir a definição de família excluindo outros arranjos da definição. O projeto foi aprovado na comissão especial criada para discuti-lo em 2015.

escolha dos coordenadores do Ministério de Fé e Política da Renovação Carismática Católica do Paraná. Ele se autoidentifica como um parlamentar que “pauta suas decisões nos valores cristãos: em defesa da família brasileira, da proteção ao direito à vida e também no combate à corrupção”⁴.

Em seu parecer, ele cita o Programa Brasil sem Homofobia⁵, que nomeia como “kit gay”, e critica a “ideologia de gênero”. Para ele, estaria em curso uma instrumentalização do ensino com objetivos políticos e ideológicos⁶. Segundo o relator, “esse engajamento político dos professores não apenas existe, como converge de maneira absolutamente consistente para a mesma faixa do espectro ideológico, o que agrava consideravelmente o problema” (BRASIL, 2015, p. 14).

Em maio de 2016, quase um ano após a apresentação do parecer de Diego Garcia na Comissão de Educação, foi criada a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº7180, de 2014, que seria constituído em outubro. A mesa foi composta pelo deputado Marcos Rogério, do Democratas de Rondônia, (DEM/RO), como presidente; pelos deputados Pastor Eurico (PHS/PE), Lincoln Portela, do Partido Republicano Brasileiro de Minas Gerais (PRB/MG) e Hildo Rocha, do Movimento Democrático Brasileiro do Maranhão (MDB/MA), como vice-presidentes; e pelo

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3QOc9HT>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁵ Em 2004, foi lançado o Programa Brasil sem Homofobia visando combater a violência contra a população LGBTI+. No âmbito desse programa, surgiu o projeto Escola sem Homofobia, estruturado em dois eixos. Um deles mais relacionado a uma estratégia de comunicação sobre homossexualidade em contextos educativos, e que incluía a produção do material que acabou sendo pejorativamente chamado de “kit gay” (Vital e Lopes, 2013).

⁶ É algo que desenvolve ao mencionar o PL 867/2015, apensado ao PL 7180/2014 em março de 2015. Chamamos a atenção para o PL 867/2015 em meio a tantos outros apensados porque ele busca incluir o ‘Programa Escola sem Partido’ entre as diretrizes e bases da educação nacional. Proposto pelo deputado Izalci (PSDB/DF), consta no PL que se espelha no anteprojeto de lei elaborado pelo Programa Escola sem Partido.

deputado Flavinho, do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB/SP), como relator. Cabe mencionar que Flavinho é católico; Hildo Rocha não se identifica publicamente com nenhuma religião, mas já participou de eventos católicos; por sua vez, os demais são evangélicos.

A maior parte das audiências públicas realizadas no âmbito dessa comissão para discutir o projeto ocorreram em 2017, apenas três foram em 2018. Após a última audiência, em 17 de abril de 2018, o relator, deputado Flavinho (PSB/SP), apresentou parecer pela aprovação do PL 7.180/2014 e de vários apensados. Nele, argumenta que o projeto de lei objetiva acabar com a militância político-partidária nas escolas, e não com o pensamento crítico, afirmando que a “propaganda partidária, unilateral, dentro da escola, é o que constitui a principal ameaça ao desenvolvimento da faculdade crítica do aluno” (BRASIL, 2018a, p. 11). O parlamentar também trata do Pacto de São José da Costa Rica, ressaltando que o documento menciona que é direito dos pais que os filhos recebam educação moral e religiosa conforme suas convicções. Justifica essa posição com um argumento com pretensão jurídica, o de que no Brasil a religião está presente no ordenamento constitucional, o que aproximaria nosso modelo de laicidade do americano, distinguindo-o do francês.

Ao mesmo tempo, ao justificar a necessidade do projeto, emerge em sua fala a ideia de que há uma ameaça a ser combatida, a “ideologia de gênero”. Segundo ele, “não há qualquer precedente civilizatório na história humana que demonstre que uma sociedade sexualmente plural seja realmente sustentável a longo prazo” (BRASIL, 2018a, p. 18). A heterossexualidade seria, assim, central para o desenvolvimento da civilização, enquanto uma sociedade sexualmente plural estaria sendo promovida na contramão desta. Baseada no “desconstrucionismo filosófico e no relativismo moral”, a “ideologia de gênero” não teria, além disso, respaldo científico.

Como o parecer foi favorável ao PL e apensados, o substitutivo apresentado incorporou as proposições contidas nestes, estabelecendo que os professores deveriam seguir uma série de ações para respeitar o direito dos pais a que seus filhos recebam educação moral de acordo com seus valores; não se aproveitar da audiência cativa dos alunos ou prejudicá-los por suas posições; apresentar as principais versões sobre questões políticas, socioculturais e econômicas. Além disso, deveria ser afixado nas salas de aula um cartaz com o conteúdo da lei discutida. Do ponto de vista legal, o PL também propunha a alteração no Art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para que fosse incluído um inciso que definisse a precedência da ordem familiar sobre a educação escolar e um parágrafo único para proibir o desenvolvimento de políticas de ensino que apliquem a “ideologia de gênero” ou usem os termos “gênero” e “orientação sexual” (BRASIL, 2018a).

Foram apresentadas 30 emendas ao substitutivo, quase todas (27) por deputados favoráveis ao projeto, com a aprovação pelo relator de emendas que levaram à inclusão dos artigos abaixo:

Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

Art. 7º No âmbito da educação básica, as escolas particulares de orientação confessional e ideologia específicas poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, as escolas deverão disponibilizar aos pais, ou responsáveis pelos estudantes, material informativo que

possibilite o pleno conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados. (BRASIL, 2018b, p. 12, 14)

Nos meses finais de 2018, a discussão se acirrou e a oposição conseguiu obstruir votações, o que levou ao arquivamento do projeto com o término da 55^a Legislatura. Na Legislatura que se iniciou em 2019, o PL foi desarquivado, como comentado anteriormente, mas sem nenhuma novidade na tramitação, já que a comissão não chegou a ser constituída. A única movimentação se refere a novos projetos que foram pensados, três em 2019, um em 2021 e um em 2023.

Análise das reuniões e audiências públicas: problemas, soluções e premissas

Nesta seção, analisamos a discussão realizada na Comissão Especial instalada no dia 5 de outubro de 2016. No site da Câmara dos Deputados, estão disponíveis notas taquigráficas de 31 reuniões ou audiências públicas realizadas em 2017 e 2018⁷. No total, 109 pessoas (84 homens e 25 mulheres) se pronunciaram, o que correspondeu, nesta pesquisa, a 265 fichas de manifestações individuais, que permitiram a análise detalhada dos discursos proferidos na Comissão Especial entre 7 de fevereiro de 2017 e 11 de dezembro de 2018⁸.

Foram lidas e fichadas as notas taquigráficas de 20 audiências públicas, duas reuniões com convidados e

⁷ Foram 15 audiências no primeiro semestre de 2017; duas audiências, uma reunião pública com convidados e uma reunião ordinária com convidados no 2º semestre de 2017; três audiências, duas reuniões ordinárias (uma delas para apresentação do parecer) e seis reuniões deliberativas em 2018.

⁸ Para cada parlamentar ou participante de reunião ou audiência pública que se pronunciou foi gerada uma ficha. Mesmo que a pessoa tenha se pronunciado mais de uma vez na mesma reunião, foi feita apenas uma ficha; por outro lado, se a mesma pessoa se pronunciou em reuniões diferentes, foi gerada uma ficha em seu nome para cada reunião, por isso o número total de fichas ultrapassa o de participantes.

nove reuniões com apenas deputados/as. Do total de fichas, 78% se referem a manifestações de parlamentares. Sobre a posição defendida, em 64,5% dos discursos, o projeto foi defendido; em 33,2% foi criticado; e nos 2,3% restantes não houve posição explícita. Nota-se uma atuação proeminente de homens na comissão, já que 83% dos discursos foram pronunciados por eles.

Nas audiências, as manifestações de parlamentares geraram 111 fichas (65,7%) e as de convidados 58 (34,3%), com 79,3% das manifestações favoráveis ao projeto. Isso se deve à baixa participação de parlamentares contrários ao ESP, que compareceram apenas nas reuniões deliberativas, enquanto deputados favoráveis ao ESP dominaram a Comissão Especial. Olhando apenas para os/as convidados/as, a aprovação cai para 69%, mas continua alta, indicando que a maioria dos/as convidados/as tinham uma posição favorável. Dos/as 58 convidados/as, 43% eram professores/as; 6,8% estudantes e vereadores/as; 5,4% jornalistas, havendo também representantes, presidentes ou coordenadores de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Os homens dominaram os debates, pronunciando 87,6% do total de discursos.

A atuação dos/as parlamentares em todas as reuniões (audiências, reuniões ordinárias e deliberativas) correspondeu a 207 fichas de manifestações individuais, nas quais se mantém a prevalência de posições favoráveis ao ESP (63,3%).

Os deputados que mais se pronunciaram de forma favorável ao projeto se identificam publicamente como evangélicos ou católicos. Lincoln Portela (PR/MG), Sóstenes Cavalcante (PSD/RJ), Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), Pastor Eurico (PHS/SP), Flavinho (PSB, PSC/SP), Alan Rick (PRB/AC) e Marco Feliciano (PSC/SP) fizeram nove ou mais discursos. Um único deputado entrou na lista daqueles que fizeram mais de nove pronunciamentos, mas posicionando-se contra o ESP. Trata-se do deputado Bacelar (Podemos/

BA), que também apresentou requerimentos para convidar especialistas que tinham visões críticas ao ESP. Entre os que mais se pronunciaram, é também o único que não se identifica publicamente como religioso e explicita posições em favor da diversidade nos conteúdos educacionais.

As temáticas de gênero e/ou sexualidade foram criticadas em 30,9% dos pronunciamentos; enquanto 13,6% dos discursos defenderam a importância desses temas serem debatidos. Isso significa que questões de gênero foram centrais não só nos documentos (projetos pensados, emendas apresentadas, pareceres), mas também no debate – estando presentes em 43,5% das fichas. Pode-se, assim, afirmar que o gênero esteve no centro das contendas travadas nas reuniões e audiências do ESP. O marxismo foi mencionado em 27,9% dos discursos, tendo sido criticado em 20,4% e defendido em 7,5%.

Nossa ficha de análise dos discursos ia além da identificação dos temas, colocando questões relativas às fronteiras entre o Estado e a família na definição dos processos e conteúdos educacionais, já que essa é uma dimensão central do ESP, como dito anteriormente. Analisamos cada pronunciamento procurando identificar como se posiciona em relação à “interferência estatal”⁹ na vida das pessoas/da família? e como se posiciona em relação à autoridade dos pais sobre as crianças?. Verificamos que 15,5% dos discursos explicitam posição contrária à atuação estatal e 18,1% defendem a autoridade familiar como algo que deve prevalecer sobre o âmbito estatal e escolar. Cabe mencionar que essas posições são muito próximas e são articuladas conjuntamente em muitos discursos, mas também podem ser defendidas separadamente. Além disso, elas só foram contabilizadas quando parlamentares fizeram menções diretas sobre o

⁹ Utilizamos a expressão “interferência estatal” entre aspas por entender que ela carrega um julgamento de que a atuação do Estado em relação às famílias seria equivocada e indevida.

assunto. Na maior parte dos discursos, não houve defesa ou ataque expresso à atuação do Estado ou autoridade dos pais.

Com base no debate teórico apresentado anteriormente e tendo como referência para a sistematização da análise o conceito de enquadramento de Robert Entman (1993) e a análise das problematizações de Carol Bacchi (2012, 2015), dividimos os discursos em três frentes. Elas correspondem à orientação para a ação que se estabelece e se justifica na medida em que o problema – a doutrinação dos estudantes – é salientado.

Para Entman (1993), os enquadramentos envolvem a definição de problemas e o diagnóstico de suas causas, podendo implicar julgamentos morais e, principalmente, indicar soluções. Definir problemas seria, assim, determinar o que um agente causal está fazendo, com quais consequências e benefícios, medidos geralmente de acordo com valores culturais compartilhados. De modo complementar, Bacchi (2012) vê a representação de problemas como algo central nas disputas políticas.

Na discussão sobre o ESP na Comissão Especial, o problema que tem saliência é a doutrinação de estudantes – crianças e adolescentes. As consequências dessa doutrinação seriam a má qualidade de ensino, a perda da autoridade familiar, a transmissão de um pensamento único (que seria de esquerda). Seriam custos causados pela ação de partidos de esquerda, governos identificados como de esquerda (governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), na sua percepção), movimentos feministas e LGBTQIAP+ e professoras e professores a eles alinhados.

Nesse quadro, tipificamos a orientação para a ação nos discursos em três frentes: (1) a expansão do privado (controle familiar) em detrimento do público (conteúdos educacionais comuns estabelecidos por meio de políticas públicas e instrumentos legais); (2) a censura de pautas e atores

(a restrição do que pode ser discutido, a definição de temas proibidos e a limitação da pluralidade de ideias e críticas); e (3) a retração do compromisso estatal com agendas igualitárias (a exclusão de conteúdos críticos às desigualdades socioeconômicas, de gênero, de raça e étnicas, rompendo com a adesão a compromissos anteriores no âmbito do sistema internacional de direitos humanos e suspendendo orientações públicas que se consolidaram ao longo da Nova República).

Nas três frentes, observamos transversalmente a relativização de valores e normas democrático-liberais e a restrição da pluralidade. Elas são justificadas em termos morais, como recurso necessário para a proteção da família e garantia de que suas convicções prevalecerão na educação das crianças e adolescentes. A essa justificativa, atrelou-se, em alguns casos, como se verá, a afirmação da racionalidade neoliberal como autoevidente e realista, em oposição a críticas esquerdistas, que seriam fundadas em ideologias. Nos dois casos, o recurso à censura viria como uma espécie de corretivo em nome de dois imperativos privados: as convicções familiares e a lógica de mercado.

Passamos, agora, às três frentes de orientação para a ação. Trata-se, assim, da identificação das soluções a partir do problema salientado, a doutrinação de estudantes nos discursos realizados por deputados/as e convidados/as na Comissão Especial que discutiu o PL 7.180/2014 e seus apensados, em 2017 e 2018:

a. A expansão do privado em detrimento do público/coletivo

Nos discursos realizados na comissão especial que discutiu o ESP, a preservação da família foi a principal justificação para medidas de retrocesso na regulação coletiva, que ampliariam a esfera pessoal protegida. Como dito anteriormente, a “doutrinação” foi salientada pelos defensores

do projeto como *problema*. Sua consequência seria a perda de autoridade dos pais ou das famílias; sua causa a atuação de professoras/es e escolas, alinhados aos movimentos feministas e LGBTQIAP+ e partidos de esquerda, incluindo nos processos educacionais discussões que ameaçariam a família e suas convicções¹⁰:

Essa relação da busca do conhecimento não pode se dar, nessa fase da criança e do adolescente, apenas entre professor e aluno. Para se completar, **ela tem que ter um elemento fundamental que se chama família**. [...] O projeto busca restaurar, resgatar **isso que, além de ser científico, é da própria natureza**. (Deputado João Campos – PSDB/GO, 15 fev. 2017).

Eu sou daqueles que acham que, **na educação, a obrigação principal é da família**. A escola complementa. Então, ela não pode contrapor o que a família acha. (Deputado Joaquim Passarinho – PSD/PA, 7 fev. 2017).

Não está em questão aqui a orientação sexual, não está! A questão é o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos. [...] **Meus filhos, minhas regras!** (Convidado, Miguel Nagib, 14 fev. 2017).

Acredito, Deputado Flavinho, que toda a educação infantil e o ensino fundamental, no que concerne aos professores, devam ser restritos somente ao básico: português e matemática. **Toda questão que envolve cidadania deve ficar a cargo apenas dos pais**. (Convidado, estudante Douglas Garcia, 14 mar. 2017).

A escola tem que ser meramente didática. Questões morais, religiosas são questões que a família deve tratar com as

¹⁰ Os grifos nos trechos de discursos, em toda a análise neste artigo, são das autoras.

crianças. Elas são sim vulneráveis e não têm a devida proteção dentro da sala de aula. Para isso existe o Escola sem Partido. Mas **eu creio que essa questão de cidadania, a questão da religião e a questão da moral devem pertencer à família.** (Convidada, jornalista e estudante Fernanda Salles, 14 mar. 2017).

Nós aprendemos a respeitar pai e mãe, a ter [...] uma concepção em relação à sociedade que nos foi legada pelos nossos ancestrais e que tem milênios. E agora **há uma imposição na sociedade de que nós aceitemos uma nova forma de ver o mundo**, uma nova forma de ver a família, uma nova forma de ver a cultura, **uma nova forma de educar as crianças, retirando-as do pátrio poder e entregando-as a uma espécie de ser indivisível, que, no caso, é o Estado** – o Estado brasileiro ou qualquer outro Estado -, que tem um poder muito maior do que o poder da família. (Deputado Rogério Marinho – PSDB/RN, 13 jun. 2017).

Outro ponto importante do projeto é **que seja respeitada a orientação sexual que a família confere ao aluno**, ao estudante, à criança. A família está em primeiro lugar na orientação. Isso deve ser respeitado. A criança não é propriedade da escola, muito menos do Estado. A criança tem como referencial natural a família. (Convidado, vereador Alexandre Aleluia, 9 maio 2017).

Como visto nos trechos de discursos acima, a defesa e idealização da família se estabelece em contraposição às políticas públicas e ao próprio Estado. A divisão entre as esferas pública e privada é reforçada, e o privado, para ser mais específico, a família, indicada como o espaço adequado e único para se ensinar sobre moral e até sobre cidadania. Nesse sentido, a proposição de Brown (2019) de que o neoliberalismo corresponde ao desmantelamento do social corresponde a argumentos que detectamos no debate sobre o

ESP. A ideia de que a cidadania corresponderia à família, e não a indivíduos ou grupos, defendida por uma convidada, se adequa perfeitamente à erosão do social e da sociedade.

A privatização no sentido econômico também fez parte dos debates, ainda que tenha sido menos tematizada do que as contendas em torno do gênero, nas quais a dimensão moral é evidente. O jornalista Leandro Narloch, que foi convidado para uma das audiências públicas do ESP, defendeu que instituições de educação privadas poderiam ter a liberdade de se orientar por certas visões de mundo se houvesse um contrato assinado com professores/as e pais e mães, enquanto as escolas públicas deveriam seguir a neutralidade política do Estado. Contratos privados são exaltados em detrimento de regulações coletivas orientadas por agendas de interesse público. Por outro lado, a neutralidade que deveria orientar as interações nas escolas públicas significa, na prática, a normalização da sociedade atualmente existente, com suas desigualdades de raça, gênero e classe.

Como discutido por Brown (2019), o neoliberalismo atua a partir da privatização econômica e na regulação da moralidade, aspectos que podem ser identificados nas participações de Leandro Narloch na comissão. Em sua fala, ele lança mão de ironias para contestar abordagens redistributivas do Estado. Ele afirma, por exemplo, que “[u]m terço da desigualdade no Brasil vem de depósitos das transferências do Estado” e diz que o “que mais aumenta a desigualdade no Brasil é a aposentadoria integral de funcionário público” (Brown, 2019, *acrécimo nosso*). Ao mesmo tempo, lança mão de ironia para contestar lutas emancipatórias, esvaziando seu sentido transformador ao argumentar que movimentos feministas e LGBTI+ “têm essa ideia de que a educação vai resolver tudo; de que, se nós falarmos algumas coisinhas para as crianças, elas vão ser santas, não vão esturpar, não vão olhar para as mulheres” (28 mar. 2017).

Perspectivas semelhantes estiveram presentes no discurso do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), em diferentes reuniões da Comissão Especial do ESP, ao tematizar o *homeschooling* e os interesses de mercado:

Eu tenho certeza de que as senhoras devem ser contrárias a esse tipo de projeto, assim como devem ser contrárias ao **homeschooling** ou ao **projeto que prevê vouchers para que as pessoas mais carentes possam matricular os seus filhos onde elas bem entenderem. Isso, sim, é liberdade!** Isso é dar liberdade àquele pai, que, se não quiser matricular o filho em determinada escola batista, ele matricula na escola onde há maior propagação do ateísmo. Esse é um problema dos pais; eles criam os filhos como bem entenderem! (Palmas.)

Mas **não podemos colocar na conta do Estado a educação dos nossos filhos.** Não podemos sair por aí fazendo filhos achando que a educação e todos os seus direitos têm que ficar a cargo do Estado. Eu gostaria muito de dar salários de 1 milhão de reais para todo mundo. Mas, será que isso é possível? Com certeza, não. Então, eu prefiro privilegiar a meritocracia.¹¹

A fala do deputado traz a ideia de que o Estado não tem que se responsabilizar pelos filhos, já que eles seriam uma responsabilidade das famílias. Brown (2015) discute como a governança neoliberal reforça o isolamento e empreendedorismo dos indivíduos ao transferir para eles e para outras instituições que não o Estado a autoridade, a tomada de decisões e a implementação de políticas. Nesse sentido, os indivíduos, as famílias e outras unidades seriam os únicos responsáveis por si mesmos. A associação entre a implementação de *vouchers* e liberdade presente no

¹¹ Deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP), 28 mar. 2017, Comissão Especial, Escola sem Partido.

discurso do deputado Eduardo Bolsonaro é um exemplo dessa dinâmica.

As falas de outros convidados também reforçariam essa posição neoliberal. Miguel Nagib, o idealizador do Projeto Escola Sem Partido, defendeu que sua inspiração foi o Código de Defesa do Consumidor, argumentando que os/as estudantes são meros consumidores que teriam “direito de conhecer os próprios direitos” (14 fev. 2017). É em seu pronunciamento que surge, também, a disputa em relação ao próprio sentido de democracia, algo que Biroli evidenciou em sua análise dos protestos contra a agenda de gênero em diferentes partes da América Latina (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, cap 3). Para ele, o que enfraqueceria a democracia é “o aparelhamento político-partidário”, já que ele “desequilibra o jogo político em favor de um dos competidores”. O suposto aparelhamento significaria, ainda, uma manipulação indevida das moralidades. “Quem diz o que é moral e o que é imoral é o padre, é o pastor, é o pai e a mãe, não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões” (14 fev. 2017). Fica, assim, indicado o entendimento de que a politização dos debates atentaria contra a democracia, enquanto a promoção de códigos morais com perspectiva religiosa não o faria. Essa é, possivelmente, uma das faces da antipolítica: a despolitização promovida conjuntamente com moralidades conservadoras.

A censura de pautas e atores

Uma das principais controvérsias em torno do ESP se relaciona com a censura de temas e atores. Os alvos do ESP nem sempre foram os mesmos. Miguel (2016) relata que, no início, o movimento estava mais focado em combater a “doutrinação marxista”, algo que seria um resquício da ditadura militar, mas que o movimento ganharia força ao tratar

mais diretamente da “ideologia de gênero”, em aliança com setores religiosos conservadores. Nos debates na Câmara, como dissemos anteriormente, gênero e marxismo são temas recorrentes. Os atores que promoveriam essas “ideologias” são, portanto, os alvos de potencial censura.

Os trechos de discursos a seguir ilustram como parlamentares e convidados construíram o problema da “doutrinação” nas escolas, identificando as discussões sobre sexismo, homofobia, desigualdades de classe etc. por professoras/es como as causas desse problema, de que seria consequência a má qualidade do ensino:

Segundo o sexismo, a família é um lugar de opressão do macho sobre a fêmea, do pai sobre o filho. Segundo a ideologia racista, os brancos oprimem os outros povos coloridos. E as ideologias religiosas são a invenção de um Deus poderoso para garantir a hegemonia política de uma classe. **Ela está dizendo aqui que a escola é um lugar estratégico de emancipação política dessas coisas**, isto é, **da família, do racismo e das religiões** (Convidado, professor UFPA, Victor Sales Pinheiro, 18 abr. 2017).

Senhores, eu estou falando aquilo que vivi, porque, dentro da sala de aula, existe uma relação direta de causa e efeito, doutrinação e ditadura. **Quando o professor descarrega discursos políticos sobre os alunos, aquele que pensa de forma divergente, logicamente vai ficar com medo de se expor. E, quando ele se expõe, tem a sua integridade física e moral colocada em risco.** Foi isso que eu presenciei durante todo o meu ensino fundamental; foi isso que presenciei durante todo o meu ensino médio. (Convidado, técnico de informática e estudante, Douglas Garcia, 14 mar. 2017).

Omitir os males do comunismo é o que se espera de um professor. Contar que Che e Fidel foram grandes líderes é o que se espera de um professor. **Ser a favor das cotas e**

lembrar temas como dívida histórica com negros e índios é o que se espera de um professor. Falar de feminismo é também o que se espera de um professor. **Ensinar e promover práticas sobre questões de gênero que favoreçam uma confusão na cabeça das crianças é o que se espera de um professor.** Criticar evangélicos e católicos e dizer que devemos defender o islamismo porque é uma questão de tolerância é o que se espera de um professor. (Convidada, professora, Silvana Monteiro, em Campinas, 10 abr. 2018).

A oposição ao debate sobre gênero, abordado como “ideologia de gênero”, conduz aos movimentos feministas e LGBTQIAP+, assim como a pesquisadoras e docentes feministas, atacados em diferentes falas. A oposição ao debate crítico socioeconômico, abordado como “doutrinação marxista”, por sua vez, conduz a partidos de esquerda e movimentos sociais que promovem pautas igualitárias e de direitos humanos.

A noção de neutralidade é importante também aqui. Há, ainda, o recurso ao entendimento de que se trata de garantir o equilíbrio entre dois lados, ainda que um deles corresponda à posições fora do espectro dos direitos humanos e dos limites do aceitável em democracias liberais. O discurso abaixo é um exemplo dessa posição:

Por exemplo, professor, o senhor citou o caso de um professor que foi questionado pelo pai porque não falou dos benefícios do nazismo. Eu acho que o professor poderia ter dito *há quem diga que teve benefícios assim, assim e assim.*
Eu não concordo, mas há quem diga.

Eu dou aula de Direito Penal. Quando trato da questão do estupro, digo aos meus alunos: *Marido não pode estuprar a mulher, porque isso não é exercício regular do Direito, mas há doutrinador que diz o contrário. Eu sou contra, mas há*

doutrinador que diz. (Convidado, professor na UFG, Pedro Sérgio dos Santos, 7 mar. 2017).

Há, em perspectiva distinta, deputados/as e convidados/as que defendem a censura abertamente, isto é, a proibição de que determinados temas sejam discutidos, já que estudantes estariam na escola para aprender disciplinas como português e matemática, e não para ouvir e discutir questões relativas às desigualdades e às opressões. Essa posição pode ser exemplificada pelo discurso abaixo:

Professor é professor, tem direito de falar e de ensinar. A nossa questão é que ele ensine o que tem de ser ensinado; que ele dê conta da matéria e que não queira aproveitar a sua função de professor e queira catequizar os alunos para a ideologia A, B ou C que ele defende (Deputado Pastor Eurico, PHS/SP, 14 fev. 2017).

A restrição dessas discussões e temáticas estaria justificada porque elas não fariam parte dos currículos das disciplinas. Essas abordagens dos problemas na educação é que permitiram identificar professores, movimentos sociais e partidos de esquerda como alvo de partidários do ESP. Nesse sentido, é relevante o debate em torno da diferença entre liberdade de expressão e liberdade de cátedra:

Entendo que **o professor tem liberdade de ensinar, mas não tem liberdade de expressão.** O professor, no seu tempo de aula, não tem liberdade de expressão. Um professor de Matemática tem que dar aula de Matemática, ele não pode falar sobre o que ele quiser. (Leandro Narloch, 28 mar. 2017).

Quando nós fazemos a distinção entre liberdade de expressão e liberdade de cátedra é exatamente no sentido

de que, dentro da sala de aula, não há liberdade de expressão, há liberdade de cátedra. O professor, ao exercer o seu mister, ao transmitir os seus conhecimentos no exercício da sua atividade, tem ampla liberdade para expor, de acordo com o projeto pedagógico da escola, de acordo com o plano de trabalho, de acordo com o currículo, com a base curricular, conforme estas balizas. (Convidado, Procurador da República, Aílton Benedito, 4 abr. 2017).

Alguns professores, alguns educadores, em sala de aula, **confundiram a liberdade do tema com a libertinagem do tema** e avançaram muito. **Querem discutir tudo: a opção sexual do meu filho, a religião do meu filho**, tudo do meu filho, inclusive o partido político dele. Isso é inadmissível. (Deputado Nilson Leitão, PSDB/MT, 22 nov. 2018).

Os trechos de discursos acima tratam da questão da liberdade e defendem que professores não têm o direito de tratar em sala de aula questões que não se relacionem com o conteúdo programado. Alguns projetos de lei apensados ao PL principal procuraram institucionalizar a censura, proibindo a distribuição em escolas públicas de livros que tratassem de diversidade sexual (PL 5.487/2016) ou proibindo a “disseminação da ideologia de gênero nas escolas” (PL 10.577/2018).

Um dos casos de repercussão relacionado ao ESP colocaria o feminismo no centro das disputas. Ana Caroline Campagnolo, que foi mestranda na Universidade Estadual de Santa Catarina e protagonizou uma polêmica com a sua então orientadora, participou de uma das audiências (15 fev. 2017). Na ocasião, ela foi indagada pelo deputado Flavinho se existia na grade curricular a disciplina feminismo e respondeu que a disciplina que sua orientadora ministrava, que havia sido objeto de contestações públicas que deram a Campagnolo visibilidade nacional, se chamava História e Gênero, e afirmou que o problema estaria na “aplicação” de teorias sem “comprovação científica”:

Nem todo o historiador, nem todo sociólogo defende a teoria de gênero. Então, não existe unanimidade nem entre eles. Passar isso para a escola como obrigatório deveria ser ilegal. Na verdade, já é ilegal. Eu ainda posso me defender do que a professora fez comigo, porque já sou maior de idade, posso processá-la, inclusive. A grande questão é: e as crianças que não podem se defender e nem sabem o que está acontecendo? (Convidada, Ana Caroline Campagnolo, 15 fev. 2017).

Assim como no debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, no qual o argumento de que a maioria da população brasileira é cristã, por isso o aborto não deveria ser um direito foi recorrente (Santos, 2015), nas discussões sobre o ESP, a proteção dos direitos das minorias, preocupação clássica e central de teóricos liberais do século XIX, como Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, foi relegada a segundo plano. Como é possível ver no trecho a seguir:

Na democracia, claro, você tem que respeitar a minoria, mas tem que atender a maioria, e a maioria da população brasileira é cristã; se não é cristã, de alguma forma é conservadora e, com certeza, essas pautas que os professores tentam enfiar goela abaixo nessas propostas não seriam votadas pelos Parlamentares. Então, muitas vezes os professores tentam ser mais do que o Poder Legislativo (Convidada, Ana Campagnolo, 15 fev. 2017).

Um dos argumentos usados pelos deputados foi que um dos problemas das escolas é que as crianças não têm a liberdade de não estar presente ou de se retirarem, elas seriam obrigadas a ouvir o que o professor fala, e, por essa razão, o uso do cartaz com os direitos dos alunos afixado nas salas seria essencial: daria a elas a clareza de seus direitos a recusar certas discussões e aulas. Dessa forma,

o cartaz seria a solução para o problema da doutrinação nas escolas, atingindo muito diretamente a pluralidade nesses espaços coletivos.

O Escola sem Partido está ali. A única obrigatoriedade é colocar um cartaz como aquele na parede. O que é que aquilo pode atrapalhar alguém? Não atrapalha ninguém em nada. Não tira do professor o seu direito de cátedra, não coloca uma mordaca na boca do professor. Vai, sim, mutilar aqueles professores de esquerda que não sabem fazer outra coisa a não ser xingar, brigar, humilhar. (Deputado Pastor Marco Feliciano, PSC/SP, 8 ago. 2017).

Em diferentes discursos, parlamentares falavam que não entendiam o motivo de tanta contestação, já que a lei que queriam aprovar se resumia à fixação do cartaz nas escolas. Porém, é possível dizer que o cartaz faz parte dessa solução do problema relacionada à busca pela restrição e censura de temas que podem ser discutidos em sala de aula. O discurso acima resume o argumento e também mostra a visão de alguns parlamentares sobre “professores de esquerda”.

A retração do compromisso estatal com agendas igualitárias

As duas frentes anteriores estão diretamente relacionadas à perspectiva da retração do compromisso estatal com agendas igualitárias. A proibição de que determinadas temáticas sejam discutidas nas escolas é um movimento no sentido da reprivatização e recusa de que a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária seria responsabilidade do Estado, por meio de políticas públicas compatíveis com esses valores.

Para parlamentares e convidadas/os que discursaram em favor do ESP, grupos e movimentos críticos das desigualdades visavam dividir a sociedade brasileira, inventando

opressões que não existiriam, que seriam ilusórias. A agenda de gênero e, em particular, a educação sexual são vistas como conflitivas, antagônicas à ordem familiar e social, que aparecem fundidas nos discursos. Mas é interessante observar que as divisões de classe – entre patrões e empregados, como aparece em um dos trechos destacados abaixo – sejam também vistas como invenções da esquerda.

Ensinar educação sexual para uma criança de 6, 7 ou 8 anos de idade, com a convicção dele – a convicção dos macaquinhos que colocavam o dedo no ânus do senhor da frente -, usando o dinheiro público, não é minha convicção. [...]

Isso é a sindicalização, é o confronto do nós e eles dentro das escolas: é o pobre contra o rico, é o homossexual contra o heterossexual, é o branco contra o negro.

Nós somos todos iguais, mas, para governar, eles têm que dividir. E nos dividem também dividindo os professores e professoras do nosso País. (Deputado Delegado Franceschini, SD/PR, 13 jun. 2017).

Eu trago aqui um dado. A Noruega é tida como um país exemplo em igualdade de gênero. E lá, no universo das enfermeiras, 90% são mulheres, enquanto apenas 10% dos engenheiros são do sexo feminino. A pergunta que eu faço é a seguinte: existe preconceito nisso? Será que tudo na nossa vida tem que ser meio a meio? Ou não? Se a nossa população é composta 55% de mulheres, tem que haver 55% de Parlamentares mulheres? Isso eu vejo como uma certa ignorância. **Nós vamos deixando de lado a meritocracia e vamos nos agarrando apenas ao que conseguimos ver.** Eu não sei nem se dá para chamar isso de raciocínio.

Levam isso para o caso dos presidiários: Ah, porque a maioria dos presidiários é negra. Ora, será que no

Código Penal está escrito isto: roubar, 10 a 20 anos, mas, se for negro, de 20 a 30? Será que a polícia é formada exclusivamente por negros? Mas **eles tentam, de alguma maneira, deturpar a realidade, para jogar uns contra os outros, e ai daquele que falar o contrário, porque, se fizer isso, é racista.** E depois a nossa sociedade não sabe por que estamos tão divididos. É porque não há mais debate hoje em dia. Você é contra as cotas raciais? Você é racista. Você é contra o kit gay? Você é homofóbico. Você é contra o Bolsa Família, quer uma saída para o Bolsa Família? Então você é contra os nordestinos, é contra os pobres. É contra a Lei da Palmada? Então você é a favor da tortura de crianças. É isso o que a sociedade não aguenta mais. (Deputado Eduardo Bolsonaro, 8 ago. 2017).

Nós estamos assistindo à população brasileira sendo dividida entre nós e eles, entre patrões e empregados,

com intolerância e preconceito sempre entre um lado e outro. Lembro que muitas vezes nós nos unimos somente em Copas do Mundo. Quando acabam as Copas do Mundo, parece que o País se divide de novo. (Convidado, vereador Belo Horizonte, Fernando Borja, 4 abr. 2018).

Essa retração do compromisso igualitário e naturalização das desigualdades também se apresenta quando o mercado é ressaltado como o lugar neutro em que todos seriam iguais e teriam as mesmas condições. Nesse sentido, subentende-se que o Estado não teria um papel de buscar a igualdade porque o mercado já promoveria a competição e isso seria suficiente. Essa ideia pode ser observada na fala abaixo:

Fazer uma opção de gênero ou fazer uma opção de raça é olhar para a pessoa e dizer: *Olhe, eu o respeito. E exatamente porque o respeito,* vou dar a você condições de competitividade, seja você branco, negro, homossexual, heterossexual.

Não interessa isso, você vai ser competitivo no mercado!
*E eu o respeito por isso. Agora, começar a dizer para a pessoa:
Você é negro, então você vai ser respeitado porque você é negro,
não porque você é competitivo. E você vai ser respeitado porque você
é homossexual, porque você é mulher...* (Convidado, professor na
UFG, Pedro Sérgio dos Santos, 7 mar. 2017).

Entendemos que a retração do compromisso estatal com agendas igualitárias, como dito anteriormente, se relaciona diretamente com as questões discutidas nos tópicos a e b. Quando discutimos sobre a expansão da esfera pessoal, também apresentamos alguns discursos nos quais o mercado é exaltado em detrimento do Estado. Parece-nos que algumas premissas presentes no debate que ocorreu na Comissão Especial são representativas da racionalidade neoliberal – como a de que o mercado seria a esfera ideal de regulação de todos os aspectos da vida. Como discutem Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, ao destacar e incentivar a competição no lugar da troca, naturaliza as desigualdades. E essa naturalização se apresenta no debate do ESP tanto quando parlamentares e convidados criticam uma divisão supostamente artificial da sociedade quanto quando ressaltam o mercado como o local em que gênero, classe e raça não importariam, em que todos seriam iguais.

Também na primeira frente discutida, quando tratamos da expansão da esfera pessoal, e trouxemos exemplos de discursos que reforçavam o mercado e defendiam a liberdade no mercado, mencionamos que o neoliberalismo reforçava a ideia da responsabilidade de famílias e indivíduos, retirando a responsabilidade estatal. Tronto (2013) argumenta que enxergar a responsabilidade pessoal como a única que importa é problemático porque parte do pressuposto de que os pontos iniciais e finais das vidas das pessoas são iguais e, por isso, seria possível cobrar o mesmo grau de responsabilidade de todos. A responsabilidade pessoal,

nessa perspectiva, seria antidemocrática porque não considera os efeitos que grandes níveis de desigualdades terão nos indivíduos e na vida pública; e porque supõe que todas as instituições sociais possuem a forma de um mercado ideal que seria neutro, sem passado, limites ou preocupações – suposição irreal já que o mercado beneficia os que já estão em uma posição favorável e prejudica quem não está (Tronto, 2013).

Conclusão

Quando estão em jogo direitos das mulheres, de pessoas LGBTQIAP+ e de crianças, a oposição a direitos em nome da defesa da família tem sido uma constante. Teixeira e Biroli (2022, p. 23), analisando a reação à igualdade de gênero e diversidade sexual na Câmara dos Deputados, observaram que apesar de a maioria das proposições terem sido apresentadas por parlamentares religiosos, a linguagem era predominantemente laica e “pautada na ideia de que se trata da defesa de direitos constituídos em nome da família”. No debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, afirmou-se em muitos momentos que a descriminalização da interrupção da gravidez colocaria em risco a família (Santos, 2015). Quando foi discutida, na mesma casa, a proibição de castigos físicos e degradantes a crianças e adolescentes (PL 7.672/2010, conhecido como Lei Menino Bernardo) e a definição de família (PL 6583/2013, conhecido como Estatuto da Família), o argumento de que era preciso defender a família e a autoridade familiar também se destacou como contraponto à preservação do direito à integridade das crianças e do respeito à pluralidade dos arranjos familiares (Santos, 2019). Biroli, Macgado e Vaggione (2020) e Biroli (2019) mostraram que a mobilização da família para justificar o bloqueio a direitos não se restringe ao Brasil. Tem se apresentado em diferentes países da América Latina e constitui

processos de desdemocratização em outras partes do mundo, como o leste e centro da Europa (Roggeband; Kriszán, 2018).

Entendemos que a discussão realizada neste artigo indica que, no caso do ESP, destaca-se o mecanismo de privatização como forma de captura do público e do coletivo, associado à expansão do controle sobre as condutas. No artigo, destacamos os problemas e orientações apontados pelos defensores do ESP em seus discursos na comissão especial, organizando-os analiticamente nos seguintes eixos (1) a expansão do privado em detrimento do público; (2) a censura de pautas e atores; e (3) a retração do compromisso estatal com agendas igualitárias.

Vale reforçar que eles vão além da recusa de um tipo de educação. Apresentam alternativas contrárias a valores e normas democráticas, mas que poderiam ser incorporadas em um processo de limitação dos sentidos da democracia e de recorte da cidadania. Nelas, a afirmação da autoridade familiar e religiosa como fonte legítima para tratar de temas como gênero e sexualidade é um elemento importante.

Em sociedades nas quais o gênero é constitutivo das hierarquias e violências, inclusive na configuração familiar, a expansão do privado significa, para dialogar novamente com Wendy Brown, a normalização e normatização de desigualdades e injustiças existentes. Os mecanismos apontados na análise ativam o contraponto entre o Estado como fonte indesejável de regulações extrafamiliares e o mercado como âmbito em que a liberdade pode se manifestar. Vale observar, ainda, que uma das faces do controle sobre as condutas é a produção do que Amaya (2017) definiu, em sua análise do caso colombiano, como públicos vigilantes. Nesse caso, estudantes, pais e organizações conservadoras e de extrema-direita são chamados a denunciar docentes que confrontem o silenciamento que se procura impor.

A retração do público (do coletivo e do papel distributivo do Estado), as restrições à pluralidade (pela censura e

potencial silenciamento de posições críticas) e o descompromisso com a justiça social e a igualdade (pela normalização e normatização de hierarquias e violências) constituem a desdemocratização no país. Os sentidos da privatização não são únicos. A expansão do papel da família é fundamental aos projetos que envolvem a redução de direitos sociais e o desmonte de políticas públicas que dão suporte à vulnerabilidade – por exemplo, a retração nos direitos trabalhistas e de direitos e políticas nas áreas de seguridade, assistência social, saúde e educação. Mas a família figura, também, como justificção moral para formas autoritárias de controle sobre condutas. A ativação da autoridade familiar como resposta às inseguranças corresponde à promessa de que uma ordem hierárquica pode ser restaurada.

Bibliografia

- AMAYA, José Fernando Serrano. 2017. La tormenta perfecta: ideología de género y articulación de públicos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 27, pp. 149-171.
- AVRITZER, Leonardo. 2018. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos Estudos Cebrap*, v. 37, n. 2, pp. 273-289.
- BACCHI, Carol. 2012. Why study problematizations? Making politics visible. *Open Journal of Political Science*, v. 2, n. 1, pp. 1-8.
- BACCHI, Carol. 2015. The turn to problematization: political implications of contrasting interpretive and poststructural adaptations. *Open Journal of Political Science*, n. 5, pp. 1-12.
- BALLESTRIN, Luciana. 2022. Junho de 2013 e a crise democrática no Brasil: notas finais. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo. *Junho de 2013: Sociedade, Política e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- BIROLI, Flávia. 2020. The backlash against gender equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. *Lasa Forum*, v. 51, n. 2, pp. 22-26.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. 2020. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo.
- BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. 2021. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da ‘defesa da família’. In: AVRITZER,

Leonardo *et al.* (org.). *Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 343-358.

- BRASIL. 2014. *Projeto de Lei nº 7180 de 24 de fevereiro de 2014*. Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro. Deputado Erivelton Santana. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bit.ly/40ToBdL>. Acesso em: 30 out. 2023.
- BRASIL. 2015. *Parecer 2 do relator do Projeto de Lei 7.180/2014 na Comissão de Educação*. Deputado Diego Garcia (PHS/PR) em 22 de maio de 2015. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bit.ly/3SQmRjL>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- BRASIL. 2018a. *Parecer 1 do Relator do Projeto de Lei nº 7.180/2014 na Comissão Especial*. Deputado Flavinho (PSC/SP) em 8 de maio de 2018. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bit.ly/3QRQ8I3>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- BRASIL. 2018b. *Parecer do relator às emendas apresentadas ao Substitutivo 1 do Projeto de Lei nº 7.180/2014 na Comissão Especial*. Deputado Flavinho (PSC/SP) em 30 de outubro de 2018. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://bit.ly/47Jxuc5>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- BRINGEL, Breno. 2022. Campos de ação e conflito político no Brasil. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo. *Junho de 2013: Sociedade, Política e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- BROWN, Wendy. 2019. *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. Nova York: Columbia University Press.
- BROWN, Wendy. 2015. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books.
- BURITY, Joanildo. 2021. The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. *Brazilian Political Science Review, Forum*, v. 15, n. 3.
- CABRAL, Guilherme Perez. 2019. The Escola Sem Partido movement standpoints. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, v. 35, pp. 431-453.

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- ENTMAN, Robert. 1993. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4.
- FARIA, C. F.; RESENDE, M. 2021. 'Despublicização' e resistência em múltiplas arenas: uma análise dos discursos e das práticas sociais contra o ESP. In: *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 45., Belo Horizonte.
- FTS – FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. 2019. *O conservadorismo e a questão social*. São Paulo: Fundação Tide Setubal.
- GAGO, Veronica. 2019. *La potencia feminista – o el deseo de cambiarlo todo*. Buenos Aires: Elefante.
- LACERDA, Marina Basso. 2019. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk.
- LOREY, Isabell. 2015. *State of Insecurity: Government of the Precarious*. Nova York: Verso.
- MACEDO, Elizabeth. 2017. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, pp. 507-524.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. 2005. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, pp. 387-396.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2016. Da 'doutrinação marxista' à 'ideologia de gênero': o 'Escola Sem Partido' e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, v. 7, n. 3, pp. 590-621.
- MIGUEL, Luis Felipe; OLIVEIRA, Michel. 2021. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do 'Escola Sem Partido'. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 6, n. 2, pp. 261-278.
- MISKOLCI, Richard. 2007. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, pp. 101-128.
- PINTO, Céli. 2022. Para uma leitura pós-estruturalista dos eventos de 2013. In: TAVARES, Francisco; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo (org.). *Junho de 2013: Sociedade, Política e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- QUEIROZ, Carlos Matheus Prado et al. 2021. Escola Sem Partido e o neoliberalismo nos projetos de educação pública. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA, 11., Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte.
- ROGGE BAND, Conny; KRIZSÁN, Andrea. 2018. Reversing gender policy progress: patterns of backsliding in Central and Eastern European new democracies. *European Journal of Gender and Politics*, v. 1, n. 3, pp. 367-85.

- SALLES, Diogo da Costa; SILVA, Renata. (2018). O Escola Sem Partido na desdemocratização brasileira. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudência (org.). *Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. 2019. “As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo”. Tese de Doutorado em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, DF: UnB.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. 2015. “O debate parlamentar sobre aborto no Brasil : atores, posições e argumentos”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, DF: UnB.
- SINGER, André. 2020. The failure of Dilma Rousseff developmentalist experiment. *Latin American perspectives*, v. 47, n. 1, pp. 152-168.
- SOLANO, Esther. 2018a. Crise da democracia e extremismos de direita. *Friedrich Ebert Stiftung*, n. 42, pp. 1-29.
- SOLANO, Esther (org.). 2018b. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- STACEY, Judith. 1996. *In the name of the Family: rethinking family values in the postmodern age*. Boston: Beacon Press.
- TEIXEIRA, Raniery Parra; BIROLI, Flávia. 2022. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 38, pp. 1-40.
- TILLY, Charles. 1998. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press.
- TRONTO, Joan. 2013. *Caring democracy: markets, equality, and justice*. New York: New York University Press.
- UOL. 2022. Fundador do Escola sem Partido cita ‘abandono’ de Bolsonaro e culpa Olavo. *UOL*, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3MVVIbm>. Acesso em: 30 out. 2023.
- VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. 2013. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião (ISER).



DIREITO INACESSÍVEL: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ELEIÇÕES NO BRASIL

Gustavo Martins Piccolo

Professor doutor da Universidade de Araraquara, Araraquara, SP, Brasil.

E-mail: gupiccolo@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6078-9176>

Enicéia Gonçalves Mendes

Professora doutora da Universidade Federal de São Carlos,

São Carlos, SP, Brasil. E-mail: egmendes@ufscar.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3673-0681>

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-287323/120>

Introdução

Após mais de uma década da promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), primeiro tratado sobre Direitos Humanos do século XXI, podemos asseverar com relativa segurança que a ideia de inclusão se afigura como uma das grandes máximas igualitárias da contemporaneidade ao escorar as promessas da construção de uma sociedade mais justa, acessível e que visualize na liberdade alheia os supostos materializáveis da própria liberdade.

Entretanto, as extremas desigualdades materiais e a presença de chauvinismos, racismos, machismos, capacitismos e xenofobias denotam a persistência no tempo daquilo que de *jure et de facto* ainda não se quedou superado. Apesar de conjurar uma linha progressiva linear rumo à liberdade e igual dignidade, o tempo presente se conflagra com o

alargamento das injustiças sociais e da distância geométrica entre ricos e pobres.

Este contexto desigual se reverbera por todas as esferas da sociedade e, no campo político, nas formas de ocupação destes espaços mediante processo eleitoral. Não são raros os segmentos que asseveram não estarem representados nas arenas políticas de maneira minimamente compatível a sua expressão populacional. Embora não seja regra, é patente que as desigualdades nas formas de redistribuição e reconhecimento existentes engendrem assimetrias políticas que promovam exclusão ou sub-representação de grupamentos em discussões influentes e relevantes sobre seu próprio futuro.

A ausência ou presença marginal de grupos minoritários na política induz a concentração de poder nas mãos de poucos, o que tende a centralizar as discussões neste campo a um ordenamento normativo estreito e pouco afeito às desigualdades derivadas de injustiças estruturais, obstaculizando, assim, supostos que avertam a necessidade de transformações na sociedade como um todo. Aludido ordenamento normativo trata a diferença como desvio e restringe as possibilidades de acesso e êxito social aos segmentos não hegemônicos, deslocando-os a terrenos marginais nas esferas de poder. Isto porque as paisagens de exclusão, para além de serem construídas no tempo e na história, também o são nos espaços sociais que habitamos. Assim, a homogeneização de determinado espaço produz como derivativo a ideia de que aqueles que não se fazem ali presentes não são bem-vindos, o que contribui com a formação de preconceitos e assimetrias das mais diversas em sociedade.

Isto posto, se mostra como angular a reordenação destes espaços para que catalisem proposições que interatuem na configuração de contextos mais justos, solidários e acessíveis. Se a premissa dos regimes democráticos, como pontua



Young (2000), é a promoção de justiça e inclusão em todas as esferas representativas, mostra-se substancial refletir sobre como se expressam as formas de participação na sociedade e se estas confluem aos anseios postulados.

Alguns dirão que qualquer associação entre representação e democracia é inadequada e que tal diáde não se confunde no correr das épocas, uma vez que a democracia, no entender de Manin (1997), se escora na premissa de igualdade entre todos os cidadãos e a eleição, marca definidora do sistema representativo, designa uma seleção que traz em sua raiz o princípio aristocrático da distinção, inexistente na ideia primeva formulada pelos gregos e que se escorava na formulação de deliberações por todos os seus cidadãos, o que é uma verdade incontestável.

Todavia, essa aparência democrática grega guarda uma contradição fundamental. A definição de cidadão na pólis, único que podia participar da atividade política, excluía mulheres, escravos, estrangeiros e pessoas que sem posse de terras, o que configurava a poucos e seletos homens a possibilidade de presença em debates públicos, não muito diferente do ocorrido posteriormente na *civitas* romana. É equivocado, portanto, atribuir a tais sociedades, que não comungaram da separação entre arena institucional e social, características das contemporâneas democracias representativas, tampouco considerá-las como superiores democraticamente pela abrangência do debate público envolvendo seus membros, uma vez que estes integrantes eram todos homens, de estrato socioeconômico semelhantes e interesses próximos. Não é de se estranhar que a iconografia da época destacava o caráter cordato desses debates públicos. Concordar com quem pensa de forma análoga é exercício pouco produtivo do ponto de vista libertário, pois como alertava Luxemburgo (2017), liberdade é sempre a liberdade de quem pensa diferente de nós.

A solidez de um sistema democrático quase oligárquico não tardaria a colapsar e ser substituída. Conforme Manin (1997), com a extensão territorial dos Estados e o

subsequente crescimento populacional, a complexidade assumida pelas relações institucionais praticamente inviabilizou o caráter operativo das democracias diretas nas eras contemporâneas, que se viram substituídas, nos países ditos democráticos, pelo sistema representativo eleitoral como modelo possível de ser operado em um contexto de largos desafios e novas possibilidades advindas das revoluções nos modos de produção e relação.

Para Urbinati e Warren (2008), por representação eleitoral devemos entender um modelo de mediação pelo qual os escolhidos através de eleições se mostram autorizados a representarem cidadãos e a agir em nome dos interesses expressos por estes. Todavia, para além disso, os eleitos também representam os próprios interesses, assim como, porventura, os de seu partido político e do Estado, elemento que denota a complexidade destas relações, às vezes contraditórias, e que se materializa na chamada incompatibilidade entre o prometido e o praticado.

Ainda que não gerado no entremeio da Revolução Francesa, por ser anterior a ela, a ideia de democracia repre-
premissa jacobina de que os atingidos pelas deliberações políticas devem ser incluídos no processo de sua feitura, postulado gerador de intensa pressão pelo alargamento do sufrágio a parcelas cada vez maiores da população.

No entender de Urbinati e Warren (2008), as democracias representativas de fato se mostraram competentes para acomodar, ainda que sempre após lutas e jamais como dádivas, a gradação de participação política não institucionalizada a níveis nunca antes presenciados, todavia, um novo desafio se arvora, a citar, o deslocamento, a pluralização e a redefinição do campo dos representados para além de limites fronteiros do estratos hegemônicos de forma a englobar tensões de gênero, classe, raça, deficiência, orientação sexual, entre outros, com vistas a estimular demandas inéditas e alargar o eixo das preocupações públicas.

Qualificar os espaços públicos para tais debates mediante uma política que assevere a presença de todos de maneira paritária se mostra essencial se tomarmos a democracia como intermeio para promoção de justiça e inclusão. Para tanto, como destaca Lüchmann (2011), é precípua promover a inclusão extensiva e empoderada daqueles que são afetados por deliberações políticas. Nas palavras de Castiglioni e Warren “O grau no qual uma relação representativa é ‘democrática’ irá depender do grau em que ela permite a seguinte norma: cada indivíduo potencialmente afetado por uma decisão deve ter a mesma oportunidade para influenciar a decisão” (2006, p. 4).

Partindo desses supostos gerais, Phillips (2001) assevera que o principal problema diagnosticado nas representações políticas atuais diz respeito a sub-representação de certos grupos sociais. Tal posição ressoa em Miguel, para quem “o grupo dos governantes, em relação ao conjunto da população, tende a ser muito mais masculino, muito mais rico, muito mais instruído e muito mais branco – uma observação que vale para o Brasil e para as democracias eleitorais em geral” (2005, p. 34).

Phillips (1995) afiança como imprescindível a incorporação por inclusão dos grupos marginalizados ao corpo político deliberativo da sociedade, objetivando a sobreposição da representação descritiva sobre a formalista, conceitos estes trabalhados na obra seminal de Pitkin (1967). A justificativa por dada predileção deve ser buscada na ideia expressa por Young (2006) de que é incerto e improvável que alguém externo a determinado grupo possa representar suas perspectivas ou interesses de forma similar ao desejo pretendido por estes.

Reconfigurar o quadro monolítico das arenas políticas no Brasil golpeia com aríete parte das muralhas que obstam o acesso aos espaços de poder e reordena o lugar ocupado pelos grupos marginalizados econômica/culturalmente

na sociedade ao desconcentrar as iniciativas legislativas públicas das mãos de poucos e seletos. Isto pois, de acordo com Pinto “[...] tomando o poder como uma equação de soma zero, ver-se-á que para cada sujeito-grupo incluído corresponde alguma perda de poder para um grupo anteriormente incluído. Isso explica em muitas medidas as dificuldades das experiências participativas” (2004, p. 105). A equação citada, para além de efeito imediato, também desencadeia ação projetiva, pois como pontua Young, em contextos de marginalização e ausência de representatividade política de determinados grupos seus membros tendem a se desafeiçoar do processo político e de forma anexa “[...] podem ficar apáticos ou se recusar terminantemente a se engajar com outros para tentar resolver problemas compartilhados. Sob tais circunstâncias, a representação específica de grupos desfavorecidos estimula a participação e o engajamento” (2006, p. 174).

292

A existência de representantes de determinado grupo social em uma esfera específica catalisa o processo de ampliação e interesse expresso por aqueles que comungam destacada identidade na ocupação destes espaços, configurando uma relação que poderíamos nominar como pedagogia do possível e que ocorre quando alguém de um grupo historicamente marginalizado ocupa uma posição de destaque. Expostos os elementos inaugurais, intuímos neste trabalho destacar como vem se manifestando, no Brasil, a participação de pessoas com deficiência no processo político, tomando o mesmo como fundamental na promoção de diretrizes nacionais escoradas nos supostos da inclusão, tido como princípio inegociável. Ademais, destacamos mecanismos através dos quais se poderiam projetar incrementos para que citado fenômeno se tornasse mais paritário em termos de participação. A coleta dos dados se valeu dos números eleitorais consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo a análise estruturada mediante comparativos

destes com pesquisas apresentadas em outros contextos históricos de forma a estabelecer paralelos sobre a condição nacional.

O voto e a pessoa com deficiência

Hees, Boeije e Putter (2019) conferem ao ato de votar uma das principais formas pela qual as pessoas podem exercer e fazer sua voz ouvida na comunidade, entretanto, a participação no processo eleitoral deve ser entendida para além deste ato, posto que inclua tomar parte na conduta dos assuntos públicos, a oportunidade de registrar candidatura, fazer campanha e ser eleito em todos os níveis de governo. No que diz respeito às pessoas com deficiência, em diversas situações, tem-se negado até o direito fundamental ao voto, em decorrência de múltiplos obstáculos que atravancam sua consecução tal qual pontua Virendrakumar e Jolley (2018) ao analisar o processo eleitoral na África. Tal fato contraria a recomendação expressa da CDPD (UN, 2006), documento ao qual o Brasil é signatário desde 2007, incluindo a assinatura do Protocolo Facultativo e, cujos compromissos pactuados pela nação, assumiram efeito de Lei em 2009 com a publicação do Decreto n.6.949 de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009).

Todas as nações que pactuaram como signatárias da Convenção são obrigadas a tomar medidas para garantir a criação de um ambiente inclusivo e a participação completa das pessoas com deficiência nas diversas dimensões do processo eleitoral, monitorando os resultados e destacando as mudanças necessárias para consecução do objetivo pactuado. Uma participação menos ativa das pessoas com deficiência no processo eleitoral, para além de uma lacuna quanto aos mecanismos decisórios, implica na confecção de uma agenda política que, por diversas vezes, desconsidera as necessidades deste público, o que é muito grave se considerarmos que as pessoas com deficiência para participarem

paritariamente na sociedade carecem em transformações sociais que perpassam modificações em barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas, legais até a disponibilização de serviços especializados em saúde, portanto, o efeito desta não presença, estejamos nos referindo às esferas coletivas ou individuais, é deveras pernicioso.

A falta de representatividade de pessoas com deficiência em postos eletivos prolonga as assimetrias estabelecidas hegemonicamente por alguns grupos sobre outros, estreita as possibilidades efetivas de mudanças sociais necessárias e desejadas, além de afastar estas das esferas públicas, o que acaba por empobrecer a amplitude das próprias políticas públicas inclusivas. A tríade dessa conjunção desempenha um papel negativo na maneira pela qual a sociedade se relaciona com a deficiência ao derivá-la como resultado de limitações individuais e não de produções históricas e sociais, fortalecendo, assim, seu entendimento sob o prisma da tragédia pessoal (Oliver, 1990).

Para Schur e Adya (2013), mesmo com diversos países apresentando numerosas legislações antidiscriminação, algumas arestas ainda se mostram resistentes em serem aparadas e, no caso das pessoas com deficiência, associam fatores relacionados à inacessibilidade dos locais de votação e das próprias urnas, dificuldades em transportes acessíveis, materiais e atos de campanha não adaptados, ausência de suportes interpessoais inclusivos, além das mazelas educacionais as quais afetam este coletivo de forma profunda e, muitas vezes, acabam por afastar estes sujeitos do processo eleitoral.

No Brasil, o TSE tem trabalhado de maneira consistente em relação aos mecanismos de acessibilidade no direito ao voto, permitindo o atendimento prioritário de pessoas com deficiência, assim como autorizando a transferência do local de votação quando previamente solicitado; também é assentido a pessoa com deficiência no ato do voto contar, quando imprescindível, com a ajuda de alguém de sua confiança.

Além disso, todas as urnas utilizadas no país são digitais, possuem identificação em braile e mecanismos sintetizados de voz com a opção de fones de ouvido para eleitores com deficiência visual.

No caso da estrutura física, o TSE tem optado por escolas mais bem equipadas e acessíveis, todavia, em uma realidade tão desigual, por diversas vezes, essas escolas simplesmente não existem. Já em relação às campanhas eleitorais, o TSE determina que os programas e propagandas transmitidas nas televisões e rádios sejam obrigatoriamente dotados de recursos de acessibilidade. Contudo, não há qualquer exigência de acessibilidade na produção de materiais gráficos físicos e de propagandas veiculadas na internet, que se compuseram como dos principais espaços de campanha eleitoral nos últimos sufrágios. Um dado que chama a atenção, neste sentido, é que dos 30 partidos políticos existentes no país, somente três deles (Solidariedade, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Verde (PV)) possuem recursos de acessibilidade nos seus sites nacionais em pleno funcionamento no ano de 2023, o que reverbera o descaso dos demais quanto à disponibilização de seus conteúdos para as pessoas com deficiência, contrariando os princípios da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015).

Isto posto, chega-se à conclusão de que a obrigatoriedade de acessibilidade eleitoral no Brasil tem se concentrado mais no ato de votar em si do que propriamente quanto ao processo que compõem a escolha dos eleitos. Se considerarmos que Priestley *et al.* (2016) asseveram que o exercício dos direitos políticos depende da igualdade de acesso à informação, temos que tal condição não se encontra contemplada, problema que deve ser encarado com a máxima urgência. Partindo do suposto que os partidos políticos no Brasil recebem recursos públicos, seria imperioso vincular tal recebimento à condição de que as agremiações partidárias se tornem acessíveis, inclusive quanto a produção

gráfica e as publicações em redes de internet de seus candidatos, tal como já ocorre na União Europeia, a qual obriga que qualquer sítio eletrônico ou material vinculados a campanhas eleitorais, quer partidários, quer individuais, sejam dotados de recursos de acessibilidade.

Ainda assim, é inegável os avanços feitos pelo TSE nas últimas décadas no que diz respeito à garantia ao voto da pessoa com deficiência, o que é digno de nota em um país que historicamente desconsiderou dada população como sujeito de direitos para além daqueles expressos nos ambientes médicos.

Quanto ao acesso da pessoa com deficiência ao processo eleitoral como um todo, há um caminho mais complexo e carente de transformações profundas na sociedade brasileira que envolve desde a modificação do transporte urbano até a reconfiguração de relações materiais e culturais mediante a criação de políticas públicas de distribuição de renda, de novos incentivos à ocupação de postos de trabalho por pessoas com deficiência, da melhoria geral no sistema educacional, dentre outras questões importantes. O corpo destes elementos seguramente possui o condão de exercer impacto positivo na vida das pessoas com deficiência e de toda a sociedade para além das questões eleitorais, compreendendo parte do conjunto de relações necessárias à consecução de uma participação paritária nos espaços e na vida cultural e, por conseguinte, da construção de uma sociedade mais justa.

Para Fraser (2007), paridade de participação envolve políticas afirmativas e transformativas que requerem redistribuição econômica através do reordenamento das esferas materiais e produtivas com vistas ao combate à desigualdade; reconhecimento cultural mediante à valorização dos grupos discriminados antecidos por práticas de desconstrução e da implosão de qualquer gramática normativa que trata a diferença como distinção, e; representação política pela ocupação por grupos minoritários das esferas locais e transnacionais de poder.

Estas questões são abrigadas pela CDPD, que vê a igual participação das pessoas com deficiência na vida pública e política como derivada de uma série de momentos concatenados como o exercício do voto, o envolvimento em organizações sociais, partidos políticos e conselhos deliberativos internacionais, nacionais, regionais e locais, além do registro de candidaturas e a ocupação subsequente de postos eletivos em todos os níveis. É deste compromisso que estamos tratando quando falamos em participação eleitoral, tomando a arena política como das principais esferas que os grupos marginalizados possuem para reivindicar as promessas da igualdade e inclusão que tem o condão de interferir na vida coletiva.

Ademais, a participação das pessoas com deficiência em postos eletivos, como destacam Spagnuolo e Shanouda (2017) serve para amplificar a voz e dar visibilidade a bandeiras inclusivas/acessíveis, além disso, permite reimaginar as lutas de outros coletivos marginalizados a partir da experiência da deficiência, o que contribui para a promoção de políticas anticapacitistas inovadoras e de ampla abrangência. Tal fato pode impactar favoravelmente na multiplicação de novas candidaturas expressas por pessoas com deficiência, redesenhando, assim, a fotografia dos espaços de feitura dos instrumentos legislativos. Destarte, a necessidade de ocupação de postos públicos pelas pessoas com deficiência não se vincula a qualquer sentimento caritativo, piedoso ou a uma política desinteressada, muito pelo contrário, sua presença se justifica pelos seus interesses singulares, legítimos e que precisam ser levados em consideração.

Eleições e pessoas com deficiência: retratos do Brasil

O “Relatório Mundial sobre a Deficiência” de 2011 (WHO, 2011) estimou que o mundo possui mais de um bilhão de pessoas com alguma forma de deficiência, o que corresponde a aproximadamente 15% da população global. Destas, duzentos milhões experimentam consideráveis

dificuldades funcionais. O relatório ainda destaca que a incidência de pessoas com deficiência tem aumentado na sociedade, cuja razão deve ser buscada em um conjunto de fenômenos que compreende o avanço do envelhecimento, o aparecimento extensivo de doenças crônicas e distúrbios mentais (muitas das quais ligadas ao ato de envelhecer), o aumento da população exposta em situações de pobreza extrema e com dificuldades no acesso a saúde e saneamento, assim como a existência de confrontos bélicos entre nações ou no interior de dado país. Todos estes fenômenos implicam direta ou indiretamente na produção de deficiência, logo, sua consubstanciação estabelece-se para além de lineamentos médicos.

Outro suposto importante apresentado pelo Relatório (WHO, 2011) consiste no achado que permite relacionar globalmente as pessoas com deficiência como vinculadas às piores perspectivas de saúde, aos índices mais baixos de escolaridade, ao menor percentil em termos de ocupação no mercado de trabalho e, por conseguinte, as mais elevadas taxas de pobreza quando comparadas a qualquer outro grupo minoritário. O relatório associa tais elementos como consequência do preconceito, do não cumprimento de direitos e das múltiplas barreiras enfrentadas por estes sujeitos no acesso a serviços considerados essenciais como moradia, saúde, educação, emprego e transporte. A associação entre deficiência e pobreza já havia sido sinalizada por Barnes e Sheldon (2010) por entenderem que ambas caminham em uma relação de desconcertante proximidade. Não por acaso, estudo conduzido pelo Centro Internacional de Evidências em Deficiências (ICED, 2015) após análise compilada do Relatório Mundial e de outros bancos de dados disponíveis, chegou à conclusão que 80% das pessoas com deficiência residem no Sul Global, que abriga justamente os países mais pobres do globo.

Claro que as estatísticas apresentadas acima não devem ser tomadas como dados absolutos, na medida em que o próprio conceito de deficiência não possui uma definição universal aplicada a toda e qualquer cultura, ainda assim, retratam um panorama que fornece importantes subsídios para pensarmos nos elementos necessários para a transformação das condições que implicam esta opressão estrutural.

Pensando especificamente no contexto da desigualdade econômica manifestada em terras brasileiras, temos que a síntese de indicadores sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2019) aponta que o Brasil tem 13,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza e 39 milhões em contexto de pobreza, totalizando 52 milhões de pessoas em destacada condição, aproximadamente 25% do total da população de 203 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Os dados apresentam uma dura realidade que circunscreve boa parte da população brasileira e estão relacionados à desigualdade no país e concentração de renda nas mãos de poucos. Se tomarmos por base os dados econômicos mundiais a partir das estimativas derivadas do índice de Gini, instrumento utilizado pelo Banco Mundial para medir desigualdade e distribuição de renda, temos que o Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo (IBGE, 2019). Convergente ao dado anterior, o Relatório de Desenvolvimento Humano produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da concentração de renda dos 1% mais ricos em 180 países traz o Brasil como segundo maior concentrador de renda, perdendo somente para o Qatar (UN, 2019).

Estes resultados, somados ao processo de envelhecimento da população brasileira, apontam para uma elevação do número de pessoas com deficiência no Brasil, dada sua proximidade com as linhas da velhice e pobreza. Não por acaso, a quantidade de pessoas com deficiência no Brasil, considerando a população com idade igual ou superior a

dois anos, saltou de 12,7 milhões (6,2% do total da população) em medição realizada em 2018 (IBGE, 2018) para 18,6 milhões de pessoas, de acordo com o último censo nacional (IBGE, 2022).

Face ao exposto, resta como inegável que as pessoas com deficiência correspondam a uma fatia significativa da população que ultrapassa, na menor estimativa censitária já disponibilizada, a casa da dezena de milhões de habitantes. Todavia, por mais volumoso que seja tal grupo em termos quantitativos, a dúvida sobre como tem se consolidado o processo eleitoral, especificamente no que diz respeito a representatividade destes sujeitos quanto a ocupação de cargos eletivos, comporta uma incógnita pouco retratada pela literatura social.

Participação eleitoral de pessoas com deficiência

Segundo dados do TSE (2022), em 2022, no Brasil, havia 156.454.011 de eleitores, sendo que destes 1.271.381 (0,81% do total apto a votar) declararam ter algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida, um crescimento de 113.147 pessoas (8,9%) em relação ao pleito de 2020, quando 1.158.234 de eleitores afirmaram possuir alguma deficiência. Importa frisar, que o crescimento deste eleitorado tem se mostrado constante ao longo dos últimos processos eleitorais, posto já haver saltado de 471.281 pessoas em 2014 para 660.023 em 2016 e 1.059.077 em 2018.

Os números acima destacados derivam de indicações prestadas pelo próprio eleitor no processo de retirada do título eleitoral, da transferência do título de cidade ou pelo processo de recadastramento biométrico, tornado obrigatório no Brasil e que atingiu em 2022 a marca de 118.632.090 de pessoas no Brasil. Estas informações confirmam o incremento do número de eleitores que declararam possuir alguma deficiência, contudo, representam uma parcela significativamente aquém de qualquer dado censitário em

relação ao total deste coletivo no Brasil, cujo último censo estimou em 18,6 milhões de pessoas.

Evidente que a comparação estabelecida por sobre números absolutos da população não é a melhor maneira de objetivar uma estatística concreta acerca deste eleitorado, pois nem todos os habitantes de um país podem votar, ainda assim, é notável a discrepância dos dados apresentados, fato que nos leva a necessidade de estabelecer comparações com outros contextos. Neste sentido, chama a atenção o fato de os Estados Unidos, de acordo com Schur, Adya e Ameri (2015) possuírem 35 milhões de americanos aptos a votar que apresentam alguma deficiência em um coletivo quantificado em 61 milhões de pessoas, denotando um em cada sete eleitores potenciais. Logo, resta como meridiano a discrepância entre o número de pessoas com deficiência consideradas aptas a votar em ambos os países, posto que no Brasil tal estrato não corresponde a 1% do total do eleitorado, enquanto nos Estados Unidos abrange 14% dos possíveis votantes.

Uma das possíveis explicações deste fenômeno reside no fato de o TSE computar os dados do eleitorado com deficiência somente mediante autodeclaração, sem qualquer vinculação a outra base estatística cadastral, o que se mostra insuficiente e tende a produzir distorções quantitativas em um cenário eivado de mitos, discriminações e preconceitos os mais diversos contra as pessoas com deficiência. Este fato é um indicativo da necessidade de o TSE rever suas estatísticas acerca do eleitorado nacional de forma a torná-las mais fidedignas à realidade.

Outro dado que se mostra fundamental na análise da participação eleitoral das pessoas com deficiência nas eleições refere-se ao índice de comparecimento/abstenção manifestado por este coletivo nas urnas.

Do total dos eleitores que declararam possuir alguma deficiência em 2022, 820.539 (64,5%) compareceram

às urnas, enquanto 450.842 deixaram de votar (35,5%). Cumpre asseverar que a porcentagem de abstenção manifesta pelas pessoas com deficiência no ato de votar (35,5%) se mostra bastante superior àquela encontrada na população geral, que é de 20,93%. Entretanto, é preciso assinalar que nas eleições de 2020 40,21% das pessoas com deficiência deixaram de exercer seu direito ao voto, o que pode indicar uma tendência quanto a diminuição da abstenção eleitoral deste coletivo populacional.

Ao segmentar os dados gerais das eleições de 2022 percebemos que as pessoas com deficiência auditiva apresentaram menor índice de abstenção eleitoral (25,09%), sendo seguidas por outras deficiências (32,11%), pessoas com deficiência visual (35,91%), pessoas com deficiência física (38,03%) e pessoas com dificuldade para o exercício do voto¹ (88,31%), (TSE, 2022). Números próximos são encontrados no pleito eleitoral de 2020, na medida em que as pessoas com deficiência auditiva possuem a menor taxa de abstenção ao voto (25,87%), seguidas por outras deficiências (34,55%), pessoas com deficiência visual (39,01%), pessoas com deficiência física (41,85%) e pessoas com dificuldade para o exercício do voto (90,47%) (TSE, 2020).

Os dados elaborados pelo TSE apontam que todos os segmentos que compõem a categoria deficiência sob as linhas do TSE apresentam maiores índices de abstenção quando comparados às médias gerais (20,93% em 2022 e 23,15% em 2020), chegando a uma porcentagem alarmante para as pessoas que declaram dificuldades para o voto. Neste sentido, seria fundamental que o TSE pudesse mapear quais são estas dificuldades para este exercício, quem são tais sujeitos e o que poderia ser realizado para tornar este

¹ O TSE (2020, 2022) entende por “Dificuldade para o exercício do voto” como uma das tipologias componentes da categoria deficiência. Todavia, não especifica em campo destacado aos eleitores quais são estas dificuldades, tampouco apresenta estatísticas pormenorizadas acerca destas singularidades.

ato possível, posto que tal direito, dada a dimensão da exclusão apontada, parece estar sendo negado a essas pessoas.

Chama ainda atenção, a ausência da deficiência intelectual como componente da categoria de deficiência erigida pelo TSE, podendo estar manifestada nos dados atinentes ao campo outras deficiências ou dificuldades para o exercício do voto, elemento que demarca uma das lacunas a serem aprimoradas pelo TSE, mesmo porque não faz o menor sentido que uma terminologia utilizada para fragmentos residuais (outras deficiências) comporte um estrato estatístico tão volumoso.

Dito isto, é importante pontuar que a alta taxa de abstenção ao exercício do voto manifestada pelas pessoas com deficiência encontra paralelos em outros países como os Estados Unidos e Canadá, entre outros, conforme salientam Schur, Adya e Ameri (2015), o que sinaliza para a necessidade de transformações estruturais objetivando a superação desta situação.

Poder-se-á objetar que sublinhado índice de abstenção esteja relacionado ao fato de a deficiência se manifestar majoritariamente na velhice (47,2% das pessoas com deficiência têm 60 anos ou mais de idade segundo o IBGE (2022)), inquirição que certamente precisa ser levada em conta. Neste sentido, não é escusado destacar que nas últimas eleições 21.555.578 (65,53%) de pessoas com mais de 60 anos exerceram o direito ao voto em um coletivo de 32.891.438 de idosos, o que totaliza um índice de abstenção de 34,47%, número abaixo do índice de abstenções manifestadas pelas pessoas com deficiências nas eleições de 2020 e 2022, as quais foram de 40,21% e 35,5% respectivamente.

Adicionalmente, se levarmos em consideração que mais de 50% da população com deficiência possui menos de 60 anos e que o voto somente se torna facultativo no Brasil a partir de 70 anos (idade a qual este direito alcança seu menor patamar de realização e cuja abstenção no pleito

de 2022 foi 46,6%), acrescido ao fato empírico retratado pelo último censo nacional (IBGE, 2022) de que 29,1% das pessoas com deficiência possuem 70 anos ou mais (15,6% na faixa de 70 a 79 anos e 13,5% com 80 anos ou mais), resta como evidente a existência de obstáculos e relações estruturais que dificultam o exercício do direito ao voto da pessoa com deficiência e que não se resumem a questão do envelhecimento.

Em vista disso, é inadiável a realização de campanhas públicas conduzidas por órgãos governamentais em mídias de grande circulação com o intuito de reforçar a necessidade e importância do envolvimento das pessoas com deficiência no processo eleitoral. Para além dessa questão também se mostra imprescindível a remoção de barreiras que travam o direito ao voto das pessoas com deficiência, posto conflitem com o dispositivo legal nacional (Brasil, 2009), que assegura em seu art. 29 o direito à participação política como não podendo ser travado ou dificultado por qualquer barreira restritiva.

Com vistas a estabelecer medidas que garantam a participação na vida política e pública estabelecidas na CDPD, a norte-americana Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) publicou um manifesto composto por sete princípios gerais. Os princípios (IFES, 2014) compreendem: (1) aumento da acessibilidade nos transportes e locais de votação (incluindo melhorias físicas em rampas, estacionamentos e no acesso aos prédios/salas), construção de equipamentos com recursos acessíveis para votação, assim como a obrigatoriedade de sites vinculados ao processo eleitoral e partidos políticos possuírem ferramentas de acessibilidade; (2) acompanhamento externo das eleições no que diz respeito ao cumprimento da CDPD; (3) adoção de votação móvel, que consiste em levar células ou equipamentos para alcançar eleitores com dificuldade de acesso aos locais de votação, em especial, nas instituições

de longa permanência; (4) formação dos fiscais eleitorais com aportes vinculados à questões inclusivas; (5) divulgação de materiais eleitorais gráficos e digitais em formato acessível; (6) implementar a possibilidade de votação pelo correio e (7) alteração nos marcos legais objetivando a garantia universal da participação política.

Os elementos destacados podem ser implementados no Brasil (excetuando a adoção de votação por correios, na medida em que o país universalizou a votação eletrônica) e possuem o fito de tornar as eleições mais inclusivas e acessíveis, favorecendo a participação plena das pessoas com deficiência. Dos princípios expostos, alguns se mostram equacionados na realidade brasileira, tais qual a questão das urnas, pois são acessíveis, e dos marcos legais, uma vez que LBI (Brasil, 2015) universalizou o direito à participação eleitoral. Já outros sequer foram tomados em consideração como a adoção de votação móvel para as pessoas com deficiência institucionalizadas e o acompanhamento externo inclusivo das eleições.

A consecução desses princípios se mostra relevante, pois, conforme destacam Schur, Adya e Ameri (2015); a inacessibilidade, para além de reduzir o comparecimento das pessoas com deficiências nas eleições, envia uma mensagem poderosa de que as mesmas não são bem-vindas nas arenas políticas. Após discorrermos sobre o panorama do eleitorado, mister se mostra a necessidade de adentrarmos em um campo ainda mais nebuloso, a citar, a situação das candidaturas de pessoas com deficiência no Brasil. Tal acompanhamento somente pode ser realizado a partir das eleições de 2020, uma vez que se tratou do primeiro pleito eleitoral em que o TSE incluiu o campo deficiência no registro das candidaturas, em vista disso, valer-nos-emos dos dados das eleições de 2022 e 2020 para analisar o objetivo propalado.

Candidaturas de pessoas com deficiência

Dados divulgados pelo TSE (2022) assinalam que nas eleições nacionais de 2022 tivemos o registro de 29.262 candidaturas aos mais diversos postos. Destas, 476 (1,63% do total) eram de pessoas que declararam possuir alguma deficiência: 263 pessoas com deficiência física (53,78%), 115 pessoas com deficiência visual (23,52%), 59 pessoas com deficiência auditiva (12,07%), 39 pessoas com outras deficiências (7,98%) e 13 autistas (2,66%). Em relação aos 476 registros de candidaturas estes se dividiram da seguinte forma: uma candidatura para vice-presidente, quatro ao posto de governador, duas como vice-governador, duas ao Senado Federal, 167 para deputado federal, 284 para deputado estadual, 15 para deputado distrital e uma candidatura como segundo suplente.

Já nas eleições municipais de 2020 ocorreram 557.678 registros de candidaturas, dentre as quais 6.657 (1,19% da totalidade) manifestadas por pessoas com deficiência: 3.314 (47,08%) pessoas com deficiência física, 2.084 (31,31%) pessoas com outras deficiências, 1.019 pessoas com deficiência visual (15,31%), 401 pessoas com deficiência auditiva (6,02%) e 19 (0,29%) autistas. No que se refere ao cargo disputado temos que 250 pessoas com deficiência concorreram ao posto de prefeito, 247 ao cargo de vice-prefeito e 6.160 disputaram uma vaga nas Câmaras Municipais.

Os números acima apresentados indicam características gerais de pleitos bastante distintos, por isso quantitativos tão discrepantes. Em termos comparativos, importa asseverar que nas eleições de 2022 tão-somente 1,63% do total das candidaturas foram registradas por pessoas com deficiência, porcentagem esta que se mostra ainda menor no pleito de 2020, uma vez que o estrato destas candidaturas correspondeu a apenas 1,19% do total dos registros realizados. Independentemente dos pleitos analisados, é notório o exíguo número de candidaturas de pessoas com deficiência

no Brasil, coletivo que tem sua população estimada em 8,9% (IBGE, 2022).

Um dado que chama atenção no comparativo entre o registro de candidaturas de pessoas com deficiência para a disputa dos últimos dois pleitos eleitorais diz respeito à acumulação de registros por parte de pessoas com deficiência física, fenômeno também observado na Europa (Priestley *et al.*, 2016; Halvorsen *et al.*, 2020), Estados Unidos (Schur e Adya, 2013) e Indonésia (Kramer, Dibley e Tsaputra, 2022).

Anspach (1979) e Shapiro (1993) vinculam sublinhada centralização ao fato de as pessoas com deficiência física mostrarem-se historicamente protagonistas na luta contra à institucionalização e, na organização dos chamados movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência (como o Movimento de Vida Independente – ILM e a Union of the Physically Impaired Against Segregation – UPIAS), os quais afirmavam a necessidade de estes sujeitos participarem plenamente e em igualdade de oportunidades das decisões coletivas que os circunscreviam, implicando na assunção de tarefas como a elaboração de políticas públicas e construção de direitos civis que melhorassem a vida das pessoas com deficiência.

Não por acaso, o lema “Nada sobre nós sem nós”² se constituiu como uma das principais teses destes movimentos ativistas a partir da década de 80 do século XX, os quais objetivavam incrementar a participação política de pessoas com deficiência nas arenas de construção de políticas públicas, conforme acentuam dados de Fleischer e Zames (2011).

² A ideia contida no lema “Nada sobre nós sem nós” assevera que nenhuma política deve ser decidida sem participação plena e direta dos membros afetados por esta política. Sua origem remonta as tradições políticas da Europa Central, mais especificamente à legislação constitucional polonesa de 1505 que transferiu a autoridade governamental do monarca para o parlamento. Já no que se refere à sua utilização pelos movimentos de pessoas com deficiência, coube aos ativistas sul-africanos Michael Masutha e William Rowland sua utilização inaugural na década de 80 do século passado. (Charlton, 2010).

Cabe citar que esta disposição se estabelece para além do Ocidente, posto coerente aos dados encontrados por Kramer, Dibley e Tsaputra (2022) acerca da vinculação entre ativistas da deficiência e registro de candidaturas políticas nas eleições gerais de 2019 na Indonésia.

Sublinhado achado assevera a necessidade de pensarmos na criação de mecanismos que permitam a expansão das candidaturas de pessoas com deficiência para além daquelas abrangidas por impedimentos físicos, pois como retrata Scotch (1989), por mais que pessoas com deficiência visual, auditiva, física e intelectuais compartilhem problemas análogos de estigma, marginalização e exclusão social – conjuntura que traça um cenário no qual os pontos de união mostram-se mais potentes que aqueles de separação –, ainda, assim, as acomodações que envolvem a superação deste conjunto de opressões exigem intervenções distintas em função de impedimentos variados.

308

Para tanto, se tomarmos como verdadeira a tese de Anspach (1979) de que, no caso das pessoas com deficiência, a opção por se tornarem candidatas a pleitos públicos está, via de regra, ligada ao entendimento de que as opressões enfrentadas por estas derivam não de suas limitações, mas da organização de uma sociedade pouco sensível a diferença expressa pela deficiência e, posteriormente, da transmutação desse entendimento em práticas ativistas manifesta-se como meridiano a necessidade em se desenvolver estes movimentos por todo o território nacional. Destacada posição encontra guarida em Schur, Adya e Kruse (2013), as quais tomam o ativismo político como mola propulsora quanto ao surgimento de formas mais amplas de participação social pelas pessoas com deficiência, incluindo o registro de candidaturas, na medida em que indivíduos politicamente engajados se mostram mais propensos a reconhecerem experiências discriminatórias como derivadas de intencionalidade hierárquica, o que funcionaria como

fermento ao forjar de um desejo de transformação cultural como possível e realizável em termos de agência humana.

Destarte e, continuando a análise das estatísticas eleitorais divulgadas pelo TSE, temos que em relação ao gênero declarado em 2022 nas candidaturas de pessoas com deficiência, 306 (64,29%) se identificaram como masculinos, 169 como femininos (35,50%) e uma (0,21%) optou por não se vincular a esta categoria. Já no pleito de 2020, dentre as pessoas com deficiência, 4.958 (74,48%) se declararam masculinas, 1.698 (25,51%) femininas e uma optou por não se identificar (0,01%). Tais números espelham, de certa forma, o retrato das eleições gerais as quais também apresentam nítida concentração de candidaturas masculinas em relação às femininas, realidade que precisa ser combatida como símbolo de uma acumulação de poder pernicioso e que atravança a construção de políticas públicas igualitárias.

As causas para o afastamento das mulheres com deficiência do cenário eleitoral não se mostram distintas daquelas experimentadas pelas mulheres sem deficiência, vinculando-se ao machismo estrutural que modela as arenas brasileiras de poder, todavia, conforme aponta Kittay (2011), essas relações opressivas contra as mulheres, quando revestidas adicionalmente sob o prisma da deficiência, se tornam ainda mais profundas em virtude da segregação histórica imposta a este coletivo mediante seu deslocamento para instituições, muitas vezes, apartadas da vida comum, tais quais escolas especiais, clínicas de reabilitação, hospícios, manicômios, hospitais, leprosários, prisões ou asilamento nas próprias casas.

O conjunto desses elementos parece refletir o entendimento da categoria deficiência sob a perspectiva clínica e não de grupo minoritário/político. Tanto o é que os registros dessas candidaturas, quando ocorrem, se espalham pelas agremiações partidárias das mais diferentes tonalidades ideológicas sem qualquer indicativo de concentração.

Os dois partidos que mais registraram candidaturas de pessoas com deficiência em termos absolutos nas eleições de 2022 foram o Partido Socialista Brasileiro (PSB) (46) e o Partido Liberal (PL) (32), já aqueles que menos registraram foram o NOVO (5) e o PV (6). Importa salientar que o único partido que registrou mais de 3% de suas candidaturas de pessoas com deficiência foi o PSB, um número ainda muito aquém da representação desse coletivo na população geral. Nas eleições de 2020, os dois partidos que mais registraram candidaturas de pessoas com deficiência foram o Movimento Democrático Brasileiro (511) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (447), enquanto aqueles que menos registraram foram o Unidade Popular (UP) (2), NOVO (3) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) (3). No pleito de 2020, nenhum partido registrou mais de 3,0% de candidaturas de pessoas com deficiência em relação ao total dos inscritos de sua legenda.

310

Desta forma, ainda não é possível vaticinar qualquer correlação entre a manifestação das candidaturas de pessoas com deficiência e o campo mais progressista ou conservador, na medida em que quando comparamos os dados referentes aos dois últimos pleitos existe uma mescla entre partidos que mais e menos registraram estas candidaturas, excetuando o NOVO, que aparece como dos partidos com menor registro em 2020 e 2022. O próprio PSB, única agremiação partidária a apresentar registros de pessoas com deficiência em porcentagem superior a 3% em relação ao total de candidaturas no ano de 2022, em 2020 tinha somente 1,11% do total de seus candidatos como apresentando alguma deficiência. Neste sentido, é necessário aguardar os próximos pleitos eleitorais para que possamos traçar comparativos de escala mais ampliada.

Tais elementos parecem confirmar a tese de Oliver (1990) de que a deficiência ainda é vista, no mais das vezes, como tema ligado à área da saúde e não apropriada, a partir

da perspectiva vinculada a estudos sobre raça, gênero, dentre outros, o que explicaria parte do silêncio das agremiações partidárias com aludida plataforma política, fato que evidencia a necessidade de a LBI e a CDPD se capilarizarem nos mais diversos recônditos sociais de forma a que a população possa visualizar a condição da deficiência sob outros prismas que não apenas os clínicos, assistenciais ou trágicos.

Assim, é imperioso assinalar que a luta pela promoção de uma sociedade acessível, para além de defendida sob a ótica do politicamente correto mediante apoio a temáticas inclusivas deve também se materializar em um conjunto de ações que permitam às pessoas com deficiência deliberarem sobre os eventos que as rodeiam e afetam sua vida, sendo a atividade política seguramente um destes, fato que torna alarmante a escassez de candidaturas perfilhadas a este coletivo pois resultarão, muito possivelmente, numa ocupação marginal desses espaços.

Não surpreende, portanto, que as eleições de 2022 elegeram somente oito pessoas com deficiência (0,48% do total de eleitos): um senador, dois deputados federais, quatro deputados estaduais e um deputado distrital. Tal número demonstra queda de representatividade em relação à anterior eleição nacional (2018), uma vez que que dos 476 candidatos que declararam possuir alguma deficiência, apenas dez disputaram reeleição. O encolhimento da representatividade aqui expresso não foi percebido em outros coletivos marginalizados como mulheres, pretos, indígenas, pessoas amarelas, LGBTQIAP+, posto que todos estes grupos tiveram incremento quantitativo real de representantes nas eleições de 2022, conforme dados do próprio TSE (2022).

Evidente que a suposta diminuição de representatividade de pessoas com deficiência na ocupação de cargos eletivos no Brasil precisará ser analisada em pleitos futuros para sabermos se de fato existe uma tendência nesse sentido ou se tais números apenas representaram um dado isolado.

Ainda assim, o conjunto dos elementos aqui apresentados permite traçar um panorama inicial da participação eleitoral de pessoas com deficiência nos pleitos de 2022 e 2020, os quais poderão servir como base futura no tecimento de quadros comparativos mais extensos. Dito isto, é urgente que pensemos os motivos históricos e situacionais que têm levado a esta ocupação marginal dos espaços de poder por parte de um coletivo tão expressivo numericamente. Como transformar este cenário complexo afigura-se como um dos grandes desafios para uma sociedade que se queira efetivamente inclusiva, democrática e justa. Claro que as respostas não são simples, longe disso, mas podemos indicar caminhos para a compreensão mais profunda desta sub-representação destacada.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que durante boa parte da história um enfoque caritativo tomou a condição da deficiência como objeto de piedade, impedindo que aqueles que apresentavam dada condição pudessem participar dos espaços e relações públicas (Stiker, 2006). Já o modelo de explicação médico da deficiência, tornado hegemônico na modernidade, insurgiu sob o suposto da necessidade de reordenamento físico-corpóreo para que tais sujeitos pudessem participar da sociedade, neste íterim, o foco sobre as transformações capitais estava depositado sobre o corpo e não em relação a estrutura social.

Foi somente a partir da década de 60 do recém terminado século que, mediante pressão de movimentos sociais de pessoas com deficiência, tais supostos foram contestados em sua raiz, cuja versão teórica mais bem-acabada reside naquilo que denominamos como modelo social da deficiência. Para Oliver (2008), a ideia por trás deste modelo é a de que a deficiência resulta de uma restrição imposta externamente, assim, produzida na e pela história e cuja superação carece de transformações nas estruturas materiais que a compõem. Somente a partir do momento que pensamos



a deficiência sob a ótica da produção social que ganha força a ideia da ocupação de postos públicos por seus sujeitos como ato fundamental na transformação da realidade que nos circunscreve.

E, por mais que tal constructo tenha se popularizado academicamente, a visão hegemônica nas narrativas populares sobre a deficiência ainda se ancora, na maioria das vezes, em derivativos estabelecidos pelos vértices da medicina e religião. Deste modo, é fundamental que a concepção expressa pelos teóricos do modelo social possa ganhar as ruas e se fazer corrente na forma pela qual boa parte da população interpreta o fenômeno da deficiência, o que muito possivelmente exercerá impacto sobre a dimensão da participação política assumida por este coletivo.

Em segundo lugar, é importante salientar que a existência de injustiças e opressões por si só, ainda que fundamentais, não desdobram automaticamente o engendrar de práticas ativistas e disputas pela ocupação das arenas do poder. Como pontua Fraser (2007), não é raro que aqueles que experimentam opressões as internalizem não como injustiças, mas como parte de desígnios universais. Tal situação sobreleva o papel que cabe à educação no sentido de desvelar as artimanhas travestidas sob aparência de neutralidade impostas pelos grupos hegemônicos.

A educação deve ser libertadora e contestar o jugo de dominações existentes de uma estrutura social produtora de assimetrias múltiplas. Todavia, não é escusado destacar que as pessoas com deficiência se configuraram como a última minoria a ter acesso às unidades escolares regulares no Brasil e que, em diversos locais do globo sequer o acesso à escola está garantido para este público, tal como aponta o Relatório Mundial sobre a Deficiência (WHO, 2011). Tais fatores interferem negativamente e estreitam as margens de sucesso eleitoral das pessoas com deficiência quando adultas.

Em terceiro lugar, como destacam Mattila e Papageorgiou (2017), cabe ressaltar que a participação política, em especial no que tange à propositura de candidaturas e posterior êxito eleitoral, tem se mostrado diretamente vinculada à existência por parte do postulante de uma rede de recursos, tais como nível elevado de educação, bom emprego, alta renda e ampliadas relações comunicativas, sendo que, no caso das pessoas com deficiência, muitos destes aspectos podem estar ausentes ou manifestos de forma marginal. Schur e Adya (2013) asseveram que o conjunto destes elementos faz com que as pessoas com deficiência demonstrem baixo interesse em participar das esferas políticas e entendam as mesmas como menos receptivas.

Ademais, como retrata Anderson (2009), as pessoas com deficiência mostram-se mais propensas a viverem sozinhas e algumas, inclusive, enfrentam problemas em termos de locomoção devido ao caráter inacessível de boa parte dos transportes e das cidades, o que obstaculiza o ato da campanha em si, que demanda deslocamentos diversos. Para Anspach (1979), aludido isolamento relaciona-se ao fenômeno do preconceito e do estigma, dada as mensagens negativas sobre o que significa possuir alguma deficiência na sociedade, o que induz estes sujeitos a se fecharem sobre si próprio e se absterem de participar de debates públicos. Entretanto, dado seu duplo dialético, conforme destaca Hahn (1985), tal situação também pode funcionar como estopim o qual incentiva estes sujeitos a exercerem um papel político a fim de transformar os cenários opressivos e realidades equitativas.

Os elementos aqui apresentados prenunciam os inúmeros desafios que compõem a tarefa da majoração de candidaturas de pessoas com deficiência nas eleições brasileiras e os avanços necessários para materialização deste direito, ainda inacessível a muitos. Evidente está que este aumento objetivado não necessariamente terminará em ampliação da

representatividade pretendida. Para tanto, de acordo com Hees, Boeije e Putter (2019) após a candidatura é essencial a disponibilização de recursos materiais a fim de que estes sujeitos possam realizar sua campanha eleitoral.

Isto porque, dados do TSE (2022) apontam que os parlamentares federais eleitos gastaram em média R\$ 1,8 milhão de reais, um aumento significativo em relação ao valor apurado em 2018 (R\$ 1,3 milhão de reais), sendo este custo coberto em sua maior parte pelo fundo eleitoral (77,6%) e por doação de outras pessoas.

Em vista disso, urge a necessidade em se criar fundos públicos para o alavancar de tais candidaturas. Na União Europeia, de acordo com Waltz e Schippers (2021), somente o Reino Unido adota aludida política. Se considerarmos que o Brasil instituiu o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) através da Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017 (Brasil, 2017), e que o valor repassado por este fundo público para as candidaturas nas eleições de 2022 foi de 4,9 bilhões de reais temos como plenamente realizável a utilização de parcela do mesmo para o incremento da representatividade de pessoas com deficiência mediante majoração e custeio destas candidaturas. Arraes, Amorim e Simonassi (2017) enfatizam que as despesas declaradas de campanha são decisivas para o desempenho eleitoral dos candidatos, o que revela um grave problema quanto ao funcionamento das instituições representativas em um país profundamente desigual do ponto de vista socioeconômico.

Para além desta relação convergente entre gastos de campanha e sucesso eleitoral, fenômeno já analisado por Campos e Machado (2015), Peixoto e Marques (2022), entre outros, as estatísticas do TSE (2022) também apontaram para uma alta correlação existente entre o volume do patrimônio declarado pelos candidatos e a possibilidade de vitória nas eleições. Não por acaso, os candidatos eleitos possuem em média um patrimônio declarado quatro

vezes maior que aqueles apresentados pelos derrotados. Para se ter uma dimensão daquilo que estamos falando, das 1.683 pessoas eleitas nas eleições de 2022 somente 4% têm patrimônio abaixo de R\$ 50.000,00, enquanto 9% possuem patrimônio entre R\$ 50.000,00 e R\$ 199.000,00, 19% entre R\$ 200.000,00 e R\$ 499.000,00; 22% entre R\$ 500.000,00 e R\$ 999.000,00, 43% entre 1 milhão e 9,9 milhões de reais e por fim, 4% possuem patrimônio entre 10 milhões e 99 milhões de reais. Ou seja, 47% dos eleitos (752 pessoas) são milionários em um país majoritariamente composto por pobres.

Estes dados nos fazem rememorar as contribuições de Graxie (2012) de que nosso parlamento materializa uma espécie de imagem invertida da pirâmide social no qual as classes mais baixas representam uma parcela pequena se comparada a super-representação das classes mais altas.

316 Embora o TSE (2022) não tenha estratificado os dados econômicos para a categoria deficiência, o que nos impede de entender a realidade econômica das candidaturas perfilhadas a este coletivo, podemos deduzir que tal situação, dada a correlação demonstrada entre deficiência e pobreza (WHO, 2011), exerce impacto deletério na disponibilização de candidaturas de pessoas com deficiência e na possibilidade de sucesso destas quando registradas em virtude da menor capacidade econômica expressa por estes sujeitos, os quais apresentam, de acordo com dados do IBGE (2022) uma taxa de participação na força de trabalho de apenas 29,2% (ante 66,4% das pessoas sem deficiência), além do mais baixo nível remuneratório se comparado a qualquer outra minoria (WHO, 2011).

Isto posto, urge idealizar mecanismos que criem minimamente condições para que as pessoas com deficiência (e demais grupos minoritários) possam desenvolver suas candidaturas e aumentar as chances de sucesso eleitoral. Este deveria ser o espírito do Fundo Eleitoral – ainda que



muitas vezes desempenhe papel oposto ao concentrar mais poder nas mãos dos já eleitos -, assim como de cotas para estes sujeitos no mercado de trabalho e universidades. Evidente que a consecução deste mecanismo não elimina de per si as assimetrias existentes na sociedade, mas cria, ao menos, possibilidades para que algumas candidaturas sejam possíveis.

Majorar a ocupação de cadeiras eletivas por pessoas com deficiência é fundamental não apenas para aprovação de pautas favoráveis a este coletivo, mas também visando a confecção de agendas públicas amarradas a supostos inclusivos. Ademais, tal apoderamento pode exercer impacto na cobrança do cumprimento de marcos legais e direitos consolidados, por isso, a importância deste ato, libertário em si e para si.

Considerações Finais

Este artigo parte da premissa de que a ocupação das arenas político-públicas é condição fundamental para a transformação estrutural e, no caso das pessoas com deficiência, materializa a superação de uma conjuntura que via em dada condição sinônimo de passividade e dependência. A conquista dessa liberdade civil, ainda que no campo das gramáticas normativas do sistema estabelecido, exerce impacto profundo na maneira pela qual tais sujeitos se relacionam com o mundo, promovendo uma verdadeira revolução em sua constituição psíquica.

Evidente que a valorização da esfera representativa tomada como norte neste trabalho não se desvincula das necessárias transformações em termos de redistribuição e reconhecimento que se mostram angulares para a composição de uma melhor realidade social, inclusive, na própria consubstanciação da representação destacada. Todavia, não tomamos o campo político como meramente caudatário da economia e cultura. Com intencionalidade e agência

própria, é influenciado mas também interfere nas relações dedilhadas no tecido econômico e cultural.

Logo, propor alternativas para que as pessoas com deficiência se apoderem de espaços públicos e políticos não se trata somente de valorização da diversidade ou da consolidação de uma relação politicamente correta. É muito mais que isso. O lugar em que fala a pessoa com deficiência na sociedade não é apenas diferente daqueles que não vivenciam essa experiência, mas tracejado pelas linhas da opressão, que não são naturais e precisam ser denunciadas, uma vez que afetam a possibilidade de apropriação e fruição dos conhecimentos e produções historicamente realizadas pela humanidade.

A ocupação da esfera política, nesse sentido, configura-se como a conquista de um lugar potente para denunciar violências estruturais, construir novas subjetividades e transformar a cultura existente com base em um discurso autoral que descoloniza o entendimento da deficiência sob uma perspectiva trágica, o que seguramente poderia influenciar outros sujeitos a ocuparem essas e outras esferas tidas anteriormente como inalcançáveis, fortalecendo, por conseguinte, o próprio sentido e função da democracia.

Destarte, para além de uma perspectiva original vinculada à experiência de sua vida, a entrada da pessoa com deficiência nessas arenas pode denotar a feitura de um novo conjunto de interesses políticos com potencial para afetar a construção das agendas públicas. Muitos poderão objetar que tais interesses poderiam ser defendidos por outros parlamentares que possuem afeição pela temática deficiência. Até poderiam, mas como aponta Phillips, os interesses se mostram mais bem protegidos “quando representados por quem compartilha nossa experiência e interesses, e que esta similaridade de condições é um indicador muito mais confiável do que a eventual comunhão de opiniões que são, na verdade, vacilantes” (2001, p. 3).

Daí a defesa inegociável para que as pessoas com deficiência ocupem postos públicos e participem de todas as etapas do processo eleitoral. Nesse momento, considerando o insipiente número dessas candidaturas, certamente este é o primeiro ponto a ser tomado em consideração. Urge criarmos mecanismos que promovam o aumento do interesse desses sujeitos em participarem do processo político, fato que seguramente promoverá a criação de novos debates e contendas sociais ao retirar da esfera do privado o debate sobre a deficiência, materializando uma verdadeira revolução em termos de compreensão popular do fenômeno. Paraphrasing Leonard Cohen: “Existe uma rachadura em tudo, é assim que a luz entra”. Que a luz da experiência da deficiência atravesse as fendas da exclusão e do preconceito e construam um melhor lugar para todos.

Gustavo Martins Piccolo

Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Professor da Universidade de Araraquara. Autor de diversos artigos publicados em periódicos científicos e dos livros: *Por um pensar sociológico sobre a deficiência* e *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*.

Enicéia Gonçalves Mendes

Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial e líder do Grupo de Pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-FOREESP).

Referências

ANDERSON, Mary R. 2009. Community Psychology, Political Efficacy, and Trust. *Political Psychology*, v. 31, n. 1, pp. 59-84.

- ANSPACH, Renee. 1979. From stigma to identity politics: Political activism among the physically disabled and former mental patients. *Social Science & Medicine*, v. 13, n. 1, pp. 765-773.
- ARRAES, Ronaldo; AMORIM, Octavio Amorim; SIMONASSI, Andrei. 2017. Despesas de Campanha e Sucesso Eleitoral nos Pleitos Legislativos Brasileiros. *Dados*, v. 60, n. 4.
- BARNES, Colin; SHELDON, Alison. 2010. Disability, politics and poverty in a majority world context. *Disability & Society*, v. 25, n. 7, pp. 771-782.
- BRASIL. 2009. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. 2015. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. 2017. *Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017*. Altera as Leis n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. Brasília, DF: Senado Federal.
- 320 CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. 2015. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira De Ciência Política*, n. 16, pp. 121-151.
DOI: 10.1590/0103-335220151606
- CASTIGLIONE, Dario; WARREN, Mark. 2006. *Rethinking democratic representation: eight theoretical issues*. British Columbia: University of British Columbia.
- CHARLTON, James. 2010. *Nothing about us without us: Disability oppression and empowerment*. Berkeley: University of California Press.
- FLEISCHER, Doris Zames, & ZAMES, Frieda. 2011. *The Disability Rights Movement: From Charity to Confrontation*. Temple University Press. [S. l.]: JSTOR.
- FRASER, Nancy. 2007. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 2.
- GAXIE, Daniel. 2012. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 8, pp. 165-208.
- HAHN, Harlan. 1985. Toward a Politics of Disability: Definitions, Disciplines, and Policies. *Social Science Journal*, v. 22, pp. 87-105.
- HALVORSEN, Rune; HVINDEN, Bjørn; BICKENBACH, Jerome; FERRI, Delia; GUILLÉN RODRIGUEZ, Ana Marta. 2020. *The Changing Disability Policy System: Active Citizenship and Disability in Europe*. London: Routledge.

- HEES, Suzanne; BOEIJE, Hennie; PUTTER, Iris. 2019. Voting barriers and solutions: experiences of people with disabilities during the Dutch elections in 2017. *Disability & Society*, v. 5, pp. 819-836.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. *Nota Técnica Relativa ao Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE.
- ICED – International Centre for Evidence in Disability. 2015. *The Economic Costs of Exclusion and Gains of Inclusion of People with Disabilities* (Technical Report). London: International Centre for Evidence in Disability.
- IFES – International Foundation for Electoral Systems. 2014. *Equal Access: How to Include Persons with Disabilities in Elections and Political Processes*. Washington, DC: International Foundation for Electoral Systems.
- KITTAY, Eva Feder. 2011. The ethics of care, dependency, and disability. *Ratio Juris*, v. 24, n. 1, pp. 49–58.
- KRAMER, Elisabeth; DIBLEY, Thushara; TSAPUTRA, Antoni. 2022. Choosing from the citizens toolbox: disability activists as political candidates in Indonesia's 2019 general elections. *Disability & Society*.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 2011. Associações, participação e representação: combinações e tensões. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 84, pp. 141-174.
- LUXEMBURGO, Rosa. 2017. *A revolução Russa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.
- MANIN, Bernard. 1997. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MATTILA, Mikko; PAPAGEORGIOU, Achillefs. 2017. Disability, perceived discrimination and political participation. *International Political Science Review*, v. 38, n. 5, pp. 505–519.
- MIGUEL, Luís Filipe. 2005. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, pp. 25-38.
- OLIVER, Michael. 1990. *The Politics of Disablement*. London: Palgrave Macmillan, 1990.
- OLIVER, Michael. 2008. Políticas sociales y discapacidad: algunas consideraciones teóricas. In: BARTON, Len. (org.). *Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society"*. Madrid: Morata. pp. 19-33.

- PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. 2022. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, pp. 93-116.
DOI: 10.1590/s0103-4014.2022.36106.006
- PHILLIPS, Anne. 1995. *The Politics of Presence*. New York: Oxford University Press.
- PHILLIPS, Anne. 2001. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, pp. 268-290.
- PINTO, Céli Regina Jardim. 2004. Espaços deliberativos e a questão da representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, pp. 97-113.
- PITKIN, Hanna F. 1967. *The concept of representation*. Berkley: University of California Press.
- PRIESTLEY, Mark *et al.* 2016. The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism. *Electoral Studies*, v. 42, pp. 1-9.
- SCHUR, Lisa; ADYA, Meera. 2013. Sidelined or Mainstreamed? Political Participation and Attitudes of People with Disabilities in the United States. *Social Science Quarterly*, v. 94, n. 3, pp. 811-39.
- SCHUR, Lisa; ADYA, Meera; KRUSE, Douglas. 2013. *Disability, Voter Turnout, and Voting Difficulties*. New York: Research Alliance for Accessible Voting.
- SCHUR, Lisa; ADYA, Meera; AMERI, Mason. 2015. Accessible Democracy: Reducing Voting Obstacles for People with Disabilities. *Election Law Journal: Rules, Politics, and Policy*, v. 14, n. 1 pp. 60-65.
- SCOTCH, Richard K. 1989. Politics and Policy in the History of the Disability Rights Movement. *The Milbank Quarterly*, v. 67, n. 2, pp. 380-400.
- SHAPIRO, Joseph. 1993. *No pity: People with disabilities forging a new civil rights movement*. New York: Times Books.
- SPAGNUOLO, Natalie; SHANOUDA, Fade. 2017. Who Counts and Who Is Counted? Conversations around Voting, Access, and Divisions in the Disability Community. *Disability & Society*, v. 32, n. 5, pp. 701-19.
- STIKER, Henri-Jacques. 2006. *Corps infirmes et sociétés*. Paris: Dunod.
- TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2020. *Estatísticas Eleitorais – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais de 2020*. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Brasília, DF: TSE.

- TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2022. *Estatísticas Eleitorais – Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais de 2022*. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Brasília, DF: TSE.
- UN – UNITED NATIONS. 2006. General Assembly, *Convention on the Rights of Persons with Disabilities*. New York: UN.
- UN – UNITED NATIONS. 2019. *Human Development Report 2019*. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century. New York: UN.
- URBINATI, Nadia; WARREN, Mark E. 2008. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. *Annual Review of Political Science*, v. 11.
- VIRENDRAKUMAR, Bhavisha; JOLLEY, Emma. 2018. Disability inclusive elections in Africa: a systematic review of published and unpublished literature. *Disability & Society*, v. 33, n. 4, pp. 509-538.
DOI: 10.1080/09687599.2018.1431108
- WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2011. *World report on disability*. Geneva: WHO.
- YOUNG, Marion. 2000. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press.
- YOUNG, Marion. 2006. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, n. 67, pp. 139-190. DOI: 10.1590/S0102-64452006000200006
- WALTZ, Mitzi; SCHIPPERS, Alice. 2021. Politically disabled: barriers and facilitating factors affecting people with disabilities in political life within the European Union. *Disability & Society*, v. 36, n. 4, pp. 517-540.
DOI: 10.1080/09687599.2020.1751075





ANÁLISE DE CONJUNTURA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

João Henrique Araujo Virgens

Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

E-mail: jhenrique.av@gmail.com

Orcid: 0000-0001-9119-280X

Carmen Fontes Teixeira

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA),

Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: carment@ufba.br

Orcid: 0000-0002-8080-9146

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-325357/120>

Introdução

A análise de conjuntura é uma abordagem que tem subsidiado pesquisas em diversas áreas, mas poucas delas explicitam sua fundamentação teórico-metodológica, o que dificulta seu desenvolvimento no âmbito científico (Virgens; Teixeira, 2018). A inexistência de um texto ou um autor que seja considerado fundador desse tipo de análise (Cruz, 2000) evidencia a importância de acessar produções que se dedicaram a examinar seus elementos constituintes e/ou elaboraram críticas sobre ela. Essas contribuições expressam preocupações epistemológicas com os modos de produzir conhecimentos sobre a conjuntura e, muitas delas, propuseram formas de superar a mera descrição de fatos isolados e de sujeitos envolvidos, passando a considerar as conexões entre eles, com atenção aos processos políticos e sua relação com a dimensão estrutural (Virgens, 2019).

Nessa perspectiva, foi desenvolvida uma revisão narrativa (Rother, 2007; Cordeiro, 2007) de produções sobre o tema, sendo privilegiados textos que priorizaram a discussão teórico-metodológica. Inicialmente, foram realizadas pesquisas em bases como Portal de Periódicos da Capes, Scielo e Google Acadêmico, usando os descritores análise de conjuntura e/ou análise conjuntural e seus correlatos em espanhol, sem restrição temporal, visando localizar livros, capítulos, artigos, trabalhos apresentados em congressos e cartilhas que expressassem a produção latino-americana sobre o tema. Posteriormente, realizamos uma atualização incorporando produções em inglês. Além disso, as referências de cada um dos textos encontrados também foram examinadas para identificar outras publicações relevantes.

A revisão tomou como ponto de partida as seguintes questões: como é conceituada e analisada a conjuntura? Quais suas principais características? É possível desenvolvê-la cientificamente? Como delimitar o tempo e o espaço conjuntural? Quais teorias e métodos têm alicerçado essas produções? Assim, o objetivo central deste ensaio é sistematizar e analisar alguns dos principais elementos teórico-metodológicos presentes na literatura sobre análise de conjuntura política.

Conjuntura

A fundamentação teórica é o elemento que mais merece atenção quando se usa a expressão conjuntura, sendo possível identificar diferentes maneiras de conceituar esse termo. Autores como Poulantzas, afirmam que Lenin teria restaurado o “pensamento autêntico de Marx” ao tratar o “conceito de conjuntura” como “equivalente ao de momento atual que é o objeto específico da prática política” (1977, p. 90). Já Fiori considera que enquanto a palavra conjuntura se cerca de fundamentação na teoria econômica, condição que possibilitaria “uma análise mais rigorosa”, fora dela,

“vive prisioneira do senso comum” e a falta de precisão teórico-metodológica restringiria o desenvolvimento de análises políticas apenas a quem controla os “códigos intransferíveis” desse tipo de abordagem (1991, p. 379). Para o autor é necessário diferenciar conjuntura de expressões como momento atual ou tempo curto.

A dimensão temporal, portanto, merece ser analisada com atenção especial. Como assinala Osorio, a conjuntura exige “uma condensação particular do tempo social em um tempo curto e na qual os processos sociais, econômicos, políticos e culturais estão concentrados no campo político” (2001, p. 50), enfatizando, assim, a importância de se definir um tempo político.

Além da delimitação do momento, a conceituação de conjuntura remete, para Gallardo, à ideia de “articulação da realidade” captada “mediante um juízo teórico” (1988, p. 9), de uma totalidade complexa, a “realidade”, que não pode ser conhecida apenas com observações superficiais, exigindo “um esforço de crítica, organização e materialização”, a partir de um conjunto de informações e de um processo que se fundamenta teoricamente (1988, p. 14). Para o autor, “uma conjuntura é o ponto de articulação de várias forças sociais em um período delimitado no tempo, [que] supõe relações de enfrentamento e de aliança [...] cujo cálculo de força relativa pode evidenciar relações tendenciais futuras” (1988, p. 21). Isso implica que os fatos considerados relevantes serão aqueles que interessam ao conjunto teórico, aos sujeitos envolvidos e que têm relação entre si.

Essa problematização acerca do conceito de conjuntura envolve, portanto, uma preocupação epistemológica de refletir sobre um fazer analítico que depende de elaborações teórico-metodológicas. No caso dos textos identificados nesta revisão, a concepção de conjuntura foi explicitamente fundamentada no materialismo histórico, vertente que

incorpora a ideia de totalidade, enfatiza a relação dialética entre conjuntura e estrutura, e assume uma delimitação política do tempo e do espaço para análise da correlação de forças entre sujeitos sociais que agem em função de seus interesses econômicos, políticos e culturais, constituindo um “esforço de captação da realidade para modificá-la” (Osorio, 2001, p. 74).

Análise conjuntural

Ao propor elementos para conceituar análise de conjuntura, Alves a trata como o estudo de um conjunto de elementos interligados da sociedade, em um ciclo de curto prazo da economia ou da política, que compõe um todo complexo. Para o autor, esse tipo de análise só é desnecessária para aqueles que acreditam na “predeterminação da história” ou na possibilidade de aplicar fórmulas prontas de ação, independentemente de tempo ou de lugar (2008, p. 11). Considera, assim, sua importância para possibilitar que os atores sociais construam estratégias e táticas adequadas para alcançar seus propósitos diante das circunstâncias percebidas.

Nessa mesma linha, Gallardo defende que a análise de conjuntura é uma “forma de conhecimento” fundamentada em “conceitos que permitem um diagnóstico da situação atual da realidade e [...] das forças no cenário da política em um sentido amplo” (1988, p. 14), bem como de suas tendências de desenvolvimento, para viabilizar uma atuação com base em suas “necessidades e interesses” sobre essa realidade que, apesar de complexa, pode ser conhecida (1988, p. 19).

Já para Perlatto e Sousa (2016), a análise de conjuntura é “um exercício onde o analista produz uma espécie de ‘história’ do tempo presente” em uma situação de disputa do “sentido dos acontecimentos” e em torno da possibilidade de “guiar os fatos” (2016, p. 5). De acordo com Vianna, a conjuntura não se revela ao ator como uma manifestação

totalmente transparente do real, mas que poderia, em meio ao processo analítico, antecipar respostas possíveis para suas ações em uma situação que é mutável. Portanto, a “conjuntura não é, está” (1991, p. 127).

Moreira, por sua vez, considera que a análise conjuntural representa tanto um “gênero textual”, que compartilha “aspectos formais e de conteúdo”, como um “estilo de análise”, que demanda um modo específico de estudo sobre “o fenômeno social” (2016, p. 2), apontando suas características, quais sejam: (1) as análises são produzidas frequentemente com a delimitação de um momento ou em torno de um fato recente; (2) existe relação entre analista e conjuntura, o que não significa que é um texto composto por lembranças pessoais; (3) são evidenciadas as disputas pelo poder entre grupos sociais, portanto, identifica “atores, datas e acontecimentos específicos”; (4) evidencia a relação mais proeminente entre ciência e política, já que a análise de conjuntura tem, frequentemente, a finalidade de influenciar uma ação política; (5) envolve a superação do caráter opinativo, condição que amplia a importância da teoria; (6) não privilegia o caráter prescritivo, como no panfleto político, assumindo uma abordagem mais descritiva (2016, p. 3). O autor acredita na possibilidade de alguns estudos conjunturais não apresentarem todas essas características, mas, para ele, elas seriam um passo para diferenciá-los de outros estilos de análise na teoria política.

Essas considerações revelam o interesse direcionado por alguns autores para a dimensão epistemológica, quando problematizam o fazer da análise conjuntural enquanto uma construção que não se limita à opinião, mas pode ser desenvolvida com o rigor das ciências.

Análise de conjuntura enquanto prática científica

Ao problematizar esse tipo de abordagem analítica, López J. lança a questão: “a atualidade política é um objeto

teórico de análise científica?” A partir dessa pergunta, discorre sobre a possibilidade de identificar “regularidades” que permitiriam uma “direção consciente” dos acontecimentos baseada em uma “racionalidade política”, ao invés das forças políticas apenas reagirem aleatoriamente em todas as circunstâncias. Para o autor, cada momento é singular, “não se repete, apesar das aparências” (López, 1979, p. 29). Portanto, mesmo que sejam pesquisados elementos do passado para se pensar as ações atuais, há insuficiências nessas análises diante das particularidades de cada momento, situação que cria necessidade de uma abordagem científica para analisar períodos mais recentes e embasar as práticas políticas no presente. É na atualidade que se dão os enfrentamentos inconclusos entre atores em ação e direcionar atenção para ela torna possível analisar processos em andamento, a “história viva” (López, 1979, p. 30), não apenas os resultados. Esse é um dos motivos para o autor considerar a contribuição marxiana relevante, já que direciona atenção aos processos históricos e aos fatos recentes para aprofundar tanto elementos conjunturais quanto estruturais em uma perspectiva dialética. Destaca ainda que, na política, a busca por regularidades não significa prever acontecimentos futuros decorrentes de uma ação, ela se ancora na compreensão da correlação de forças, oferecendo criticidade à prática, para que as táticas sejam pensadas com essa fundamentação, mas não garante os resultados almejados.

Na construção desse tipo de análise, Perlatto e Sousa (2016) apontam a existência tanto de formatos que evidenciam um “modo de operar próprio da ciência social institucionalizada” (2016, p. 4), quanto outros mais ensaísticos que recorrem frequentemente “a formas não disciplinares de discussão” (2016, p. 3).

Já para Brussi, pelo fato de as conjunturas serem “multi-determinadas” e demandarem interpretações “no momento mesmo em que ocorrem” não seria possível exigir dos

analistas de conjuntura os “rigores teórico-metodológicos típicos de investigações estruturais próprias à atividade científica regular” (2007, p. 89). Apesar do autor considerar a possibilidade dessa prática ser “reconhecida como o conhecimento científico de tempo curto”, ele reforça a defesa de que “suas análises necessitam estar desamarradas dos rigores usuais da teoria e da metodologia, apresentando-se como o lugar da liberdade, da criação e da inovação do método e da teoria social” (2007, p. 91).

Na dinâmica científica, rigor tem outro significado para Macedo (2009) e não se confunde com amarras, mas representa “a busca da qualidade epistemológica, metodológica, ética e política” (2009, p. 75), sendo um elemento que subsidia a crítica e possibilita a construção do saber científico. Para esse autor, o limite à inovação decorre da rigidez, que impediria adaptações diante dos recortes e necessidades do estudo.

Com base nessas observações, consideramos ser possível falar em rigor também na análise conjuntural. Por isso, é importante ter atenção à formulação teórico-metodológica, já que ela ajuda a diferenciar aquele que opina sobre eventos políticos de quem se predispõe a analisar cientificamente a conjuntura.

Percebe-se, assim, a importância de não confundir o momento da análise e o das elaborações subsequentes, voltadas para preparar a ação, que pode assumir, em muitas situações, um caráter opinativo e prescritivo. Apesar de estarem interligados e em um processo de retroalimentação, as particularidades de cada momento merecem ser observadas. Cabe destacar, no entanto, que, para algumas abordagens, a construção de tendências futuras também pode ser desenvolvida cientificamente.

Diante dessas considerações, propomos discutir alguns dos aspectos que apareceram de forma mais recorrente nos textos revisados e que podem ser relevantes para fundamentar teórico-metodologicamente a análise conjuntural.

Delimitação da camada, do tempo e do espaço na análise de conjuntura

As dimensões propostas nesta seção foram definidas, especialmente, com base em uma sistematização feita por Osorio sobre os principais elementos que merecem ser considerados nos estudos conjunturais. O autor problematiza a importância de olhar para uma “totalidade complexa” como maneira de pensar a “realidade social”, mas destaca que isso não significa debruçar-se sobre tudo e sim aprofundar os elementos analíticos que tratam das interligações entre o todo e as partes que o compõem (Osorio, 2001, p. 72). Sugere, assim, a “decomposição” da totalidade em “três dimensões fundamentais”: “as camadas [...], o tempo e o espaço” (Osorio, 2001, p. 65).

As camadas representam o nível de profundidade analítica, seja por meio de um olhar superficial, seja por um olhar mais profundo, com atenção para o que está oculto, e exige teorias, técnicas e/ou processos elaborados para sua apreensão (Osorio, 2001). A construção do conhecimento demanda “alcançar aquilo que não está visível” (Osorio, 2001, p. 39), com uma postura questionadora e crítica que também não perde de vista o superficial e relaciona-se com a teoria, não apenas para se fundamentar, mas “para reconstruir ou criar as novas categorias ordenadoras” (Osorio, 2001, p. 43).

No que se refere à dimensão espacial, Leitner e Sheppard (2020) evidenciam a importância de ser desenvolvido um processo com o cuidado de evitar uma delimitação territorial rígida e que acabe desconsiderando as dinâmicas relacionais e históricas (espaço-temporais) que influenciaram na sua constituição. Ou seja, é feito um convite para ser desenvolvida uma espacialização política com pontos de partida abertos, diretamente atrelada aos objetivos da análise e às arenas em que os atores buscam intervir, permitindo a cada estudo orientar sua circunscrição espacial de acordo

com as próprias dinâmicas conjunturais. Com isso, a constituição do recorte territorial se daria processualmente à medida que vão se definindo a dimensão temporal, os fatos e os atores relevantes para a análise.

Leitner e Sheppard (2020) também comentam sobre a possibilidade de se desenvolver a análise conjuntural, tendo como referência escalas geográficas, como a nacional e a subnacional, sem estabelecer uma abordagem hierarquizada. Assim, as análises podem inicialmente direcionar seu olhar tanto para o local como para o global, mas para ser possível captar as complexidades conjunturais é evidenciada a importância de analisar essas relações interescares (verticais). Essa perspectiva influencia na definição das estratégias a serem propostas para modificar a realidade analisada, já que podem ser considerados os impactos interescares de cada ação, permitindo um olhar também para uma possível articulação mais ampla dos atores que desenvolvem ações em diferentes escalas, seja no bairro, na cidade, no país ou em uma escala internacional. É fundamental, ainda, considerar que nenhum território está isolado e sem sofrer influência dos demais, particularmente naquilo que se refere às dinâmicas de poder. Afinal, fatos desencadeados em outros territórios (olhar interterritorial – horizontal) podem ter grande influência nas dinâmicas locais e a força desse impacto está diretamente relacionada ao lugar que cada um deles ocupa nas relações globais de poder. Dessa maneira, as relações historicamente estabelecidas com outros espaços políticos merecem ser consideradas nas análises, em especial, aquelas que envolvem disputas hegemônicas ou condições de dependência e subordinação. Além disso, olhares conjunturais que buscam comparar espaços sociais distintos também podem passar a ser desenvolvidas sem as constantes tentativas de usar regiões e cidades localizadas no norte global como referência de um padrão ideal de desenvolvimento. Com isso, passaria a ser

direcionada mais atenção para as especificidades da constituição geo-histórica de cada território, mas sem desconsiderar as relações dialéticas entre o todo e o particular.

No caso da delimitação temporal, uma maneira de abordá-la é proposta por Braudel (1990). Para ele, diferentes temporalidades merecem atenção analítica: o tempo curto que se confundiria com o episódio ou acontecimento; o tempo médio que representaria a conjuntura; e o tempo longo. O autor discute os limites do tempo breve, pois seria a “mais enganadora das durações”, já que o conjunto de episódios não constituiria “toda a realidade” e nem toda a “espessura da história” que as reflexões científicas poderiam aprofundar (1990, p. 11). Além disso, propõe superar a confusão de que esse seria o tempo da história política já que, em muitas circunstâncias, ela é apresentada em uma perspectiva episódica. Surgiria, assim, um novo formato de “narração histórica”, o tempo médio, que, para o autor, seria a conjuntura (1990, p. 12). Além desses, em uma nova superação, seria constituída a “longa duração”, como o tempo que se vincularia às reflexões sobre o que seria denominado por alguns de “tendência secular”, mas que, segundo o autor, teria mais utilidade para historiadores considerar a concepção de “estrutura”, ou seja, “um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora [...] a desgastar e a transportar” (1990, p. 14). Apesar de privilegiar a longa duração, Braudel considera importante olhar para as outras durações, pois elas seriam “solidárias umas com as outras” e percorrê-las ajudaria a construir novas inquietações e perguntas (1990, p. 34). A conjuntura, nessa abordagem, seria demarcada por ciclos e não se confundiria nem com o episódio, nem com o que é tratado como estrutural.

Já Osorio direciona atenção para diferenciar o “tempo cronológico”, que seria “linear, contínuo e homogêneo” e percebido a partir de unidades de medida que conhecemos

como os dias, meses ou anos, do “tempo social”, que assumiria um caráter “diferencial, heterogêneo e descontínuo” (2001, p. 46). É problematizado o fato de como, em um mesmo tempo cronológico, o tempo social pode transcorrer de forma mais lenta, em momentos de estabilidade, ou de forma acelerada, por conta das mudanças.

A preocupação de fazer esse tipo de diferenciação também aparece na obra de López J. (1979), que propõe superar a “concepção reformista de tempo”, pois ela assume como premissa uma “evolução linear”, “gradual” e “pacífica”. O autor direciona atenção para o “tempo político” que seria permeado por discontinuidades e “acentuada heterogeneidade como expressão da luta de classes no campo específico do poder” (1979, p. 33).

Nessa linha, Fiori aponta dificuldades identificadas em estudos do “tempo presente”, que, segundo ele, só podem ser solucionadas a partir de um “conflito permanente com o senso comum” que contribua para uma “conceituação mais rigorosa da temporalidade política” (1991, p. 380). O autor sistematiza como essa dimensão foi tratada por diversos autores. Parte de Marx e Engels que propuseram “a substituição de uma leitura meramente factual e jornalística por uma análise política e histórico-estrutural do tempo conjuntural” (1991, p. 384). Cita Lenin e suas considerações acerca da existência de dois tempos: o “histórico-estrutural”, que seria “passível de um conhecimento científico”, e o “estratégico”, que seria o tempo construído com base nos objetivos e ações do partido, tornando a análise do tempo conjuntural comprometida com os propósitos e táticas desse sujeito coletivo (1991, p. 404). Gramsci, por sua vez, teria avançado na proposição de “uma temporalidade teoricamente construída: o tempo das estabilidades e das crises políticas, orgânicas algumas delas”, relacionadas com as concepções de bloco histórico e hegemonia (1991, p. 395). Já Poulantzas, teria proposto “um conceito propriamente político do tempo

conjuntural” (1991, p. 396) que tem como fundamento as “formações sociais” fragmentadas em “estágios e fases”, superando “o modelo arquitetural da infra e superestrutura” (1991, p. 409).

Apesar de considerar as contribuições desses autores, Fiori propõe críticas a essas e outras leituras do tempo conjuntural e defende que a conjuntura atual não constitui uma “realidade distinta da estrutura” seria apenas o momento da “incerteza”. Ao tratar do tempo político evidencia processos de “natureza conflitiva”, em meio às “contradições estruturais”, e de “natureza ideológica e prospectiva” que se revela nos enfrentamentos “entre forças e projetos contrapostos” (1991, p. 409). O autor destaca que “na conjuntura, os atores sociais experimentam o tempo como fluxo, a estrutura como construção e a sua prática como luta permanente por controlar a incerteza, a vontade e as expectativas dos concorrentes ou adversários” (1991, p. 380). Considera ainda que essa dinâmica se dá em um “tempo histórico” em que “cada ator [...] tem sua percepção do passado e sua expectativa do futuro”, mas não dispõe de todas as informações sobre “a situação presente” e nem sobre todas as “alternativas futuras possíveis” (1991, p. 381). As expectativas dos atores, assim, têm grande relevância para o processo analítico, na medida em que representam um elo entre o “presente inacabado” e um futuro que se torna “elemento ativo do presente” (1991, p. 382). De acordo com Fiori (1991), essa “imagem esperada do futuro” não se constrói de forma totalmente aleatória e é passível de “conhecimento objetivo” se alicerçada em teorias e nas informações que podem ser analisadas. É, portanto, esse elemento da expectativa que diferencia epistemologicamente “o conhecimento de uma ‘conjuntura atual’”, que se processa a partir do acompanhamento de um presente em movimento, e o de uma “conjuntura passada”, que representaria um esforço de “reconstrução” e pode incluir também a análise dos “fatos

históricos” concretizados, que facilitam a identificação de atores relevantes, bem como de suas consequências (1991, p. 383). Assim, não seria possível “definir o tempo conjuntural e seu método de análise sem compreender a forma e conteúdo com que as forças políticas encaram e resolvem suas incertezas atuais no plano de suas expectativas futuras” (1991, p. 410).

Essas considerações remetem à importância da definição dos fatores que determinariam o fim ou o surgimento de uma nova conjuntura. Poulantzas (1977) direciona atenção para duas possibilidades de periodização. A primeira é delimitada pelo estágio de constituição de uma determinada “forma de Estado” e fundamenta-se em elementos da base econômica, enquanto a segunda, “própria do nível político”, conforma-se com base em um “ritmo particular” e nos limites estabelecidos pela primeira (1977, p. 240). A construção dessa segunda periodização está diretamente relacionada com um “espaço particular”, que o autor designa de “cena política”, em que determinados atores poderiam agir ou ausentar-se de acordo com cada momento (1977, p. 241).

Nessa mesma linha, Gallardo comenta sobre a importância de identificar alguma “mudança significativa na articulação das forças sociais fundamentais” (Gallardo, 1988, p. 21). Contudo, o autor faz a ressalva de que, com base nos diferentes “ritmos de ação” coexistiriam diferentes “temporalidades econômico-sociais, políticas e culturais” (1988, p. 44). Dessa maneira, a “periodização”, definida como uma delimitação de recortes temporais relacionados com a “possibilidade-necessidade de análise”, poderia ser proposta com base nas seguintes mudanças: (A) alterações significativas das táticas dos atores analisados; (B) “aparecimento de novas forças ou rearticulação” de grupos e; (C) modificação na correlação de forças (1988, p. 64).

Uma outra contribuição a esse respeito é trazida por Madrid (1992), que revisita *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*,

escrito por Marx (1852), e considera estar esboçado nele “o método marxista de análise política da conjuntura”. Na obra, Marx, ao examinar uma sequência de acontecimentos que possibilitaram uma “periodização histórica”, pôde identificar pontos de viragem que se refletiram em “mudanças na correlação de forças” (Madrid, 1992, p. 232). No caso de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* seriam três os momentos de mudanças relevantes: (1) a derrocada da monarquia e constituição de um governo provisório inicialmente articulado; (2) momento em que as forças do parlamento passam a se enfrentar para garantir seus interesses específicos; (3) período em que desaparece a única força política que defendia a República e o Parlamento perde força diante da retomada das perspectivas imperiais de Bonaparte, culminando no golpe de Estado. Além disso, o autor teria considerado subperíodos que se baseiam no “modo específico de predomínio de cada força política” (Madrid, 1992, p. 241). É uma abordagem que, segundo Madrid, assume uma epistemologia fincada em perspectivas teórico-metodológicas que conectam processos de explicação reconstrutivos e propositivos, fundamentados na possibilidade de transformar a realidade a partir de lutas protagonizadas por um “sujeito histórico coletivo” (Madrid, 1992, p. 235).

Sobre a relação entre as variáveis tempo e espaço, vale a ressalva de que períodos de agudização de crises ou mudanças na correlação de forças podem ocorrer em momentos distintos ao considerar diferentes recortes espaciais, a exemplo dos âmbitos internacional, nacional e local. Nessa situação, isso significaria que, se considerados os tempos políticos e não os cronológicos de cada uma dessas escalas, poderíamos encontrar três recortes temporais distintos com base em cada uma de suas periodizações específicas. Ao privilegiar um dos recortes espaciais, as análises dos demais poderiam se desvincular de seus próprios tempos políticos, assumindo uma delimitação temporal que não é a sua e,

nessa condição, as análises referentes a elas assemelhar-se-iam àquela baseada no tempo cronológico. Por isso, é importante que as delimitações espacial e temporal sejam parte de uma construção dialética, tendo como referência os objetivos do estudo e suas conexões com os aspectos políticos e seu nível de aprofundamento teórico/analítico (camadas).

Atores/Sujeitos sociais em ação na conjuntura

Além das dimensões consideradas até aqui, os atores privilegiados nas análises também merecem atenção e têm relação direta com o referencial adotado. Osorio considera que “os sujeitos e a noção de sujeitos se redefinem em função da camada e temporalidade adotada” (Osorio, 2001, p. 77) e parte das seguintes questões: “quando nos referimos aos sujeitos, de quem falamos? De classes sociais? De movimentos sociais? De indivíduos?” (2001, p. 76).

Para Gramsci, o foco exclusivo nos “fenômenos de conjuntura” resulta em “uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder” (2000, p. 36-37). Já as análises direcionadas apenas para os “fenômenos orgânicos”, também insuficientes, desenvolvem uma “crítica histórico-social” a partir dos “grandes agrupamentos” (2000, p. 37) em que ganham destaque as classes sociais. Portanto, a discussão parte da necessidade de pensar as situações diante do “nexo dialético” entre os movimentos orgânicos e de conjuntura e dos sujeitos privilegiados em cada dimensão para possibilitar uma “análise objetiva” (2001, p. 38).

Em um esforço teórico apoiado na revisão de diversas obras clássicas – de Maquiavel, Tocqueville, Marx, Lenin e Gramsci –, Vianna (1991), analisa como esses autores tratam do ator político e seu papel nos processos de transformação da sociedade, quer seja o príncipe, em que prevalece um sujeito individual apoiado pelo povo mobilizado; quer seja o legislador, a classe ou

o partido político, em que se destaca o sujeito coletivo. O autor ainda problematiza os limites de analisar apenas a relação capital-trabalho, que colocaria o proletariado como ator central, e cita o surgimento de novos sujeitos políticos cuja ação extrapola as fronteiras do mundo do trabalho. Assim, os atores clássicos, os operários, ao limitar suas lutas a processos reformistas, se distanciam do papel da transformação, dando lugar a novos sujeitos que não estariam vinculados à esfera da produção, mas da “cultura e dos movimentos sociais” (Vianna, 1991, p. 165).

Ainda sobre a definição dos atores políticos, Gallardo (1988) sugere evitar alguns desvios que criam limitações para a análise de conjuntura a exemplo do desvio politicista que levaria o analista a “ignorar ou subestimar o papel e o peso dos atores sociais não especificamente políticos” e cita como exemplo os “grupos de pressão, igrejas, meios de comunicação” e as “minorias culturais” (1988, p. 25).

340

Testa (2005, 2007) também aprofunda análises sobre os atores e para ele não basta explicitar apenas quem atua, é importante olhar para o processo de constituição dos sujeitos que está diretamente relacionado com a tomada de consciência. Assim, propõe aprofundar análises sobre a forma de organização, os propósitos e os métodos dos atores, bem como a coerência entre esses elementos.

Como é possível perceber, as escolhas teóricas e metodológicas impactam na delimitação dos atores privilegiados em cada estudo e na maneira como eles são analisados. Assim, é importante não perder de vista a influência desses atores em diferentes cenários e as possíveis mudanças em seus projetos e em suas dinâmicas organizacionais que podem acontecer devido aos próprios processos conjunturais.

Contribuições teórico-metodológicas para a análise conjuntural

Na construção de análises de conjuntura, é importante dedicar atenção especial aos aspectos teóricos,

metodológicos e ao papel do pesquisador na situação analisada. Naquilo que se refere ao analista, Vianna discute seu posicionamento em relação à ação política, já que este pode “se tornar ‘ator’” e participar da ação ou colocar-se como um “analista sem paixão” que evita confundir papéis, visando “servir” a alguém que pretende agir (Vianna, 1991, p. 168). Nessa linha, Perlatto e Sousa concordam que alguns autores não se limitam ao “âmbito analítico”, tendo também a “pretensão de construir orientações” e disputar a direção dos fatos (2016, p. 2).

Ao tratar da relação entre os aspectos teóricos e a dimensão metodológica, Silva (1988) alerta para a importância de deixar claro os pressupostos da análise e os referenciais que a embasam. Esse autor, por exemplo, apoia-se no referencial marxiano e sugere a articulação entre elementos de caráter estrutural e da análise dos sujeitos envolvidos, com atenção direcionada para os aspectos políticos de sua ação.

Além dele, Gallardo (1988) também cita o materialismo histórico para sugerir que a análise considere “modo de produção, formação econômico-social, estrutura do capitalismo dependente, situação social [...], formas de dominação e forças sociais” (1988, p. 61). Osorio, além de destacar a importância de “elaborar instrumentos conceituais e metodológicos” para que seja possível “captar o processo de condensação de forças sociais”, discute a possibilidade de mensurar “mudanças na correlação de forças”, fundamentando-se especialmente em Poulantzas (2001, p. 74).

Santiago e Moraes (2014) citam também elementos relevantes para desenvolver a análise e organizar a ação, considerando que: (1) para promover mudanças econômicas é pertinente mapear quem controla a terra, os mercados e como se dão os fluxos financeiros; (2) para mudanças políticas é válido delimitar “o papel do Estado, o peso dos poderes e instituições, o funcionamento das estruturas corporativas, [...] partidárias e sindicais”; e (3) no caso das

transformações culturais, é importante conhecer “quem controla os fluxos de informação ou orienta as percepções e decisões dos indivíduos” (2014, p. 33).

Um dos autores mais citados nos artigos recentes sobre análise de conjuntura é Stuart Hall, intelectual jamaicano que se mudou para a Inglaterra nos anos 1950, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na universidade de Birmingham, e tornando-se, em seguida, professor de sociologia da *Open University*, com produções de grande relevância que o tornaram internacionalmente conhecido. Um livro escrito por Jefferson (2021) teve como um de seus objetivos demonstrar como a conjuntura é um eixo basilar da obra de Hall, explicitando o desenvolvimento dessa abordagem teórico-metodológica em algumas de suas principais publicações. É evidenciada inclusive a influência de autores como Gramsci em seus escritos conjunturais. Em termos teóricos, um dos elementos que se destaca na obra de Hall é a articulação entre os estudos culturais e a análise conjuntural, sendo incluídas, no centro das análises, dimensões como raça, etnia e gênero. Para Hart (2023), a constituição dessas relações de opressão tem uma influência direta em todo o processo de acumulação capitalista e de formação das classes, dos estados nacionais e do imperialismo. Portanto, essas categorias, que compõem a realidade social a ser estudada, são analisadas por Hall considerando o enraizamento de ideias que legitimam diferentes formas de opressão, em algumas situações, com apoio dos principais órgãos de imprensa e das instâncias estatais, trazendo consequências diretas para as relações de poder.

Uma outra vertente de estudos conjunturais é aquela que direciona um enfoque especial para o âmbito setorial. Reis e Paim (2021), por exemplo, desenvolveram uma abordagem teórico-metodológica que mantém a preocupação com a totalidade social, mas tem como foco análises do setor

saúde. Identificam, dessa forma, a relevância de considerar fatos e atores envolvidos nas lutas setoriais, que poderiam receber menos atenção nas análises gerais, mas que produzem efeitos para a totalidade social, ao mesmo tempo que são influenciados por ela.

Foi possível identificar ainda a cartografia socioambiental (Torres; Maldonado, 2012) que tem pontos de articulação com a análise de conjuntura e privilegia espaços territoriais menores, considerando elementos do presente, do passado e dos sonhos futuros. A sua construção contribui para que os grupos sociais interessados em promover mudanças locais conheçam melhor a realidade em que vivem e tenham mais elementos para decidir sobre como querem agir diante das situações percebidas. Esse processo também pode contribuir para introduzir reflexões que permitam ampliar o olhar em termos de escala geográfica e nas relações existentes entre o conjuntural e o estrutural.

Entre essas diferentes maneiras de conduzir o processo de análise conjuntural, algumas abordagens sugerem desenvolver previamente sistematizações teóricas aprofundadas, inclusive naquilo que se refere à dimensão estrutural, e estabelecer delimitações mais claras do objeto, envolvendo tema e recortes geográfico e temporal, para, em seguida, com o olhar apurado, ir para o empírico para captar aquilo que pode ser útil para a análise. Por outro lado, outras abordagens sugerem partir do empírico para que a delimitação desse objeto se dê ao longo do processo, de modo que as construções teóricas sejam demandadas a partir daquilo que se percebe na realidade concreta. Existem ainda abordagens focadas no acompanhamento permanente de determinados aspectos conjunturais, sem necessariamente partir de fatos específicos.

Além desses aspectos, existe um conjunto de categorias que aparece de forma recorrente nos estudos e que poderiam ajudar a estabelecer alicerces metodológicos para a análise de conjuntura. O autor mais referenciado nos

trabalhos em que se observa essa subdivisão é Souza (2014). Para ele, não há neutralidade nesse tipo de análise, ao contrário, o seu sentido concreto se estabelece enquanto base para justificar e organizar a ação. Ou seja, agrega elementos para pensar estratégias, táticas e as questões relacionadas ao uso da linguagem. No entanto, a rejeição da neutralidade não tem qualquer relação com falta de rigor científico e essa é uma diferenciação fundamental para compreender o cuidado do autor em destacar alguns dos principais elementos metodológicos para esse tipo de análise, sugerindo as seguintes categorias:

1. *Acontecimentos* – em um primeiro momento é preciso diferenciar fatos cotidianos daqueles merecedores de atenção especial por conta das consequências para os grupos interessados. A respeito dessa discussão, é pertinente resgatar alguns elementos da sistematização feita por Alencar (2016), que diferencia o fato social na perspectiva sociológica durkheimiana, do fato histórico e do fato político. Embora todos sejam fatos sociais, este último é produzido em meio a interações conflitivas, relacionadas a disputas de poder entre sujeitos políticos. O fato político, torna-se, assim, um objeto central das análises de conjuntura, ajudando a evidenciar quais sujeitos têm sido os principais envolvidos na sua produção e/ou na sua divulgação, bem como onde e como atuam;
2. *Cenário* – é necessário identificar os espaços privilegiados onde ocorrem os enfrentamentos políticos, pois cada um deles pode exigir um método diferente de análise. É possível citar exemplos de espaços como as ruas e as praças no caso de manifestações públicas, ou o parlamento, o executivo e o judiciário no caso de uma ação no âmbito das instituições estatais. É importante considerar, também, que existem disputas que se desenrolam no âmbito internacional com repercussões para Estados-nação;



3. *Atores* – os sujeitos privilegiados estão relacionados com os recortes da análise e do referencial teórico adotado, bem como da relevância e do papel desempenhado por cada um deles na trama de relações. Nessa perspectiva, não basta identificar a origem de classe ou as organizações em que o sujeito atua, é importante considerar a que interesses servem e qual projeto político ajudam a fortalecer. Além disso, como as articulações no interior das organizações ou entre diversos sujeitos coletivos não são necessariamente estáveis, a configuração dos atores pode mudar de acordo com o rumo dos acontecimentos e isso impede um olhar estático.
4. *Relações de força* – essa categoria também merece ser examinada em uma perspectiva dinâmica, a partir de análises das forças atuantes nos âmbitos político, econômico e ideológico/cultural, pois as relações entre atores são mutáveis a depender do momento e do fato a que se referem.
5. *Articulação entre conjuntura e estrutura* – está relacionada com a percepção de que essas dimensões estão interconectadas, já que tanto os elementos estruturais, referentes à construção do bloco histórico e da hegemonia em cada âmbito da sociedade, quanto aqueles da dinâmica da luta política cotidiana estão em constante interação, de modo a impactar nas relações sociais com repercussões, também, para o processo de constituição dos sujeitos.

No que diz respeito à análise da correlação de forças, uma das dimensões centrais da análise de conjuntura, é importante registrar que Gramsci distingue: (1) “*relação de forças sociais*” (2000, p. 40, grifo nosso), que pode ser mensurada, por exemplo, com base na distribuição das pessoas no processo de produção, número de empresas e de funcionários ou na relação entre população urbana e rural, o que contribui com reflexões acerca das condições necessárias para desencadear processos de transformação (2000, p. 40);



(2) “*relação das forças políticas*” que possibilita avaliar o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização” dos grupos sociais sob estudo, podendo ser subdividida em três graus, quais sejam: o *econômico-corporativo* que envolve preocupações pontuais de um grupo profissional em que são pautadas questões de uma área específica e já é dada importância ao processo de organização; a constituição de uma *consciência de solidariedade* no âmbito econômico, que amplia as possibilidades de interação entre grupos distintos e é evidenciada a preocupação com a questão do Estado, contudo, limitada à luta por direitos e reformas dentro dos marcos estabelecidos sem propor grandes mudanças; e a *fase política* na qual se observa uma tomada de consciência de classe que evidencia disputas entre grupos antitéticos com objetivo de fazer prevalecer uma unidade econômica, política, intelectual e moral (bloco histórico). Envolve um plano de luta “universal” em que se busca a “hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (Gramsci, 2000, p. 41). Por fim, o autor discute um terceiro momento, (3) a *relação de forças militares* que também é subdividido em dois graus, o *técnico-militar* e o *político-militar*. Cita o exemplo da “opressão militar” sofrida por uma nação que luta por sua “independência estatal”, para analisar como esse processo, que frequentemente é decorrente da “desagregação social” e da “passividade” da maioria do “povo oprimido”, não depende só do elemento técnico-militar para obter sucesso, mas inclui o elemento político. Afinal, é essencial desenvolver essa ação política de desagregação das forças hegemônicas, com repercussões negativas para sua eficiência bélica, e rearticular forças ativas de oposição nos dois âmbitos citados (Gramsci, 2000, p. 43).

De acordo com Portantiero (1979) essas contribuições de Gramsci estão diretamente relacionadas com o processo de conformação do bloco histórico, enquanto unidade

orgânica, e que tem como chave teórica o conceito de hegemonia, que contempla a existência de contradições e relações entre forças, em constante movimento. Cabe destacar que nem todas as ações analisadas são racionais e vinculadas a uma escolha conectada ao projeto ou aos interesses dos atores, poderia ser apenas uma reação mal calculada dos dirigentes, uma concessão tática ou uma ação disfarçada para ludibriar momentaneamente a oposição, condição que merece cuidado por parte de quem analisa, pois pode gerar equívocos ao mapear as alianças e a correlação de forças.

Dessa maneira, é possível recuperar alguns critérios sistematizados por Harnecker (2012) para analisar a correlação de forças, quais sejam: (A) só pode ser verificada a partir de um enfrentamento real, condição que impede análises prévias; (B) foco nas forças que efetivamente se enfrentam, ou seja, na “maioria ativa” e não na “maioria numérica” vinculada a uma determinada classe; (C) coesão e contradições de cada força em disputa; (D) dinâmica da revolução, ou seja, quem passa a obter a superioridade de forças no decorrer do processo; (E) o que é feito em situação de equilíbrio de forças (2012, p. 85-86).

Um outro autor que traz contribuições de grande relevância para essa dimensão da análise conjuntural é Poulantzas (1977), que desenvolve alguns conceitos como bloco no poder, alianças e classes-apoio. Para o autor, o “bloco no poder” tem relação direta com a “forma do Estado” constituída em um “estágio particular” em que se torna possível distinguir “com nitidez as contradições entre as classes e frações”, mas perdura uma unidade política, econômica e ideológica, ou seja, uma “homogeneidade relativa”. Rupturas entre classes e frações que compõem o bloco no poder podem levar a “uma transformação da forma de Estado” (1977, p. 236). No caso da “aliança”, os vínculos não são sólidos e a dissolução dessas relações não teria potencial para interferir na “forma de Estado”, poderia apenas mudar a “forma de regime” (1977, p. 237) e

interferir na luta pela hegemonia no interior do bloco no poder. Além desses, destaca o conceito de “classes-apoio”, em que não há necessidade de construir uma articulação com benefícios diretos para elas. Essa relação se caracteriza pela vinculação ideológica, na crença que apoiar as classes que conformam o bloco no poder traria mais benefícios, ou menos prejuízos do que se os opositores dela assumissem tal posição.

Toda essa construção foi desenvolvida por Poulantzas de forma articulada com aprofundamentos teóricos sobre o conceito de hegemonia e o de Estado. Para Nascimento (2021), um dos avanços em relação ao conceito de hegemonia está no enfoque dado à capacidade de uma fração de classe “polarizar os interesses contraditórios das demais frações pertencentes ao bloco no poder ao redor de seus interesses políticos, constituindo-se assim como a fração representante do interesse geral do bloco” (p. 30), além de representar os interesses gerais do povo-nação. Contudo, Nascimento (2021) também sistematiza algumas contribuições, elaboradas por diversos autores, referentes a alguns conceitos/temas e critérios usados para ser aferida a hegemonia política, sugerindo que merecem ser observadas quatro dimensões que contribuem para indicar quais frações têm seus interesses satisfeitos prioritariamente: (1) “política econômica”; (2) “aspectos decisoriais e não decisoriais da política econômica” (inclui o processo de formulação da política e não apenas a política aplicada como na dimensão anterior); (3) “política externa” (indica como se dão as relações com o capital externo e com outros Estados-nação – ex.: Imperialismo/dependência); (4) “política social” (pode expressar concessões táticas relacionadas a situações conjunturais particulares) (Nascimento, 2021, p. 48).

Uma outra questão fundamental é a maneira como é abordado o fracionamento da classe dominante. De acordo com Saes e Farias (2021), na obra de Poulantzas são mencionados três sistemas diferentes de fracionamento, mas sem

muito aprofundamento teórico sobre eles: (1) com base nas “funções econômicas do capital”, em que se destacam “capital comercial (aí incluído o capital bancário); capital industrial; e capital financeiro (a síntese, ou fusão, do capital bancário e do capital industrial)”, sendo necessário ainda considerar a relação política dessas frações com “uma classe dominante não capitalista, a propriedade fundiária” (2021, p. 13); (2) baseado na escala de operações, que subdividiria o grande e o médio capital; (3) relacionado com a proveniência do capital, diferenciando uma burguesia nacional de uma burguesia compradora/associada (atrelada aos interesses do capital estrangeiro), além de considerar a existência de uma burguesia interna que oscilaria entre os interesses econômicos nacionais e estrangeiros. A particularidade deste último sistema é o fato dele incluir tanto o aspecto ‘econômico-espacial’ quanto a “posição política dos proprietários do capital” (2021, p. 16).

Por fim, cabe destacar a importância de um olhar atento às espaço-temporalidades, já que a partir dessas análises sobre as frações de classe seria possível identificar enfrentamentos internos ao aprofundar as especificidades em cada território regional. Farias (2009) cita possibilidades interpretativas que podem identificar conflitos entre “secções regionais de uma mesma fração de classe” e/ou entre os blocos no poder estabelecidos em duas regiões diferentes (2009, p. 90). Ou seja, inclui na análise as dinâmicas das frações de classe localizadas em diferentes regiões geográficas no interior do Estado-nação, que poderiam evidenciar a reprodução de relações inter-regionais de semicolonialismo ou de dependência. Cabe ainda destacar que “a força de um ator político” pode variar de acordo com o cenário de enfrentamento (Gallardo, 1988, p. 70), sendo que um sujeito com forte potencial de intervenção no âmbito local ou no judiciário, por exemplo, pode não ter muita relevância em uma atuação internacional ou no executivo.

Por fim, ao tratar das técnicas de análise e da produção de dados e informações, cabe considerar a importância de se ter cuidado com as fontes de informação, tanto no aspecto de veracidade, quanto na amplitude dos fatos que podem ser selecionados para análise. Para isso, é possível usar os mais variados veículos de notícias, pesquisar informações e estatísticas relacionadas ao objeto sob análise, realizar entrevistas, acompanhar os atores, seus posicionamentos, suas publicações e suas ações etc. Após a coleta, é importante direcionar um olhar crítico ao material para verificar se existem informações divergentes em diferentes fontes e confrontar esses achados com os fatos observados. É possível realizar também uma subdivisão a respeito da abrangência dos fatos, seja pela opção de analisar separadamente aspectos econômicos, sociais, ideológicos e de caráter militar em suas conexões com os fatos políticos; ou separar fatos com base nas repercussões para cada escala geográfica sob análise (Incep, 2002). Santiago e Moraes (2014) comentam ainda sobre o cuidado ao usar veículos midiáticos como fonte, já que eles apresentam a sua versão dos fatos ou podem omiti-los em certas circunstâncias. É importante ter clareza, também, que atores, em diferentes posições, têm acessos diferenciados a informações sobre os fatos e isso tem relação com conceitos como transparência e opacidade (Vianna, 1991). Por isso, aqueles sujeitos que estão no interior de uma organização e acompanham os conflitos têm mais elementos para analisar aspectos relacionados a ela e aos fatos desencadeados a partir da ação delas do que em relação a outros grupos que não têm tal acesso. Dessa maneira, mesmo que seja realizado um acompanhamento diário dos fatos e notícias, é relevante que o analista desenvolva estudos mais aprofundados sobre os atores envolvidos.

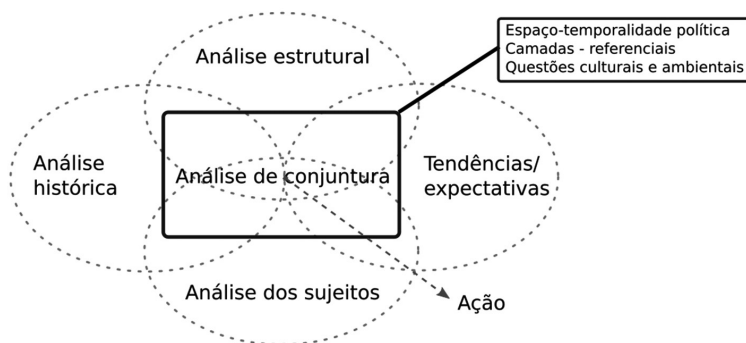
Dimensões da análise de conjuntura

Apesar de não ser o propósito deste ensaio delimitar um tipo ideal de análise de conjuntura, cabe sistematizar algumas

das principais dimensões que têm recebido atenção por parte dos analistas e que foram revisadas nas seções anteriores. Nesse sentido, é importante considerar que, conforme representado na figura 1, os estudos conjunturais constroem aproximações com as análises estruturais e as dinâmicas estabelecidas entre Estado, sociedade civil e a base econômica. Esse tipo de abordagem não apenas descreve fatos, mas analisa suas interconexões e os conflitos entre atores sociais nos diferentes cenários, por isso ligam-se também a referenciais que tratam dos sujeitos e de sua ação. Leva ainda em consideração aspectos temporais, que delimitam o período examinado sem perder de vista o processo histórico e as expectativas dos sujeitos, bem como a dimensão espacial, já que as análises podem priorizar diferentes recortes, desde o âmbito setorial/local até os processos transnacionais. Todo esse processo é influenciado pelo referencial adotado e pelo olhar do analista que pode se debruçar de maneira superficial ou profunda sobre a conjuntura (camada). Ademais, por ter o propósito de interferir na ação política dos atores, essa produção parte de uma epistemologia crítica que não se propõe apenas a entender a realidade, mas contribuir com processos de transformação.

Cabe destacar que essas análises podem privilegiar diferentes recortes, definidos em função das dimensões que representam a estrutura, os sujeitos, o tempo e o espaço, de modo que a fronteira que delimita a abrangência da análise pode adotar posições e tamanhos variados na representação gráfica a depender do foco determinado por cada analista. A mobilidade dessas linhas expressa a possibilidade do analista dimensionar seu estudo de acordo com suas necessidades, abarcando diferentes temporalidades, escalas geográficas e camadas, que nos estudos conjunturais estão especialmente interligadas pelo elemento político.

Figura 1
Dimensões da análise conjuntural



Fonte: elaboração própria, 2023

Comentários finais

Muitos pesquisadores que se aproximam da análise de conjuntura procuram por um manual ou uma sequência de passos bem delimitados e é possível encontrar algumas sistematizações que encurtam os caminhos para exercitar essa prática. Porém, o desafio é encontrar maneiras de não direcionar um olhar superficial, mas estimular um mergulho nas camadas profundas que conectam os elementos observados na realidade concreta com construções teóricas que possibilitam um maior aprofundamento analítico e a articulação entre as dimensões conjunturais e as histórico-estruturais, considerando inclusive a posição do analista nessa dinâmica.

Ao longo da revisão encontramos autores que abordam aspectos de grande relevância, mas como não é possível detalhar em um artigo todas essas dimensões, citamos os elementos que consideramos principais como um convite para que as obras originais possam ser visitadas. Nessa busca, demos destaque também para algumas especificidades identificadas nas abordagens como, por exemplo, na maneira de delimitar o espaço e o tempo, particularmente naquilo

que se refere a suas relações com o processo político. Além disso, alguns autores defendem a possibilidade de dar plena objetividade não apenas à análise desse *quase-presente*, mas também às tendências futuras, enquanto outros são mais cautelosos sobre esse porvir, já que ele poderia assumir um caráter mais opinativo por ser impactado pelas expectativas de quem irá atuar na conjuntura examinada.

Contudo, um dos aspectos mais importantes a considerar é a quem serve desenvolver uma análise conjuntural. Para atores e pequenos grupos locais, por exemplo, pode ser considerado inviável fazer todo o percurso temporal e espacial, em particular, pelo fato de que muitas vezes a demanda por desenvolver esse tipo de estudo decorre de uma necessidade imediata de ação. Esse é um ponto central de toda essa reflexão, já que a abordagem conjuntural visa superar a preocupação meramente episódica. Isso envolve também a decisão sobre os atores privilegiados em cada um desses estudos, se são sujeitos individuais, coletivos, as classes e/ou suas frações.

Assim, o desenvolvimento de uma análise conjuntural não se dá com o propósito meramente analítico, mas, também, político, estimulando a reflexão dos sujeitos sobre suas práticas (práxis). Por isso, esse tipo de estudo tem grande potencial para contribuir com o processo de constituição de sujeitos com capacidade de assumir protagonismo nos enfrentamentos sociais e para ampliar a percepção que eles têm acerca das conexões entre estrutura e conjuntura; e entre história, tempo presente e as expectativas dos atores. Afinal, algumas sistematizações conjunturais simplificadas e inicialmente voltadas para demandas locais e imediatas, podem se tornar uma porta de entrada para análises posteriores desenvolvidas com mais rigor e de forma mais profunda, ampliando sua relevância para sujeitos que buscam emancipação política. Assim, todo esse processo pode ser um elemento fomentador da criticidade (política e científica), com potencial de promover transformações com

impactos em escalas geográficas e camadas cada vez mais amplas e, com base nos aprendizados obtidos, retroalimentar as análises.

João Henrique Araujo Virgens.

Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo recebido bolsa para realizar a pesquisa que possibilitou a construção deste artigo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Carmen Fontes Teixeira.

Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Titular (aposentada) do Instituto de Humanidades Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do ISC-UFBA e pesquisadora do Observatório de Análise Política em Saúde. <https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/>

Referências

- ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva. 2016. *A Reforma Sanitária Brasileira e a questão medicamentos/assistência farmacêutica*. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Salvador: UFBA.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. 2008. Análise de conjuntura: teoria e método. *Inclusão Social em Debate*, p. 1-11.
- BRAUDEL, Fernand. 1990. *História e ciências sociais*. 6. ed. Lisboa: Presença.
- BRUSSI, Antônio. 2007. O tempo conjuntural e os estudos dos sistemas-mundo: algumas anotações metodológicas. *Textos de Economia*, v. 10, n. 2, p. 86-100. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1852>. Acesso em: 6 jun. 2018.
- CORDEIRO, Alexander Magno et al. 2007. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, v. 34,

- n. 6, p. 428-431. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 15 maio 2018.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. 2000. Teoria e método na análise de conjuntura. *Educação e Sociedade*, v. 21, n. 72, p. 145-152. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000300008>. Acesso em 16 maio 2018.
- FARIAS, Francisco. 2009. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. *Crítica Marxista*, n. 28, p. 81-98. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf. Acesso em: 4 nov. 2023.
- FIORI, José Luis da Costa. 1991. Análise Política do Tempo Conjuntural. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 3, p. 379-414.
- GALLARDO, Helio. 1988. *Fundamentos de formación política*: análisis de coyuntura. [S. l.]: Departamento Ecuménico de Investigaciones (DEI) y Editorial Literatura Alternativa. Disponível em: <https://praxislibertaria.files.wordpress.com/2013/09/helio-gallardo-fundamentos-de-formacion-politica-analisis-de-coyuntura.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.
- GRAMSCI, Antonio. 2000. *Cadernos do cárcere*. Volume 3, Maquiavel, notas sobre o Estado e política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARNECKER, Marta. 2012. *Estratégia e tática*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- HART, Gillian. 2023. Modalities of Conjunctural Analysis: “Seeing the Present Differently” through Global Lenses. *Antipode*, p. 1-30. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/anti.12975>. Acesso em: 28 out. 2023
- INCEP – Instituto Centroamericano de Estudios Políticos. 2002. *Como hacer un análisis de coyuntura*: elementos para el análisis político. Cuadernos de Formación para la Práctica Democrática. Ciudad de Guatemala: Incep. Disponível em: https://praxislibertaria.files.wordpress.com/2013/12/03_analisiscoyunturaincep.pdf. Acesso em: 28 maio 2018.
- JEFFERSON, Tony. 2021. *Stuart Hall, Conjunctural Analysis and Cultural Criminology*: a missed moment. Palgrave Pioneers in Criminology. London: Palgrave Macmillan.
- LEITNER, Helga; SHEPPARD, Eric. 2020 Towards an epistemology for conjunctural inter-urban comparison, *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 13, n. 3. p. 491-508. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsaa025>. Acesso em: 30 out. 2023.

- LÓPEZ J., Sinesio. 1979. El análisis de coyuntura en el pensamiento socialista clásico. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 41, n. 1, p. 23-58. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3540109>. Acesso em: 29 set. 2018.
- MACEDO, Roberto Sidnei. 2009. *Outras luzes: um rigor intercítico para uma etnopesquisa política*. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. *Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências antropológicas*. Salvador: Edufba.
- MADRID, Miguel González. 1992. El análisis político de coyuntura. En torno a El dieciocho brumario de Luis Bonaparte. *Polis. Investigación y análisis sociopolítico y psicosocial*, n. 1992, p. 229-248. Disponível em: <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/polis/article/view/16609/14869>. Acesso em: 28 maio 2018.
- MARX, Karl. 2011. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. 2016. Em busca de uma metateoria: análise de conjuntura, ciência e política a partir dos textos sobre as jornadas de junho. Trabalho apresentado no *X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Belo Horizonte.
- NASCIMENTO, Wilsom Vecchi Macedo. 2021. *A questão da hegemonia nas análises poulantzianas dos governos petistas: problemas de teoria e de análise*. Concreta. Trabalho de Conclusão de Curso. Chapecó: UFFS.
- OSORIO, Jaime. 2001. *Fundamentos del análisis social*. La realidad social y su conocimiento. Xochimilco: Universidad Autónoma Metropolitana.
- PERLATTO, Fernando; SOUSA, Diogo Tourino. 2016. Interpretações do Brasil contemporâneo: cientistas sociais, conjuntura política e a democracia brasileira. Trabalho apresentado no *XL Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 24 a 28 de outubro.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. 1979. Gramsci y el análisis de coyuntura (algunas notas). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 41, n. 1, p. 59-73. Disponível em: www.jstor.org/stable/3540110?newaccount=true&readnow=1&seq=3#page_scan_tab_contents. Acesso em: 28 maio 2018.
- POULANTZAS, Nicos. 1977. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- REIS Camila Ramos; PAIM Jairnilson Silva. 2021. Análise de conjuntura em saúde: aspectos conceituais, metodológicos e técnicos. *Saúde Debate*, v. 45, n. 130, p. 795-806. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113017>. Acesso em: 28 out. 2023.

- ROTHER, Edna Terezinha. 2007. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. 5-6. Disponível em: <http://ref.scielo.org/fphy7j>. Acesso em: 15 maio 2018.
- SAES, Décio; FARIAS, Francisco. 2021. *Reflexões sobre a teoria política da jovem Poulantzas (1968-1974)*. Marília: Lutas Anticapital.
- SANTIAGO, Claudia; MORAES, Reginaldo Carmello de. 2014. *Como Fazer Análise de Conjuntura*. Formação de Dirigentes Sindicais. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/stories/esforce/pdf/programaformacao_eixo02_fasciculo03_analiseconjuntura.pdf. Acesso em: 13 maio 2018.
- SILVA, Luiz Eduardo Prates da. 1988. Metodologia de análise de conjuntura. *Estudos teológicos*, v. 28, n. 3, p. 305-15. Disponível em: http://ism.edu.br/periodicos/index.php/estudos_teorologicos/article/download/1171/1134. Acesso em: 13 maio 2018.
- SOUZA, Hebert José de. 2014. *Como se faz análise de conjuntura*. 34. ed. Petrópolis: Vozes.
- TESTA, Mario. 2005. Vida. Señas de Identidad (Miradas al Espejo). *Salud Colectiva*, v. 1, n. 1, p. 33-58.
- TESTA, Mario. 2007. Decidir em Salud, Quién? Cómo? Y Por qué? *Salud Colectiva*, v. 3, n. 3, p. 247-257.
- TORRES, María Fernanda Soliz; MALDONADO, Adolfo. 2012. *Guía de metodologías comunitarias participativas*: Guía n. 5. Quito: Clínica Ambiental.
- VIANNA, Luiz Werneck. 1991. Ator, tempo e processo de longa duração em análises de conjuntura. In: VIANNA, Luiz Werneck. *De um plano Collor a outro: estudo de conjuntura*. Rio de Janeiro: Revan. p. 125-169.
- VIRGENS, João Henrique Araujo; TEIXEIRA, Carmen Fontes. 2018. Revisão da produção científica sobre análise de conjuntura: contribuição à análise política em saúde. *Saúde em Debate*, v. 42, n. espec.2, p. 377-393. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/983>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- VIRGENS, João Henrique Araujo. 2019. *Análise política em saúde*: contribuições teórico-metodológicas acerca das dinâmicas estruturais, conjunturais, dos sujeitos e das ações políticas. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Salvador: UFBA.



RESUMOS | *ABSTRACTS*





O PROBLEMA DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA NO PENSAMENTO POLÍTICO DE LUTERO

JÚLIO BARROSO

Resumo: O objetivo deste artigo é oferecer um pequeno panorama da evolução do pensamento político de Lutero a respeito da tolerância religiosa. Nossa hipótese é que uma teoria política *tolerantista*, isto é, que afirma a ilegitimidade da coerção em matéria religiosa, se insinua no jovem Lutero, especialmente no panfleto *Da autoridade secular* (1523) para depois ser abandonada no devir da Reforma. Num segundo momento, procuramos situar essa mudança no pensamento político mais amplo do reformador e na própria marcha histórica da Reforma.

Palavras-chave: Lutero. Reforma. Tolerância. Liberdade. Autoridade.

THE ISSUE OF RELIGIOUS TOLERANCE IN LUTHER'S POLITICAL THOUGHT

Abstract: *This article aims to offer an overview of the evolution of Luther's political thought concerning religious tolerance. Our hypothesis is that a tolerantist political theory, i.e., one which affirms the illegitimacy of religious coercion, makes appearance in the young Luther, especially in his little tract On secular authority (1523), before being abandoned in the course of Reformation. As a second step, we try to situate this change in the broader political thinking of the Reformer and in the changing winds of the Reformation.*

Keywords: *Luther. Reformation. Tolerance. Freedom. Authority.*

Recebido: 08/09/2022

Aprovado: 02/10/2023





INTERNACIONALISMO REPUBLICANO E SOBERANIA GLOBALIZADA

RICARDO SILVA

Resumo: O artigo concentra-se na análise do modelo normativo da soberania globalizada, concebido por Philip Pettit, com o objetivo de ampliar sua teoria neorrepblicana da liberdade como não dominação, originalmente desenvolvida para promover a liberdade dos cidadãos dentro das fronteiras nacionais para o âmbito internacional. Esse modelo, fundamentado no internacionalismo republicano e crítico tanto do cosmopolitismo (seja de orientação liberal ou republicana) quanto do não intervencionismo westfaliano, emerge como uma perspectiva promissora para a abordagem de questões teóricas acerca de justiça e legitimidade na ordem global contemporânea. No entanto, a plena realização das potencialidades desse modelo exige o enfrentamento de limitações decorrentes da insuficiência crítica em sua análise do papel desempenhado por Estados representativos e instituições internacionais. A parte final do artigo destaca essas limitações e sugere caminhos para sua superação.

Palavras-chave: Teoria Política Internacional; Neorrepblicanismo; Internacionalismo Republicano; Soberania Globalizada; Philip Pettit

REPUBLICAN INTERNATIONALISM AND GLOBALIZED SOVEREIGNTY

Abstract: *This article analyzes the normative model of globalized sovereignty, defined by Philip Pettit, to further extend his neo-republican theory of freedom as non-domination, originally developed to promote citizens' freedom within national borders into the international sphere. Based on republican internationalism and*

critical of both cosmopolitanism (whether liberal or republican) and Westphalian non-interventionism, this model emerges as a promising perspective for tackling theoretical issues related to justice and legitimacy in the contemporary global order. But the full realization of its potential requires addressing limitations stemming from its critical insufficiency in analyzing the role played by representative states and international institutions. Finally, the article highlights these limitations and suggests paths for overcoming them.

Keywords: *International Political Theory; Neo-republicanism; Republican Internationalism; Globalized Sovereignty; Philip Pettit.*

Recebido: 26/11/2022

Aprovado: 08/09/2023



CONTRA OS SACERDOTES VERMELHOS: A CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO- -AMERICANA (CAL) E A FORMAÇÃO DE UMA DIREITA RELIGIOSA (1972-1984)

ANDRÉ KAYSEL

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso ideológico da Confederação Anticomunista Latino-americana – organização de extrema-direita que operou na região entre 1972 e 1984 –, abordando especificamente seu antagonismo à Teologia da Libertação e ao clero progressista. Para tanto, trabalharei com documentação primária depositada no acervo do Centro y Archivo Para la Defensa de los Derechos Humanos, do Museo de la Justicia del Paraguay. Com base em tais fontes, procurarei demonstrar como a CAL, capítulo latino-americano da Liga Mundial Anticomunista, forneceu um espaço de articulação continental de setores católicos extremistas, contrários as inovações do Concílio Vaticano II, para atacar seus inimigos progressistas no interior da Igreja. Mais do que isso, o discurso de denúncia da “infiltração comunista” nos meios religiosos serviu como ponto de articulação para a convergência entre religiosos e repressores, policiais e militares, associado a outros elementos discursivos, como a crítica aos direitos humanos, por exemplo. Desse modo, pretendo contribuir para os estudos sobre a conformação de redes transnacionais de direita, indicando como a CAL e a WACL contribuíram para a formação de uma direita religiosa internacional.

Palavras-chave: Confederação Anticomunista Latino-americana; Extrema-direita; Catolicismo; Teologia da Libertação; América Latina.

AGAINST THE RED PRIESTS: THE LATIN AMERICAN ANTICOMMUNIST CONFEDERATION (CAL) AND THE FORMATION OF A RELIGIOUS RIGHT (1972-1984)

Abstract: *This article discusses the political and ideological discourse of the Latin American Anticommunist Confederation (CAL) – a far-right organization that operated in the region from 1972-1984 –, approaching specifically its antagonism to Liberation Theology and the progressive clergy. Based upon documental research with primary sources, deposited in the Centro de Documentación y Archivo Para La Defensa de Los Derechos Humanos (CDYA), in the Museo de La Justicia, in Asunción (Paraguay), I seek to demonstrate how CAL, the regional chapter of the World Anticommunist League (WACL), furnished an space to gather extremist Catholics, contrary to the innovations promoted by the II. Vatican Council, against their progressive enemies inside the Church. Furthermore, the discourse that denounced the “communist infiltration” in the religious environment served as a articulation point between religious and repressors, police and military, associated with other discursive elements, such as the critic of human rights, for example. In this way, I seek to contribute to the studies on the right-wing transnational networks, by indicating how CAL and WACL helped to form an international religious right.*

Keywords: *Latin American Anticommunist Confederation; Far-Right; Catholicism; Liberation Theology; Latin America.*

Recebido: 26/07/2022

Aprovado: 15/09/2023



A CLASSE MÉDIA RURAL BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO: COOPTAÇÃO E HEGEMONIA

MARCONI SEVERO

Resumo: Este artigo analisa como o agronegócio coopta apoio entre os pequenos e médios agricultores a fim de construir e legitimar a sua hegemonia. Com o objetivo de apreender as relações estabelecidas com a *classe média rural*, objeto central deste estudo, foram entrevistados atores de diferentes grupos e classes do campo brasileiro. Os achados sugerem que a sua cooptação pode frustrar o projeto contra-hegemônico defendido pelos críticos do agronegócio, mas nem por isso essa classe constitui um objeto em disputa: se o agronegócio busca cooptá-la, o que não ocorre sem resistências, os movimentos sociais a negam, chamando-a de “agronegocinho”. Como resultado, tem-se uma conjuntura que é duplamente favorável ao agronegócio, uma vez que a demarcação de fronteiras entre os pequenos e médios agricultores não só favorece a cooptação da classe média rural pelo discurso hegemônico como contribui para o insulamento dos seus principais críticos e opositores.

Palavras-chave: Agronegócio; Classe média rural; Cooptação; Movimentos sociais.

THE BRAZILIAN RURAL MIDDLE CLASS AND AGRIBUSINESS: CO-OPTATION AND HEGEMONY

Abstract: *This article analyzes how agribusiness co-opts support among small and medium-sized farmers to build and legitimize its hegemony. Aiming to understand the relationships established with the rural middle class, the central object of this study, actors from different groups and classes in the Brazilian countryside were interviewed. The findings suggest that its co-optation may frustrate the counter-hegemonic project defended by critics of*

agribusiness, but this does not mean that this class is an object in dispute: if agribusiness seeks to co-opt it, which does not happen without resistance, the social movements deny it, calling it “little agribusiness.” The result is a situation that is doubly favorable to agribusiness, since the demarcation of borders between small and medium-sized farmers not only favors the co-optation of the rural middle class by the hegemonic discourse, but also contributes to the isolation of its main critics and opponents.

Keywords: *Agribusiness; Rural middle class; Co-optation; Social movements.*

Recebido: 06/02/2023 **Aprovado:** 03/09/2023



A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS DISTRIBUTIVOS NO BRASIL E O DESLOCAMENTO POLÍTICO EMPRESARIAL NO GOVERNO DILMA (2011-16)

HUGO FANTON RIBEIRO DA SILVA

GABRIEL NUNES DE OLIVEIRA

Resumo: Este artigo discute o comportamento político dos empresários industriais brasileiros durante o Governo Dilma Rousseff (2011-16), a partir de dois estudos de caso de importantes setores: Construção Civil e Autopeças. Fundamentado na hipótese de que houve um deslocamento político do empresariado industrial desde o apoio em 2011 até a conformação de uma “unidade burguesa antidesenvolvimentista” em oposição ao governo, realizamos entrevistas semiestruturadas, levantamento de dados e de posicionamentos públicos. A análise corrobora a hipótese de deslocamento político no período, e aponta como uma das explicações o acirramento dos conflitos distributivos entre capital e trabalho, expresso nas declarações empresariais e nos aumentos da participação das remunerações no valor adicionado bruto e do número de greves.

Palavras-chave: Comportamento político; Lulismo; Classes sociais; Crise política.

THE INTENSIFICATION OF DISTRIBUTIVE CONFLICTS IN BRAZIL AND THE BUSINESSPEOPLE POLITICAL DISPLACEMENT DURING ROUSSEFF'S GOVERNMENT (2011-16)

Abstract: *This article discusses the political behavior of Brazilian industrial entrepreneurs during Rousseff's Government (2011-16), based on two case studies of important sectors: Civil Construction and auto parts industry. Following the hypothesis that there was a political displacement from the industrial entrepreneurs support in 2011, towards the shaping of an “anti-development bourgeois unity”*

in opposition to the government, we conducted semi-structured interviews and data collection. The analysis confirms the hypotheses of the industrial political displacement in the period, and points as one of the explanations the intensification of distributive conflicts between capital and labor, expressed in the businesspeople statements and in the increase of the wage-share in the Gross Value Added (GVA) and of the number of strikes.

Keywords: *Political behavior; Lulism; Social Classes; Political Crisis.*

Recebido: 18/12/2020

Aprovado: 06/11/2023



VIGIANDO O PROTESTO: RECONFIGURAÇÕES DAS TÁTICAS POLICIAIS DE CONTROLE AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014

EDUARDO GEORJÃO FERNANDES

Resumo: Este artigo objetiva explicar, a partir do caso empírico do policiamento a protestos em Porto Alegre durante a Copa do Mundo de 2014, como a incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) compõe e/ou transforma as táticas policiais de vigilância à ação coletiva. Metodologicamente são utilizadas como fontes entrevistas com agentes policiais e um banco de notícias sobre a cobertura dos protestos à época. Os resultados apontam que o uso de TIC envolve o Centro Integrado de Comando e Controle, o imageamento aéreo, o monitoramento das ruas e o monitoramento das redes sociais, tendendo a produzir o policiamento antecipatório e a ampliação seletiva da visibilidade sobre os manifestantes. A combinação das táticas de vigilância com o controle espacial configura um modelo de incapacitação estratégica do protesto, embora sejam identificadas limitações institucionais na operacionalização das TIC.

Palavras-chave: Protestos; Policiamento; Vigilância; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação; Megaeventos.

SURVEILLING THE PROTEST: RECONFIGURATIONS OF POLICE TACTIC TO CONTROL SOCIAL DEMONSTRATIONS DURING THE 2014 WORLD CUP

Abstract: *The paper aims to explain, based on the empirical case of policing protests in Porto Alegre during the 2014 World Cup, how the incorporation of new information and communication technologies (ICTs) composes and/or transforms police surveillance tactic against collective action. Methodologically, interviews with police agents and a database of the news coverage of the*

protests are used as sources. The results indicate that the use of ICTs involves the Integrated Command and Control Center, aerial imagery, street monitoring and social media monitoring, tending to produce anticipatory policing and selective expansion of visibility over protesters. The combination of surveillance tactic with spatial control configures a model of strategic incapacitation of the protest, although institutional limitations are identified in the operationalization of ICTs.

Keywords: *Protests; Policing; Surveillance; New Information and Communication Technologies; Megaevents.*

Recebido: 01/08/2022

Aprovado: 27/06/2023



ESCOLA SEM PARTIDO E O PROCESSO DE *DESDEMOCRATIZAÇÃO* NO BRASIL

RAYANI MARIANO DOS SANTOS

FLÁVIA BIROLI

Resumo: Este artigo analisa discursos pronunciados nas 31 reuniões e audiências públicas realizadas em 2017 e 2018, na Comissão Especial que apreciou o Projeto de Lei nº 7180, de 2014, conhecido como Projeto Escola Sem Partido. Nosso objetivo é verificar quais problemas são apresentados por seus defensores e como justificam as ações propostas. A análise de 265 manifestações individuais de parlamentares e convidados permitiu identificar a suposta ideia de doutrinação dos estudantes como o principal problema apontado. Nosso ponto de partida é o debate teórico sobre *desdemocratização*, com destaque para análises que discutem a privatização como forma de captura do público e do coletivo, assim como a expansão de formas de controle autoritário das condutas. Em diálogo com elas, analisamos as evidências empíricas, organizando os discursos em três frentes, que correspondem ao conjunto de ações apontadas pelos defensores do Escola Sem Partido (ESP) para barrar a “doutrinação”: (1) a expansão do privado em detrimento do público; (2) a censura de pautas e atores; e (3) a retração do compromisso estatal com agendas igualitárias. Concluimos que estes são elementos que constituem o processo de *desdemocratização* do ensino no país.

Palavras-chave: desdemocratização; Escola sem Partido; Câmara dos Deputados; Público e privado; Família.

NONPARTISAN SCHOOL AND THE DE-DEMOCRATIZATION IN BRAZIL

Abstract: *This article analyzes speeches given at the 31 meetings and public hearings held in 2017 and 2018 at the Special Commission*

that analyzed Bill 7180, of 2014, known as Nonpartisan School (ESP, in the Portuguese acronym) project. Our aim is to verify which issues their defenders present and how they justify the proposed actions. The analysis of 265 individual manifestations of parliamentarians and guests allowed to identify the supposed idea of indoctrination of the students as the main problem pointed out. We depart from the theoretical debate on de-democratization, specially the analysis that discuss the privatization as a way of capture of the public and the collective, as well as the expansion of the authoritarian control of conducts. Engaging with them, we analyze the empirical evidence organizing the discourses on three fronts, which correspond to the set of actions pointed out by ESP defenders to stop “indoctrination:” a) the expansion of the private to the detriment of the public; b) the censorship of agendas and actors; c) the retraction of the state’s commitment to egalitarian agendas. We conclude that these are the elements that constitute the de-democratization process of education in the country.

Keywords: *De-democratization; Nonpartisan School; Chamber of Deputies; Public and private; Family.*

Recebido: 14/01/22

Aprovado: 17/10/23



DIREITO INACESSÍVEL: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ELEIÇÕES NO BRASIL

GUSTAVO MARTINS PICCOLO

ENICÉIA GONÇALVES MENDES

Resumo: Este artigo realiza uma revisão teórica e uma análise empírica para investigar como se manifesta a participação das pessoas com deficiência no processo eleitoral brasileiro, desde o exercício do voto até o registro de candidaturas e ocupação de postos eletivos. Além disso, parte do suposto de que a consecução deste direito é basilar na produção de agendas públicas nacionais, que levem em conta os preceitos da inclusão como princípio inegociável. A coleta e análise dos dados se deu por meio dos números consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), relacionando estes à pesquisas desenvolvidas em outros países. Por fim, destaca o caráter imperioso na criação de mecanismos que alavanquem o número de candidaturas de pessoas com deficiência como catalisador de uma sociedade justa e inclusiva.

Palavras-Chave: Representação. Inclusão. Processo Eleitoral. Pessoa com deficiência.

INACCESSIBLE RIGHT: PEOPLE WITH DISABILITIES AND ELECTIONS IN BRAZIL

Abstract: *The present study carries out a theoretical review and an empirical analysis which aims to investigate how the participation of people with disabilities in the Brazilian electoral process is manifested, from the exercise of voting to the registration of candidacies and occupation of elective posts. Part of the assumption that the achievement of this right is fundamental in the production of national public agendas that take into account the assumptions of inclusion as a non-negotiable principle. The collection and analysis of data was based on the numbers consolidated by the*

Superior Electoral Court, relating them to research carried out in other countries. Finally, it highlights the imperative nature of the creation of mechanisms that leverage the number of candidates with disabilities people as a catalyst for a fair and inclusive society.

Keywords: *Representativeness. Inclusion. Electoral process. Disabled person.*

Recebido: 07/09/2021

Aprovado: 02/10/2023



ANÁLISE DE CONJUNTURA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

JOÃO HENRIQUE ARAUJO VIRGENS

CARMEN FONTES TEIXEIRA

Resumo: A análise de conjuntura tem sido aplicada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para abordar processos políticos e contribuir com a práxis. Observa-se, no entanto, que sua realização não tem sido acompanhada de clara explicitação dos referenciais que subsidiam tais estudos. O objetivo deste artigo é examinar produções que tratam da análise de conjuntura, de modo a identificar elementos considerados relevantes para constituição dessa abordagem. Trata-se de uma revisão narrativa que aprofunda aspectos teórico-metodológicos acerca da análise conjuntural. Foi possível perceber conexões entre a abordagem teórica e as escolhas relacionadas ao tempo e ao espaço que impactam, também, nos sujeitos privilegiados. Esse tipo de análise articula práxis política e científica, interligando um passado recente que não perde de vista o processo histórico e as expectativas dos sujeitos.

Palavras-chave: Análise conjuntural; Análise política; Tempo político; Sujeito político; Práxis política.

CONJUNCTURE ANALYSIS: THEORETICAL-METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS

Abstract: *Conjuncture analysis has been used by researchers from different areas to speak about political processes and contribute to praxis. However, its realization has not been accompanied by a clear explanation of the references that support such studies. The aim of this article is to examine productions about conjuncture analysis to identify relevant elements to the constitution of this approach. This is a narrative review that deepens theoretical and methodological*



aspects about the conjunctural analysis. Connections could be noticed between the theoretical approach and the choices related to time and space that also impact the privileged subjects. This type of analysis articulates political and scientific praxis, linking a recent past which does not lose sight of the historical process and the expectations of the subjects.

Keywords: *Conjunctural analysis. Political analysis. Political time. Political actor. Political praxis.*

Recebido: 17/09/2019

Aprovado: 28/08/2023

